

Ana Carolina Huguenin
Flávio Limoncic
Monica Grin

Volume | 1

História do Oriente





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

História do Oriente

Volume 1

Ana Carolina Huguenin

Flávio Limonic

Monica Grin



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de História

UNIRIO – Claudia Rodrigues

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Ana Carolina Huguenin

Flávio Limonic

Monica Grin

COORDENAÇÃO DE

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Flávia Busnardo

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

E REVISÃO

Henrique Oliveira

Paulo Alves

Marisa Duarte

AVALIAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

Thaís de Siervi

Departamento de Produção

EDITOR

Fábio Rapello Alencar

COORDENAÇÃO DE REVISÃO

Cristina Freixinho

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Beatriz Fontes

Carolina Godói

Elaine Bayma

Patrícia Sotello

Thelenayce Ribeiro

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Ronaldo d'Aguilar Silva

DIRETOR DE ARTE

Alexandre d'Oliveira

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Bianca Lima

Ricardo Polato

ILUSTRAÇÃO

Bianca Giacomelli

CAPA

Bianca Giacomelli

PRODUÇÃO GRÁFICA

Verônica Paranhos

Copyright © 2012, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

H897h

Huguenin, Ana Carolina

História do Oriente v. 1. / Ana Carolina Huguenin, Flávio

Limonic, Monica Grin - Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013.

300 p. ; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-859-0

1. História do Oriente. 2. Nacionalismo. 5. Conflito árabe-palestino-israelense. 4. China. 5. Japão. I. Limonic, Flávio. II. Grin, Monica. II. Título.

CDD: 999

2013.2/2014.1

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Gustavo Reis Ferreira

Universidades Consorciadas

CEFET/RJ - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Vieiralves de Castro

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Carlos Levi

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitora: Ana Maria Dantas Soares

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

História do Oriente

SUMÁRIO

Volume 1

- Aula 1** – Orientalismo: o poder das representações do Ocidente sobre o Oriente na história contemporânea _____ 7
Monica Grin
- Aula 2** – Os nacionalismos judaico (sionismo) e palestino _____ 41
Flávio Limonic
- Aula 3** – A dinâmica do conflito árabe-palestino-israelense _____ 73
Flávio Limonic
- Aula 4** – Sociedades contemporâneas e seus atores sociais: Israel e a Autoridade Palestina _____ 121
Monica Grin
- Aula 5** – Desafios do processo de paz entre israelenses e palestinos _____ 161
Flávio Limonic
- Aula 6** – O “Império do Meio” e sua abertura forçada: a China demovida do próprio centro pela imposição de tratados desiguais _____ 193
Ana Carolina Huguenin
- Aula 7** – China e Japão perante os desafios da modernidade: as reformas Meiji, as investidas imperialistas sobre o território chinês e a guerra sino-japonesa _____ 225
Ana Carolina Huguenin
- Aula 8** – A China diante de novas propostas, desafios e insurgências: do Levante dos Boxers à Longa Marcha _____ 259
Ana Carolina Huguenin
- Referências** _____ 295

Aula 1

Orientalismo:
o poder das
representações do
Ocidente sobre o
Oriente na história
contemporânea

Monica Grin

Meta da aula

Apresentar ao aluno o tema do “orientalismo” como um corpo de representações narrativas e estéticas que o “Ocidente”, especialmente a Europa, elabora do “Oriente”, em diferentes momentos da história contemporânea, desde o século XIX.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar o conceito de orientalismo, tal como ele se configura historicamente, e as formas pelas quais as diferentes representações do “Oriente” estruturaram-se desde o século XIX, e reconhecer como as representações estéticas, literárias e científicas sobre o “Oriente” são representações e saberes que direta ou indiretamente fundamentam o domínio dos impérios ocidentais sobre vastos territórios da África, do Oriente Médio e do Extremo Oriente;
2. identificar no pós-colonialismo, a partir do final dos anos de 1940, formas específicas de reações críticas e respostas teóricas às representações que configuram a produção orientalista no mundo contemporâneo.

INTRODUÇÃO

“História do Oriente” é uma denominação genérica para um conjunto de histórias que abrange regiões geográficas que vão do Médio Oriente ao Extremo Oriente e também o continente africano, regiões com ricas e vastas diferenças culturais: da língua à religião, do vestuário aos hábitos alimentares, da etnicidade aos rituais, das estruturas políticas às formas de organização social. As regiões e culturas que chamamos “Oriente”, como você terá a oportunidade de conhecer, têm sido não raro tomadas como partes de uma categoria genérica, ou seja, como constitutivas de um todo indiferenciado.

O saber orientalista, ou seja, as representações construídas por filólogos, biólogos, historiadores, antropólogos, artistas e romancistas ocidentais sobre o “Oriente” resulta, em larga medida, de esforços epistemológicos que reduzem culturas profundamente diferenciadas a uma categoria ampla: o “Oriente”. Mais do que isso: esse “Oriente”, que se manifesta nas representações a que chamamos orientalismo, é sempre descrito como pouco desenvolvido, inferior e incapaz de definir-se. Pode-se dizer que, no jogo das diferenciações entre “Ocidente” e “Oriente”, a melhor maneira de definir o Ocidente judaico-cristão, branco, racional e iluminista é através da identificação e do contraste com um “outro”, ou seja, outras civilizações, outras religiosidades, cores, mentalidades, visões de mundo que, juntas, são denominadas por uma única categoria: “**Oriente**”.

Japão, China, Índia, Paquistão, Vietnã, Coreia do Sul, Coreia do Norte, Irã, Turquia, Líbano, Israel, Arábia Saudita, África, entre outros, constituem nações e regiões com características fortemente diferenciadas, não apenas quando comparadas entre si, mas também quando vistas de dentro. O que pensar da modernidade japonesa amalgamada às suas tradições milenares? O que dizer da China dinástica diante da Revolução Cultural maoísta de 1949? E da Índia, com culturas étnico-regionais altamente diferenciadas (em religiosidades, rituais, tradições e hierarquias)? No chamado Oriente

Significado etimológico da palavra “Oriente”

O.ri.en.te: sm (lat. *orientē*) 1 Ponto do céu onde o Sol aparece-nos, quando nasce; leste, este, levante, nascente. 2 Ponto de onde surge qualquer astro. 3 Começo, princípio; idade primitiva. 4 Geogr. Países ou regiões que ficam do lado onde aparece o Sol. 5 Os povos que habitam esses países. 6 O lado direito de uma carta ou mapa geográfico.

Médio, o que pensar das diferenças, não as mais óbvias, entre Israel e seus vizinhos árabes, por exemplo, mas entre os países árabes e a Turquia ou o Irã? O que dizer do islamismo, do cristianismo, budismo, taoísmo, hinduísmo ou do judaísmo ortodoxo, presentes nessas regiões? E das etnias na África?

Como você pode observar, são tantas as variáveis contidas nesta denominação genérica, "Oriente", que a primeira questão que cabe aqui formular é: como esse mar de culturas e histórias tem sido agrupado, significado e ressignificado, desde ao menos o século XIX, período marcado pela corrida imperialista à África e à Ásia? Ao longo do curso, você, além de refletir sobre os significados do "Oriente" e do orientalismo (temas desse primeiro capítulo), poderá conhecer mais de perto histórias de nações e culturas no Oriente Médio e no Extremo Oriente (assuntos das demais aulas) com graus variados de manifestações culturais, de conflitos étnicos e/ou religiosos, de conflitos territoriais, desigualdades sociais e representações políticas.



Figura 1.1: Mapa do Oriente Médio.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Middle_east_graphic_2003.jpg

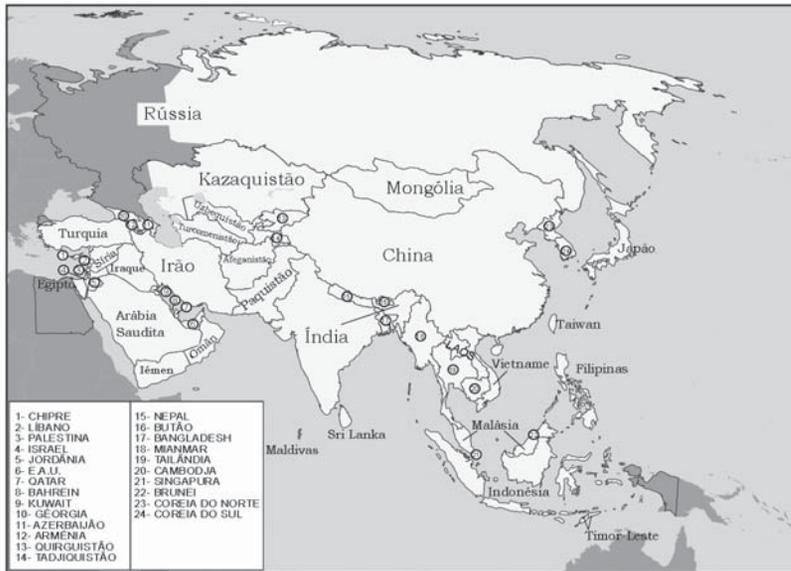


Figura 1.2: Mapa do Extremo Oriente.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/5d/Asia-pt.svg>

Reduzindo culturas a estereótipos culturais: representações estéticas, exotismo, poder e alteridade

Você já deve ter lido inúmeras vezes em jornais, livros, ou na internet, a respeito dos países que compõem o chamado “Oriente”. Um evento recente, o atentado às torres gêmeas em Nova York, provavelmente mobilizou seu olhar e aguçou sua sensibilidade para todas as versões e representações que a partir daí se fez sobre o Islã, sobre os muçulmanos e suas crenças, em uma palavra, sobre o “Oriente”. Da perspectiva do “Ocidente”, atacado e ameaçado em sua segurança, nesses e em outros episódios, os atores envolvidos nos ataques seriam todos, até que se provasse o contrário, terroristas cuja origem e “essência” estariam abrigadas no “Oriente”. Não importa se homem, mulher, criança, intelectual, militar, chefe de estado, religioso, todos se tornaram muçulmanos e “muçulmano” passou a ser sinônimo de terrorista, tanto quanto “Oriente” passou a ser o lugar de reprodução dos que matam em nome de “Alá”.



Alá ou Allah (em árabe: الله, transl. Allāh, AFI: [ʔalˤːɑħ])

É a palavra utilizada no árabe para designar Deus. Embora o termo seja mais conhecido no Ocidente, devido ao seu uso pelos muçulmanos, é utilizada pelos falantes do árabe de todas as fés abraâmicas, incluindo judeus e cristãos, para se referir à mesma divindade monoteística. O termo também era utilizado pelos habitantes pagãos politeístas de Meca (na atual Arábia Saudita) como referência a um deus criador, possivelmente a divindade suprema na Arábia pré-islâmica.

Há, contudo, versões mais naturalizadas em nosso cotidiano, que não produzem necessariamente maiores danos, mas, mesmo em tom de paródia, ressaltam certos estereótipos do "Oriente". Quem não assistiu às novelas "O Clone" ou "Caminho da Índia"? Quem não se divertiu com os sotaques, as vestimentas, as danças sensualizadas, ou revoltou-se contra os tabus familiares presentes em ambas as novelas? Embora em uma das novelas, os árabes sejam retratados e, na outra, os indianos, ambas possuem basicamente a mesma trama e ativam praticamente os mesmos valores. É notável como todas essas representações do "Oriente," ainda hoje, reproduzem-se com tal naturalidade que nem mesmo seus "consumidores" perguntam-se: será que podemos chamar a isso tudo de "Oriente"? Será que essas versões de "Oriente" que atravessam nosso cotidiano guardam correspondências com a maneira como indianos, chineses, sírios, iranianos, turcos, japoneses, marroquinos, entre outros, percebem, cada um ao seu modo, suas culturas? É plausível pensar que há um denominador comum que os tornam parte de uma mesma categoria, o "Oriente"?

Para historiadores, contudo, a pergunta deve ser um pouco mais focada: como historicamente certas imagens de “Oriente” foram construídas e naturalizadas no imaginário dos ocidentais? Através de diversos meios, tais como: as artes plásticas, a literatura, a história, a imprensa, o cinema, exposições, música, televisão e, mais recentemente a internet, nossas mentes vêm sendo povoadas de imagens de mundos diferentes, exóticos, monumentais, violentos, bárbaros, selvagens, tiranos, passivos, numa lista interminável de adjetivações, em um movimento pendular de atração e repulsa.

A história da corrida imperialista, desde o século XIX, à parte suas motivações econômicas, militares e territoriais, descortina um cenário de produção de saber, de poder e de dominação com ingredientes de estigmatização e arrogância moral em um nível sem precedentes. Ao contrário do que se imagina, não era apenas a paixão do comércio que movia esses encontros culturais nas circunstâncias da corrida imperialista. A sede de poder associada à ciência e a pretensão de classificar coisas e pessoas em nome do saber científico, ou civilizá-las em nome de uma pretensa moral ou missão civilizatória, muitas vezes representavam esse “outro”, ora como brutalizado, ora como incivilizado, ora como de raça inferior, ora como excessivamente exótico e erotizado. Essas versões foram se reproduzindo, espalhando-se quase sempre de maneira acrítica, inclusive através de importantes obras da literatura mundial, como nos romances de Joseph Conrad (1857-1924), Rudyard Kipling (1865-1936), Jane Austen (1775-1817), entre outros.

Você deve estar se perguntando: será que tudo que nos apresentam sobre o “Oriente” não passa de estereótipos, elaborados pelo poder dos impérios? Vejamos! Representações não necessariamente são retratos fiéis ou espelhos de realidades e de fenômenos empíricos. Aliás, nem precisam ser. As representações orientalistas são narrativas que nomeiam, classificam, dotam de significados e adjetivam culturas, tradições e nações, perpetuando-se, geração após geração, como verdades inquestionáveis. Mas e aqueles que são os objetos dessas representações? Esses muitas vezes não se reconhecem nelas

e sentem-se, via de regra, estigmatizados e violentados em sua autoestima. Outros, não obstante, passam a adotar as visões de seus colonizadores ou observadores, tornando suas, ou adotando como suas, aquelas representações.

Um dos exemplos mais fascinantes de representação do “Ocidente” sobre o “Oriente”, encontra-se no livro *Istambul*, de Orhan Pamuk. Nele o autor, no capítulo chamado “Aos olhos ocidentais”, discorre sobre como os escritores ocidentais descreviam suas impressões, não raro exotizadas, da cidade de Istambul e de seus habitantes, desde o século XIX, a exemplo dos escritores franceses Lamartine (1790-1869), Gautier (1811-1872), Nerval (1808-1855), Flaubert (1821-1880), e como essas narrativas orientalistas produziam dor e ansiedade em escritores turcos que olhavam para uma outra Istambul. Ou seja, a Istambul dos escritores turcos guardava pouca correspondência com a Istambul dos orientalistas. Você deve estar então se perguntando: qual representação de Istambul é a mais verdadeira? Não se trata é claro de uma disputa sobre “verdade”. Trata-se sim de visões de mundo diferenciadas cada uma das quais representando Istambul ao seu modo, conforme seus valores. Mas o fato é que as versões ocidentais tornaram-se de tal modo hegemônicas, que pouco conhecemos sobre as representações locais ou nativas que se produziram sobre a cidade de Istambul. Como você verá mais adiante, as lutas anticolonialistas e pós-colonialistas, desde o final dos anos de 1940, resultaram em tentativas sistemáticas de afirmação de outras narrativas quase sempre críticas ao cânone iluminista, universalista e cristão que de modo geral pavimenta a grande narrativa orientalista. Este é o caso de autores indianos (Bhabha, Spivak), palestinos (Said), caribenhos (Stuart Hall), africanos (Wole Soyinka) que propõem uma nova historiografia, pautada pelas várias histórias locais que, com efeito, se tornariam um importante contraponto às grandes narrativas orientalistas elaboradas pelo “Ocidente”.

Há, contudo, processos políticos de incorporação e adoção da narrativa orientalista, por aqueles que são seus objetos de

significação. Com o fim do Império otomano e com a fundação da República Turca, em 1923, nasce o nacionalismo turco, sob a liderança de Mustafá Kemal Atatürk (1881-1938), que inicia um longo processo de ocidentalização da Turquia. Esse processo inaugura uma ambiguidade nas formas como os turcos reagem aos olhares do Ocidente. Por exemplo, quando um escritor francês, como Pierre Loti (1850-1923), elogia as tradições do povo turco, especialmente seu exotismo e a sensualidade de suas mulheres, os nacionalistas acusam-no de valorizar não os turcos, mas a cultura do Império otomano. Quando André Gide (1869-1951), escritor francês, visita a Turquia em 1914 fica, ao contrário de Pierre Loti, horrorizado com a sobrevivência dos hábitos e comportamentos associados ao Império Otomano. Esse olhar crítico e estigmatizante sobre os turcos seria também motivo de indignação. Conforme o escritor turco Pamuk, “o relato de André Gide sobre suas viagens à Turquia, em 1914, não tem nada dessa postura de amor aos turcos [como em Pierre Loti]. Pelo contrário: quando diz que detesta os turcos, Gide não o faz para agradar aos nacionalistas [críticos das imagens exóticas da Turquia], mas faz como um insulto racista – “as roupas que os turcos usam são feias, mas a raça não merece coisa melhor”. Afirma que as suas viagens ensinaram-lhe que a civilização ocidental, especialmente a civilização francesa, é superior a todas as outras.

A visão dos escritores ocidentais sobre a Turquia gerava, por um lado, uma mágoa profunda nos turcos pela maneira preconceituosa como eram vistos e, por outro, promovia o fortalecimento do nacionalismo cuja crença era a de que, para se alcançar a ocidentalização, era necessário solapar valores e hábitos do antigo Império otomano. Como nos conta Pamuk, um ano depois do lançamento do livro de André Gide, contendo críticas aos hábitos dos turcos, Atatürk, o primeiro presidente da República Turca, instituiu uma revolução nos trajés, banindo toda forma de vestimenta que não fosse ocidental. Para ele, o Ocidente era o padrão para toda a humanidade.



Figura 1.3: Mustafá Kemal Ataturk.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/cc/MustafaKemalAtaturk_crop.jpg



Figura 1.4: Vestimentas típicas do período do Império Otomano.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/História_do_Oriente_Médio



O Império Otomano

O Império Otomano (em árabe: **دولت عثمانی**, Devlet-i Âliye-yi Osmâniyye em turco-otomano) foi um Estado que existiu entre 1299 e 1922, e que no seu auge compreendia a Anatólia, o Médio Oriente, parte do norte da África e do Leste Europeu. Foi estabelecido por uma tribo de turcos oguzes no oeste da Anatólia e era governado pela dinastia Osmanlin. Sua capital era a cidade de Constantinopla, tomada ao Império Bizantino, em 1453. O Império Otomano foi a única potência muçulmana a desafiar o crescente poderio da Europa Ocidental, entre os séculos XV e XIX. Declinou marcadamente ao longo do século XIX e terminou por ser dissolvido após sua derrota na Primeira Guerra Mundial. Ao final do conflito, o governo otomano desmoronou e o seu território foi partilhado. O cerne político-geográfico do império transformou-se na República da Turquia, após a Guerra de Independência turca.



Ferit Orhan Pamuk

Conhecido apenas como Orhan Pamuk (Istambul, 7 de junho, 1952), é um romancista turco. Foi premiado com o Nobel de Literatura de 2006. É professor de Literatura da Universidade de Colúmbia. Pamuk é um dos mais proeminentes escritores da Turquia, e seus trabalhos foram traduzidos em mais de cinquenta línguas.

Ganhou diversos prêmios nacionais e internacionais. Em 12 de outubro de 2006, tornou-se a primeira pessoa da Turquia a receber um Prêmio Nobel. É autor, entre outros, de *Meu nome é vermelho* (2004), *Neve* (2006) e *Istambul* (2007).



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/38/Orhan_Pamuk_Shankbone_2009_NYC.jpg

Estranhos, deformados, eróticos e curiosos: o “Oriente” como o espetáculo das diferenças

Uma outra história que você deve conhecer e que compõe esse vasto universo de histórias de estigmatização, exotização e violação da mais elementar dignidade humana é a que ficou conhecida sob o nome “Vênus Hotentote”.

Saartjie Baartman era uma jovem que pertencia ao povo Khoisan, antiga etnia que vivia na parte meridional da África, também chamados hotentotes ou bosquímanos. Trabalhava como serva para a família Baartman nas proximidades da Cidade do Cabo. No início do século XIX, Saartjie Baartman é levada pelo irmão de seu patrão para se exhibir em circos e em feiras em Londres com a promessa de que enriqueceria. Os circos e feiras de exposições de humanos, em alguns casos, chamados zoológicos humanos,

faziam enorme sucesso na Europa, ao longo do século XIX, e não era incomum encontrar etnias da África (pigmeus, por exemplo), indígenas das Américas e povos aborígenes exibidos para plateias sedentas de figuras consideradas estranhas, exóticas e deformadas. Saartjie, para os padrões europeus, era considerada uma figura com características a um só tempo sexualmente atraentes e repugnantes. A sua etnia apresentava, particularmente nas mulheres, algumas características físicas que mobilizavam a curiosidade erótica e mórbida dos europeus. As mulheres dessa etnia caracterizavam-se por terem nádegas enormes e elevadas, e os pequenos lábios vaginais muito desenvolvidos, pendurados com comprimento de 8 a 10 cm. No espetáculo em que Saartjie era exibida para plateias europeias, ela aparecia acorrentada (nua, porém com a vagina coberta) e caminhava de quatro para melhor exhibir suas nádegas, sugerindo uma imagem erótica e “animalesca”. À audiência era permitido tocar as nádegas de Saartjie. Depois de uma estada de três anos e meio em Londres, ela segue para Paris e é explorada por um amestrador de animais que propagandeava as dimensões de suas nádegas e vagina.

Em uma Europa atenta às descobertas que o domínio imperial fazia em terras longínquas e inóspitas, não era raro que casos como o de Saartjie se tornassem objetos de interesse da ciência e virassem casos de ilustração científica em livros e teses. A imprensa também usava essas “figuras” como modelos de caricaturas para o prazer de multidões que se deleitavam com essas “estranhas” imagens.

Em 1815, Saartjie morre na França, vítima não se sabe se de varíola, sífilis ou pneumonia. Seu corpo foi doado ao Musée de L’Homme, em Paris. Seus órgãos foram mantidos em formol e exibidos até 1974. Em 2002, seus restos mortais são enterrados, com honras de chefe de Estado, na Cidade do Cabo, a pedido de Nelson Mandela.



Figura 1.5: Caricatura de Saartjie Baartman.

Fonte: [HTTP://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f0/baartman.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f0/baartman.jpg)

O caso de Saartjie talvez seja o mais emblemático dos abusos morais e físicos que se cometiam ao longo do século XIX e da primeira metade do XX, no palco da dominação imperial da África e da Ásia – e antes das Américas. No início do século XIX, surge um novo gênero de espetáculo na Europa: os chamados *ethnic shows*. Esse gênero de espetáculo atraía multidões e revelava, ademais, a visão que Ocidente ia forjando do “Oriente”. A descoberta do “selvagem”, esse “outro” das colônias, transforma-se em fonte de conhecimento e de entretenimento, especialmente para os europeus.

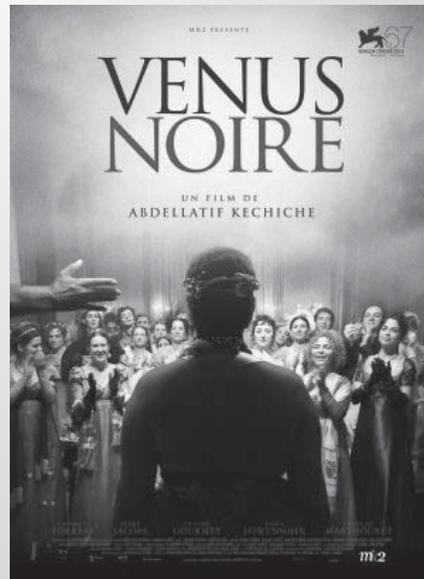
Nesses termos, o desafio era encontrar esses tipos considerados exóticos, estranhos, selvagens e deformados, e torná-los objetos do que se chamaria no século XIX o “Espetáculo da Diferença”. Nos primeiros estágios da colonização imperial, começam a surgir

teorias raciais, a fim de melhor classificar a humanidade. Ao lado do conhecimento científico, o imperialismo promovia entretenimento para milhares de pessoas em diferentes países da Europa e nos Estados Unidos. Entre 1870 e a Segunda Guerra Mundial, as chamadas performances étnicas já não são realizadas por amadores (como aqueles que exibiam a Vênus Hotentote, como você já viu). Agora essas performances são feitas por profissionais em grandes empreendimentos, como as famosas exposições que reproduziam o *habitat* do “selvagem”, ao lado dos zoológicos, erigidos nos jardins públicos ou jardins botânicos. Eram os chamados Jardin Zoologique d’Acclimatation, em Paris. O que se dizia à época era: “Ver é conhecer.” O interesse e curiosidade que essas exposições étnicas produziam nas audiências europeias diz um pouco da maneira pela qual o empreendimento colonialista era legitimado e de alguma maneira partilhado pelos europeus. Todos queriam ver e conhecer os achados dos impérios.

Nesse primeiro contato com o orientalismo, você pôde observar as diversas maneiras pelas quais o “Oriente” foi inventado e reinventado desde o século XIX, tanto através das narrativas estéticas e literárias de viajantes – que buscavam identificar e descrever esse “outro”, com admiração e curiosidade, exaltando ou repelindo suas características físicas, intelectuais e morais – quanto através da transplantação do “outro” para o contexto europeu, como objeto de exibição mórbida, ou de promoção de performances para alimentar o voyeurismo das massas, como no caso dos Jardin d’Acclimatation. Os saberes médicos, biológicos e etnográficos experimentaram nesse contexto um enorme avanço. Você viu também que os estigmas que se produziram sobre o “Oriente” no contexto do imperialismo dos séculos XIX e XX são ainda hoje mobilizados de diversas maneiras: desde os estigmas sobre o “Oriente” terrorista, até as versões caricatas sobre povos e costumes do “Oriente”, como nas novelas brasileiras.



Há um filme sobre a Vênus Hotentote, *Vênus negra*, com direção de Abdellatif Kechiche, ano de 2010; produção: França/Itália/Bélgica.



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/4/47/Black_Venus.jpg



Atende ao Objetivo 1

1. Realize uma pesquisa na internet através da qual você reúna o maior número de imagens representativas de estigmas que os ocidentais têm criado sobre o "Oriente". Procure agrupar essas imagens, conforme você detecte características salientadas na representação (traços físicos diferenciados, vestuários, hábitos). Essas imagens podem ser fotos, pinturas, esculturas,

caricaturas, trechos de filmes etc. Tente articular essas imagens ao contexto histórico nos quais elas foram produzidas. Ao final, busque identificar as correlações entre a representação do “outro” e as condições históricas de sua produção. Essa pode ser uma boa maneira de observar como essas imagens do “Oriente” vão se transformando historicamente e como elas conformam o que chamamos orientalismo.

Resposta Comentada

Vimos que, em diferentes circunstâncias históricas, as imagens do “Oriente” vão se modificando e ganhando novos contornos e adjetivações. Um exemplo interessante seria identificar como os muçulmanos são retratados antes e depois do 11 de setembro; ou identificar como os caricaturistas retratavam os imigrantes orientais (chineses, japoneses) nas primeiras décadas do século XX, no Brasil. Mais recentemente, podemos identificar caricaturas dos coreanos do norte (durante os funerais de seu líder, Kim Jong-il), como um exemplo de ridicularização dos rituais de poder de uma outra cultura. Ou identificar os traços físicos que Debret ressalta dos escravos africanos no Brasil do século XIX. Você pode então articular as circunstâncias históricas e a maneira como o estigma é evocado nessas imagens.

Edward Said e a crítica pioneira ao orientalismo

O que você viu até aqui foram tentativas de mostrar como o colonialismo dos impérios europeus, ao mobilizar encontros de culturas, promove uma estrutura de representações na qual o fundamento maior são as desigualdades entre “Ocidente” e “Oriente”. Vimos que os seres humanos que eram a parte dominada do empreendimento colonial são vistos, identificados, classificados e estigmatizados através de representações narrativas e estéticas que definem esse “outro” como atrasado, bárbaro, inferior. Na seção do capítulo a seguir, importa compreender como esse “orientalismo”

começa a ser desconstruído e relativizado por um conjunto de teses cujo maior expoente é Edward Said, em sua crítica ao orientalismo.

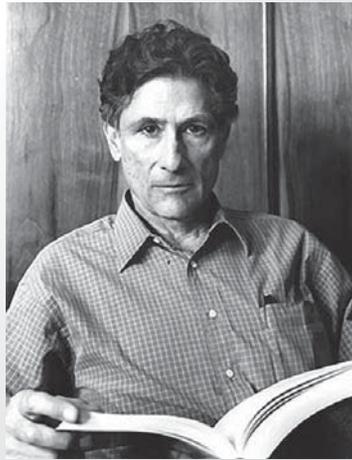
Quando se fala em orientalismo ou na crítica ao orientalismo, imediatamente nos vem à mente o nome deste destacado crítico literário e professor da Universidade de Columbia, em Nova York. É dele uma das mais significativas contribuições ao debate contemporâneo sobre orientalismo, sobre análise de discurso e sobre o pós-colonialismo. Said tem explorado questões-chave para a melhor compreensão do que é o imperialismo ao se perguntar qual o lugar que a cultura nele ocupa.

A empresa imperialista teria sido menos eficaz se não tivesse como fundamento estruturas ideológicas e de poder a sustentar rígidas diferenciações entre culturas do “Ocidente” e do “Oriente”, sob a premissa da desigualdade.



Edward Said

Nasceu em Jerusalém, em 1935, na Palestina, sob mandato britânico, no seio de uma família cristã. Estudou em Princeton e em Harvard, e passou a maior parte da sua vida adulta na Universidade de Columbia, em Nova York. Faleceu, vítima de um câncer, em 2003. Lutou pela causa palestina em várias frentes, como militante e como escritor. É autor de uma vasta obra: *Orientalismo* (1978), *A questão da Palestina* (1980), *Cultura e imperialismo* (1992), *Representações do intelectual* (1993) e *Humanismo e crítica democrática* (2004), entre outros.



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/1/15/Edward_Said.jpg

Como um fenômeno também cultural, o imperialismo deve ser compreendido, conforme Said, não apenas como uma simples relação desigual entre o colonizador e o colonizado. Mais importante é compreender como a literatura, a história, a etnografia reproduzem acriticamente ideologias que acabam reforçando a própria dominação colonial. Muitos escritos desse período enfatizam o projeto colonial como uma necessidade civilizatória, ou seja, como uma missão que o homem branco deve conduzir para educar os povos “bárbaros” do “Oriente”.

Os estudos de Said, que resultaram em seu livro *Orientalismo*, de 1978, demonstram as consequências do colonialismo europeu que transformou o “Oriente” em objeto de estudo, à medida que foi descobrindo suas formas textuais, sua arte, suas formas de organização social, tradições etc. A filologia, a história, a antropologia ocidentais destacaram de tal modo a diferença do Oriente em relação ao Ocidente que acabaram por desumanizar as culturas, objetos de seus estudos. O orientalismo nunca foi um corpo de conhecimento desinteressado, uma vez que a premissa que fundamentava as suas descobertas era a de que o “Oriente” abrigava populações estranhas, pouco desenvolvidas e incapazes de definir a si.

Epistemologia ou teoria do conhecimento (do grego *epístème*), ciência, conhecimento λόγος [logos], discurso) é um ramo da filosofia que trata dos problemas filosóficos, relacionados com a crença e o conhecimento. É o estudo científico da ciência (conhecimento), sua natureza e suas limitações.

Ontologia, em grego *ontos* e *logoi*, “conhecimento do ser”, é a parte da filosofia que trata da natureza do ser, da realidade, da existência dos entes e das questões metafísicas em geral. A ontologia trata do ser enquanto ser, isto é, do ser concebido como tendo uma natureza comum que é inerente a todos e a cada um dos seres. Costuma ser confundida com metafísica. Conquanto tenham certa comunhão ou interseção em objeto de estudo, nenhuma das duas áreas é subconjunto lógico da outra, ainda que na identidade.

Você deve estar se perguntando sobre como os aspectos culturais, intelectuais e acadêmicos podem ser considerados tão eficazes como os econômicos ou os militares para um domínio mais efetivo desses territórios. Vejamos, então, como Said define o orientalismo.

1. o orientalismo é um conjunto de saberes sobre o Oriente, produzido por acadêmicos ocidentais;
2. esse conjunto de saberes não era ingênuo e nem desinteressado. Serve aos imperialistas ocidentais mais pragmáticos que empregam esses conhecimentos sobre o “oriental”, para aumentar seus poderes. O conhecimento sobre línguas orientais, por exemplo, servia a interesses políticos. No auge do colonialismo, o “Oriente” transforma-se em disciplina ativa e independente nas universidades.
3. o orientalismo constrói distinções **epistemológicas** e **ontológicas** entre Oriente e Ocidente que reproduzem e perpetuam os estereótipos de avançado/primitivo, desenvolvido/atrasado, superior/inferior, racional/irracional, entre outras oposições binárias. Esse “outro” é definido pelo “Ocidente”, como exótico, cruel, sensual em contraste com o “Ocidente” que seria a normalidade, ou melhor, o padrão a ser seguido.

Uma das consequências desse saber, construído sobre o “Oriente”, é que ele legitima o colonizador que, ao submeter o colonizado, justifica-se em tal ato como aquele que conduz a missão civilizatória entre povos bárbaros. As narrativas de viagens são exemplos riquíssimos para se compreender como essas representações são construídas. Você viu no início do capítulo que essas representações captavam cenários nos quais prazeres, perversões e exotismo eram sempre assinalados como típicos do “Oriente”. Nessa perspectiva, as princesas muçulmanas, por exemplo, eram pérfidas, pervertidas. O “Oriente”, com efeito, seria um mundo de luxúria em contraposição ao Ocidente cristão.

As representações dos haréns, tanto na literatura quanto na pintura, transformam-se quase em uma obsessão dos orientalistas.



Figura 1.6: *Os banhos do harém* (pintura de Jean-Léon Gérôme).

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/1c/Jean-L%C3%A9on_G%C3%A9r%C3%B4me_007.jpg



Harém

Um exemplo de como o harém é um tipo de organização social, ou melhor, patriarcal, que foi objeto de enormes distorções representacionais pelo Ocidente, vale conferir o filme: *Harém*. Trata-se da história de uma moça que irá se casar com um oficial do exército real, em Constantinopla. Mas antes do casamento, é raptada e vendida para um poderoso sultão. Rapidamente, torna-se a preferida, causando inveja nas outras mulheres do harém. É um filme de 1985, dirigido por Arthur Joffe e tem no elenco Nastassia Kinski e Ben Kingsley.



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/7/75/Harem_FilmPoster.jpeg

A crítica de Said ao orientalismo é a crítica a todas as formas de representação essencializadas que se pretendem verdadeiras, imutáveis. A história, para Said, é o melhor exemplo de que as culturas modificam-se, os indivíduos transformam-se e que as experiências humanas concretas são os melhores antídotos às ficções ideológicas, aos modelos reducionistas e abstratos em nome dos quais se construiu o orientalismo e o imperialismo no passado e que ainda hoje se reinventam como categorias congeladas e genéricas, quando opõe, por exemplo, o “Ocidente” normalizado aos terroristas árabes e muçulmanos do “Oriente”. Em seu prefácio à reedição do livro *Orientalismo*, em 2004, Said, emocionado e angustiado com as circunstâncias históricas, especialmente após o 11 de setembro, referindo-se ao infindável conflito entre palestinos e israelenses, desabafa:

Passei boa parte da minha vida nos últimos 35 anos defendendo o direito do povo palestino à autodeterminação, mas sempre procurei fazê-lo, mantendo-me totalmente atento

à realidade do povo judeu e ao que ele sofreu em matéria de perseguição e genocídio. Mais importante que tudo é dar ao conflito pela igualdade na Palestina e em Israel o sentido de perseguir um objetivo humano, ou seja, a coexistência e não o aumento da supressão e da denegação. Não por acaso chamo a atenção para o fato que o orientalismo e o antisemitismo moderno têm raízes comuns. Assim sendo, considero uma necessidade vital que os intelectuais independentes apresentem sempre modelos alternativos aos modelos redutivamente simplificadores, baseados na hostilidade mútua que há tanto tempo prevalecem no Oriente Médio e em outras partes do mundo (SAID, *Orientalismo*, p. 20).

A crítica pós-colonialista ao orientalismo

Após os estudos de Said sobre orientalismo, os estudos pós-coloniais ganharam um novo impulso teórico e vários autores com preocupações locais promovem um novo cenário historiográfico. Seus escritos ganham fôlego nos anos de 1980 e suas propostas diversificadas orientavam-se para a desconstrução de epistemologias essencialistas, como você pode identificar no exemplo do orientalismo, desenvolvidas no processo de constituição dos impérios coloniais, a partir do século XIX. Autores da **Diáspora Negra**, como Stuart Hall ou da diáspora palestina como Edward Said, ou intelectuais indianos como Homi Bhabha, Gayatri Chakravorty Spivak, Dipesh Chakrabarty, entre outros, priorizaram a desconstrução da polaridade West/Rest (Ocidente/resto) como constitutiva de uma relação assimétrica e irreversível, tanto no nível de uma superioridade ontológica, quanto de uma superioridade epistemológica do Ocidente. Para os estudos pós-coloniais, a primazia da epistemologia e da ontologia do West (Ocidente) em relação ao Rest (resto) produziria fundamentalmente estereótipos binários: civilizado/bárbaro, superior/inferior, racional/mítico. Na construção deste “outro” que é o “Oriente” (essencializado), enfatizava-se a sensualidade, o exótico, a crueldade, o bizarro,

Diáspora Negra

Também chamada de Diáspora Africana — é o nome que se dá ao fenômeno sociocultural e histórico que ocorreu em países além da África, devido à imigração forçada e pela escravização, e o tráfico de africanos que perdurou da Idade Moderna até o final do século XIX, (em especial africanos de pele escura chamados pela cultura ocidental de negros ou afrodescendentes). O termo foi cunhado por historiadores, movimentos civis e descendentes de escravos. Mais recentemente, tem sido usado por movimentos pan-africanistas e movimentos negros nas Américas, para reforçar o sentimento de identidade que marca todo esse processo de deslocamento dos negros por diferentes continentes e especialmente pelo chamado Atlântico negro (que inclui as Américas e o Caribe).

o ambíguo, o mestiço etc. Tais versões, sempre imaginadas em contraponto à identidade do europeu moral e biologicamente superior, legitimavam a produção de conhecimento no processo mesmo de colonização, para se extrair um pretenso saber colonial que mais eficazmente colaboraria para o controle do que se supunha moral e racialmente ameaçador.

O pós-colonialismo nasce, então, de diferentes tentativas de se promover a desconstrução da epistemologia que instituiu o West/Rest, unindo diferentes sujeitos, não raro submetidos a várias formas de silenciamento, violência e opressão colonial. Spivak, por exemplo, avança sobre a dicotomia West/Rest, sugerindo que o Rest, longe de ser homogêneo e sem individualidades, abriga narrativas historicamente situadas, contingentes, produtos que ela chama “subalternos heterogêneos”. Trata-se de historicizar diferentes atores e diferentes agências, na linha do *subaltern studies* (**estudos subalternos**) (SPIVAK, 1988), que se situam aquém e além das dicotomias clássicas que opõem “Oriente” e “Ocidente”.

Estudos subalternos (subaltern studies)

Iniciam-se nos anos de 1980 com um grupo de extraordinários eruditos e pesquisadores da Índia, liderados por Ranajit Guha, que promovem uma verdadeira revolução na historiografia ao resgatar a história indiana do domínio da elite nacionalista e restituir o importante papel das massas pobres das cidades e do campo.

Os estudos pós-coloniais, embora bebam na fonte das resistências anticolonialistas em sua produção crítica, a exemplo da obra de Frantz Fanon, avançam em suas análises ao recusar um Rest homogeneamente subalternizado e subjetivamente desencarnado. Trata-se de identificar os subalternos heterogêneos, suas múltiplas representações e agências, dar-lhes voz, tirar-lhes do silenciamento, pela rejeição de qualquer narrativa totalizadora.

Para os intelectuais dos estudos pós-coloniais, isso não significa dar voz ao oprimido (à maneira dos estudos marxistas), ou seja, não significa falar em seu nome contra a violência colonial. Trata-se de descolonizar a imaginação do colonizado, inculcada de valores que ele “inconscientemente” acaba adotando como seus no processo de colonização, que é também um processo de tradução.

Tanto os lugares de enunciação, quanto as narrativas e discursos, são campos analíticos fundamentais para os estudos pós-coloniais. O lugar de enunciação pós-colonial estabelece com

o colonialismo relações de forte ambiguidade, na linha analítica do que Hommi Bhaba chama hibridismo ou entremeios. As narrativas pós-coloniais pretendem ser micronarrativas alternativas às grandes narrativas essencialistas, imperialistas, nacionalistas e teleológicas elaboradas por europeus a respeito do “Oriente”.



Frantz Fanon

Você ainda vai ouvir falar muito de Frantz Fanon. Ele é uma das maiores referências de crítica anticolonial. Frantz Fanon (1925-1961) era psicanalista e filósofo social, nasceu na Martinica, estudou na França e trabalhou em vários países na África. Fortemente influenciado por J.-P. Sartre e Aimé Césaire, Fanon é mais conhecido por seus escritos sobre racismo e colonialismo. Seus trabalhos mais conhecidos são *Peau Noire, Masques Blancs* (*Pele negra, máscaras brancas*), de 1952, e *Les Damnés de la Terre* (*The Wretched of the Earth; Os condenados da Terra*), de 1961.

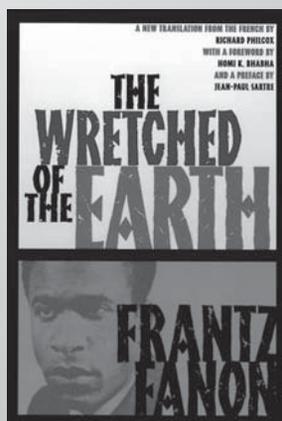


Figura 1.7: Capa do livro *Os condenados da Terra*, de 1961.

Fonte: en.wikipedia.org/wiki/frantz_fanon



Atende ao Objetivo 2

2. Pesquise ao menos três casos de revolta anticolonial: na Índia (1942, Movimento Deixem a Índia e, em 1947, Independência da Índia), na Argélia (Batalha de Argel, Guerra da Argélia, 1954-1962) e em Angola (1975, Independência de Angola). Procure destacar as narrativas de libertação e independência, utilizadas pelos líderes ou por movimentos organizados dessas revoltas: Gandhi, pela Índia; Movimento pela Libertação da Argélia; e MPLA e Agostinho Neto por Angola.

Resposta Comentada

Nos final dos anos de 1940, nos anos de 1950, 1960 e 1970, observam-se ondas de movimentos de libertação na Ásia e na África, dois continentes marcados pelo imperialismo europeu. Esses movimentos, conforme as circunstâncias históricas em que ocorrem, irão produzir discursos anticolonialistas, marcados por especificidades associadas ao tempo e ao contexto de suas lutas por libertação. No primeiro caso, o pacifismo de Gandhi; no segundo caso, a revolta dos *pied-noirs* que promoveram uma série de atentados contra franceses em Argel; no terceiro caso, uma longa luta pela libertação de Angola que se inicia em 1961 e termina só em

1975, com a conquista da independência. Nesses casos, as narrativas, embora se assemelhem pelo desejo da libertação, são diferentes em suas táticas, princípios e relações com os impérios a que estavam submetidas.

CONCLUSÃO

Nesse primeiro contato com o orientalismo, você pôde observar as diversas maneiras pelas quais o “Oriente” foi inventado e reinventado desde o século XIX, tanto através das narrativas estéticas e literárias de viajantes – que buscavam identificar e descrever esse “outro”, com admiração e curiosidade, exaltando ou repelindo suas características físicas, intelectuais e morais – quanto através da transplantação do “outro” para o contexto europeu, como objeto de exibição mórbida, ou de promoção de performances para alimentar o voyeurismo das massas, como no caso dos Jardin d’Acclimatation. Os saberes médicos, biológicos e etnográficos experimentaram nesse contexto um enorme avanço. Você viu também que os estigmas que se produziram sobre o “Oriente” no contexto do imperialismo dos séculos XIX e XX são ainda hoje mobilizados de diversas maneiras: desde os estigmas sobre o “Oriente” terrorista, até as versões caricatas sobre povos e costumes do “Oriente”, como nas novelas brasileiras.

Você teve a oportunidade de ver como a obra de Said foi fundamental para promover a desconstrução do conceito de orientalismo ao mostrar que não há conhecimento desinteressado e que grande parte das narrativas que inventam o “Oriente”, instauram uma dimensão política na qual a diferença entre “Ocidente” e “Oriente” é também uma desigualdade. As oposições binárias reforçam-se e as relações entre “Ocidente” e “Oriente” transformam-

se em relações entre civilizados e bárbaros, desenvolvidos e atrasados; civilizados e selvagens, racionais e míticos. O “orientes”, nesses termos, é uma marca criada pelo “Ocidente” que confere aos povos “orientais” o estigma do exotismo e da inferioridade.

Por fim, o pós-colonialismo que sistematizou a crítica ao orientalismo e tem mostrado que a relação entre Ocidente e Oriente é muito mais complexa. O mais importante para esse paradigma teórico é desfazer a imagem de um “orientes” homogêneo, tal como o orientalismo descreve-o. O “Oriente” é na verdade um conjunto bastante significativo de grupos cujas narrativas culturais devem ser conhecidas como um contraponto à grande narrativa hegemônica que o orientalismo legou-nos. Muitas das culturas locais e nativas são também culturas híbridas, formadas do encontro entre “Ocidente” e “Oriente”, colonizadores e colonizados, império e colônia. A identificação do hibridismo cultural em suas expressões históricas mostra como os povos do chamado “Oriente”, da perspectiva do pós-colonialismo, produzem traduções do colonialismo, reinventando assim suas próprias histórias. Para Said, essas novas histórias são uma reapropriação da experiência histórica do colonialismo, revitalizada e transformada numa nova estética da apropriação. Trata-se de identificar os subalternos em sua heterogeneidade, em suas múltiplas representações e agências, dar-lhes voz, tirar-lhes do silenciamento, pela rejeição de qualquer narrativa totalizadora.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Muitas das representações estéticas, produzidas sobre o Oriente, sugerem a existência de uma “arte orientalista” que, conforme a conjuntura histórica, revela visões bizarras e versões sobre a barbárie e a violência. A seguir você verá algumas telas e fotos que retratam o “Oriente” em diferentes momentos. Procure identificar as características que o olhar ocidental ativa do “Oriente” e o período histórico no qual essas representações são criadas.



Ruth Livingstone

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1215437>



Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/26/Tahyea05.jpg>



Silvia Cosimini

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/736052>



Thomas Gray

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/104467>



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/1f/Human_Rights_China_.jpg

Resposta Comentada

Muitas das imagens que se produziram no passado e que se produzem ainda hoje sobre o “Oriente”, enfatizam características de um “outro” quase sempre carente dos valores, dos hábitos, da estética e da moralidade do Ocidente. O mais interessante é que você pode buscar imagens passadas e atuais, e, ainda assim, guardadas as motivações e conjunturas históricas, verá uma constante produção de estereótipos sobre o “Oriente”.

RESUMO

Nesta aula, você pode conhecer mais de perto o tema do orientalismo e como ele foi produzido desde o século XIX, nas experiências do colonialismo europeu em vastas regiões da África e da Ásia. Em nome de uma pretensa superioridade política, econômica e cultural, os europeus olhavam para outros povos do Oriente como objetos do que eles tomavam para si como uma missão civilizatória. Você viu também como a produção de um conhecimento sobre o “Oriente” mobilizou o interesse científico através do qual se pretendia identificar e classificar povos diferenciados, produzindo teses sobre inferioridade racial, sobre atraso cultural e civilizacional, sobre povos exóticos, sobre excessos eróticos e, nessa perspectiva, transformavam grupos étnicos em atrações para entreter os europeus no próprio contexto europeu, exibindo em exposições o “Espetáculo das Diferenças” do vasto mundo por eles colonizados. No final da aula, você pode entrar em contato com a importante crítica que Said formula as formas como o “Ocidente” definiu preconceituosamente o “Oriente”, transformando esses saberes, que ele chama orientalismo, em mais um importante fundamento cultural que, de várias maneiras, justificava o domínio de povos e regiões do Oriente. A crítica de Said ao orientalismo abre o horizonte de estudos, entre os quais os estudos subalternos, como parte do campo mais amplo dos estudos pós-coloniais, que ainda hoje elaboram a crítica à grande narrativa hegemônica, produzida pelo orientalismo, propondo estudos alternativos que evoquem as histórias subalternas e híbridas nos contextos em que o colonialismo europeu espalhou o seu domínio.

Informação sobre as próximas aulas

Nas próximas aulas, você terá a oportunidade de conhecer, de maneira mais aprofundada, narrativas sobre contextos marcados pelo impacto da colonização, tanto em suas reverberações territoriais e políticas, quanto em suas consequências de natureza cultural, frente às pressões pela modernização e ocidentalização do chamado “Oriente”.

Aula 2

Os nacionalismos judaico (sionismo) e palestino

Flávio Limonic

Meta da aula

Apresentar uma visão do processo histórico de construção do nacionalismo judaico (sionismo) e do nacionalismo palestino.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar conceitos básicos, como: nacionalismo judaico (sionismo), judaísmo, nacionalismo palestino, diferenças entre árabes e muçulmanos;
2. reconhecer os fundamentos históricos dos nacionalismos judaico (sionismo) e palestino.

Pré-requisitos

Disciplina História e Sociologia, principalmente as discussões sobre modernidade, modernização e secularização; Aula 1 de História do Oriente, particularmente o conceito de orientalismo.

INTRODUÇÃO

Provavelmente, você já leu nos jornais ou viu na televisão muitas notícias sobre ocupações militares, mortes de civis, bombas e atentados suicidas, envolvendo israelenses e palestinos. Talvez já tenha ouvido falar, também, em Yasser Arafat e na Autoridade Nacional Palestina, no Hamas e nas Brigadas de Al-Aqsa, assim como em Golda Meir, Itzhak Rabin e Shimon Peres, no Partido Likud e nos colonos israelenses da Cisjordânia. No entanto, notícias como essas pouco ajudam a compreender a complexidade do conflito que opõe palestinos a israelenses, pois a mídia, com muita frequência, utiliza conceitos de forma pouco cuidadosa. Não é incomum, por exemplo, que o conflito seja apresentado como opondo muçulmanos a judeus, que os palestinos sejam retratados como terroristas e que os israelenses sejam associados ao imperialismo ocidental.

No entanto, compreender o conflito entre israelenses e palestinos, em toda a sua complexidade, é fundamental para o bom entendimento do século XX e dos desafios do XXI, pois nele estão presentes vários elementos e categorias da dinâmica política do período, como Estado, nação, Estado-Nação, nacionalismo, religião e fundamentalismo religioso. Nele estão presentes, também, elementos de geopolítica e política internacional, interesses econômicos e profundas divergências ideológicas.

Por tudo isso, nesta e nas próximas três aulas, você entrará em contato com um conjunto de reflexões e informações que, esperamos, contribua para que tenha uma melhor compreensão desse conflito e para que reflita, também, a respeito do trabalho do historiador, que está prestes a abraçar.

Esclarecendo alguns conceitos: judeus, israelenses, árabes, palestinos, muçulmanos...

Para começar, vamos diferenciar judeu de israelense. Judeu é alguém que se identifica com a tradição judaica, tanto em sua dimensão religiosa quanto cultural, ao passo que israelense é o cidadão do Estado de Israel.

Há judeus que são cidadãos de diversos países do mundo, como evidencia o quadro a seguir. Por outro lado, cerca de 25% dos cidadãos israelenses não são judeus. São conhecidos como árabes-israelenses e, em sua maioria, são muçulmanos, embora haja também entre eles cristãos de diferentes denominações.

País	Judeus
Estados Unidos	6 milhões
França	500 mil
Itália	30 mil
Alemanha	120 mil
Brasil	100 mil
Turquia	25mil

Figura 2.1: Número aproximado de judeus em alguns países.

Fonte: Adaptado de http://www.ajcarchives.org/AJC_DATA/Files/AJYB721.CV.pdf; <http://www.pazagora.org/impArtigo.cfm?IdArtigo=1215>, pesquisados em 05 de outubro de 2010.

Se nem todos os israelenses são judeus e nem todos os judeus são israelenses, é importante também diferenciar árabes de palestinos e árabes de muçulmanos.

Os árabes formam o tronco étnico-linguístico mais importante de um vasto conjunto de países que se estende da África Ocidental à Península Arábica, como mostra a **Figura 2.2**.



Figura 2.2: Países árabes.

Os palestinos formam um conjunto específico de árabes, que se identificam à nação palestina, como os egípcios, os tunisianos e os argelinos identificam-se às nações egípcia, tunisiana e argelina. No entanto, enquanto egípcios, tunisianos e argelinos possuem seu próprio Estado nacional – Egito, Tunísia e Argélia – os palestinos não possuem Estado próprio, aspirando a construí-lo na Palestina.

Ademais, nem todos os árabes são muçulmanos. Basta olharmos para os imigrantes sírios e libaneses que vieram para o Brasil, e que nos trouxeram delícias como o quibe e a esfiha, para nos darmos conta da pluralidade religiosa existente no mundo árabe: tais imigrantes são, em sua maioria, cristãos. Não menos importante: nem todos os muçulmanos são árabes. Na verdade, os maiores países muçulmanos do mundo, como a Indonésia, o Paquistão e o Irã, além de Afeganistão e Turquia, não são árabes, como evidencia o **Figura 2.3**. Então, em uma definição geral, o muçulmano é o crente na revelação feita por Alá ao profeta Maomé, que tem no Corão o seu livro sagrado e pode pertencer a qualquer tronco étnico-linguístico.

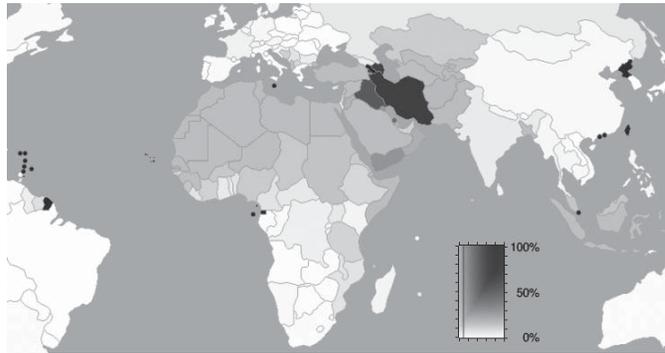


Figura 2.3: População muçulmana ao redor do mundo.
 Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Is%C3%A3o_por_pa%C3%ADs

Portanto, quando falamos em conflito entre israelenses e palestinos, não estamos nos referindo a um conflito entre árabes e judeus, tampouco entre muçulmanos e judeus. Estamos nos referindo a um conflito específico entre o Estado de Israel e os palestinos, que almejam ter o seu próprio Estado.



Atende ao Objetivo 1

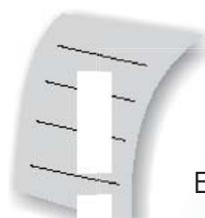
1. Faça uma pesquisa em notícias de jornais e/ou revistas a respeito do conflito entre israelenses e palestinos. Analise se as referências aos israelenses e aos palestinos são conceitualmente corretas ou se, pelo contrário, elas levam a confusões conceituais e, portanto, dificultam a compreensão a respeito do conflito.

Resposta Comentada

É possível que você tenha achado muitas formas diferenciadas de referências a israelenses e palestinos. Os primeiros, com frequência, são chamados de judeus, ao passo que os segundos, também com frequência, são denominados, genericamente, de árabes ou muçulmanos. Por vezes, em uma mesma matéria, você poderá encontrar formas diferenciadas de denominar as partes em conflito. Agora, no entanto, você tem mais clareza conceitual e, portanto, pode ter maior rigor crítico na leitura do seu jornal.

Israelenses e palestinos

Você já sabe que os israelenses são os cidadãos de Israel, que muitos judeus não são israelenses e que cerca de 25% dos israelenses não são judeus. E, no entanto, o Estado de Israel define-se como o Estado-Nação dos judeus, o que faz com que os cidadãos árabes de Israel tenham uma relação complexa com a identidade nacional do Estado do qual detêm os direitos de cidadania. Na verdade, muitos deles se identificam muito mais como palestinos do que como israelenses, ainda que a maioria se identifique como árabe-israelense.



Estado-Nação e Cidadania

Hoje em dia, o mundo está organizado em Estados-Nação que se apresentam como a expressão política e territorial de uma nação específica. Nem sempre foi assim. O Império Austro-Húngaro, por exemplo, que deixou de existir

após a Primeira Guerra Mundial, reunia povos de diversas línguas, religiões e culturas diferentes. Em seu território, foram formados novos Estados-Nação, como a Polônia – o Estado-Nação dos poloneses –, a Áustria – o Estado-Nação dos austríacos –, e a Hungria – o Estado-Nação dos húngaros. Se o Estado-Nação quer ser a expressão política e territorial de uma nação, resta definir o que se entende por nação. Essa tarefa não é fácil, pois há muitas definições possíveis. Ainda assim, essas definições podem ser divididas em dois grandes campos: as essencialistas e as históricas. As definições essencialistas afirmam que as nações sempre existiram, ou que têm suas origens em tempos imemoriais, e que seus membros compartilham características inerentes. Assim, por exemplo, existiria algo intrínseco aos franceses que os tornaria franceses e os distinguiria dos alemães. Tais visões são muito comuns entre movimentos e historiadores nacionalistas, mas há também, na academia, defensores da visão de que as nações possuem algo de intrínseco, etnicamente definido, como Anthony Smith. As visões históricas são aquelas que entendem as nações como construções da modernidade. Entre estas, destacam-se as produzidas por Ernest Gellner, que entende as nações como produtos da industrialização e urbanização, e por Benedict Anderson, que as entende como comunidades imaginadas. Se você tiver vontade de se aprofundar nessa discussão, aí vai uma recomendação bibliográfica: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Contraponto, 2000. É importante salientar que, nessa e nas próximas aulas, os nacionalismos palestino e judaico (sionismo) serão entendidos como construções históricas. Como você verá, o sionismo surgiu em meio às grandes mudanças ocasionadas pela modernidade europeia, ao passo que o nacionalismo palestino foi construído a partir da conjuntura de desmonte do Império otomano e de presença britânica e sionista na Palestina. Por cidadania, entendemos um conjunto de direitos e deveres juridicamente definidos que

regulam as relações de um indivíduo com o Estado. Não se deve, pois, confundir cidadania e identidade nacional, pois esta diz respeito a sentimentos e afetos, não sendo, portanto, regulada por normas jurídicas. Uma pessoa pode ser cidadã de um país e, ao mesmo tempo, sentir-se membro de uma nação estranha àquele país. Por exemplo, um imigrante italiano, naturalizado brasileiro, é um cidadão do Brasil, mas pode sentir-se, afetiva e emocionalmente, membro da nação italiana. Por outro lado, uma pessoa pode também sentir-se membro de uma nação, mas não ser cidadão do Estado que se apresenta como o Estado-Nação daquela nação. Por exemplo, um italiano que tenha migrado para o Brasil pode nunca ter se tornado cidadão brasileiro, ainda que possa sentir-se afetiva e emocionalmente mais ligado à nação brasileira do que à italiana. Pode haver também pessoas que se identificam a nações que não possuem Estados, como os próprios palestinos ou os curdos, que se espalham pelos territórios do Iraque, Síria e Turquia, e que, como os palestinos, também buscam construir o seu próprio Estado-Nação.

Mas você pode estar se perguntando, e com razão: se há judeus em tantos países do mundo e neles se sentem plenamente integrados às suas identidades nacionais, o que é, afinal, a nação judaica e por que deseja ela ter seu próprio Estado-Nação? E como pode o Estado de Israel definir-se como o Estado dos judeus se há tantos judeus fora de Israel e tantos não judeus dentro de Israel?

Perguntas do mesmo tipo poderiam ser feitas em relação aos palestinos. O que faz dos palestinos uma nação, se até o século XIX não havia a ideia de uma nação palestina distinta da identidade árabe? O que os distingue, afinal, dos outros árabes? Se eles nunca tiveram jurisdição sobre o território em que vivem, encontrando-se hoje espalhados em diversos países árabes e possuindo estatutos

jurídicos diferenciados – são refugiados no Líbano e na Síria, cidadãos na Jordânia, na Jerusalém Oriental, anexada por Israel, são residentes e na Cisjordânia, ocupada por Israel, vivem sob ocupação militar – o que os une?

Confuso? Sem dúvida. Para que a confusão seja desfeita ou ao menos minorada, é preciso que recorramos um pouco à história de israelenses e palestinos. Para que não haja brigas logo de início, vamos usar o critério neutro de ordem alfabética e começar pelos primeiros.

O nacionalismo judaico (sionismo)

O Estado de Israel foi criado em 1948 – portanto, os israelenses só passaram a existir a partir de então –, mas o judaísmo é uma crença multimilenar cujo fundamento básico é a crença na existência de um deus único com o qual os judeus fizeram um pacto. Por tal pacto, os judeus deveriam se transformar em um povo de sacerdotes, levando vidas exemplares, segundo os mandamentos divinos, e conduzindo a humanidade no caminho da redenção. Em retribuição, Deus teria dado aos judeus a Terra Prometida. Diferentemente do cristianismo, portanto, o judaísmo não é uma religião que busca ativamente a conversão dos não judeus, embora aceite-a. O não judeu, se justo, pode ser redimido, permanecendo não judeu.

Ocorre que, segundo a narrativa judaica, os judeus não teriam estado à altura das rígidas exigências do pacto que celebraram com Deus, cometendo, dentre outros pecados, idolatria, revolta e soberba. Por tal razão, Deus os teria enviado ao exílio. Neste, eles deveriam continuar a estudar a lei de Moisés e a tentar respeitar as exigências do pacto, na esperança de que Deus enviasse seu messias, dando início ao retorno à Terra Prometida e à redenção messiânica.

Dadas as condições de dispersão geográfica nas quais o judaísmo se desenvolveu nos últimos 2.000 anos, sem um poder centralizado do qual emanassem a autoridade, o direito, a doutrina e

os dogmas – como no catolicismo, que tem o Vaticano como autoridade última –, acabaram por se produzir, em seu seio, diferentes liturgias e formas de expressão cultural. De modo sintético, três grandes grupos judaicos constituíram-se: os *ashkenazim*, os *sefaradim* e os *mizrahim*.



Ashkenazim, sefaradim, mizrahim

Ashkenaz em hebraico quer dizer Alemanha. Os *ashkenazim* são os judeus, oriundos da Europa Central e Oriental, que, em contato com católicos e ortodoxos de línguas germânicas ou eslavas, construíram sua própria língua, o ídiche (alemão grafado em hebraico, com influências eslavas) e afastaram-se, em termos culturais, litúrgicos e étnicos, dos *sefaradim* e *mizrahim*. Em breve, nesta aula, você vai entrar em contato com dois importantes sociólogos do século XIX de origem *ashkenazi*, Karl Marx e Émile Durkheim. Como *Sefarad*, em hebraico, quer dizer Espanha, os judeus *sefaradim* são aqueles originários da Península Ibérica, de onde foram expulsos em fins do século XV. A partir de então, espalharam-se pela bacia do Mediterrâneo (norte da África, Itália, Bálcãs, Império Otomano) e Holanda. Tais judeus permaneceram ligados às suas raízes ibéricas e cultivaram, ao longo dos séculos, a língua ladina (espanhol grafado em hebraico e com influências das línguas faladas pelos novos países de adoção, como o árabe). Os judeus que vieram para o Brasil com os holandeses no século XVII eram *sefaradim*, assim como o filósofo Baruch Spinoza, do qual você já deve ter ouvido falar. Os *mizrahim*, por fim, são os judeus orientais, oriundos do mundo árabe, como Iraque e Iêmen, da Pérsia (atual Irã) e Ásia Central, fortemente influenciados pelas

culturas e línguas dessas regiões. Dado que o Brasil teve uma imigração judaica basicamente formada por *ashkenazim* e, em menor número, *sefaradim* marroquinos, os *mizrahim* são pouco conhecidos por aqui, mas formam, ao lado dos *sefaradim*, a maior parte do contingente populacional do Estado de Israel nos dias de hoje. Além destes grandes grupos, existem diversos outros menores, como os falashas da Etiópia, os judeus da Caifeng, na China, os judeus da Montanha, do Cáucaso, e o judeus de Cochim, na Índia.

De sua origem, em fins do século XIX, até a criação do Estado de Israel, em 1948, o sionismo foi um fenômeno essencialmente *ashkenazi*.



Sionismo

O sionismo entende o judaísmo não como uma religião ou como uma tradição cultural, mas como uma nação. Em outras palavras, para o sionismo os judeus formam uma nação específica, assim como os franceses, alemães ou poloneses e, como estes, devem ter o seu próprio Estado-Nação. Como todos os movimentos nacionais, o sionismo teve de construir uma memória nacional que o legitimasse perante os próprios judeus e os demais povos. Tal memória foi relacionada à narrativa bíblica. No entanto, enquanto que para os judeus religiosos o fundamento da narrativa bíblica era a relação de um povo com seu deus, para os sionistas era a relação de uma nação com sua terra. Aos olhos dos sionistas, portanto, o Antigo Testamento assumia a função de uma grande saga nacional. Muito embora ele fosse em sua origem um movimento de caráter

liberal – Theodore Herzl, seu fundador, pensava em um Estado para os judeus nos moldes da monarquia constitucional austro-húngara –, logo diversas correntes ideológicas – socialistas, religiosos, direitistas – aninharam-se em seu seio e buscaram definir o desenho do futuro Estado.

Vamos estudar um pouco melhor como o sionismo operou essa mudança no entendimento do judaísmo. Nas suas aulas da disciplina História e Sociologia, você estudou como a modernidade foi interpretada por Weber, Marx e Durkheim. Você deve lembrar, também, que Marx e Durkheim eram de origem judaica, eram judeus *ashkenazim*. Deve lembrar, por fim, como a modernidade atingiu profundamente os judeus.

Com o advento da modernidade – a separação entre Estado e confissão religiosa, a formação dos modernos Estado-Nação, a industrialização, a urbanização, a crise das autoridades e comunidades tradicionais – os judeus *ashkenazim* viram-se diante do desafio de redefinir suas inserções no seio das sociedades em que viviam: se até então se organizavam de forma bastante autônoma em meio a sociedades cristãs – ainda que com frágeis bases de segurança jurídica e frequente insegurança física –, como deveriam reagir diante da abertura do mundo, proporcionada pela Modernidade? Deveriam manter-se fiéis ao seu modo de vida tradicional, rejeitando os novos direitos, deveres, identidades e lealdades que se abriam no âmbito dos novos Estados-Nação que se formavam, ou incorporar-se a esses Estados-Nação, ao preço de se afastarem de sua identidade religiosa e costumes tradicionais?

Mas a Modernidade não descortinou aos judeus *ashkenazim* apenas um mundo de novos direitos. No Império russo, além de imersos em profunda pobreza, os judeus continuaram a sofrer uma série de restrições legais, tornando-se, após o assassinato do czar Alexandre II, em 1881, alvo de perseguições e matanças generalizadas, conhecidas como *pogroms*.



Figura 2.4: Crianças judias mortas no *pogrom* de Ekaterinoslav, Rússia, 1905. Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b7/Ekaterinoslav1905.jpg>

Já no Império Austro-Húngaro, a lealdade dos judeus com o imperador causou-lhes a animosidade dos nacionalismos polonês, servo-croata e outros. Por fim, o pensamento racial do século XIX acabou por associar os judeus a uma raça específica e inferior, a semita, e o antissemitismo, associado a diversos nacionalismos, acabou por produzir constrangimentos e violências contra os judeus, mesmo em países nos quais estes obtiveram direitos plenos de cidadania, como a França e a Alemanha.

Em suma, ao mesmo tempo em que abriu aos judeus as portas da incorporação e dos direitos, a Modernidade construiu, também, novas formas de rejeição. Se na Idade Média o judeu era o Outro por não ser cristão, na Modernidade ele se transformou em Outro por ser considerado estrangeiro ou por não pertencer à raça nacional.

As respostas dos judeus *ashkenazim* ao advento da Modernidade foram múltiplas: os que a sentiram como uma libertação da tradição abraçaram as novas identidades nacionais na Alemanha, Áustria-Hungria, Inglaterra e França, chegando muitos a se converter ao cristianismo, ou aderiram aos grandes movimentos revolucionários da esquerda na Polônia e na Rússia; os que sentiram a Modernidade como ameaça, uma perda de referências e insegurança espiritual, rejeitaram-na e, passando a ser conhecidos como ortodoxos, encerraram-se em suas casas de estudos em pequenas aldeias da Europa Oriental.



Antissemitismo

O antissemitismo é um fenômeno histórico multifacetado e bastante complexo. A rigor, tal termo só surgiu na década de 1870, no momento de construção de movimentos nacionalistas e racialistas, característicos do final do século XIX europeu. Somente mais tarde, o termo assumiu a conotação de ódio aos judeus em todas as suas formas e através dos séculos, incluindo a dimensão religiosa da culpa coletiva dos judeus pelo assassinato de Cristo, que perpassou toda a Idade Média e a Idade Moderna. De certo modo, seria mais correto falar em antissemitismos do que em um único antissemitismo, pois, mesmo nos séculos XIX e XX, em diferentes momentos e locais, fatores dinásticos, nacionais, nacional-estatais, políticos e econômicos combinaram-se de formas diversas, resultando em perseguições aos judeus. Em comum a todas as manifestações antissemitas – ou antijudaicas, pré-modernas –, a dificuldade em lidar, aceitar e compreender o Outro.



Figura 2.5: Muito embora Leon Trotsky seja o mais conhecido dos russos de origem judaica a participar da Revolução Russa, diversos revolucionários tinham essa mesma origem. Na foto, Maxim Litvinov, que se tornaria ministro das Relações Exteriores da União Soviética nos anos 1930.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Maxim_Litvinov.

Houve, também, aqueles que buscaram articular modernidade e tradição, como muitos judeus alemães que se definiram como alemães na esfera pública e judeus na esfera privada. Parte expressiva dos judeus *ashkenazim* que viviam em condições econômicas adversas e que sofriam constrangimentos jurídicos no Império russo – que incluía, até a Primeira Guerra Mundial, boa parte da Polônia – emigrou rumo às Américas, Brasil inclusive. O sionismo foi mais uma das respostas dos *ashkenazim* à Modernidade, defendendo a criação de um Estado-Nação específico para os judeus na Palestina.

O sionismo pode ser entendido, pois, como uma redefinição moderna da identidade judaica. Para utilizar a terminologia weberiana, que você conhece bem, ele expressa uma concepção secular do judaísmo. Exatamente por isso, quando foi politicamente sistematizado por **Theodor Herzl**, diversos segmentos do judaísmo combateram-no vigorosamente.

Entre fins do século XIX e a Segunda Guerra Mundial, boa parte dos judeus *ashkenazim* queria emigrar para as Américas, tornar-se parte das nações europeias ou fazer a revolução social e construir o socialismo. Para estes, portanto, a ideia de que os judeus formavam uma nação específica representava um entrave aos seus projetos assimilacionistas ou revolucionários. Dentre os judeus ortodoxos, a repulsa ao sionismo foi ainda mais intensa. Para eles, os judeus só poderiam voltar para a Terra Prometida pelas mãos de Deus, ou seja, com o advento da Era Messiânica. Portanto, o sionismo constituía uma afronta a Deus.

A Segunda Guerra Mundial e o extermínio dos judeus pelos nazistas, durante a chamada Solução Final, no entanto, levaram a que a grande maioria dos judeus sobreviventes na Europa, vendo naufragar o projeto de tornarem-se plenamente alemães, austríacos ou poloneses, acabasse por aderir ao sionismo. Os judeus ultraortodoxos foram em larga medida exterminados, mas aqueles que sobreviveram continuaram, e ainda o fazem nos dias de hoje, em sua grande maioria, a repudiar o sionismo. Por fim, os judeus que já viviam nos Estados Unidos e em outros países das Américas, ou mesmo na Europa, e que lá permaneceram, acabaram por apoiar, em sua grande maioria, a ideia sionista, ainda que tenham decidido permanecer em seus países de nascimento.

Theodor Herzl (1860-1904)

É considerado o pai do sionismo político. Nascido em Budapeste, em uma família judaica assimilada à cultura alemã do Império austro-húngaro, Herzl cobriu como jornalista o julgamento do capitão francês Alfred Dreyfus. Em 1894, Dreyfus foi injustamente acusado e condenado por ter passado segredos militares franceses aos alemães. Como resposta ao julgamento, eivado de preconceito antisemita, Herzl escreveu um livro chamado *O Estado dos judeus* e organizou os primeiros congressos sionistas.



Solução Final

Segundo a ideologia nazista, os judeus formavam uma raça inferior, a semita, que deveria ser exterminada sob risco de contaminar e dominar a raça superior, a ariana. Em 1942, a Conferência de Wannsee elaborou os contornos da Solução Final do “problema judeu”. Ao fim da Segunda Guerra Mundial, cerca de 6 milhões de judeus haviam sido exterminados de diversas formas: fuzilamentos coletivos, fomes e doenças em guetos e campos de concentração, trabalho escravo e câmaras de gás.



Fritz Haber

O químico Fritz Haber (1868-1934) talvez expresse, mais do que ninguém, o fracasso do projeto assimilacionista dos judeus alemães do entre-guerras. Prêmio Nobel de química, Haber contribuiu decisivamente para a montagem do complexo químico-militar alemão durante a Primeira Guerra Mundial, ocasião em que supervisionou a produção de gases, utilizados contra tropas francesas e inglesas. Apesar de todo o seu histórico nacionalista, Haber teve de exilar-se na Suíça, após a chegada dos nazistas ao poder, em 1933, vindo a falecer apenas um ano depois. Se você tiver interesse em se aprofundar nesse tema fascinante, aí vai uma dica de leitura: STERN, Fritz. *O mundo alemão de Einstein*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Fritz_Haber

Se o sionismo surgiu diante dos desafios colocados aos judeus *ashkenazim* pela modernidade, o nacionalismo palestino surgiu em resposta aos desafios colocados ao mundo árabe de modo geral, e aos árabes da Palestina em particular, pela crise do Império otomano e pelas presenças britânica e judaica em terras palestinas.

O nacionalismo palestino

Ao longo dos séculos, a Palestina foi dominada por diversos povos, como os filisteus, hebreus, romanos, persas, até que, no impulso conquistador dos árabes do século VII d.C., passou ao domínio destes. A partir de então, sua população tornou-se majoritariamente árabe, embora judeus e outros grupos menores, como drusos, continuassem a viver nela. Entre os séculos XVI e a Primeira Guerra Mundial, a Palestina esteve sob domínio do Império otomano, que se estendia dos Bálcãs, na Europa, ao Iraque, passando pelo norte da África, como mostra a **Figura 2.6**:

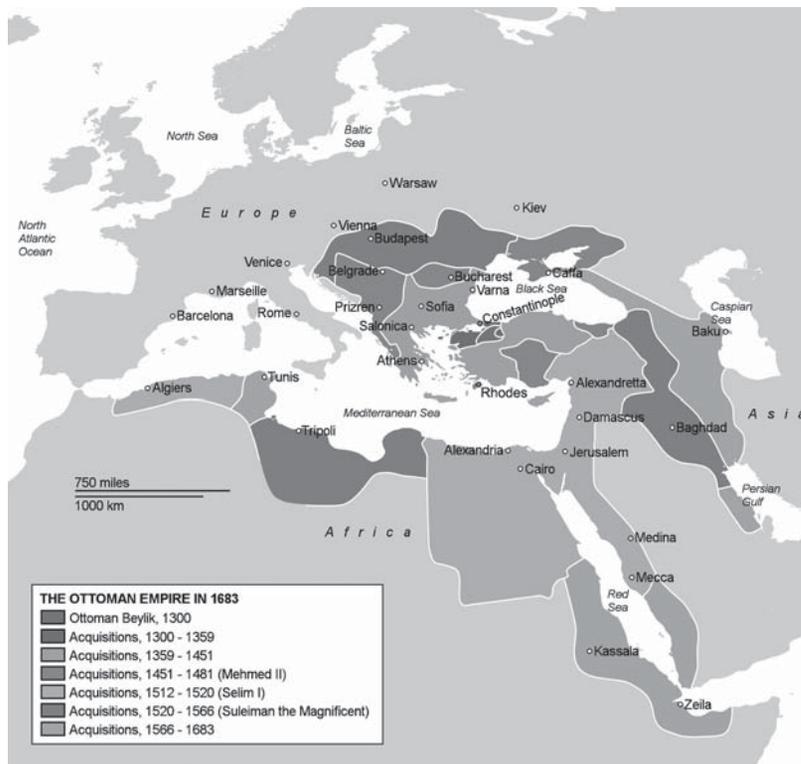


Figura 2.6: Império Otomano.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:OttomanEmpireIn1683.png>

Incorporando áreas tão extensas, o Império otomano, embora oficialmente muçulmano e liderado por turcos, era composto por povos de diversas religiões e línguas. As minorias religiosas, como judeus e cristãos de diversas denominações, eram administradas por um sistema chamado **millet**, através do qual conduziam suas vidas civis e religiosas, em troca de impostos.

Com os árabes, os turcos otomanos tinham uma relação particularmente respeitosa, dado que Maomé havia sido árabe e o Corão era escrito nessa língua. Os árabes, por seu lado, aceitavam a liderança otomana, pois o Império era muçulmano – fé da imensa maioria dos árabes – e expandira, principalmente em direção à Europa, a **umma** islâmica.

Millet

Ao conquistar povos com línguas e religiões diferentes, o Império otomano, embora oficialmente muçulmano, não buscou impor sua cultura, língua e religião sobre os povos dominados. Como era um império essencialmente tributário, ou seja, financiava-se através da cobrança de impostos sobre seus súditos, ele acabou por respeitar as culturas, tradições e costumes locais, desde que os impostos fossem regularmente pagos. Os diferentes grupos religiosos, tanto judeus quanto cristãos, eram, assim, respeitados e, através de seus respectivos *millet*, gozavam de certa autonomia para regerem suas vidas internas.

Umma

Termo árabe que exprime a ideia de comunidade de crentes. A *umma* reúne todos os muçulmanos do mundo em uma única comunidade, fundada na crença comum em Alá, sem distinção de cor, língua, gênero ou outras quaisquer.

No entanto, desde meados do século XVIII, a lealdade dos árabes ao Império otomano começou a erodir. Neste século, um movimento religioso do deserto da Península Arábica, chamado wahabismo, começou a criticar o Islã praticado pelo Império – que reunia sunitas e xiitas, assim como diversas práticas litúrgicas diferentes.

Em aliança com um poderoso clã do deserto, os Saud, o wahabismo sunita tornou-se um movimento de natureza política, defendendo a cisão entre os árabes e os otomanos. Já no século XIX, o Egito tornou-se virtualmente independente do Império otomano, mas encaminhou sua agenda política em sentido diferente do wahabismo da Península Arábica: deu início a um processo de modernização econômica, educacional e militar que tinha a Europa, particularmente a França, como modelo. Ainda no século XIX, o Despertar Árabe (Nahdah) propunha a construção de uma nova literatura em língua árabe. Com sede em grandes cidades, como Damasco, Beirute e Bagdá, o Despertar Árabe era liderado principalmente por intelectuais cristãos, que buscavam cimentar uma identidade árabe para além de divisões de natureza religiosa. Em suma, ao longo dos séculos XVIII e XIX, esboçaram-se novas identidades árabes – de cunho político-religioso, secular e cultural – que marcavam um distanciamento do mundo árabe em relação ao Império otomano.



Wahabismo

Movimento religioso que surgiu no deserto árabe, por volta da década de 1740, e que defendia uma volta à pureza do Islã, em sua versão sunita, dos tempos do Profeta. Para os wahabitas, os turcos otomanos haviam conspurcado o Islã, que deveria ser novamente conduzido por um califado árabe. Em aliança com a família Saud, o wahabismo transformou-se em uma poderosa força político-militar.

Nos dias de hoje, o wahabismo é a versão oficial do Islã da Arábia Saudita, país que não faz distinção entre Estado e confissão religiosa.

Sunitas e xiitas

A grande cisão entre sunitas e xiitas ocorreu em razão de questões sucessórias, após a morte de Maomé. Basicamente, os sunitas afirmavam que o califa, ou seja, o líder da *umma*, deveria ser reconhecido por sua capacidade de persuasão e de convencimento e por seu respeito à lei corânica. Já os xiitas defendiam que o califa deveria, necessariamente, surgir da linhagem de Maomé. A partir dessa cisão inicial, sunitas e xiitas acabaram por gradualmente afastar-se. Muitos sunitas consideram os xiitas heréticos ou desertores, ao passo que, para os xiitas, os sunitas usurparam o poder legítimo sobre a *umma*. Por outro lado, como minorias religiosas, os xiitas tornaram-se tradicionais críticos do poder, defendendo a pureza islâmica contra a corrupção de líderes políticos e dinásticos sunitas. Cerca de 80% dos muçulmanos nos dias de hoje são sunitas, mas países como Líbano e Iraque possuem importantes populações xiitas, ao passo que os muçulmanos iranianos são, em sua maioria, xiitas.

Esse distanciamento aprofundou-se em princípios do século XX, sobretudo durante a Primeira Guerra Mundial, quando o Império otomano passou a reprimir com violência crescente grupos não turcos, com especial ênfase os **armênios**, e a buscar aumentar a centralização político-administrativa. No conflito mundial, os otomanos aliaram-se à Alemanha e ao Império Austro-Húngaro e, em tal conjuntura, a Inglaterra fomentou uma revolta árabe contra o domínio otomano.

Armênios

Os armênios são originários do Cáucaso, tendo sido o primeiro povo a converter-se ao cristianismo. Embora nos dias de hoje exista um país chamado Armênia, à época da Primeira Guerra Mundial uma expressiva quantidade de armênios vivia em territórios controlados pelo Império otomano. Na ocasião, o governo turco deu início a uma feroz repressão aos armênios que viviam no Império, acusando-os de colaboracionismo com o inimigo russo. Além de prisões e assassinatos, milhões de armênios foram obrigados a longas, penosas e, frequentemente letais, marchas rumo à atual Síria, então uma província do Império. Estima-se que, no total, cerca de 1,5 milhão de armênios tenham morrido no que é considerado o primeiro grande genocídio do século XX. O atual governo turco, no entanto, nega oficialmente a existência de um genocídio deliberado e credita as mortes de armênios às vicissitudes da Primeira Guerra Mundial.

Meca e Medina

Meca foi a cidade natal de Maomé. Segundo a tradição islâmica, em 622 Maomé teria realizado uma migração, conhecida como hejira, rumo à cidade de Medina, onde se tornou líder da primeira *umma*. Em Meca, está situada a Caaba, que, embora tendo origem pagã, acabou por se tornar o local mais sagrado do Islã. As rezas dos muçulmanos ao redor do mundo são direcionadas a Meca, e todo o crente do Islã, se tiver condições para tal, deve fazer pelo menos uma peregrinação à cidade em sua vida. Nos dias de hoje, as cidades fazem parte da Arábia Saudita.

A Revolta Árabe, no entanto, não foi liderada pelos sauditas-wahabitas, pelos egípcios ou por nenhum outro importante centro político, cultural ou econômico árabe, como Damasco ou Beirute, mas pelo xarife Hussein, da família Hachemita, que governava **Meca** e **Medina**. Hussein era um chefe clânico tradicional e, apelando aos valores do Islã, propunha-se a ser o novo califa. Em troca do apoio na sua guerra contra os otomanos, os ingleses prometeram-lhe um reino árabe independente, como mostra a **Figura 2.7**:



Figura 2.7: Promessa dos britânicos ao xarife Hussein, em 1915. A linha tracejada indica a região litorânea que os ingleses queriam excluir do reino árabe liderado por Hussein. A parte escura indica as regiões do *vilayet* de Beirute que Hussein declara serem puramente árabes e que queria que fossem partes de seu reino. No resto do território, haveria consenso: tudo deveria fazer parte do reino árabe.

No entanto, os ingleses não fizeram acordos apenas com Hussein para redesenhar o mapa do mundo do Oriente Médio, uma vez vencido o Império otomano. Com os franceses, assinaram, em

1916, os Acordos de Sykes-Picot, que basicamente dividiam o mundo árabe em áreas de influências inglesa e francesa, com influência também russa, como mostra o mapa a seguir:

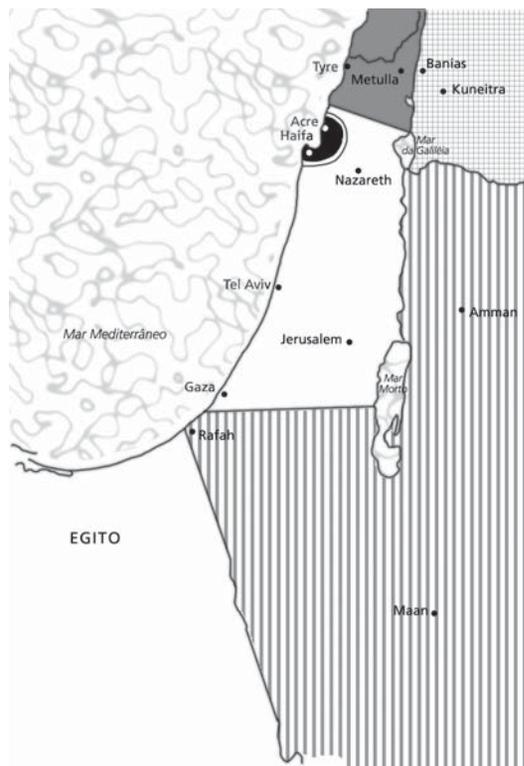


Figura 2.8: Acordos de Sykes-Picot. A área branca deveria ficar sob proteção britânica, francesa e inglesa. A área preta deveria ser um enclave britânico. A cinza, uma área francesa, a quadriculada um Estado árabe, sob proteção francesa e a listrada, um estado árabe sob proteção britânica.

Não satisfeitos, os britânicos faziam, ainda, uma terceira promessa, envolvendo terras na região: aos sionistas, ofereceram a Declaração Balfour, de novembro de 1917, pela qual afirmavam ver com bons olhos o estabelecimento de um Lar Nacional Judaico na Palestina, sem, no entanto, definir o território de tal Lar. Para tanto, uma vez vencidos os otomanos e consolidada a presença britânica na Palestina, seria dada aos judeus sionistas permissão para imigração rumo à região.

Você pode imaginar a confusão formada por tantos compromissos diferentes. Finda a Primeira Guerra Mundial e nos anos que se seguiram, surgiram nas terras árabes resultantes do desmoronamento do Império otomano – como resultado de inúmeros conflitos, guerras civis e intensa diplomacia – novos países independentes e áreas sob controle direto ou indireto de ingleses e franceses, como mostra a **Figura 2.9**:

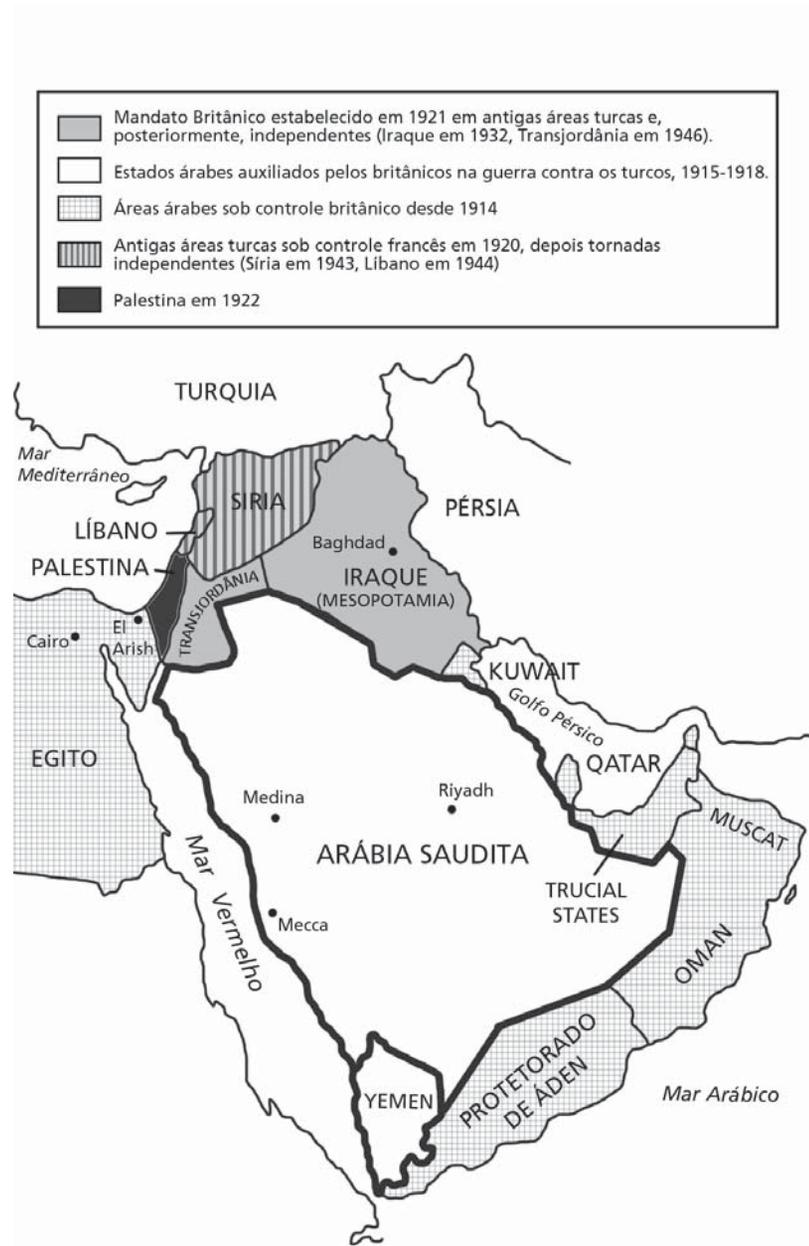


Figura 2.9: Oriente Médio após a Primeira Guerra Mundial.

Contra o desejo britânico, a Arábia Saudita (Saudi Arabia, no mapa) tornou-se independente com apoio norte-americano, sob a liderança da família Saud em aliança com os wahabitas. A família hachemita, com apoio britânico, recebeu duas novas monarquias: a Transjordânia (atual Jordânia, cujo nome oficial é Reino Hachemita da Jordânia) e o Reino do Iraque (cuja monarquia foi derrubada nos anos 1950, tornando-se uma República). A Síria e o Líbano tornaram-se protetorados franceses, ao passo que a Palestina tornou-se **Mandato** Britânico.

O território do Mandato Britânico da Palestina, ilustrado pela **Figura 2.10**, não foi definido a partir de nenhuma unidade administrativa prévia do Império otomano. Ele abrangia áreas do *vilayet* otomano de Beiture, do *vilayet* da Síria, do *sanjak* de Jerusalém e áreas desérticas nas quais o Império otomano jamais conseguira consolidar sua jurisdição.



Figura 2.10: Mandato Britânico da Palestina.
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Palestina>

Embora a Declaração Balfour se aplicasse a todo o território do Mandato, as reações dos árabes da Palestina à imigração de judeus da Europa Oriental acabaram levando a que as autoridades britânicas dividissem o Mandato em duas regiões: a oeste do rio Jordão, os judeus que se identificavam ao sionismo continuariam a ser admitidos, ao passo que, a leste, sua entrada ficava vedada, conforme a **Figura 2.11**. Nessa região, que viria a ser o Reino Hachemita da Jordânia

Mandato

A figura jurídica do Mandato foi elaborada pela Liga das Nações – criada após o fim da Primeira Guerra Mundial para garantir a segurança coletiva – e era utilizada para dar sustentação legal à administração inglesa ou francesa de um território até então sob jurisdição alemã ou turca. A Liga entendia que tais territórios ainda não eram capazes de se autoadministrar e, portanto, deveria haver um período de transição – o Mandato – até que eles reunissem as condições necessárias para a independência. Tal era o caso da Palestina.

(em um primeiro momento, chamou-se Transjordânia), um dos filhos do xarife Hussein, Abdullah, tornou-se monarca.



Figura 2.11: Mandato Britânico, após a separação da Transjordânia.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Mandato_Brit%C3%A2nico_da_Palestina



Vilayet e sanjak

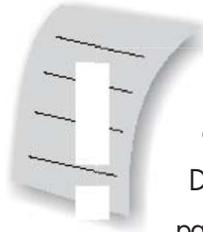
O *vilayet* era uma unidade administrativa do Império otomano, introduzida na década de 1860, como parte de tentativas de reformas modernizantes. O *sanjak* era uma subdivisão do *vilayet*. *Vilayet* poderia ser traduzido por província, ao passo que, *sanjak*, por distrito. Na estrutura de poder do Império otomano, o xarife Hussein, por exemplo, administrava um *vilayet*, chamado Hejaz, onde estavam localizadas Meca e Medina. O Mandato Britânico na Palestina não foi o único local que os ingleses desenharam no mapa sem levar em conta realidades políticas prévias. No Iraque, por exemplo, os ingleses reuniram três *vilayet* otomanos diferentes, um curdo (povo não árabe) e dois árabes, um de maioria sunita e outro de maioria xiita.

Essas mudanças político-territoriais tiveram profundo impacto sobre as identidades das populações que lá viviam. Se até princípios do século XX, as identidades do mundo árabe eram definidas em largas tintas – mundo árabe, língua árabe, civilização árabe –, ou restritas a lealdades locais – chefes políticos, clãs, tribos –, a partir de então, novas nações árabes foram sendo construídas – libaneses, sírios, iraquianos etc. –, articuladas a territórios nacionais específicos. Mas uma nova nação árabe – a Palestina – também se constituía e sua característica fundamental era, justamente, a ausência de um território nacional próprio.

De fato, a identidade nacional palestina foi fortemente construída a partir da ideia de perda, em contraste com as demais nações árabes que se forjavam: enquanto estas construía governos próprios – ainda que muitas vezes sob controle mais ou menos explícito estrangeiro –, os palestinos eram governados diretamente por autoridades estrangeiras; enquanto estas viviam em suas terras tradicionais, os palestinos viam suas terras serem compradas e colonizadas por imigrantes sionistas.

E o número de tais imigrantes só fez crescer, a partir da Declaração Balfour, da legislação norte-americana de restrição à imigração de 1924 e da ascensão do nazismo, na Alemanha. Se até 1914, cerca de 75 mil judeus *ashkenazim* haviam chegado à Palestina, entre 1919 e 1929, mais 120 mil judeus o fizeram. Nos anos 1930, mais de 250 mil judeus da Alemanha e Polônia, sem profundas ligações ideológicas com o sionismo, mas sem alternativas de fuga (Adolph Hitler chega ao poder em 1933), também entraram na Palestina.

Como decorrência, o Mandato Britânico na Palestina seria palco de crescentes manifestações antibritânicas e antissionistas (em 1920, 1921, 1929), até a explosão da Grande Revolta de 1936-1939, que acabou resultando na proibição, por parte dos ingleses, da entrada de novos imigrantes judeus na Palestina.



Mohammed Amin al-Husseini e Naser al-Din al-Nashashibi

Durante o período formativo do nacionalismo palestino, representantes de duas famílias tradicionais dominaram o cenário político: o mufti (cargo de natureza política e religiosa) de Jerusalém, Mohammed Amin al-Husseini, e Naser al-Din al-Nashashibi. O mufti de Jerusalém foi um violento opositor tanto dos britânicos quanto dos sionistas e teve grande destaque na Revolta Árabe de 1936-1939. Durante a Segunda Guerra, chegou a aliar-se aos nazistas, tentando conquistar a simpatia destes pela causa de um estado árabe independente. Naser al-Din al-Nashashibi, por seu lado, aceitava maiores compromissos com os britânicos e os sionistas, mas na Revolta Árabe seguidores do mufti tentaram, por várias vezes, matá-lo, obrigando-o a refugiar-se na Jordânia. A partir de então, as visões do mufti prevaleceram e qualquer compromisso entre palestinos e sionistas tornou-se inviável.



Atende ao Objetivo 2

2. Na Atividade 1, você analisou notícias de jornal a respeito do conflito entre israelenses e palestinos, a partir de uma perspectiva conceitual. Agora, além de ter entrado em contato com um repertório de conceitos ainda mais amplo, você também já conhece um maior conjunto de fatos, de modo a compreender melhor os nacionalismos palestino e sionista.

Volte, então, aos jornais e/ou revistas e analise as matérias à luz desses seus novos conhecimentos. Escreva um parágrafo de modo a registrar suas conclusões a respeito das formas através das quais a imprensa noticia o conflito em questão.

Resposta Comentada

O resultado dessa atividade depende dos jornais e/ou revistas que você utilizar na sua pesquisa. Há veículos de informação que, embora não explicitamente, organizam suas notícias de forma a favorecer um ou outro lado do conflito, há os que assumem claramente posição e, também, aqueles que conseguem atingir maior grau de imparcialidade. O fundamental a perceber é que, se a imprensa é uma fonte importante para o historiador, você, como historiador em formação, deve estar sempre atento para o fato de que ela, como, aliás, qualquer fonte histórica, é produzida com certa intencionalidade. Em outras palavras, a imprensa não é neutra – como nenhuma fonte histórica – e não está à espera de que um historiador desvende a verdade que nela se encerra.



CONCLUSÃO

O sionismo e o nacionalismo palestino surgiram em conjunturas históricas, associadas às grandes mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas, associadas ao nascimento do mundo moderno. O sionismo foi uma das respostas elaboradas pelos judeus *ashkenazim* ao complexo e contraditório processo de incorporação-exclusão dos judeus aos modernos Estados Nacionais europeus dos séculos XIX e XX, ao passo que o nacionalismo palestino teve seu nascimento, associado à crise do Império otomano e à divisão territorial e política do mundo árabe pelas potências vencedoras da Primeira Guerra, em particular a Inglaterra e a França. Por outro lado, tal nacionalismo foi também uma das respostas elaboradas pelos árabes da Palestina à crescente imigração de judeus sionistas após a Declaração Balfour.

Portanto, aqueles sionistas que dizem que nunca houve uma nação palestina e, portanto, a reivindicação nacional palestina é ilegítima, não levam em conta o caráter histórico de todas as nações, inclusive da sua própria. Por outro lado, ao afirmarem que o sionismo é uma invenção do imperialismo, os nacionalistas palestinos não levam em conta o fato de que o sionismo é fruto dos desafios que a Modernidade impôs aos judeus e, sobretudo, que só tornou-se hegemônico entre os próprios judeus *ashkenazim* após o extermínio nazista.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Volte a alguma matéria pesquisada para a Atividade 1 e que contenha imprecisões conceituais e reescreva-a de forma conceitualmente precisa. Proponha a algum conhecido que leia as duas matérias, sem chamar a atenção para as diferenças. Após a leitura, verifique se ele foi capaz de detectar tais diferenças. Caso positivo, peça a ele que as explique.

Resposta Comentada

É possível que seu conhecido perceba as diferenças e saiba ou não explicá-las, ou ainda que sequer perceba-as. Se ele perceber e souber explicá-las, ponto para ele. Se perceber e não souber, empreste a ele seu material impresso. Será muito útil para ele. Agora, se ele sequer perceber – o que, possivelmente, vai acontecer – você estará diante da situação discutida lá nas suas primeiras aulas da disciplina História e Sociologia: o senso comum. O senso comum implica uma compreensão parcial e superficial das dinâmicas sociais, ao contrário da compreensão proporcionada pelas disciplinas da área de Humanas. Para o seu conhecido, talvez esse conhecimento do senso comum não seja um problema. Mas para você, um historiador em formação, já deve estar claro que todo conhecimento deve ser fruto do uso rigoroso de conceitos e métodos.

RESUMO

Nesta aula, você entrou em contato com os conceitos de sionismo e nacionalismo palestino, assim como com o processo histórico em que ambos se forjaram. Viu, também, as diferenças entre as concepções essencialistas e históricas de nação e como os dois nacionalismos, a partir de uma concepção histórica de nação, produziram respostas a um amplo processo de mudanças associadas ao nascimento do mundo moderno.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você verá como, a partir da criação do Estado de Israel, o conflito entre israelenses e palestinos aprofundou-se, abrangendo também conflitos entre Israel e diversos países árabes, com destaque para o Egito, a Jordânia, a Síria e o Líbano.

Aula 3

A dinâmica do conflito árabe- palestino- israelense

Flávio Limonic

Meta da aula

Apresentar os principais momentos do conflito envolvendo os palestinos, os países árabes e Israel.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar os principais momentos do conflito entre Israel e os países árabes;
2. identificar os principais momentos do conflito entre Israel e os palestinos.

INTRODUÇÃO

Você já viu que o sionismo e o nacionalismo palestino nasceram em meio a contextos históricos marcados por grandes transformações culturais, sociais, econômicas e políticas, assim como por guerras, crises de grandes impérios e o nascimento de novos países e nações.

Nesta aula, você verá como o conflito entre palestinos e israelenses só pode ser adequadamente compreendido no contexto maior das tensões que envolvem, desde 1948, o Estado de Israel e os países árabes, com destaque para Egito, Jordânia, Síria e Líbano.

A Resolução 181 da ONU

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, cerca de 300 mil judeus sobreviventes do extermínio nazista permaneciam internados em campos de refugiados. As potências vencedoras – URSS, França, Inglaterra e Estados Unidos – pretendiam enviá-los de volta às suas casas, mas, na grande maioria das vezes, estas sequer existiam mais. Principalmente no Leste Europeu, cidades inteiras haviam sido destruídas pelo avanço nazista e, no caso dos **shtetlach**, muitos simplesmente haviam deixado de existir. Em alguns casos, sobreviventes voltaram para suas residências, após anos de ausência, para vê-las ocupadas, e defendidas, por novos moradores. Em Kielce, Polônia, dos cerca de 200 judeus que retornaram à cidade, algo como 40 foram assassinados em um *pogrom* em julho de 1946.

O problema, portanto, estava colocado: para onde eles seriam enviados? Dado que nenhum país se dispunha a recebê-los, o movimento sionista, bastante fortalecido diante do naufrágio do projeto assimilacionista dos judeus europeus, passou a defender que eles deveriam ser transferidos para a Palestina, ainda sob o Mandato Britânico. A Inglaterra, receosa da reação dos árabes, mantinha a política de restrição à imigração judaica para a região, instituída em 1939. Os sionistas promoveram, então, uma migração ilegal de

Shtetlach

Plural de *shtetl*,
pequena aldeia
judaica de países da
Europa Oriental, como
Polônia, Hungria,
Romênia, Rússia,
Ucrânia etc.

milhares de sobreviventes para a Palestina. O drama humano que se seguiu a episódios como o do navio *Exodus* chocou o mundo. Por outro lado, a entrada de sobreviventes ilegais na Palestina acirrou, ainda mais, a reação dos árabes da região contra o que consideravam uma invasão indevida de suas terras.



O navio *Exodus*

O *Exodus* tornou-se mundialmente conhecido e ajudou a fortalecer a causa sionista. Após deixar a França, rumo à Palestina, em julho de 1947, com cerca de 4 mil sobreviventes de campos de concentração, o navio foi interceptado pela marinha britânica, que deportou os seus passageiros para campos de refugiados na Alemanha. Há um livro muito famoso sobre o assunto, intitulado *Exodus*, do escritor Leon Uris, editado no Brasil várias vezes. Em 1960, o diretor de cinema norte-americano Otto Preminger filmou a saga do navio, tendo Paul Newman como protagonista.



Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/3/3a/Exodus.jpg>

A confusão estava armada. A Inglaterra, embora uma das potências vencedoras da Segunda Guerra, encontrava-se econômica

e financeiramente exaurida, tornando-se incapaz de dar respostas adequadas ao montante de desafios que se lhe apresentavam nas áreas sob seu controle. Em 1947, a Índia tornou-se independente e, no mesmo ano, incapaz de administrar as tensões na Palestina, os britânicos resolveram transferir a tarefa de encaminhar uma solução para os problemas no seu Mandato à então recém-criada Organização das Nações Unidas – ONU.



A criação da ONU

A proposta de criação da ONU, fundada em 1945, partiu dos Estados Unidos, como forma de compartilhar as responsabilidades e custos pela estabilidade internacional no pós-guerra. A partir de então, ela foi assumindo novas responsabilidades, como as ligadas à segurança alimentar, à cooperação internacional, ao respeito à diversidade cultural e à defesa dos direitos humanos. Cinquenta e um países fizeram parte da fundação da Organização, dentre eles o Brasil. Se você tem interesse em conhecer melhor a ONU, visite o site <http://www.un.org/>.



Índia

A Índia era a joia da coroa do Império britânico, sua principal colônia, e teve um papel de grande importância no esforço de guerra britânico durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1947, diante do avanço do movimento de libertação nacional e das tensões crescentes entre a minoria muçulmana e a maioria hindu, dois países independentes surgiram na ex-colônia:

o Paquistão, muçulmano, e a Índia, hindu. Milhões de hindus que viviam no que passou a ser a Índia fugiram para o Paquistão, e vice-versa, e algumas centenas de milhares morreram em perseguições de ambos os lados. Até hoje, Paquistão e Índia ainda não resolveram várias questões de fronteira, como as que envolvem as regiões do Punjab e a Caxemira, e tensões religiosas entre muçulmanos e hindus continuam a ocorrer na Índia.

Em 29 de novembro de 1947, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Resolução 181, que determinava a partilha do Mandato Britânico na Palestina (já excluída a Jordânia, como você deve se lembrar) em dois estados: um judaico e um árabe, conforme mostra a figura a seguir.



Figura 3.1: Resolução 181 da ONU. Mapa da Partilha do Mandato Britânico na Palestina. A parte mais clara caberia ao Estado palestino, a mais escura ao judaico, e Jerusalém permaneceria sob jurisdição da própria ONU.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/United_Nations_Partition_Plan_for_Palestine

A Resolução, além de determinar a partilha do Mandato – que deveria terminar, no máximo, em 1º de agosto de 1948 –, previa uma série de medidas de curto e médio prazos. Entre as primeiras, a Inglaterra deveria providenciar, até 1º de fevereiro de 1948, um porto e uma área desocupada para absorver cem mil sobreviventes de campos de concentração; entre as segundas, a formação dos dois estados e a cooperação econômica entre ambos. Mas, como dezenas de Resoluções da ONU, a 181 ficou em boa parte no papel. A rigor, seu único desdobramento concreto foi a criação do Estado de Israel, em 15 de maio de 1948. O Estado palestino nunca foi criado e muito menos foi construída uma cooperação consistente entre os dois povos.

Do lado dos judeus que viviam no Mandato, as opiniões se dividiram quanto à Resolução 181. Os sionistas revisionistas, liderados por Menachem Begin, a ela se opuseram, pois defendiam que todo o território do Mandato Britânico, incluindo a Jordânia, deveria pertencer ao Estado dos judeus.



Sionistas revisionistas

Facção do sionismo fundada em 1935 por Vladimir Jabotinski. Ao contrário de líderes sionistas como Chaim Weizman e David Ben-Gurion, os revisionistas não aceitavam nenhum compromisso territorial com os árabes e defendiam a criação do Estado dos judeus em todo o território do Mandato da Palestina. Tinham várias organizações próprias, como o movimento juvenil Betar e a organização paramilitar Irgun. Durante a Segunda Guerra Mundial, o Irgun lutou contra a presença britânica na Palestina e, em 1946, realizou um dos maiores atentados contra os britânicos, com a explosão de bombas no hotel Rei David, que resultou em dezenas de mortos. Em junho de 1948, forças leais a Ben-Gurion bombardearam o navio *Altalena*,

que trazia para Israel armas compradas pelo Irgun, em um episódio com tintas de guerra civil. O temor de Ben-Gurion era que tais armas pudessem ser usadas contra ele próprio. Outro movimento paramilitar identificado à tradição revisionista foi o Lehi, uma dissidência do Irgun. O Lehi foi ainda mais tenaz em sua luta contra os britânicos durante a Segunda Guerra Mundial, e teria mesmo sugerido entrar na guerra ao lado da Alemanha, em troca do apoio nazista à criação do Estado dos judeus na Palestina. Em 1944, um de seus militantes assassinou Lord Moyne, ministro inglês no Cairo. Depois da criação do Estado de Israel, o Lehi continuou ativo na clandestinidade e, em setembro de 1948, assassinou o conde Folke Bernadotte, mediador da ONU. Os revisionistas organizaram vários partidos, como o Herut, já extinto, e o atual Likud.

O Yisrael Beiteinu, também existente nos dias de hoje, e que reúne judeus russos que migraram para Israel após o fim da União Soviética, também faz parte da tradição revisionista.



Figura 3.2: Navio *Altalena* em chamas em praia de Tel Aviv em junho de 1948.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Altalena_Affair

De outro lado, importantes líderes do movimento sionista, como David Ben-Gurion, aceitaram a partilha, e a **Haganah** iniciou uma série de operações militares para garantir a ocupação do território previsto pela Resolução para constituir o futuro Estado judaico.



Figura 3.3: David Ben-Gurion, um dos fundadores do Estado de Israel.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/David_Ben-Gurion

Do lado palestino – liderado pelo **mufi** de Jerusalém –, e nos países árabes, de modo geral, as reações foram unânimes: recusa em aceitar a Resolução, entendida como ilegítima e uma violência contra as populações árabes da Palestina, que não teriam sido devidamente ouvidas e não deveriam arcar com a solução de um problema – o dos sobreviventes dos campos de concentração – que não havia sido criado por eles.



Haj Amin al-Husseini

Líder da Revolta Árabe de 1936-39, Haj Amin al-Husseini acabou por se refugiar no Iraque, depois da eclosão da Segunda Guerra Mundial, onde participou de um governo pró-Alemanha nazista organizado em 1941. Nesse mesmo ano,

Haganah

Força militar judaica atuante na Palestina durante o Mandato Britânico. Nos anos 1930, sua principal função era defender a comunidade judaica, como durante a Revolta Árabe (1936-39). Durante a Segunda Guerra Mundial, teve forte atuação clandestina a favor dos Aliados e, após a Resolução 181 da ONU, lutou para garantir a criação do Estado de Israel. Fundado o Estado, a **Haganah** e sua força de elite, o **Palmach**, tornaram-se a espinha dorsal das Forças de Defesa de Israel (FDI), o exército israelense.

Mufi

Respeitado sábio muçulmano, que seja capaz de interpretar a lei corânica segundo a tradição sunita.

a Inglaterra derrubou tal governo, e Husseini se refugiou na Alemanha. O acordo entre Husseini e Hitler envolvia o reconhecimento alemão de um grande estado árabe em terras então sob jurisdição inglesa. Ao longo da guerra, Husseini chegou mesmo a organizar grupos de voluntários muçulmanos da Bósnia para as SS nazistas.



Figura 3.4: Haj Amin al-Husseini, mufti de Jerusalém.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Mohammad_Amin_al-Husayni

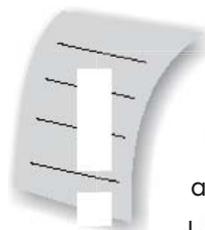
A partir de então, iniciou-se uma verdadeira guerra civil entre as duas partes, com atrocidades e atentados terroristas sendo cometidas por todos, resultando na morte de inocentes judeus e árabes. Somente entre os dias 12 e 30 de dezembro de 1947, cerca de 170 judeus e 130 árabes foram mortos em emboscadas e ataques e, no mês seguinte, janeiro de 1948, cerca de 120 judeus e 70 árabes morreram. Do ponto de vista militar, o acontecimento

mais importante dessa guerra civil, e que teria fortes repercussões depois, foi o cerco, organizado por ordem do mufti, ao setor ocidental de Jerusalém.



Jerusalém

Na década de 1940, a cidade de Jerusalém era dividida em três setores separados: Jerusalém ocidental, de maioria judaica; Jerusalém oriental, de maioria árabe; e Cidade Velha, local sagrado para as árabes, cristãos e judeus, e que reunia moradores de todas essas tradições religiosas. Muito embora Israel tenha anexado a Cidade Velha e Jerusalém oriental em 1980, essa região da cidade continua a contar com maioria árabe.



Deir Yassin

Em 9 de abril de 1948, pouco mais de um mês antes da criação do Estado de Israel, militantes do Irgun e do Lehi massacraram os habitantes da aldeia de Deir Yassin, matando cerca de duzentos deles. O ataque se deu em meio às tentativas da *Haganah* de furar o cerco a que estava submetida a porção ocidental da cidade de Jerusalém, de maioria judaica. As lideranças judaicas do Yshuv condenaram o ataque e pediram desculpas formais ao rei Abdulah da Jordânia, mas o episódio marcaria para sempre as relações entre palestinos e israelenses.

A espiral de violência fazia vítimas de ambos os lados. Quatro dias após Deir Yassin, um comboio de enfermeiras e médicos judeus, protegido por tropas da *Haganah*, foi cercado e fuzilado, resultando em quase 80 mortos.

Em meio às hostilidades, em 14 de maio de 1948, Ben-Gurion declarou a independência do Estado de Israel. No dia seguinte, a guerra se internacionalizou, com a invasão de Iraque, Líbano, Síria, Jordânia e Egito ao Estado então nascente.

A Guerra de 1948

É conhecida em Israel como a Guerra da Independência e entre os palestinos como *Nakba* (Catástrofe). Ao seu término, 600 mil palestinos haviam se tornado refugiados e o território que lhes caberia, segundo a Resolução 181, encontrava-se ocupado por três países: Israel, Egito e Jordânia.

Vários fatores explicam as razões pelas quais os países árabes foram incapazes de derrotar Israel e os palestinos acabaram sem território algum. Alguns deles são os seguintes:

- os países árabes tinham objetivos diferentes: o reino Hachemita da Jordânia queria anexar o máximo possível do território palestino ao seu próprio território. Às vésperas da guerra, seu rei, Abdulah I, chegou a se encontrar com Golda Meir (que na década de 1970 se tornaria primeira-ministra de Israel) para negociar a partilha da Cisjordânia. Pressionado pelos demais países árabes, Abdulah se viu forçado a participar da guerra contra Israel. Já o rei Farouk, do Egito, queria anexar o sul da Palestina ao Egito e evitar que a família Hachemita, nos tronos do Iraque e da Jordânia, liderasse o mundo árabe.

O Líbano e a Síria queriam anexar partes da Galileia aos seus respectivos territórios; em suma, nenhum dos países árabes estava realmente comprometido com a causa palestina, e profundas rivalidades entre eles impediu o estabelecimento de uma estratégia comum contra Israel;

- as Forças de Defesa de Israel (FDI), sucessoras da *Hagannah*, possuíam soldados experientes – muitos dos quais haviam lutado na Segunda Guerra Mundial – e com alto moral, ao passo que as forças dos países árabes não haviam se envolvido em combates significativos durante o conflito mundial e, de modo geral, possuíam um moral mais baixo, por estarem lutando longe de suas casas e não terem seus países, lares e famílias diretamente ameaçados;
- no contexto da Guerra Fria que então se esboçava, a União Soviética apoiou Israel com armas – através da Tchecoslováquia –, com o objetivo de eliminar a influência inglesa na região;
- os exércitos árabes invasores enfrentaram severos problemas de logística durante seu avanço, além de terem que atacar pontos fortemente defendidos pelas FDI.

Como resultado, nos Armistícios de Rhodes, de 1949, o mapa da Resolução 181 da ONU ficou para trás e um novo mapa se desenhou no antigo Mandato Britânico na Palestina.



Figura 3.5: Mapa resultante da Guerra de 1948. As áreas cinza são as previstas inicialmente para o Estado de Israel pela Resolução 181; as áreas em cinza-escuro são as áreas previstas pela Resolução para os palestinos e que Israel incorporou; as brancas, Faixa de Gaza ao sul e Cisjordânia a leste, previstas pela Resolução para os palestinos, foram incorporadas, respectivamente, por Egito e Jordânia. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Conflito_%C3%A1_rabe-israelense

A Guerra de 1948 teve um profundo impacto na dinâmica do conflito entre palestinos, israelenses e países árabes.

Os palestinos se viram divididos em dois grandes grupos: os que ficaram em território israelense e os refugiados. Os primeiros, somando cerca de 120 mil pessoas, viveram sob administração militar até 1966, quando receberam cidadania israelense. Hoje são conhecidos, de forma geral, como árabes israelenses. Os segundos, somando cerca de 600 mil pessoas, passaram a viver em campos de refugiados na Faixa de Gaza, Cisjordânia, Jordânia, Líbano, Síria e outros países árabes. Foi nesses campos que começaram a se formar as primeiras organizações de resistência palestina à fundação do Estado de Israel, como a Frente Popular para a Libertação da Palestina e, principalmente, o *al-Fatah*, cuja liderança

maior seria Yasser Arafat. Tais organizações realizavam operações de sabotagem e atentados em território israelense. Israel, por sua vez, frequentemente retaliava com força, como ocorreu no chamado Incidente de Qybia.



Incidente de Qybia

Nos meses que precederam outubro de 1953, uma série de ataques de forças palestinas ao território israelense resultou em dezenas de mortos. Em outubro, após mãe e dois filhos terem sido mortos em mais um ataque, Israel decidiu dar uma demonstração inequívoca de força, de modo a dissuadir novas incursões. Tropas comandadas por Ariel Sharon, que mais tarde se tornaria primeiro-ministro israelense, entraram na vila de Qybia, na Cisjordânia, matando mais de 60 palestinos que nada tinham a ver com os incidentes anteriores. O ataque recebeu condenações do mundo inteiro, dividindo a opinião pública e o governo israelenses, e marcando para sempre a controvertida carreira militar de Ariel Sharon.

Se os palestinos estavam espalhados por vários países e suas organizações eram pequenas e com frágil, ou nenhuma, articulação entre si, os israelenses, por sua vez, estavam dando início, nesse momento, à construção de sua estratégia militar.



Estratégia militar

A estratégia militar é um dos componentes básicos da guerra. Em primeiro lugar entre tais componentes, por ordem de importância, está a política nacional, ou seja, os objetivos políticos do país a serem alcançados através da guerra; a seguir, vêm: a estratégia nacional, isto é, a mobilização de recursos econômicos, diplomáticos, políticos e militares para que os objetivos políticos sejam alcançados; a estratégia militar, ou o planejamento do emprego de força militar para obtenção de objetivos políticos; as operações, que se referem à organização, logística e aos movimentos em campanhas militares específicas, de modo a se alcançar os objetivos traçados pela estratégia militar; e, por fim, as táticas, que se referem às formações no campo de batalha.



Atende aos Objetivos 1 e 2

1. Imagine-se técnico de um time de futebol que vai disputar a final do campeonato nacional. Agora tente imaginar-se aplicando cada um dos componentes básicos da guerra (política nacional, estratégia nacional, estratégia militar, operações e táticas) ao seu objetivo de ser campeão.

Resposta Comentada

Claro que é necessário muita imaginação, assim como existem muitas maneiras diferentes para fazer a transposição entre os componentes básicos de uma guerra e a final de um campeonato. Uma possibilidade seria a seguinte:

- política nacional: vencer o campeonato;
- estratégia nacional: mobilização de um vasto conjunto de pessoas, como jogadores (de qualidades desiguais), nutricionistas, auxiliares técnicos, preparadores físicos, médicos e você próprio, o técnico;
- estratégia militar: elaboração de uma estratégia de jogo, ou seja, se seu time será mais ofensivo ou mais defensivo (é bom lembrar que a escalação dos jogadores dependerá da estratégia);
- operações: poderiam ser pensadas como as táticas do jogo e a efetiva distribuição dos jogadores em campo;
- táticas: poderiam ser pensadas as jogadas ensaiadas.

É bom lembrar que, por mais que os times (e os exércitos) treinem, na hora do jogo (e da guerra) a coisa é completamente diferente, por várias razões: imprevistos sempre ocorrem; com frequência, o sucesso ou o fracasso resultam de sorte ou azar (a bola que passa rente à trave ou a bomba que cai em lugar errado); ótimos jogadores podem jogar mal (e soldados experientes podem estar cansados, mal-alimentados e com moral baixo); e por aí vai. Mais importante: do outro lado está outro time (e outro exército) que também quer ganhar a partida (e a guerra). Você, como técnico, já deve ter percebido que, se um jogo de futebol é coisa complexa, administrar e lutar uma guerra é mil vezes mais complicado e, sobretudo, mais arriscado. Em jogo está não apenas uma taça a mais ou a menos em uma sala de troféus, mas a vida de milhares de pessoas e a segurança de países.

A estratégia militar israelense partia do pressuposto de que o país era escasso de todos os recursos fundamentais para a realização de guerras: possuía território exíguo, com largura mínima de 15 km; pequena população; pouca água; e nenhum petróleo ou outra riqueza mineral significativa, como minério de ferro.

Em tal cenário, a estratégia militar baseava-se nos seguintes pontos: atacar primeiro, sempre que houvesse percepção de ameaça; levar o conflito para o território do adversário; e realizar o maior progresso possível no mais curto espaço de tempo, de modo a negociar um cessar-fogo em posição de força.

Por outro lado, era preciso criar uma força militar tão forte que dissuadisse os países árabes a atacar Israel. Entretanto, uma vez que os israelenses nunca conseguiram construir tal força – pois o interesse de norte-americanos e soviéticos era o equilíbrio de poder na região, vendendo armas para todos os seus respectivos aliados –, Israel buscou apoio da França para criar um programa nuclear.

Nos países árabes, por fim, a Guerra de 1948 provocou mudanças profundas, com o surgimento e o fortalecimento de projetos nacionais laicos, que foram econômica e politicamente modernizadores.

Em 1952 e 1958, respectivamente, as monarquias egípcia e iraquiana cairiam, sendo substituídas por governos militares nacionalistas, que defendiam a união do mundo árabe contra Israel e o imperialismo ocidental.

No entanto, o mundo árabe continuaria, nas décadas seguintes, profundamente dividido: o campo nacionalista e modernizante se dividiria entre nasseristas e baathistas, ao passo que países como Jordânia e Arábia Saudita permaneceriam monarquias conservadoras e pró-Estados Unidos.



Nasseristas e baathistas

Coronel do Exército, Gamal Abdel Nasser foi o grande líder do Egito entre 1956 e 1970. Defendia o chamado socialismo árabe: a industrialização do país, a reforma agrária e a modernização das forças armadas. Propunha, também, o pan-arabismo: a união de todos os árabes, sob a sua liderança, para enfrentar Israel e o imperialismo ocidental. Entre 1958 e 1961, Nasser liderou a República Árabe Unida (RAU), entre Egito e Síria, fortemente combatida pelas monarquias árabes, como Jordânia e Arábia Saudita. O Baath, ou Partido Socialista Árabe, muito embora tivesse apoiado a RAU, acabou por constituir-se como alternativa ao nasserismo no campo do pan-arabismo. Defendendo, como o nasserismo, um vago socialismo árabe, a modernização das forças armadas, e a luta contra o imperialismo, tornou-se uma força importante na Síria e no Iraque. Neste último, sua grande liderança foi Saddam Hussein.



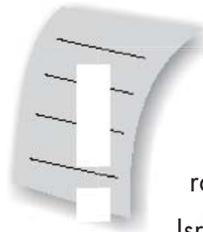
Figura 3.6: Coronel Gamal Abdel Nasser.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Gamal_Abdel_Nasser

As diferenças no mundo árabe seriam aprofundadas ainda mais pela divisão entre países ricos em petróleo, como a própria Arábia Saudita e o Iraque, e países pobres em petróleo, como Jordânia, Egito, Síria e Líbano.

Em 1955, por exemplo, o Pacto de Bagdá reuniu Turquia, Irã, Iraque, Paquistão e Inglaterra para, nos quadros da Guerra Fria, conter o avanço da União Soviética sobre o Oriente Médio. No entanto, um de seus principais propositores, o então reino do Iraque, governado pela família Hachemita, entendia o pacto como uma forma de frear as ambições de Nasser de tornar-se líder do mundo árabe. Após a queda da monarquia Hachemita, o Iraque iria se retirar do pacto e ter governos baathistas. A partir de então, no entanto, as facções síria e iraquiana iriam se rivalizar pela condução do partido.

Em tal cenário, desenhou-se o segundo grande enfrentamento na região envolvendo Israel: a Guerra de Suez, em 1956.

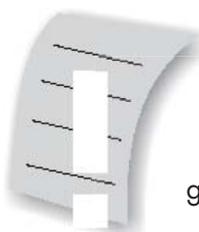


Outros conflitos no Oriente Médio

Os países árabes do Oriente Médio envolveram-se também em guerras que não incluíram Israel. Uma delas, pouco conhecida, foi a guerra civil no Iêmen (1962 a 1970). Essa guerra opunha monarquistas – apoiados pela Arábia Saudita – a republicanos – apoiados pelo Egito, que chegou a enviar dezenas de milhares de soldados para apoiar seus aliados. Em 1970, finalmente, a Arábia Saudita reconheceu o governo republicano iemenita, mas a guerra custou dezenas de milhares de vidas e acabou por ser conhecida como o Vietnã egípcio.

A Guerra de Suez, 1956

Em julho de 1956, após tensões crescentes com a Inglaterra, o fracasso de negociações com os Estados Unidos para obter financiamentos, e uma aproximação com a União Soviética, Gamal Abdel Nasser nacionalizou o canal de Suez, cujas receitas desejava utilizar para a modernização do Egito.



O canal de Suez

Inaugurado em 1869, com recursos e tecnologia franceses, o canal de Suez transformou-se no caminho mais rápido entre a Europa e a Ásia.

Em 1875, em meio a uma crise financeira, os sócios egípcios do canal venderam suas ações para o governo britânico. Em 1888, os britânicos estacionaram tropas na zona do canal, de modo a garantir sua navegabilidade e a estratégica comunicação entre Inglaterra e Índia. Desde então, recuperar a soberania egípcia sobre a zona do canal tornou-se uma das bandeiras do nacionalismo egípcio.



Figura 3.7: Foto de satélite do canal de Suez.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6e/SuezCanalEO.JPG>

A guerra envolveu França, Inglaterra e Israel contra Egito. Apesar de cada um desses países ter objetivos diferentes, eles se uniram, circunstancialmente, para fazer frente ao que consideravam um adversário comum. Veja a diversidade de interesses.

- Inglaterra: para os ingleses, Nasser representava uma ameaça à sua influência no Oriente Médio. Através do Pacto de Bagdá, ao qual Nasser havia se oposto, a Inglaterra já havia garantido papel importante no flanco oriental da região, mas o canal de Suez era fundamental para proporcionar a circulação entre a Europa e a Ásia. Por isso, estava disposta ao uso da força para garantir seu prestígio e o acesso a Suez.
- França: assim como a Inglaterra, a França enfrentou nos anos 1950 sérias dificuldades para manter seu império colonial. Em 1956, o país buscava evitar a independência da Argélia (o que acabaria por acontecer em 1962) e acusava Nasser de financiar o separatismo argelino.
- Israel: os israelenses queriam evitar que Nasser recebesse armamentos da União Soviética e suprimir a guerra de atrito realizada por militantes palestinos contra Israel a partir da Faixa de Gaza.

De forma combinada com ingleses e franceses, Israel deslanchou a Operação Kadesh, em 26 de outubro de 1956. Menos de uma semana depois, os Estados Unidos exigiram o fim das hostilidades e a retirada dos beligerantes de solo egípcio. Inglaterra e França retiraram-se rapidamente do Egito, mas Israel só retirou suas forças da península do Sinai quando estas foram substituídas pelas primeiras forças de paz da ONU, no ano seguinte.



A Seleção brasileira de futebol e a Palestina

Em épocas de Copa do Mundo, talvez você já tenha visto alguma reportagem com crianças palestinas vestindo a camisa da nossa Seleção. Graças aos soldados brasileiros que fizeram parte das forças de paz da ONU, os palestinos de Gaza adoram o Brasil e sempre torcem pelo nosso time. Há até mesmo um campo de refugiados em Gaza que se chama Brazil, com “z” mesmo. Se você quiser saber mais sobre o assunto, visite o site http://www.webgaza.net/background/Palestine1948/District_of_Gaza/Brazil_Camp/index.htm.

Se França e Inglaterra perderam ainda mais prestígio internacional com o episódio, Israel obteve alguns ganhos importantes, como a segurança de sua fronteira sul, garantida pela forças da ONU em território egípcio. Por outro lado, a visão do mundo árabe de que Israel não passava de um fantoche do imperialismo ocidental se fortaleceu definitivamente. Para piorar, praticamente todos os 50 mil judeus egípcios foram expulsos do país por Nasser (cerca de 25 mil já haviam saído depois de 1948). A maior parte deles migrou para Israel. No entanto, vários vieram para o Rio de Janeiro, uma vez que o presidente brasileiro na época, Juscelino Kubitschek, sensibilizou-se com a situação, e concedeu vistos para algumas centenas desses judeus.

A presença de forças da ONU em território egípcio adiaría, mas não evitaria, um novo confronto entre Israel e Egito. Em 1967, esses dois países se enfrentariam mais uma vez, em um conflito envolvendo também Síria e Jordânia.

Guerra dos Seis Dias, 1967

Ao longo dos anos 1960, diversas áreas de atrito se desenvolveram entre Israel e seus vizinhos. Se a fronteira sul estava relativamente calma desde a ocupação do Sinai pelas tropas da ONU, a fronteira com a Cisjordânia continuava tensa, com permanentes incursões de grupos palestinos ao território israelense. Com a Síria, as tensões referiam-se, basicamente, às disputas por água nas cabeceiras do rio Jordão e às ameaças à Galileia, região norte de Israel.

Nos meses que precederam junho de 1967, as tensões aumentaram rapidamente: em novembro de 1966, Síria e Egito assinaram um acordo de defesa mútua; em maio do ano seguinte, Nasser ordenou a retirada das tropas da ONU estacionadas no Sinai e na Faixa de Gaza, ocupando as regiões com massivas forças militares; a seguir, o líder egípcio fechou o estreito de Tiran à navegação israelense e, no final desse mesmo mês, assinou um acordo de defesa com a Jordânia. O Iraque, por seu lado, estacionou tropas em território jordaniano.

A resposta israelense a tais movimentos foi a aplicação, com todo o vigor, da estratégia militar desenvolvida ao longo dos anos após a Guerra de 1948: um ataque devastador às forças do Egito, Jordânia e Síria. Em 6 dias, Israel conquistou a Faixa de Gaza e a península do Sinai, a Cisjordânia (incluindo a Cidade Velha e a parte oriental de Jerusalém) e as colinas de Golã. Essas regiões passaram, então, a ser conhecidas como Territórios Ocupados.



Figura 3.8: Territórios Ocupados na Guerra dos Seis Dias. A área mais clara é o Estado de Israel, e as áreas em cinza são os Territórios Ocupados: península do Sinai, Cisjordânia (West Bank) e Faixa de Gaza (Gaza strip).

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Six-Day_War

Adepto da visão de que os Territórios Ocupados deveriam servir como profundidade estratégica contra futuros ataques, o governo israelense acenou com a possibilidade de negociá-los em um tratado de paz com os países árabes. Estes, no entanto, descartaram essa alternativa na Conferência de Cartum, em setembro de 1967, com seus famosos “Três Nãos”: não à paz com Israel; não ao reconhecimento de Israel; não às negociações com Israel.

Mas a guerra teria impactos profundos sobre Israel, que escapavam ao controle do governo. Uma forte onda nacionalista se seguiu à conquista da Cidade Velha de Jerusalém e uma sensação de inexpugnabilidade militar tomou conta de vários setores da sociedade israelense.



Figura 3.9: Soldados israelenses ao lado do Muro das Lamentações, na Cidade Velha de Jerusalém.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Six-Day_War

Os revisionistas começaram a defender a colonização dos Territórios Ocupados, em aliança com o fundamentalismo religioso que então nascia (e que você vai conhecer um pouco melhor na próxima aula). Segundo os fundamentalistas, os Territórios Ocupados, por constituírem o coração da narrativa bíblica, deveriam ser colonizados por israelenses e anexados a Israel. Hebron foi o primeiro local visado pelos fundamentalistas, o que os levaria a choques com o governo israelense.



Hebron

Cidade que abriga um dos locais mais sagrados do judaísmo, a *Machpela*, ou Tumba dos Patriarcas, onde teriam sido sepultados Abraão, Sara, Isaac, Rebeca, Jacó e Lea. Politicamente, Hebron acabou assumindo grande relevância no conflito entre israelenses e palestinos, por ter sido palco,

durante a Revolta Árabe de 1936-39, de um massacre no qual mais de 60 judeus foram assassinados.



Figura 3.10: A Tumba dos Patriarcas.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/01/Hebron001.JPG>

A partir de então, e até 1977, os governos israelenses do Partido Trabalhista implementaram nos Territórios uma versão do Plano Allon, segundo o qual os pontos estratégicos da Cisjordânia deveriam ser ocupados militarmente por Israel, mas a população palestina residente deveria ser o menos afetada possível pela presença israelense.

Para os países árabes, a guerra representou uma humilhação inaudita, assim como para a União Soviética, que os armava. O Egito ainda faria uma chamada Guerra de Atrito com Israel na fronteira entre os dois países, entre 1969 e 1970. Mas após a morte de Nasser, tais hostilidades cessaram. Para os palestinos, tornou-se claro que países como Egito, Jordânia e Síria, por serem incapazes de derrotar Israel militarmente, eram também incapazes de fazer avançar seu projeto de libertação nacional.

Nos anos anteriores à eclosão da guerra, os palestinos vinham se organizando para mais eficazmente representar seus interesses e

defender a criação de seu estado. Em 1964, diversas organizações palestinas se uniram para formar a Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Entre 1969 e 1970, sob a liderança de Yasser Arafat, a OLP liderou uma guerra de atrito contra Israel, a partir da Jordânia, assim como iniciou uma série de atentados contra alvos israelenses, norte-americanos e europeus, tidos como aliados dos israelenses. Em tal conjuntura, a OLP acabaria por entrar em conflito com a própria Jordânia, resultando no sangrento episódio do Setembro Negro.



Setembro Negro

Em setembro de 1970, o rei Hussein, da Jordânia, filho de Abdulah I, temeroso de que a OLP colocasse em risco seu trono, e após uma série de tentativas de assassinato contra ele, ordenou que o exército de seu país combatesse as forças militares da OLP. No conflito morreram, segundo estimativas, cerca de 10 mil combatentes palestinos. A seguir, a OLP foi expulsa da Jordânia e sua liderança transferiu-se para o Líbano. O Setembro Negro foi o ápice das tensas relações entre palestinos e o reino Hachemita da Jordânia. Os palestinos jamais perdoaram os hachemitas por terem se apossado de suas terras na Guerra de 1948 e, em 1951, a mando do mufti de Jerusalém, o rei Abdulah I foi assassinado.

Outras organizações palestinas não diretamente controladas por Yasser Arafat também passaram a realizar operações cada vez mais ousadas contra Israel e alvos de alguma forma relacionados ao país, como sequestros de aviões e o assassinato de atletas israelenses nas Olimpíadas de Munique, em 1972.



Nem todos os atentados contra alvos israelenses ou relacionados a Israel eram realizados sob o controle de Yasser Arafat

Em 1972, onze atletas da delegação israelense nas Olimpíadas de Munique foram assassinados pela organização palestina Setembro Negro. Em 1976, um avião da Air France que partia de Tel Aviv com destino a Paris foi sequestrado por forças da Frente Popular para a Libertação da Palestina, lideradas por George Habache, um palestino cristão, auxiliadas por alemães das Células Revolucionárias. O avião foi levado para Entebbe, em Uganda, e toda a operação foi apoiada por Idi Amin Dada, então ditador do país. Em uma operação ousada e sofisticada, comandos israelenses libertaram os sequestrados. Apenas um comandante israelense, Yonathan Netanyahu (irmão de Benjamin Netanyahu, que anos mais tarde se tornaria primeiro-ministro de Israel), perdeu a vida.

Arafat, neste momento, já dera início a uma nova estratégia com vistas a consolidar seu projeto de um estado palestino: uma ofensiva diplomática em países europeus, que resultou em sua histórica visita à ONU em 1974. Em 1988, pela primeira vez, Arafat fazia referências a aceitar a existência do Estado de Israel. Tal ofensiva renderia frutos anos mais tarde, quando, em 1993, pelos Acordos de Oslo, Israel reconheceu a OLP como legítima representante do povo palestino.

Antes de 1974, no entanto, uma nova guerra, envolvendo Israel, Egito e Síria eclodiria – a Guerra do Yom Kippur, de 1973 –, assim como continuariam os ataques de organizações palestinas a

Israel. Dentre outros atentados, em 6 de março de 1975, dezoito turistas, inclusive estrangeiros, foram mortos em um hotel de Tel Aviv por comandos palestinos baseados no Líbano. Atentados e sequestros de aviões continuariam também nos anos seguintes, sendo o mais notório o sequestro do navio *Achille Lauro*, em 1985.



Achille Lauro

Em outubro de 1985, militantes da Frente Nacional pela Libertação da Palestina sequestraram o navio *Achille Lauro*, quando este navegava de Alexandria para Port Said, no Egito. A organização exigia que Israel libertasse presos palestinos. Após a recusa síria para que o navio aportasse em Tartus, o passageiro Leon Klinghoffer, judeu norte-americano, foi executado. A ocasião tomou tintas dramáticas porque Klinghoffer, de 69 anos, era paraplético, e seu corpo e sua cadeira de rodas foram jogados ao mar. O navio, então, voltou para Port Said e, após negociações, os militantes da Frente aceitaram liberar o navio em troca de um salvo-conduto para a Tunísia. A partir de então, formou-se um imbróglio internacional: uma vez que Klinghoffer era cidadão norte-americano, o então presidente Ronald Reagan ordenou que aviões da força aérea dos Estados Unidos interceptassem o avião que levava os palestinos para Túnis e o direcionassem para a Sicília. Ocorreu, então, uma crise diplomática entre Egito, Itália e Estados Unidos, e o navio acabou sendo liberado.

A Guerra do Yom Kippur, 1973

Após assumirem o poder, Richard Nixon (em 1969) e Anwar Sadat (1970) ensaiaram uma aproximação entre Estados Unidos e Egito. Nixon desejava retirar o Egito, definitivamente, da área de influência soviética e Sadat pensava que os Estados Unidos, e não a União Soviética, seria capaz de forçar Israel a devolver-lhe a península do Sinai. Diante de impasses nas negociações, no entanto, Egito e Síria atacaram Israel naquela que ficou conhecida como Guerra do Yom Kippur, por ter sido deflagrada no dia mais importante do calendário religioso judaico.

Os israelenses foram pegos despreparados e, após três semanas de combates, os Estados Unidos conseguiram negociar um cessar-fogo entre as partes. A guerra marcaria a primeira vez em que a intervenção norte-americana a favor de Israel, inclusive com um massivo envio de armas, alterou o equilíbrio de forças na região a favor dos israelenses. A partir de então, e cada vez mais, Israel dependeu da ajuda norte-americana para garantir sua segurança diante do mundo árabe.



EUA e Israel

Você já deve ter lido em algum lugar ou ouvido de alguém dizer que os Estados Unidos sempre defendem Israel. A coisa é bem mais complicada.

A partir dos anos 1930, os Estados Unidos construíram uma aliança muito forte com a Arábia Saudita, detentora de grandes poços de petróleo. Por isso, quando, em 1947, a Resolução 181 da ONU propunha a partilha da Palestina entre árabes e judeus, o então presidente americano Harry Truman viu-se diante de um dilema: apoiar a Resolução, de forma a garantir o apoio do eleitorado judeu norte-americano e viabilizar a

solução do problema dos sobreviventes dos campos de concentração, ou preservar sua aliança com os sauditas.

A indecisão de Truman foi resolvida pela União Soviética, que reconheceu a partilha antes dos Estados Unidos, obrigando-os a fazer o mesmo. A partir de então, a política norte-americana para o Oriente Médio buscou equilibrar o apoio a Israel e a manutenção da lealdade de seus aliados árabes, como os sauditas e jordanianos e, após a queda de Nasser, os egípcios. Por isso, os norte-americanos opuseram-se ao programa nuclear israelense, desenvolvido nos anos 1950 com auxílio francês, e em diversos momentos embargaram vendas de armas para Israel. Somente a partir do Setembro Negro, em 1970, os Estados Unidos assumiram um comprometimento maior com o Estado de Israel. Naquele momento, a Síria ameaçou invadir a Jordânia e, a pedido dos norte-americanos, Israel posicionou suas forças para defender a monarquia hachemita jordaniana. Israel passou, então, a ser visto pelos norte-americanos como um aliado na manutenção de regimes pró-ocidentais na região. A partir do Setembro Negro, a Jordânia nunca mais se envolveria em conflitos bélicos contra Israel e os dois países acabaram por assinar, em 1994, um tratado de paz.

Tendo assegurado as condições para que Israel revertesse sua fragilidade inicial na Guerra do Yom Kippur, os norte-americanos logo apresentaram a fatura: pressionaram Israel para que devolvesse a península do Sinai ao Egito. Em 1979, sob patrocínio norte-americano, Israel e Egito assinaram os Acordos de Camp David, pelos quais Israel devolveria a península do Sinai ao Egito em troca de um acordo de paz entre os dois países.



Figura 3.11: Menachem Begin (primeiro-ministro de Israel), Jimmy Carter (presidente americano) e Anwar al Sadat (presidente do Egito) na assinatura dos Acordos de Camp David, 1979.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Camp_David_Accords

Por causa dos Acordos de Camp David, diversos países árabes cortaram relações diplomáticas com o Egito e os palestinos acusaram Sadat de tê-los traído. Em outubro de 1981, ao celebrar o oitavo aniversário da Guerra do Yom Kippur, Sadat seria assassinado por fundamentalistas islâmicos.

A Operação Paz na Galileia, 1982

Após a expulsão da OLP do solo jordaniano, no Setembro Negro, suas principais lideranças e forças militares foram realocadas no Líbano. O país, um dos mais instáveis do Oriente Médio, com seu mosaico de religiões, teria seu frágil equilíbrio interno rompido com a chegada da OLP e seus militantes armados. A partir de 1975, o país entrou em guerra civil entre cristãos **maronitas** e muçulmanos xiitas e sunitas, o que matou mais de 200 mil pessoas.

As forças militares da OLP ocupavam principalmente o sul do Líbano, de onde atacavam a Galileia, região norte de Israel. Em 1982, a Operação Paz na Galileia tinha por objetivo inicial combater a ação da OLP, mas acabou degenerando, sob a

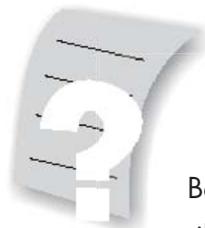
Maronitas

Cristãos libaneses ligados à Igreja Católica Apostólica Romana, mas que guardam especificidades litúrgicas.

liderança de Ariel Sharon, em uma grande guerra, inclusive com o bombardeio de Beirute – capital e maior cidade do Líbano – por Israel.

O objetivo de Sharon era instalar no governo do Líbano o cristão maronita Bashir Gemayel, com o qual Israel, supostamente, assinaria um acordo de paz. No entanto, Gemayel acabaria logo assassinado, provavelmente por forças sírias que haviam intervindo na guerra civil libanesa.

Na confusão que se seguiu ao assassinato de Gemayel, Israel se veria envolvido em um dos maiores escândalos de sua história, os massacres de Sabra e Shatila. Por conta do massacre, Israel foi sacudido por protestos internos de enorme magnitude, como o ocorrido em Tel Aviv, quando cerca de 250 mil israelenses se reuniram para exigir a apuração e a condenação dos responsáveis.



Sabra e Shatila

Eram dois campos de refugiados palestinos em Beirute. Após o assassinato de Bashir Gemayel, militantes cristãos maronitas entraram nos campos e assassinaram cerca de 3 mil palestinos. As forças militares israelenses, que então ocupavam Beirute, nada fizeram para impedir a matança. Ariel Sharon, o comandante israelense, acabou por ser destituído do seu cargo. Embora perpetrado por libaneses cristãos maronitas, Israel acabaria por ser responsabilizado pelo massacre, dado que, como força de ocupação, tinha o dever legal de proteger as populações civis sob sua jurisdição.



Figura 3.12: Mapa do Líbano em guerra civil, antes da retirada israelense, em 1983. A área cinza-escuro era controlada pela Síria; a área cinza-claro, por grupos cristãos; a área branca, por Israel; e a listrada pela ONU.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/1982_Lebanon_War

A Guerra do Líbano causou um grande dissenso na sociedade israelense, além de ter causado uma hiperinflação. Manifestações de massa contra o massacre de Sabra e Shatila e contra o bombardeio de Beirute, congregando inclusive oficiais da reserva, sacudiram a sociedade do país. Ela foi também a última grande guerra envolvendo diretamente Israel e um país árabe. Entretanto, não foi, de modo algum, o último grande conflito no Oriente Médio a incidir sobre o embate entre israelenses e palestinos. A Guerra Irã-Iraque e a revolução iraniana também influenciaram, mesmo que indiretamente, as negociações da região.



Khomeini

Em 1979, o líder supremo dos xiitas iranianos, o aiatolá Ruhollah Khomeini, liderou a derrubada da monarquia pró-ocidental do xá Reza Pahlevi e instaurou no país um regime teocrático. Com um discurso profundamente antiocidental e antissionista, a Revolução Iraniana causou apreensões não apenas em Israel, mas também em monarquias sunitas,

Hezbollah, ou Partido de Deus: partido islâmico dos muçulmanos xiitas do Líbano, que recebe apoio e recursos do Irã e da Síria. Nos conflitos inter-religiosos e políticos do mundo árabe, é geralmente condenado por países sunitas, como Jordânia e Arábia Saudita. O partido surgiu em 1982, como uma reação à invasão israelense. Possui uma ala militar e, além de buscar influenciar o governo do Líbano – tendo feito pela primeira vez parte da coalizão governamental libanesa em 2011 –, atua fortemente contra Israel, patrocinando diversos ataques ao norte do país.

como a Jordânia e a Arábia Saudita, e regimes laicos, particularmente o iraquiano.

Então governado pelo Partido Baath, o Iraque de Saddam Hussein, com sua grande população xiita, enfrentou o Irã entre 1980 e 1988 em uma guerra na qual morreram cerca de um milhão de pessoas, entre militares e civis. A guerra, da qual o Iraque pensava sair vencedor em razão do tumulto pós-revolucionário no Irã, resultou de uma histórica tensão entre os dois países em torno de fronteiras, poços de petróleo e acesso a canais hidrográficos, assim como pela luta por hegemonia político-militar na região.

Durante a guerra, os Estados Unidos, percebendo o Iraque como um contrapeso à influência iraniana, apoiaram Saddam Hussein, que chegou a usar armas químicas contra os iranianos e contra minorias étnicas de seu próprio país, como os curdos.

Ainda assim, em 2006, Israel voltou a invadir o Líbano, dessa vez para combater o movimento islâmico **Hezbollah**, responsável por sucessivos ataques ao norte de Israel a partir de território libanês.

Da Guerra do Líbano aos Acordos de Oslo, 1993

Após a Guerra do Líbano, os israelenses enfrentaram duas situações que acabaram por empurrá-los para a mesa de negociações com os palestinos: a primeira foi a Intifada de 1987 e, a segunda, a Guerra do Golfo, em 1991.

A Intifada de 1987 começou como uma revolta espontânea dos palestinos da Cisjordânia contra a colonização de suas terras por Israel.

A Primeira Intifada

Ocorrida entre 1987 e 1993, foi uma reação à política israelense de colonização dos Territórios Ocupados. Nesses anos, palestinos de Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental empreenderam uma série de ações, como o não pagamento de impostos e o boicote de produtos israelenses, passando também por enfrentamentos físicos, como arremesso de pedras e coquetéis molotov contra soldados das FDI. Tendo começado como uma manifestação espontânea, a Primeira Intifada também expressava um descontentamento dos palestinos dos Territórios Ocupados com a OLP que, de seu quartel-general em Túnis, mostrava pouca capacidade de levar adiante a luta por um estado palestino independente. Logo após o início da Intifada, porém, a OLP buscou colocar-se à testa do movimento, disputando espaço nos corações e mentes dos palestinos com um novo movimento de libertação nacional, o Hamas. O Hamas, em particular, empreendeu formas mais violentas de luta, como o sequestro de soldados das FDI e o assassinato de civis israelenses.

O governo israelense reagiu violentamente à Intifada, e nunca se chegou a um consenso a respeito do número de vítimas de lado a lado. Estima-se que mais de mil palestinos morreram em conflitos diretos com israelenses, e outros tantos, acusados de colaboracionismo, foram mortos pelos próprios palestinos. Por outro lado, muitos milhares foram presos por Israel, que perdeu cerca de 200 cidadãos.

A Primeira Intifada teve uma série importante de consequências. A primeira, e talvez a mais importante, é que ficou claro para setores importantes da sociedade israelense que o controle e a colonização dos Territórios Ocupados, principalmente da Cisjordânia, poderia ser um risco para a segurança de Israel. Ademais, a força da reação israelense acabou por resultar em um isolamento internacional de Israel – crescentemente percebido como uma força agressora contra populações civis –, e na crescente legitimação internacional da aspiração nacional palestina.

No entanto, os ganhos políticos e simbólicos que os palestinos tiveram com a Primeira Intifada foram em boa medida erodidos por sua posição na Primeira Guerra do Golfo.

A Primeira Guerra do Golfo

Para o Iraque, a guerra com o Irã não só não trouxe nenhum ganho territorial ou político, como resultou em pesadas dívidas, principalmente com a Arábia Saudita e o Kuwait. Em agosto de 1990, Saddam Hussein, invocando razões históricas e acusando o governo kuwaitiano de manipular os preços do petróleo, invadiu o Kuwait e declarou-o província do Iraque.

Em janeiro de 1991, liderada pelos Estados Unidos, uma coalizão sancionada pela ONU e reunindo mais de trinta países – incluindo Arábia Saudita, Egito e Síria – iniciou uma grande operação militar para libertar o Kuwait. A Arábia Saudita, tradicional aliada dos Estados Unidos e temerosa de também ser invadida pelo Iraque, chegou mesmo a ceder território para a instalação de uma base militar americana, fato que incitou a fúria de um ex-combatente da guerra do Afeganistão contra a União Soviética (1979-1988): Osama Bin Laden. Ao fim da guerra, o Iraque foi expulso do Kuwait, não sem antes causar um grande prejuízo político e financeiro à OLP.



Osama Bin Laden

Nasceu na Arábia Saudita, em 1957, em uma família rica de empreiteiros. Com a invasão soviética ao Afeganistão, em 1979, juntou-se aos *muhajedin* (combatentes santos) para libertar a terra islâmica dos comunistas. Adepto do islamismo *wahabita*, Bin Laden voltou suas atenções para os Estados Unidos após a Primeira Guerra do Golfo, acusando os americanos de ocupar indevidamente a

terra sagrada da Arábia Saudita, onde ficam Meca e Medina. Sua organização, a Al-Qaeda, foi responsável pelos atentados de 11 de setembro de 2001 contra o World Trade Center, em Nova York, e o Pentágono.



Figura 3.13: Poços de petróleo kuwaitianos em chamas. Ao retirar suas forças do Kuwait, Saddam Hussein ordenou que os poços de petróleo kuwaitianos fossem incendiados, causando não apenas um enorme prejuízo ao Kuwait, mas também um gigantesco desastre ambiental.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Gulf_War

Encurralado pela decisiva ação da coalizão internacional e isolado no mundo árabe, Saddam Hussein iniciou uma série de movimentos para trazer as massas árabes, e os palestinos em particular, para o seu campo: prometeu sair do Kuwait se os israelenses se retirassem dos Territórios Ocupados e, ao mesmo tempo, iniciou uma cruzada contra os sauditas, acusando-os de serem indignos de controlar as cidades de Meca e Medina.

Uma vez iniciada a guerra, o Iraque começou a lançar mísseis contra Israel, com duplo objetivo: tornar-se um campeão da causa palestina e incentivar a represália israelense. Com isso, ele esperava forçar Egito, Arábia Saudita e Síria a abandonar a coalizão e juntar-se ao Iraque contra Israel. Mas Israel, a pedido dos

Estados Unidos, não reagiu, mantendo intacta a coalizão. Já a OLP passou a apoiar ostensivamente Saddam Hussein e, nos Territórios Ocupados, cada míssil que caía sobre Israel era comemorado pelas multidões nas ruas.



Figura 3.14: Família israelense com máscaras de gás durante a Guerra do Golfo. Durante a guerra, havia o temor de que os mísseis iraquianos contra Israel carregassem ogivas com armas químicas e biológicas. Por essa razão, o governo israelense distribuiu máscaras para a população. O impacto psicológico da situação, em um país que abrigava sobreviventes de campos de concentração e seus descendentes, foi enorme.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Gulf_War

Saddam Hussein perdeu a guerra. E a OLP, ao apoiá-lo, perdeu o apoio político e financeiro da Arábia Saudita, do Egito e da Síria, ficando isolada na Liga Árabe. O Kuwait chegou mesmo a expulsar mais de cem mil palestinos que lá viviam, logo após a evacuação das forças iraquianas.

Para Israel, a Primeira Guerra do Golfo também teve impactos importantes: tornou-se claro que, com a crise da União Soviética, os interesses norte-americanos no Oriente Médio tornaram-se bem mais complexos, e que, a partir de então, Israel teria que lidar com a crescente importância de países como Egito, Jordânia, Arábia Saudita, e mesmo a Síria, nos planos norte-americanos; para uma parcela cada vez mais importante dos militares israelenses, o bombardeio iraquiano a Israel (a mais de 400 km de distância) evidenciava que a visão da Cisjordânia como escudo territorial

estava superada. Adicione-se a isso a Intifada, e ficava claro que os Territórios Ocupados haviam se tornado muito mais um problema que uma solução.

Em tal cenário, o então presidente norte-americano, George Bush, patrocinou a Conferência de Madrid, em outubro de 1991, com vistas a um acordo final entre Israel, palestinos e países árabes. A conferência, no entanto, pouco avançou rumo a um acordo final entre as partes envolvidas, principalmente em função da posição do primeiro-ministro israelense, Itzhak Shamir.

Velho militante do movimento revisionista, Shamir colocou vários obstáculos às negociações. No entanto, Shamir e seu partido, o Likud, foram derrotados nas eleições israelenses de 1992, que conduziram ao poder o primeiro-ministro Itzhak Rabin.

Rabin, ex-general, era um dos militares israelenses convencidos de que os Territórios Ocupados haviam perdido importância estratégica e que a solução dos problemas de segurança de Israel passava por um amplo acordo de paz que envolvesse os palestinos. Essa é a origem dos Acordos de Oslo.

Os Acordos de Oslo

Os Acordos de Oslo, de 1993, marcaram uma mudança profunda nas relações entre israelenses e palestinos. Pela primeira vez, Israel reconhecia a OLP como a legítima representante dos palestinos, e estes, por seu lado, reconheciam o direito de Israel existir. No entanto, os Acordos não estabeleciam que seria criado um estado palestino, mas simplesmente estabeleciam um processo de negociações de cinco anos, findos os quais todas as pendências entre os dois lados deveriam ser resolvidas. Os Acordos criavam ainda uma Autoridade Nacional Palestina, que administraria alguns dos Territórios Ocupados – principalmente em áreas como polícia, educação, saúde, bem-estar social, impostos locais e turismo –, e previam a retirada das FDI da Faixa de Gaza e da Cisjordânia.



Figura 3.15: Itzhak Rabin aperta a mão de Yasser Arafat sob o olhar do então presidente norte-americano Bill Clinton por ocasião da assinatura dos Acordos de Oslo.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Oslo_Accords

A ideia de deixar os assuntos mais polêmicos – a questão dos refugiados palestinos, Jerusalém, os assentamentos judaicos na Cisjordânia e Gaza – por último, inclusive a própria criação do Estado palestino, baseava-se no princípio da construção da confiança mútua e do progressivo melhoramento das condições de vida dos palestinos e israelenses, e no conseqüente abrandamento mútuo de posições tidas como inegociáveis no primeiro momento das conversações.

As reações aos Acordos em ambos os campos foram divididas. Entre os palestinos, o al-Fatah, de Yasser Arafat, apoiou os Acordos, mas o Hamas e outros grupos islâmicos, como a Jihad Palestina, a eles se opuseram violentamente. Já o governo israelense só conseguiu aprovar os Acordos no parlamento com 61 votos em um total de 120 cadeiras. O Likud e os demais partidos políticos da direita revisionista, assim como os partidos representantes do campo nacional religioso e dos colonos, opuseram-se tenazmente ao entendimento com os palestinos, ao passo que o Partido Trabalhista e o Meretz o apoiaram.



Promessas de um mundo novo

Ainda antes dos Acordos de Oslo, em 2001, os cineastas Justin Arlin, Carlos Bolado e B.Z. Goldberg dirigiram um documentário chamado *Promessas de um mundo novo*, no qual reuniram crianças palestinas e israelenses para discutir a paz entre os dois povos. O filme é um excelente ponto de partida para uma melhor compreensão dos desafios do processo de paz.

Foi em um cenário de agudo conflito interno em Israel que o primeiro-ministro israelense, Itzhak Rabin, acabaria assassinado por um fundamentalista judaico, que o acusava de, ao devolver território bíblico aos palestinos, estar atrasando a vinda do Messias. Você vai ver um pouco mais a respeito da questão do fundamentalismo judaico na próxima aula. O que importa ressaltar é que, com o assassinato de Rabin, em novembro de 1995, os Acordos de Oslo entraram em colapso.

Seguiram-se, então, vários governos israelenses – tanto da direita revisionista quanto dos trabalhistas –; a Segunda Intifada palestina, de 2000; a morte de Yasser Arafat, em 2004; a retirada israelense da Faixa de Gaza, em 2005; uma segunda invasão israelense ao Líbano, em 2006; e a subsequente guerra civil entre al-Fatah e Hamas. Enfim, a dinâmica do conflito manteve-se acesa, e os Acordos de Oslo acabaram por perder a capacidade de fazer avançar o processo de paz.



Figura 3.16: Imagens da Segunda Intifada.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Second_Intifada_Montag.png

Por outro lado, nos últimos anos, o Irã, em busca de sua consolidação como potência regional, tem avançado em suas capacidades nucleares e, com um discurso cada vez mais ameaçador contra Israel, promete ser um novo elemento de instabilidade para o Oriente Médio.



Osirak

Em 1981, Israel atacou de surpresa e destruiu o reator nuclear iraquiano de Osirak, então em construção. Embora o Iraque afirmasse que os fins do reator eram pacíficos, Israel temia que seu adversário pudesse desenvolver armas nucleares, o que não só iria ameaçá-lo diretamente, como desestabilizar toda a região.

Notícias seguidas indicaram que setores militares israelenses sugeriram, também, um ataque aos reatores nucleares iranianos. No entanto, o enorme grau de incerteza quanto ao resultado da operação – tanto em termos militares quanto políticos – refrearam qualquer ação israelense.

CONCLUSÃO

De todos os países árabes com os quais Israel entrou em guerra no dia seguinte ao da sua independência, com apenas dois foram assinados acordos de paz: Egito, em 1979, e Jordânia, em 1994. Com os demais – Síria, Líbano e Iraque –, Israel continua tecnicamente em guerra. No que se refere aos palestinos, os Acordos de Oslo não avançaram e permanece o impasse a respeito do futuro das relações entre ambos os povos.

Se uma palavra pudesse resumir a complexa expectativa para o futuro do Oriente Médio, essa palavra seria “incerteza”.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Com um mapa do Oriente Médio em mãos, recupere as informações apresentadas na aula a respeito de todas as guerras envolvendo Israel e os países árabes: quem atacou quem, por onde e como. Preste atenção nas escalas do mapa e procure “sentir” a dimensão territorial do conflito.

Resposta Comentada

Como o Brasil é um país muito grande e não se envolve em guerras há muitas décadas, os brasileiros, de modo geral, têm dificuldade em perceber a efetiva dinâmica de um conflito internacional e como ele afeta a vida cotidiana das pessoas. Para nós, guerras parecem coisas distantes e remotas. Como as distâncias do Oriente Médio são muito pequenas, a guerra se torna muito próxima dos centros urbanos e coloca desafios enormes aos estrategistas militares. Veja, por exemplo, as distâncias equivalentes:

Jerusalém e Cairo (capital do Egito): Rio de Janeiro e Porciúncula;

Jerusalém e Amã (capital da Jordânia): Rio de Janeiro e Petrópolis;

Jerusalém e Beirute (capital do Líbano): Rio de Janeiro e Santa Maria Madalena;

Jerusalém e Damasco (capital da Síria): Rio de Janeiro e Carapebus.

O mapa vai ajudar você a compreender melhor a dinâmica do conflito médio-oriental.

RESUMO

Desde 1948, Israel lutou diversas guerras contra países árabes – Guerra de 1948, Guerra de Suez (1956), Guerra dos Seis Dias (1967), Guerra do Yom Kippur (1973), Guerra do Líbano (1982) –, assim como manteve um estado de conflito com os palestinos. Em 1993, os Acordos de Oslo, com os palestinos, abriram a possibilidade de um processo de paz entre os dois povos, mas a promessa não se realizou e os palestinos ainda não possuem estado próprio.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você entrará em contato, a partir de uma abordagem sociológica, com a profunda diversidade das sociedades palestina e israelense.

Aula 4

Sociedades contemporâneas e seus atores sociais: Israel e a Autoridade Palestina

Monica Grin

Meta da aula

Apresentar a você os principais aspectos políticos, econômicos e sociais que caracterizam as sociedades israelense e palestina.

Objetivos

Esperamos que, ao final, desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer as dinâmicas dos atores sociais e das instituições nas sociedades israelense e palestina e seus processos formativos;
2. identificar o impacto do conflito árabe-israelense em suas dinâmicas históricas e sociológicas.

INTRODUÇÃO

Nas aulas anteriores, você viu como a emancipação dos judeus europeus e a queda do Império turco-otomano pavimentaram o caminho de dois nacionalismos distintos no Oriente Médio. O sionismo, movimento político nacional dos judeus europeus, reivindicava um “Lar Nacional” no território da Palestina, que logo após a Primeira Guerra Mundial encontrava-se sob Mandato controlado pela Inglaterra, o chamado **Mandato Britânico**, e o nacionalismo árabe, desmembrado em diversos grupos, como: sírios, libaneses, egípcios e palestinos, cujas formações deram-se entre as décadas de 1910 e 1940. O nacionalismo árabe, tal como o sionismo, reivindicava uma territorialidade específica na região. Ao mesmo tempo, diferentes aspectos econômicos, políticos e sociais moldavam essas distintas sociedades. Ao longo deste capítulo, veremos:

- As estruturas políticas de Israel e dos territórios ocupados.
- As dinâmicas de integração de imigrantes em Israel.
- As tensões internas de grupos políticos em Israel.
- A construção da sociedade palestina e seus desafios.

As estruturas políticas de Israel **As bases do Estado de Israel**

Ao declarar sua independência em 14 de maio de 1948, a comunidade judaica da Palestina tornou-se um Estado nos moldes ocidentais. O texto lido por David Ben-Gurion inaugurava a seguinte estrutura política:

País: Israel.

Forma de governo: democracia parlamentar.

Presidente: Chaim Weizmann.

Primeiro-ministro: David Ben-Gurion.

Mandato Britânico

Instituído em 26 de setembro de 1926 pela Liga das Nações, era uma estrutura administrativa que dava ao Império britânico a função de administrar partes do antigo território do Império turco-otomano. A área era correspondente aos territórios modernos de Israel e Jordânia.

Capital: Jerusalém (proclamada em 1950).

Línguas oficiais: hebraico e árabe.

População: 806.000 (80% de judeus e 20% de árabes-israelenses).

O nascente Estado trazia consigo uma população majoritariamente urbana, formada principalmente por imigrantes judeus da Europa oriental que desde 1890 chegavam em ondas migratórias para a Palestina. Podemos observar que de 1948 até 49, cerca de 300.000 novos imigrantes juntaram-se aos 800.000 originais, criando uma sociedade atípica, na qual um em cada três cidadãos não dominava a língua nacional (o hebraico), e sequer partilhava dos valores culturais de seu novo lar.

Desde 1947, ainda sob o Mandato Britânico, as comunidades árabe e judaica na Palestina estavam em conflito e, conforme visto no capítulo anterior, em 15 de maio de 1948, o quadro evoluiu para uma guerra entre Israel e seus vizinhos árabes. Essa experiência vitimou quase 1% da população do país e resultou no êxodo de aproximadamente 700.000 palestinos que se tornaram refugiados nos países vizinhos. A guerra demandou do Estado israelense algumas medidas enérgicas que moldariam no período entre 1948 e 1959 toda a sua experiência de organização social.

A sociedade israelense nesse período estava sob forte intervenção do Estado, maneira pela qual seus governantes buscavam reestruturá-la e garantir formas mais eficientes de organização socioeconômica diante de fronteiras instáveis.

○ Estado

Um dos mecanismos de reorganização do Estado em sua relação com a sociedade foi o chamado *estatismo*: para gerenciar uma população tão diversa de imigrantes refugiados e sobreviventes de guerra, de árabes-israelenses e de outras minorias, e manter a coesão interna, o governo impôs desde os primórdios um Estado

forte, com uma presença efetiva na organização social e econômica do país. O Estado, desde o início, tinha o monopólio da posse de terras e controlava a economia com forte austeridade fiscal. Os trabalhadores eram obrigados a se sindicalizar na Histadut, Confederação Geral de Sindicatos, a fim de obter serviços de saúde, de capacitação de mão de obra do país e de exercício de direitos trabalhistas.



Figura 4.1: Logo da Histadut.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/b/b3/Histadrut_logo.png

O campo

No campo, havia o predomínio de duas formas de organização produtiva: o *kibbutz* e o *moshav*.

O *kibbutz* (“reunião”, em hebraico), já existia antes da criação do Estado de Israel e é um tipo de fazenda coletiva na qual seus membros não possuem a propriedade privada da terra e toda a produção é gerida de forma coletiva. Esse modelo de organização produtiva e social inspirou-se largamente nos modelos do **socialismo utópico** e nas idealizações dos movimentos pioneiros

Socialismo utópico

Termo cunhado pelos seguidores do marxismo para designar as obras iniciais que teorizavam a transição do capitalismo para o socialismo. O termo utópico contrastava com o “socialismo científico” proposto por Karl Marx. Os socialistas utópicos acreditavam que o socialismo implantar-se-ia de forma gradual, até mesmo com a vontade da burguesia, que inevitavelmente veria o sistema socialista como mais vantajoso. Seu principal expoente é Saint-Simon, um aristocrata francês (1760-1825) que propunha um sistema onde todos os homens partilhariam dos mesmos interesses e das mesmas remunerações.

que chegaram àquela região, desde 1890. Hoje, porém, o modelo vem resistindo precariamente à expansão do capitalismo global, à crescente urbanização do Estado de Israel e às insatisfações das novas gerações em busca de oportunidades mais sintonizadas com os desafios de uma realidade em rápida aceleração e diversificação tecnológica e econômica.

O *moshav* ("assentamento" ou "vila", em hebraico), diferente do *kibbutz*, é um tipo de organização produtiva em escala familiar, de natureza privada, com foco na produção intensiva de gêneros agrícolas, para o mercado consumidor. Essa estrutura produtiva tem sobrevivido de maneira mais eficiente aos desafios da economia de mercado israelense.



Figura 4.2: Pioneiros em um *kibbutz*.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c9/First_aliyah_BILU_in_kuffiyeh.jpg

A cidade

Ao chegar à Palestina, os imigrantes judeus da Europa defrontaram-se com um país que possuía poucos centros urbanos desenvolvidos. Os imigrantes, muitos dos quais oriundos das classes médias urbanas da Europa Central, traziam consigo os

valores culturais que os formaram em seus países de origem. A influência dessa cultura europeia pode ser observada na paisagem arquitetônica da cidade de Tel Aviv. Seus prédios de longos traços retos inspiravam-se na arquitetura da **Escola de Bauhaus**, fundada na Alemanha por Walter Gropius, em 1919. Tel Aviv, construída ao lado da antiga cidade de Yafo, foi o primeiro centro urbano criado para absorver as ondas migratórias no futuro Estado de Israel.

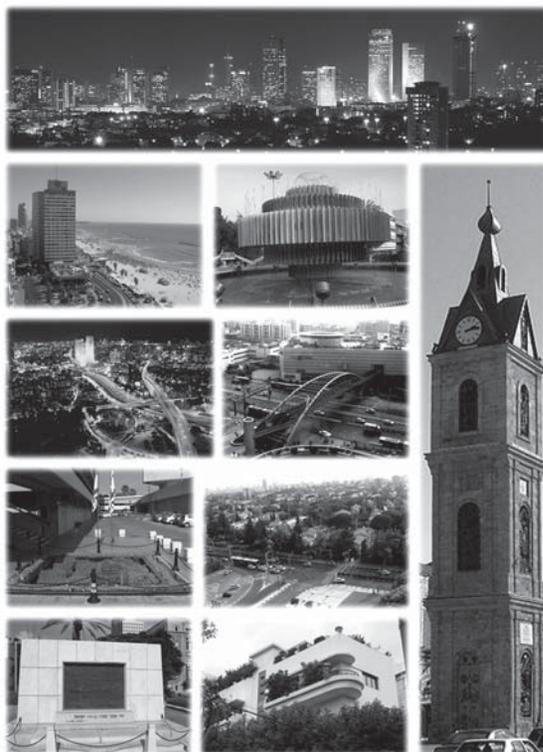


Figura 4.3: Aspectos da cidade de Tel Aviv.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/55/TE-Collage_Tel_Aviv.png

Já a cidade de Jerusalém era, e ainda é hoje, vista como tradicional reduto dos judeus ortodoxos e de uma maioria árabe. Os primeiros imigrantes estranharam Jerusalém. Viam nela montes e vielas escuras e sujas, preferindo o espaço urbano de Tel Aviv e da cidade costeira de Haifa, ao norte do país, conhecida por seus portos e indústrias. Com a conquista de Jerusalém pelas tropas

Escola de Bauhaus

A Escola de Bauhaus foi um movimento que surgiu logo após a Primeira Guerra Mundial, em Weimar, na Alemanha, cujo objetivo era criar uma forma de arte que juntaria todas as manifestações e representações artísticas em uma só: não haveria separação entre arquitetura, pintura ou música, que seriam pensadas em uma perspectiva funcional, ou seja, como uma proposta ligada à necessidade diária do consumidor. A Escola de Bauhaus ficou conhecida por seus projetos arquitetônicos minimalistas e arrojados que influenciaram o desenvolvimento de diversos campos do *design* até hoje. A instituição foi fechada nos anos 1930, após intensa perseguição por parte do governo de Hitler, que acusava os filiados à Escola de serem antigermânicos e subversivos. Hoje em dia, Israel tem o maior número de construções Bauhaus do mundo.

israelenses em 1967, profundas reformas no centro histórico e em seus entornos transformaram-na em uma grande cidade, atualmente com mais de 700.000 habitantes. Tel Aviv ainda é a segunda, com mais de 400.000.

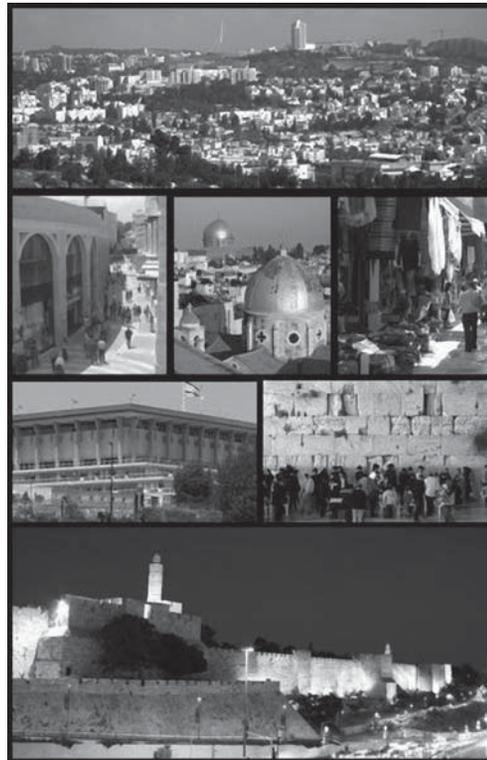


Figura 4.4: Aspectos da cidade de Jerusalém.

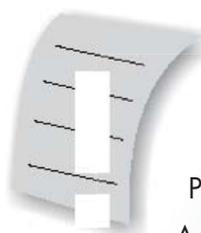
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/cc/Jerusalem_infobox_image.JPG

A economia

De 1949 a 1959, a sociedade israelense passou por severa austeridade econômica, efeito de uma economia ainda incipiente, de gastos excessivos com a guerra e do enorme crescimento populacional, causado pela imigração. Itens básicos de alimentação só podiam ser obtidos por tíquetes e os supérfluos tinham de ser comprados no mercado negro.

Essa situação de precariedade inicial começa a mudar em 1959, quando a Alemanha indeniza os sobreviventes do Holocausto que imigraram para Israel e grande parte desse dinheiro seria destinado ao Estado.

A grande base da economia israelense era a indústria têxtil, logo seguida pelo beneficiamento de diamantes, importados da África do Sul. A agricultura intensiva dos *kibbutz* também foi muito importante até a década de 1970, quando alternativas de produtos importados mais viáveis enfraqueceram o setor agrícola israelense. Nos anos 1990, ao seguir uma profunda campanha de modernização, promovida pelo Estado, o país passou a atrair indústrias de alta tecnologia e sua economia tornou-se bastante robusta, alcançando posição de destaque no mundo.



Economia de Israel (2011)

PIB – \$ 235.446 bilhões de dólares americanos.

Participação de setores da economia no PIB:

Agricultura – 2,7%

Indústria – 31,7%

Serviços – 65,6%

Você já deve estar percebendo que o Estado de Israel foi criado em um contexto de conflitos que vão se acirrando, à medida que o tempo passa. Vamos rever alguns pontos que demarcam os primeiros dez anos do jovem Estado de Israel:

1. Em seu nascimento, Israel enfrenta uma guerra civil entre judeus e palestinos que logo evolui para um conflito regional que ficou conhecido como Guerra de Independência, para os israelenses, ou Nakba (“Catástrofe” ou “Tragédia”) para os palestinos.

2. A economia do país, ainda bastante modesta, precisava atender às necessidades de 300.000 imigrantes que chegaram ao país, nos dois primeiros anos, após sua independência.

3. Os 20% de árabes-israelenses no país eram um ponto sensível: eles poderiam se integrar a Israel ou representar um foco de tensão interna.

Os desafios do novo Estado não eram poucos, sequer simples. Mas, como você já viu, a sociedade palestina sofreu de maneira tão ou mais dramática os resultados da guerra, ficando nesse processo completamente desmobilizada, como você terá a oportunidade de observar mais adiante.

Amadurecimento e transformação da sociedade israelense até os anos 1990: as dinâmicas do multiculturalismo e da integração de imigrantes em Israel

Refugiados judeus dos países árabes (1950-1970)

A imigração é uma questão que aparecerá por diversas vezes na história de Israel. Dos 300.000 imigrantes anteriormente mencionados que chegaram ao Estado judeu depois de 1948, 200.000 eram judeus árabes que foram expulsos de seus países de origem. Esses judeus árabes viviam em diversas regiões do Oriente Médio, sob domínio do Império turco-otomano. Com o conflito palestino-israelense, os judeus espalhados pelo Oriente Médio viram sua permanência nos países árabes (Iraque, Síria, Líbano, Egito, Marrocos) ameaçada pelas rivalidades que emergem no contexto de criação do Estado de Israel naquela região.



Mais de um milhão de judeus viviam nos países árabes, antes de seu êxodo!

Geralmente bem integrados em suas sociedades, ocupavam cargos relevantes na economia e no governo. Com seu êxodo, parte deles foi para Israel, mas uma parcela significativa veio para o Brasil e para os Estados Unidos.

A falta de estrutura para a absorção dessa população de judeus que vivia em países árabes resultou na construção das *maabarot* ou campos de trânsito, que foram os campos de refugiados construídos para estes novos imigrantes, enquanto se desenhava uma estratégia para a sua absorção pela sociedade israelense.



Figura 4.5: Campo de refugiados de Bet Lid.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/18/Bet_Lid_Immigration_Camp1949.jpg

As dificuldades de integração dos novos cidadãos criaram sérios conflitos sociais. A austeridade econômica israelense, não raro, traduzia-se em tiquetes de racionamento para alimentação e era, certamente, uma fonte de inquietação social. Em 1959, distúrbios no bairro de Wadi Salib em Haifa, uma cidade ao norte do país, mostravam a insatisfação dos novos cidadãos, especialmente os que emigraram dos países árabes. Indignados, apontavam a morosidade do governo em suas políticas públicas e percebiam esta realidade como discriminatória. Mesmo com o desmonte das *maabarot* (acampamentos de refugiados) no ano de 1963, a situação social não tinha sido resolvida. Nos anos 1970, jovens judeus árabes criaram um grupo chamado Panteras Negras, em Jerusalém, para protestar contra a desigualdade social. Alegavam que o governo não enxergava os problemas estruturais da sociedade e que era necessário mais investimento em programas sociais.

Na noite de 18 de maio de 1971, os Panteras Negras arregimentaram 5.000 pessoas em uma manifestação que foi duramente reprimida pela polícia. A multidão respondeu com pedras e coquetéis molotov, dando início a um distúrbio de grandes proporções. O medo da erosão da coesão social foi tremendo e rapidamente o governo estabeleceu uma comissão para averiguar as reivindicações dos Panteras Negras, encontrando diversas situações de discriminação e preconceito a eles dirigidos pelos cidadãos de origem europeia, o que levou ao aumento do orçamento de políticas públicas para a integração dos imigrantes judeus, oriundos dos países árabes.

Os imigrantes russos (1970–1990)

Aproximadamente 180.000 judeus russos emigraram para Israel, após a Guerra dos Seis Dias, em 1967, seguidos por mais 600.000, que saíram da União Soviética que se fragmentava como regime político, com a crise do socialismo, em 1990. Tal onda migratória trouxe diversas mudanças para a estrutura social

israelense. Como você pôde ver anteriormente, o país teve grandes dificuldades para absorver um número tão alto de imigrantes, oriundos de outros países, principalmente dos países árabes. Nessa conjuntura (1970-1990), a economia já se encontrava modernizada e uma infraestrutura sólida promovia um equilíbrio de tensões. O alto nível de qualificação dos novos cidadãos, os de origem russa, logo impactou a sociedade, pois diversos eram professores universitários e cientistas conceituados, chegando a ocupar um em cada quatro postos acadêmicos em Israel. Frequentemente, eles mantiveram um forte elo com a língua e a cultura russas, e não é difícil ver pessoas conversando em russo nas ruas e observar estabelecimentos comerciais com placas escritas totalmente em russo.

Outro impacto sentido, com a chegada dos russos a Israel, foi na política israelense. Boa parte dos novos imigrantes alinhava-se ao campo político da direita israelense, apoiando medidas duras para a manutenção da segurança, para a inflexibilidade no processo de paz com os palestinos e para a adoção do liberalismo econômico. Ao mesmo tempo, muitos russos posicionaram-se contra as investidas dos judeus ortodoxos que sistematicamente intervêm, com seus preceitos religiosos, na vida política e na vida social em Israel.



A imigração etíope também foi um marco para Israel

Os judeus etíopes eram um grupo do Norte da Etiópia, que habitavam principalmente em áreas rurais. Não se sabe ao certo como surgiram, mas eles tradicionalmente guardam costumes judaicos bíblicos e vivem separados da população. Por não serem das religiões majoritárias do país (cristianismo e islamismo), eram frequentemente perseguidos e discriminados.

Dos anos 1970 até hoje, aproximadamente 90.000 judeus etíopes foram integrados à sociedade israelense. Suas primeiras ondas migratórias foram por meio de operações militares onde o exército israelense mobilizou suas aeronaves para o resgate dos judeus etíopes. Seu processo de adaptação foi especialmente difícil, já que pouquíssimos tinham qualquer especialização ou contato com uma sociedade urbana e moderna como a do novo país.



Figura 4.6: Judeus etíopes em Israel.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/7/79/Falasha_makstyle.jpg/200px-Falasha_makstyle.jpg



Imigração para Israel por país/região de origem*

União Soviética/Rússia – 1.209.264

Países árabes (inclusos Marrocos, Argélia, Tunísia, Iraque, Irã, Iêmen, Egito, Sudão, Líbia e Síria)

– entre 700.000 e 800.000

Romênia – 276.586

Polônia – 173.591

Estados Unidos – 94.753

Etiópia – 86.182

Argentina – 59.925

França – 50.743

* Ondas migratórias menores não foram consideradas

Estado e economia (de 1960 até os dias de hoje)

Você logo irá perceber que tanto o Estado quanto a economia em Israel guardam, nos dias de hoje, poucas semelhanças com o contexto de quarenta anos atrás. O país desenvolveu uma economia, baseada em exportação de produtos agrícolas, produtos têxteis e artigos militares altamente incentivados pelo governo que sobreviveu até os anos 1980. Com a crise econômica global, o país implantou um plano de reformas neoliberais que garantiu uma rápida modernização da economia, ao custo de afrouxar suas leis trabalhistas e seus benefícios para os trabalhadores. Hoje em dia, a economia israelense baseia-se em indústrias de alta tecnologia, no turismo e em serviços financeiros.

De um ponto de vista político, o Estado continuou como um regime parlamentar de maneira ininterrupta, desde 1948. A grande mudança que podemos apontar ocorreu nos anos 1970, quando a esquerda, que estava no poder desde a independência de Israel, perdeu o controle do governo para a direita revisionista do Partido Herut (que mais tarde se tornaria o atual Likud), sob liderança de Menachem Begin, discípulo de Wladmir Ze'ev Jabotinsky.



Lista dos primeiros-ministros do Estado de Israel e alinhamento político

David Ben-Gurion (1948-54) – esquerda
 Moshe Sharett (1954-55) – esquerda
 David Ben-Gurion (1953-63) – esquerda
 Levi Eshkol (1963-69) – centro-esquerda
 Golda Meir (1969-74) – esquerda
 Yithzak Rabin (1974-77) – esquerda
 Menachem Begin (1977-83) – direita
 Yithzak Shamir (1983-84) – direita
 Shimon Peres (1984-86) – esquerda
 Yithzak Shamir (1986-92) – direita
 Yithzak Rabin (1992 -95) – esquerda
 Shimon Peres (1995-96) – esquerda
 Benjamin Netanyahu (1996-99) – direita
 Ehud Barak (1999-2001) – esquerda
 Ariel Sharon (2001 -06) – direita
 Ehud Olmert (2006-09) – centro-direita
 Benjamin Netanyahu (2009 – atual) – direita

Questões atuais: as tensões internas de grupos políticos em Israel

Democracia ou teocracia? As tensões entre religiosos e seculares em Israel

Quando da independência do Estado de Israel (1948), David Ben-Gurion e a classe política perceberam que precisavam do apoio dos setores religiosos para edificar uma base sólida de governo. Essa aliança com os setores religiosos consistia em dar total autonomia para que eles legislassem sobre seus próprios assuntos, deixando

a maioria não religiosa relativamente despreocupada com maiores ingerências religiosas no dia a dia. As seguintes áreas foram discutidas e concessões foram feitas:

- Transporte e serviços públicos não deveriam funcionar no *shabbat* (o dia do descanso, sexta-feira/sábado).

- *Kashrut* (leis dietárias): as cozinhas e redes de alimentação públicas, ou seja, do Estado seguiriam as leis rituais religiosas, mas cada cidadão poderia privadamente seguir ou não a lei.

- Legislação sobre a família: o sistema de casamentos e divórcios entre judeus seria controlado pelas cortes rabínicas, não existindo casamento civil. Outras religiões teriam suas próprias cortes.

- A educação seria dividida em um sistema para os religiosos e outro para os seculares, sendo papel do Estado estipular um currículo básico para ambas as correntes.

Embora pareça sólido esse arranjo, nem sempre funciona conforme o esperado. Por diversas vezes, tensões tornaram-se mais explícitas quando ajustes nesse sistema foram propostos, geralmente em tentativas de retirar os subsídios financeiros que o governo israelense dá para o ensino religioso. Depois da retomada de Jerusalém oriental, na Guerra dos Seis Dias, em 1967, a sociedade israelense experimentou um fervor messiânico que aumentou as tensões entre seculares e religiosos, especialmente quando entram em cena os sionistas religiosos, que você já deve conhecer pela denominação de “colonos” e que, frequentemente, aparecem na imprensa como o maior obstáculo ao processo de paz. Tais colonos ocupam o território que futuramente dará forma ao Estado palestino, principalmente o norte da Cisjordânia.

Recentemente, a Suprema Corte de Justiça de Israel proibiu a prática comum aos ultraortodoxos de segregar homens e mulheres em ônibus que passassem por bairros religiosos, causando um debate acirrado no país. Era comum, em protesto, ver mulheres ocupando todo o espaço dos ônibus para mostrar que o secularismo deve ser respeitado.



Figura 4.7: Rapazes ortodoxos leem cartazes em Jerusalém.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/96/Haredi_Judaism.jpg

Outro importante ponto de tensão em Israel é a “Lei do Retorno”. Todas essas migrações que você viu até agora só foram possíveis, porque atendem de alguma maneira a essa lei. Ela garante a ida de judeus da Diáspora para Israel. Tal lei define como um judeu:

- qualquer um nascido de mãe judia ou avó materna judia;
- qualquer um com pai ou avô judeu;
- qualquer um que se converta ao judaísmo através de autoridade rabínica competente.

Qualquer um que preencha um dos requisitos pode automaticamente pleitear cidadania israelense. Grupos mais conservadores acreditam que a lei é muito vaga e leva a que pleitos

por cidadania sejam feitos por pessoas que não têm ligação alguma com o judaísmo ou com Israel. Já algumas vozes da esquerda acreditam ser um absurdo a lei basear-se em princípios religiosos para garantir cidadania, assim como são contra a preferência dada para um certo grupo religioso, no caso os judeus, quando a constituição preconiza os mesmos direitos para todos, independente de etnia, credo ou filiação política.

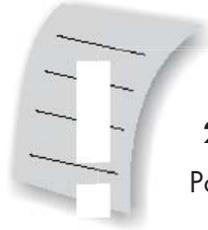
A principal crítica vem do fato que a lei garante cidadania para pessoas que nunca estiveram em Israel e não prevê qualquer direito para os palestinos e seus descendentes que foram expulsos ou fugiram de suas casas na Guerra de Independência e nos outros conflitos subsequentes.



Leia aqui o texto integral da lei: <http://www.knesset.gov.il/laws/special/eng/return.htm> (em inglês)

Os “Outros”: imigrantes ilegais e árabes israelenses

Você pôde observar que a sociedade israelense possui diversos pontos de tensão em sua estrutura. Vamos ver como isso se traduz hoje em dia:



Estado de Israel (estimativas gerais de 2011)

População: 7.746.000 habitantes.

Grupos étnicos / religiosos:

75,4% de judeus. Desses, cerca de 68,8% nascidos em Israel, 21,6% na Europa e EUA e 6,8% nascidos em África e Ásia. Desse total, aproximadamente 700.000 (aproximadamente 9% do total) são ultra-ortodoxos, os outros variam entre seculares e outras tendências (conservadores, liberais).

20,4% de árabes-palestinos (cristãos e muçulmanos).

4,3% de "outros" (cidadãos que não tem classificação).

Taxa de alfabetização:

95,5%: sendo 95,5% do total de homens e 93,5% para o total de mulheres

PIB *per capita*: \$ 29.500 dólares.

Ainda temos outras questões importantes, como, por exemplo, a imigração ilegal de trabalhadores do Sudeste Asiático e de refugiados de guerras civis na África, que tem sido recorrente em Israel. Muitos acreditam que um grande influxo de imigrantes pode causar o fim de uma maioria judaica no país e pode prejudicar um suposto "caráter judaico do Estado". Muitos dos filhos destes imigrantes já nasceram em Israel, estando completamente assimilados à língua e à cultura israelenses, o que torna possíveis deportações um assunto bastante sensível.



Atende ao Objetivo 1

1. Recentemente, você deve ter visto nos jornais que Israel expulsaria os filhos de imigrantes ilegais, notícia que causou grande comoção dentro e fora do país – mas caso você não tenha lido, acesse o site: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/01/100111_israelegitoml.shtml

O fenômeno da imigração ilegal é recorrente no mundo inteiro. Para entender a dimensão do problema, compare essa questão com o que ocorre em outros países e tente perceber as similitudes e as diferenças. Compare a situação de Israel com a situação da França e da Inglaterra, em relação aos imigrantes ilegais.

Resposta Comentada

Você vai perceber que existe uma grande tensão étnica em diversas sociedades modernas, como, por exemplo, foi visto na Inglaterra recentemente, em 2011, ou nos subúrbios de Paris, em 2008. Nestes acontecimentos, jovens filhos de imigrantes protestaram contra sua situação socioeconômica, que foi vista como derivada de racismo, resultando em ondas de violência duramente reprimidas pela polícia. Da próxima vez que vir esse tipo de notícia, você poderá ter uma percepção mais crítica da situação israelense e dos seus diversos conflitos internos. Se você pesquisou bem, vai perceber que a situação dos imigrantes é bem parecida: ocupam postos de trabalho precários, são excluídos dos serviços sociais básicos, geralmente sofrem o medo constante da deportação. Também vai perceber que é comum que sofram discriminação por parte da sociedade nativa, que frequentemente vê os imigrantes como uma ameaça à identidade nacional e como potenciais competidores no mercado de trabalho.

O último ponto, não menos importante, é o da minoria árabe em Israel. Ao fim do conflito de 1948, a população árabe em Israel girava em torno de 200.000. Hoje em dia, já são cerca de 1.500.000, ou seja, 20% da população do país. Sua presença em Israel sempre foi caracterizada por tensões e problemas com o governo, que nem sempre cumpriu seu papel de garantir os direitos das minorias. Apesar de terem direitos iguais aos demais, são frequentemente discriminados pelas forças de segurança, ao serem percebidos como “potenciais colaboradores com o inimigo”.

Dentro do grupo dos árabes-israelenses, existem outras divisões étnicas, culturais e religiosas. Os beduínos, drusos e circassianos servem às Forças Armadas de Israel e podem chegar às altas posições de comando. Os árabes-israelenses em geral são

dispensados do serviço para não criar “conflito de consciência”, ou seja, ficar em dúvida se a sua lealdade é com Israel ou com seu grupo étnico original.

Diversas denúncias por parte de ativistas árabes-israelenses denotam que há um ambiente claro de discriminação e os indicadores sociais frequentemente mostram que os árabes em Israel têm um padrão de vida mais baixo do que os demais cidadãos.



O poeta palestino Mahmoud Darwish (1941–2008)

Foi um dos grandes nomes da cultura palestina. O seu poema “Carteira de identidade” é considerado uma obra-prima sobre a despossessão dos palestinos na *Nakba*. Suas estrofes são conhecidas pela repetição “Sou árabe”; leia aqui um trecho da obra:

Registra-me
sou árabe
o número de minha identidade é cinquenta mil
tenho oito filhos
e o nono... virá logo depois do verão
vais te irritar por acaso?

Registra-me
sou árabe
trabalho com meus companheiros de luta
em uma pedreira
tenho oito filhos
arranco pedras
o pão, as roupas, os cadernos

e não me dobro
diante das lajes de teu umbral
vais te irritar por acaso?

Sugestão

Considerando o que você viu sobre a minoria árabe-israelense, use o poema de Mahmoud Darwish para entender melhor sua identidade fragmentada, representada pelo duplo pertencimento: nacional a Israel e étnico à Palestina. Outro autor palestino muito relevante é o crítico literário Edward Said, famoso por seu livro *Orientalismo*, que você já teve a oportunidade de conhecer na Aula 1.

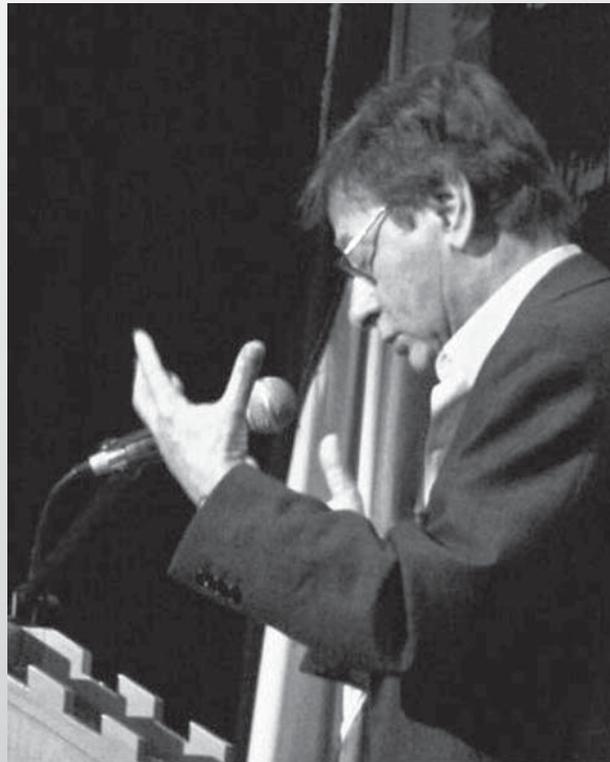


Figura 4.8: Mahmoud Darwish.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2a/MahmoudDarwish.jpg>

A construção da sociedade palestina e seus desafios

Os anos perdidos da sociedade palestina (1948-1960)

A Guerra de 1948 representou para os palestinos o que se chama de *Al-Nakba*, “a Tragédia”. Tal evento esfacelou a estrutura socioeconômica e política palestina, e relegou a população aos territórios da Cisjordânia e a Faixa de Gaza, dominados pela Jordânia e pelo Egito, respectivamente, como se pode observar nos mapas do capítulo anterior. As elites econômicas e políticas do povo palestino dispersaram-se pelos países vizinhos e os novos refugiados tiveram pouquíssima assistência da Liga Árabe ou dos regimes dos países considerados amigos dos palestinos em 1948. A comunidade palestina pode ser caracterizada por vastas redes de pertencimento e lealdade que, no geral, eram formadas por diversas famílias unidas por laços de parentela ou por uma história comum. Com a guerra, essa configuração desintegra-se, diminuindo as possibilidades de mobilização política imediata.

Em condições de guerra, a figura paterna anteriormente responsável pelo sustento da família, por muitas vezes se torna ausente ou em muitos casos é eliminada, desestruturando a organização anterior. Nessas condições, a **UNRWA** exerce uma importante função de garantir educação e alimentação para os mais pobres, maiores vítimas da guerra. Tanto o governo do Egito quanto o da Jordânia suprimiram as poucas tentativas de expressão política dos refugiados palestinos. Ao mesmo tempo, a experiência nos campos de refugiados trouxe um sentimento de identidade que seria o impulso para o moderno nacionalismo palestino.

UNRWA

Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo. É a agência da ONU que provê assistência material aos refugiados palestinos dentro ou fora dos campos. Frequentemente criticada por supostamente prolongar o conflito ao não tentar integrar os refugiados em seus países hospedeiros.



Organização política da sociedade palestina

O conceito de organização política na sociedade palestina é complexo. Os anos de Mandato Britânico viram a disputa de poder pelo controle político da coletividade palestina entre duas proeminentes famílias: os Husseini e os Nashashibi. Os primeiros favoreciam uma solução de luta contra o Mandato Britânico e a colonização sionista, enquanto os últimos propunham uma solução de negociação política com ambos os lados. Os Husseini acabaram por conquistar proeminência na representação dos palestinos, mas com a guerra de 1948 e a derrota palestina, acabaram por perder influência e seu maior ícone, o Haj Amin al-Husseini, foi banido pelas autoridades jordanianas que passaram a ter o controle dos territórios palestinos após o conflito. Assim como caíram as famílias notáveis, caíram as formas de governo da sociedade palestina.



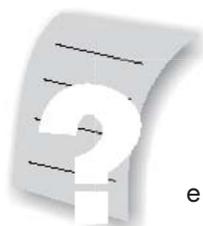
Figura 4.9: Haj Amin al-Husseini, líder político palestino dos anos 1940.
Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Al-Husayni_1929head.jpg



Figura 4.10: A família Nashashibi em 1929.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Nashashibi_Family_1929.jpg

Como você pode perceber, a explicação sobre a sociedade palestina parece muito menos rica do que a da sociedade israelense. De fato, até meados dos anos 1960, a sociedade palestina em Gaza e na Cisjordânia esteve sob ocupação militar e pouco pode se expressar em termos políticos ou econômicos.



Os refugiados palestinos

Número de refugiados em 1948: entre 711.000 e 726.000, sendo que em 1949 foram considerados refugiados os parentes próximos dos refugiados originais, assim como seus descendentes.

Definição: “Pessoas que possuíam residência na Palestina, entre julho de 1946 e maio de 1948, que perderam suas casas e seus meios de sobrevivência, como resultado da guerra árabe-israelense de 1948.” Campos oficiais contabilizados pela ONU entre 1948 e 1967: 59, espalhados entre Síria, Jordânia, Líbano e Territórios Ocupados (Gaza e Cisjordânia). Os refugiados palestinos são 500.000 no Chile e aproximadamente 50.000 no Brasil.



Figura 4.11: Refugiados palestinos em 1948.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b5/Palestinian_refugees.jpg

O ressurgimento da coletividade palestina

Reorganização da identidade nacional (1964-1990)

Depois de diversos anos sem lideranças efetivas para organizar uma estrutura política, em 1964 é fundada a Organização para a Liberação da Palestina (OLP), sob o comando de Yasser Arafat. Seu objetivo era proclamar um Estado palestino independente em todo o território da Palestina histórica. Sua proposta ganha mais adeptos em 1967, quando a região de Gaza e da Cisjordânia são capturadas pelo exército israelense. A OLP enfatizava a ligação dos palestinos com sua terra, tentando criar as bases de uma nacionalidade em concepções seculares. A liderança carismática de Yasser Arafat atraiu a sociedade palestina para a luta de libertação nacional e eventos de violência e retaliação por parte de Israel ou de outros regimes somente fizeram aumentar o apoio popular. Um caso célebre

foi o Setembro Negro em 1970, quando o rei Abdullah da Jordânia, ao sentir que o grupo de Yasser Arafat poderia tentar tomar seu país, ordenou que o Exército atacasse as posições da OLP, resultando em mais de 15.000 mortes.



Figura 4.12: Yasser Arafat em um campo de refugiados no Líbano.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Arafat_in_Lebanon.jpg

Com a OLP, observa-se pela primeira vez a união dos palestinos dos territórios ocupados com os palestinos que viviam em campos de refugiados espalhados pelo Oriente Médio, majoritariamente na Jordânia, na Síria e no Líbano. Até os anos 1980, a OLP foi a representante única dos palestinos e a Primeira Intifada (1987) representaria o ápice da liderança de Arafat. A Intifada pode ser definida como um levante popular contra a ocupação israelense que durou de 1987 até 1993, resultando na morte de mil palestinos e duzentos israelenses em meio a atentados terroristas e à repressão das forças de segurança.



Figura 4.13: Cartaz, representando a Intifada, veiculado como propaganda palestina.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/5d/Intifada1990.jpg>.

Autoridade Palestina

A Autoridade Palestina, estabelecida em 1993, é a entidade governamental que cuida da administração de Gaza e da Cisjordânia. Compreendendo as diversas facções que lutam por um Estado palestino soberano, ela se organiza em um modelo semipresidencial, no qual o presidente é eleito por voto direto e aponta seu primeiro-ministro para formar um governo. É frequentemente criticada por seu alto nível de corrupção, ainda que este venha decaído nos últimos anos.

Nos anos 1980, surge o Hamas, movimento político de inspiração islâmica e fundamentalista – que, diferentemente da OLP, preenche anseios religiosos e estimula a assistência social, demandados pelos palestinos, pois não eram cumpridos pelo governo de Yasser Arafat. Nos anos 1990, a Organização para a Libertação da Palestina passa a se chamar **Autoridade Nacional Palestina**, sendo reconhecida por Israel e pelos países estrangeiros como representante legítima do povo palestino.

Campo e cidade

Os Territórios Ocupados referem-se ao que conhecemos como Cisjordânia e Faixa de Gaza, principais focos populacionais da sociedade palestina, principalmente porque constituem os territórios de um futuro Estado palestino. Ainda que conhecidos por

suas plantações de oliveiras, tanto o território de Gaza quanto o da Cisjordânia são regiões densamente habitadas, possuindo altas taxas de fertilidade, especialmente quando comparados com os países vizinhos. Em Gaza, a taxa de fertilidade é tão alta que em média cada mãe tem cinco filhos, gerando um território densamente povoado.

Até os anos 1970, a urbanização dos territórios era esparsa e repleta de campos de refugiados, e a paisagem rural era dominada por pequenas fazendas de agricultura familiar. Com a ocupação do norte da Cisjordânia e de Gaza pelos colonos judeus religiosos, uma infraestrutura urbana começou a funcionar, ainda que exclusiva dos colonos, não gerando benefícios para a população palestina nativa. Com a estabilização do processo de paz, acordos de cooperação econômica investiram no planejamento urbano, principalmente na Cisjordânia, gerando significativos centros urbanos.



Figura 4.14: Israel e os Territórios Ocupados.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Is-wb-gs-gh_v3.png

Na Cisjordânia, as cidades de Nablus e Ramallah são as mais importantes. A primeira é a cidade mais populosa, com aproximadamente 126.000 habitantes e é um importante centro econômico, e comercial. Já Ramallah é uma cidade moderna que abriga a estrutura governamental da Autoridade Palestina e diversas organizações internacionais que cooperam para o desenvolvimento socioeconômico do povo palestino. Alguns milhares de palestinos trabalham dentro de Israel com vistos de trabalho ou nos assentamentos ilegais do norte da Cisjordânia.

Em Gaza, a cidade de Gaza é um grande centro urbano, com aproximadamente 450.000 habitantes. Sua frágil economia depende da produção artesanal de tecidos, artesanato e materiais de construção. A capacidade produtiva agrícola vem caindo rapidamente como efeito do bloqueio israelense e da baixa capacidade produtiva das terras na Faixa de Gaza.



Figura 4.15: Uma fábrica de fundo de quintal em Gaza.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/58/GazaTextiles.jpg>



Alguns dados:

Cisjordânia

Capital administrativa: Ramallah.

População: 2.407.681.

Grupos étnicos/religiosos:

99,9% de palestinos (sendo 98,7% muçulmanos, 0,7% cristãos e 0,4% de não declarados).

Taxa de alfabetização:

91,9% (sendo 96,3% do total de homens e 87,4% para o total de mulheres).

PIB *per capita*: \$ 2.900 dólares.

Língua oficial: árabe (o hebraico e o inglês são amplamente utilizados).

Gaza

Capital administrativa: cidade de Gaza.

População: 1.604.238.

Grupos étnicos/religiosos:

99,9% de palestinos (sendo 98,7% muçulmanos, 0,7% cristãos e 0,4% de não declarados).

Taxa de alfabetização:

92,4% (sendo 96,7% do total de homens e 88% para o total de mulheres).

PIB *per capita*: \$ 2.900 dólares.

Modernização da sociedade palestina (de 1994 até hoje)

Em 1993, o reconhecimento da Autoridade Palestina como representante do povo palestino por Israel consolidou o papel da organização como liderança. A estabilidade relativa do acordo

impulsionou verbas e investimentos de organismos internacionais para os palestinos, resultando em um processo de modernização e criando uma classe média palestina que geralmente trabalha em entidades estrangeiras ou para a Autoridade Nacional Palestina.

Apesar de investimentos estrangeiros serem afluentes para os Territórios Ocupados (aproximadamente \$1,8 bilhão de dólares em 2008), nem sempre o resultado tem sido o desejado. Críticas à corrupção da Autoridade Palestina são muito comuns e, até recentemente, incursões e decretos militares israelenses interromperam e mesmo destruíram a modernização da Cisjordânia. A ocupação de colonos israelenses também gera problemas, pois ocupam grandes porções de terra e recursos naturais, bens escassos naquela região.

Tensões internas entre facções políticas também contribuíram para aumentar os problemas. Em 2006, a vitória do Hamas nas eleições parlamentares precipitou um conflito interno na Autoridade Palestina, resultando no controle de Gaza pelo Hamas e na destruição de parte da infraestrutura que havia sido construída pelas doações estrangeiras. Em meados de 2011, as facções assinaram um acordo de reconciliação.

Mesmo assim, violações de liberdades individuais por parte das forças israelenses eram frequentes até 2009, quando um acordo aumentou a autoridade das lideranças palestinas para segurança interna. Recentemente, empresas israelenses têm assinado contratos com a Autoridade Palestina para estabelecer escritórios em Ramallah (capital administrativa da Cisjordânia) e empregar mão de obra local.

O desemprego em Gaza é de 30% da população economicamente ativa e frequentemente seus habitantes sofrem problemas de abastecimento de gêneros alimentícios, causados majoritariamente pelo bloqueio imposto por Israel e pelo Egito após a vitória do Hamas em 2006.

Resposta Comentada

Provavelmente, o debate não será fácil. Conforme visto, boa parte da estrutura do futuro Estado da Palestina é ainda muito precária e os investimentos são quase todos oriundos de doações de fundos e organizações internacionais. Diversos problemas que vocês debaterão são bem parecidos com os de algumas regiões carentes no Brasil: falta de investimento por parte do poder público, desordem urbana, falta de saneamento básico, de segurança alimentar. A argumentação e contra-argumentação são ferramentas inteligentes para a construção de conhecimento e a aproximação do tema debatido com a realidade brasileira mostra que o Oriente Médio não é tão longe assim.



Figura 4.16: Universidade Bir Zeit, em Ramallah.

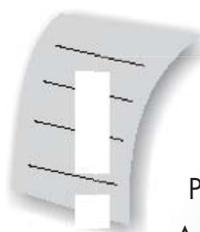
Fontes: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4c/Birzeit_University.jpg



Figura 4.17: Vista aérea da cidade de Gaza.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/be/Gaza_City.JPG

Os problemas causados pela falta de soberania dos palestinos ainda são muitos. Os prolongados anos de ocupação e de lei militar impostos pela administração militar israelense deterioraram a economia palestina a tal ponto que 50% dos cidadãos da Cisjordânia, aptos para o trabalho, ficaram desempregados no fim dos anos 1990.



Economia dos territórios palestinos

PIB – \$ 12.95 bilhões de dólares americanos.

Participação de setores da economia no PIB

Agricultura – 12%

Indústria – 23%

Serviços – 81%

CONCLUSÃO

Israel e a sociedade palestina são marcadas por especificidades adquiridas em suas trajetórias históricas. Suas estruturas sociopolíticas e econômicas criaram duas entidades bastante diferentes uma da outra. Enquanto a economia israelense e suas instituições políticas são sólidas, a sociedade palestina ainda luta para configurar uma estrutura viável, a fim de construir seu Estado.

Os anos de conflito e ocupação fragilizaram tremendamente os territórios palestinos, sendo seu reflexo mais grave em Gaza, que só recentemente começaram um movimento de recuperação do tempo perdido em termos políticos, sociais e econômicos. Ao mesmo tempo, vimos que a sociedade israelense foi durante anos desafiada a absorver número significativo de imigrantes, gerando uma sociedade bastante complexa, razão pela qual os desafios em relação à afirmação da identidade do Estado de Israel como Estado judeu se mantêm até hoje.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

O espaço geográfico da Cisjordânia é palco de uma questão fulcral para a resolução do conflito palestino-israelense. Parte de seu território é ocupada por colonos israelenses e frequentemente a situação gera conflitos e violências diversas, como o assassinato da família Fogel (veja em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/03/110312_cisjordania_familia_morta_gf.shtml) em um dos assentamentos, ou os incêndios de mesquitas perpetrados pelos colonos recentemente (http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/01/100127_rabino_rc.shtml). Será que um Estado bi-nacional, que comporta as duas nacionalidades, conseguiria gerenciar e resolver o ressentimento causado pelos

anos de conflito? Procure opiniões sobre o assunto em jornais, revistas e na internet. Depois, relacione suas conclusões atentando para os seguintes fatores:

- 1) propostas: dois Estados, Estado binacional, um Estado para dois povos ou manutenção da situação atual;
- 2) povos: dois povos separados, dois povos cooperando ou deportação de um dos povos;
- 3) solução do conflito: acordos de paz, intervenção internacional ou guerra total.

Procure perceber como a imprensa brasileira trata esse tema e como essas propostas acima são consideradas.

Resposta Comentada

Você vai perceber que existem opiniões muito divergentes sobre o assunto, desde os que propõem a fórmula “dois Estados para dois povos” até os que propõem um Estado binacional, que englobaria ambas as nacionalidades; ou mesmo quem ache que o Estado de Israel deva deixar de existir.

Com as suas leituras, você poderá ver que nem sempre essas propostas conseguem captar a profunda complexidade da situação no Oriente Médio, esquecendo das especificidades de seus grupos nacionais.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você terá a oportunidade de conhecer mais de perto as soluções propostas para a construção de um processo de paz entre Israel, seus vizinhos e sua população palestina.

Aula 5

Desafios do
processo de paz
entre israelenses e
palestinos

Flávio Limonic

Meta da aula

Apresentar ao aluno os principais obstáculos ao avanço do processo de paz entre israelenses e palestinos.

Objetivo

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar cinco dos principais obstáculos ao processo de paz entre israelenses e palestinos:
 1. a questão dos refugiados palestinos;
 2. a relação entre a segurança israelense e a soberania palestina;
 3. a colonização da Cisjordânia;
 4. o *status* de Jerusalém;
 5. as dificuldades políticas de israelenses e palestinos de construírem consensos nacionais.

Pré-requisitos

Aulas 2, 3 e 4 do curso, principalmente o processo de construção do sionismo e do nacionalismo palestino; a história das guerras entre Israel e o mundo árabe; os conflitos entre israelenses e palestinos; e a diversidade política, cultural e ideológica existente tanto entre palestinos quanto entre israelenses.

INTRODUÇÃO

Nas aulas anteriores, você viu como, nas últimas décadas, israelenses e palestinos – e também israelenses e países árabes como Egito, Síria, Líbano e Jordânia – se enfrentaram com bastante dureza e violência. Viu, também, como em 1993, os Acordos de Oslo acenaram com a possibilidade de entendimento e reconciliação entre os dois povos. De lá para cá, no entanto, pouco se avançou rumo ao estabelecimento de um Estado palestino convivendo pacificamente com o Estado de Israel. Nas próximas páginas, você vai conhecer os seguintes problemas que dificultam o avanço do entendimento:

- a questão dos refugiados palestinos;
- a relação entre a segurança israelense e a soberania palestina;
- a colonização da Cisjordânia;
- Jerusalém;
- a dificuldade de construir consensos políticos.

É importante salientar que tal lista não esgota os desafios colocados a um eventual entendimento entre israelenses e palestinos. A conjuntura internacional – interesses dos Estados Unidos, Rússia e União Europeia, tensões dentro do mundo árabe, a ascensão do Irã como potência regional no Oriente Médio, o petróleo dos países árabes etc. –, assim como a escassez de água na região, tem tido, historicamente, grande influência sobre a dinâmica do conflito. Ainda assim, essa lista vai proporcionar a você uma ideia da complexidade dos problemas enfrentados pelos dois povos.

A questão dos refugiados palestinos

A Guerra de 1948, você já viu, resultou em cerca de 600 mil refugiados palestinos. Hoje, os descendentes de tais refugiados somam quase cinco milhões de homens, mulheres e crianças, que

vivem em condições precárias, tanto material quanto juridicamente, em campos de refugiados em Gaza, Cisjordânia e em campos e cidades de diversos países árabes.



Figura 5.1: Campo de refugiados palestino logo após o fim da Guerra de 1948.
Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Palestine_refugee_camps



Figura 5.2: Campo de refugiados de Jenin, na Cisjordânia.
Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Jenin>

Israelenses e palestinos apresentam razões diferentes, e antagônicas, para tal êxodo. Segundo a narrativa israelense, as lideranças palestinas e dos países árabes em guerra com Israel em 1948 (para refrescar sua memória: Egito, Jordânia, Líbano, Iraque e Síria) teriam incitado camponeses e moradores de cidades e vilarejos palestinos a abandonar suas terras e casas, de modo a abrir espaço para a ofensiva militar árabe. Uma vez destruído Israel, os palestinos voltariam aos seus lares e fundariam o seu próprio estado.

De acordo com tal narrativa, Israel não teria nenhuma responsabilidade pela origem do problema, não sendo obrigado, portanto, a resolvê-lo.

Ademais, ainda segundo os israelenses, os judeus *mizrahim* que foram expulsos ou constringidos a sair dos países árabes após a criação do Estado de Israel, e que foram absorvidos por este estado, compensariam os refugiados palestinos (trocas populacionais violentas já haviam ocorrido na demarcação de novas fronteiras nacionais, ao fim da Segunda Guerra Mundial, entre poloneses e alemães, e indianos e paquistaneses).

Por fim, para os israelenses, o fato de terem sido atacados pelos países árabes no dia seguinte ao da fundação do seu Estado transferiria, a tais países, a responsabilidade por todas as consequências da guerra.

Os palestinos construíram uma narrativa oposta: Israel teria deliberadamente expulsado, a ponta de baioneta, centenas de milhares de moradores de suas terras e casas, tendo, portanto, obrigação de receber de volta seus descendentes.

Estudos históricos produzidos nos últimos vinte anos sugerem que as duas versões, ainda que funcionem como poderosas justificativas para narrativas nacionais, não dão conta da complexidade de razões para o êxodo.

Israel, atacado por cinco países árabes e lutando uma guerra de guerrilhas contra milícias palestinas, de fato evacuou povoações palestinas, como Lydda e Ramle, na estrada entre Tel

Aviv e Jerusalém. Da mesma forma, violentos assassinatos coletivos, liderados por grupos clandestinos como o Irgun e o Stern, em Deir Yassin, levaram a que muitos camponeses palestinos buscassem refúgio atrás das linhas árabes.

Por outro lado, em grandes cidades como Haifa e Jerusalém, o êxodo de políticos e profissionais liberais palestinos para Beirute, Damasco e Cairo, ainda em 1947, além de terem causado espanto aos próprios judeus do então *Yshuv* (comunidade judaica na Palestina sob o Mandato Britânico), deixaram sem liderança e politicamente desorientados milhares de palestinos, que acabaram por também fugir.

E por fim, ainda de acordo com tais estudos, parte significativa do contingente de refugiados resultou das próprias operações bélicas: como quaisquer populações civis em meio a uma guerra, milhares de palestinos simplesmente buscaram refúgio atrás de linhas consideradas amigas.



A apropriação do passado

Estudos produzidos nos últimos vinte anos sobre a questão dos refugiados palestinos têm causado grandes controvérsias em Israel. Historiadores israelenses, como Benny Morris, Ilan Pappé e Tom Segev, ao desafiar a tradicional narrativa israelense sobre as origens do êxodo, têm sido acusados de minar as bases morais do Estado de Israel, assim como de, supostamente, colocar em perigo a segurança nacional, ao proporcionar legitimidade para as reivindicações palestinas.

Essa discussão remete a outra, muito importante para você, historiador em formação: o passado pode ser apropriado de formas diferentes, dependendo dos interesses de quem dele se apropria.

Se você quer aprofundar a discussão a respeito da apropriação do passado pelos nacionalismos e o papel do historiador nesse debate, aí vai uma dica: HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998 (principalmente o primeiro capítulo, “Dentro e fora da História”).

O problema dos refugiados palestinos reside menos nas razões da saída do que na recusa israelense em aceitá-los de volta, depois que a Guerra de 1948 terminou. Tal recusa teve três razões principais:

1. Em 1948, havia tantos judeus quanto árabes no Estado de Israel – os números são imprecisos, mas giram em torno de 700 mil para cada lado –, o que punha em risco o caráter judaico do novo estado. Simplesmente não se constrói um Estado Nacional se a nação desse Estado não é demograficamente majoritária. Após o êxodo, permaneceram em Israel cerca de 120 mil palestinos (mais ou menos 20% da população total do novo país), uma minoria que, ainda que importante, não punha em risco a identidade judaica do país.
2. Havia, entre as lideranças de Israel, a percepção de que a volta dos refugiados palestinos, naturais adversários do novo Estado, representaria uma ameaça constante de guerra civil. Seria como se metade da população do país pudesse se insurgir permanentemente contra Israel e, portanto, a recusa em aceitar o retorno obedeceu, também, a critérios de segurança nacional.
3. Dada a exiguidade territorial de Israel, as lideranças israelenses viram na não volta dos refugiados a possibilidade de abrir espaço físico e direcionar recursos para a absorção de imigrantes judeus de diversos países. Entre 1948 e 1950, Israel recebeu cerca de 500 mil imigrantes, tanto refugiados da Europa quanto judeus expulsos ou constringidos a sair de países árabes.



Figura 5.3: Judeus iemenitas migrando para Israel entre 1949-50.

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/File:Op_Magic_Carpet_\(Yemenites\).jpg](http://en.wikipedia.org/wiki/File:Op_Magic_Carpet_(Yemenites).jpg)

Mais de sessenta anos depois da criação do Estado de Israel, o impasse continua. O que fazer com os quase cinco milhões de descendentes dos refugiados palestinos?

Por princípio, para os palestinos é política e ideologicamente impensável chegar a um acordo com Israel que não envolva um pesado ônus para os israelenses na solução do problema. Para os israelenses, se um acordo de paz resultar na criação de um Estado palestino, caberá a este encaminhar o problema, absorvendo-os.

A posição israelense tem por base as mesmas preocupações que originaram a decisão de não aceitar de volta os refugiados, quando a Guerra de 1948 acabou: a ameaça demográfica à natureza de Israel como o Estado nacional dos judeus. Em 2000, os judeus representavam 78% dos cidadãos israelenses. Segundo projeções demográficas, em 2050 eles representarão entre 65% e 73%, ao passo que os árabes israelenses representarão entre 27% e 35%. Se os quase cinco milhões de descendentes dos refugiados ingressarem em Israel, tornando-se cidadãos do país, uma sólida maioria de árabes israelenses se estabelecerá no Estado de Israel.

Como alternativa, ambos os lados já acenaram com concessões, como a volta de um número simbólico de refugiados e compensações financeiras aos demais. Mas tais concessões não são consensuais.

Muitas lideranças políticas israelenses e palestinas negam-se a aceitar um meio termo: para as primeiras, nada de retorno e compensações financeiras; para as segundas, todos os quase cinco milhões de descendentes de refugiados devem voltar para suas casas. Para estes, não estão em jogo apenas questões de ordem financeira ou demográfica, mas também ideológicas: muitos israelenses negam-se a aceitar responsabilidade por uma operação de limpeza étnica em seu território, ao passo que, para os palestinos, a ideia do exílio originado da expulsão de 1948 constitui elemento central de sua identidade nacional.

Portanto, fazer um acordo com Israel que não respeite integralmente os direitos de quase cinco milhões de palestinos seria injustificável.

No entanto, mesmo os israelenses e palestinos que aceitam fazer concessões não sabem ao certo como encaminhá-las. Quem teria o direito de retornar às suas casas e quem receberia as compensações financeiras? Qual o montante de tais compensações? Como compatibilizar tais compensações com o orçamento nacional israelense? Para essas perguntas não há respostas claras.



O problema dos refugiados

Esse é um dos mais complexos problemas do mundo contemporâneo. Guerras, catástrofes climáticas, perseguições étnico-religiosas e outros tipos de conflitos têm gerado milhões de refugiados. Segundo a Agência de Refugiados da Organização das Nações Unidas, em 2011 havia cerca de dez milhões de refugiados no mundo. Se você quiser saber mais dados sobre o problema dos refugiados, consulte os sites da ONU: <http://www.unrwa.org/> e <http://www.acnur.org>.

A relação entre a segurança israelense e a soberania palestina

O território israelense resultante da Guerra de 1948 apresentava ao menos dois desafios para os planejadores militares do Estado Maior das Forças de Defesa de Israel (FDI): extrema exiguidade territorial – cerca de 21 mil km² – e largura mínima de 15 km entre o Mar Mediterrâneo e a Cisjordânia, como mostra a **Figura 5.4**:



Figura 5.4: Mapa de Israel resultante da Guerra de 1948.
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Israel>



Para você ter uma ideia melhor...

...das dimensões de Israel, basta dizer que a área do país corresponde à metade do Estado do Rio de Janeiro, e sua largura mínima corresponde, mais ou menos, à extensão da Ponte Rio–Niterói. Nós, que moramos no Brasil, que podemos rodar dias e dias de carro sem sair do país, temos dificuldade até em “sentir” um território tão exíguo.

Agora, imagine-se fazendo uma caminhada de 15 km. Essa é a largura de Israel em seu ponto mais estreito, na região central do país. Se você estiver em boa forma, sua caminhada levaria entre três e quatro horas. De carro, essa distância poderia ser coberta em cerca de dez minutos. De avião, bastariam alguns segundos. Andando esses 15 km, “sentindo” o território, você poderia ter uma ideia mais precisa dos problemas de segurança que Israel enfrenta, assim como da sensação de vulnerabilidade da população israelense.



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/11/Ponte_Rio-Niteroi01_2005-03-15.jpg

Dadas a exiguidade territorial e a “cinturinha fina” de Israel, os planejadores militares israelenses formularam os principais conceitos de sua estratégia militar, que você já viu na aula anterior: atacar primeiro, sempre que houvesse percepção de ameaça; levar o conflito para o território do adversário; e realizar o maior progresso possível no menor espaço de tempo, de modo a negociar um cessar-fogo em posição de força. Central nessa estratégia era a ideia de nunca permitir que a guerra fosse lutada em território israelense, pois isso significaria uma ameaça direta, e talvez mortal, às linhas de suprimento, à infraestrutura e à continuidade territorial do país.

Tal estratégia foi aplicada na Guerra dos Seis Dias, que resultou, como você já viu, na captura dos chamados Territórios Ocupados: a península do Sinai (que até então pertencia ao Egito), a Faixa de Gaza (também sob controle egípcio), a Cisjordânia,

incluindo a totalidade de Jerusalém (sob controle da Jordânia), e as colinas de Golã (pertencentes à Síria).

De todas essas regiões, a Cisjordânia foi considerada como a mais importante sob o ponto de vista militar, dado que possibilitava alargar a “cinturinha fina” do país. A distância entre o mar Mediterrâneo e a Jordânia é de cerca de 70 km (fique calmo: nenhuma atividade vai pedir a você que cubra essa distância a pé). Mesmo que militarmente ainda frágil (para efeitos de comparação, a avenida Brasil, no Rio de Janeiro, tem quase 60 km de extensão), essa largura consolidou a ideia de que, fosse qual fosse o futuro político da Cisjordânia, a região jamais poderia voltar a abrigar qualquer exército árabe. Os próprios israelenses que defendem a criação de um estado palestino defendem também que ele seja desmilitarizado, que não controle seu espaço aéreo e que tenha restrições à liberdade de fazer política externa.

Um acordo militar entre Palestina e Irã, por exemplo, seria imediatamente vetado por Israel. Os palestinos, evidentemente, afirmam que um Estado desmilitarizado, sem controle do espaço aéreo ou autonomia para formular política externa, não constitui um Estado independente e soberano.

Encontrar um arranjo político-militar que permita o tênue equilíbrio entre segurança israelense e soberania palestina permanece um desafio ainda sem solução.

A colonização da Cisjordânia

Além de questões de segurança, a Cisjordânia envolve também um agudo conflito ideológico em Israel.

Você deve se lembrar que nos anos 1930 o movimento sionista cindiu-se em duas grandes correntes: a liderada por David Ben-Gurion e Chaim Weizman, e a revisionista, liderada por Wladimir Jabotinsky (de agora em diante, os primeiros serão chamados de sionistas e os segundos de revisionistas).



Figura 5.5: Wladimir Jabotinsky. Ferrenho adversário de Ben-Gurion, o papel de Jabotinsky no movimento sionista foi relegado a segundo plano nos primeiros anos de existência do Estado de Israel. Tendo falecido prematuramente em 1940, nos Estados Unidos, seu corpo só foi trasladado para Israel na década de 1960, e somente a partir de 1977, com a ascensão ao poder do Partido Likud, de orientação revisionista, sua importância passou a ser destacada.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Ze'ev_Jabotinsky

Você já ouviu essa discussão, mas é bom refrescá-la. Os sionistas possuíam uma visão pragmática a respeito de sua luta: cômicos da fragilidade de seus recursos políticos, econômicos e militares, buscavam para sua causa o apoio da Inglaterra – potência então mandatária na Palestina – e, conseqüentemente, aceitavam algum tipo de compromisso territorial com os árabes da região. Já os revisionistas rejeitavam qualquer tipo de colaboração com a Inglaterra, a quem percebiam como potência colonialista a ser combatida, assim como qualquer compromisso com os árabes em termos de concessão territorial. Embora laicos, os revisionistas defendiam a Grande Israel em todo o Mandato Britânico na Palestina, incluindo a atual Jordânia.



Figura 5.6: Mapa de Israel segundo os revisionistas.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Revisionist_Zionism

Conseqüentemente, os sionistas aceitaram, em 1947, a Resolução 181 da ONU, que dividia o Mandato da Palestina em dois estados: um para os palestinos e outro para os judeus. Mas os revisionistas, já então sob a liderança de Menachem Begin, a ela se opuseram.

Com a Guerra dos Seis Dias, de 1967, Begin e os revisionistas passaram a defender a anexação da Cisjordânia a Israel, de modo a cumprir ao menos parte do projeto da Grande Israel (anexar também a Jordânia, claro, era um sonho impossível de ser realizado).

Os trabalhistas, então no poder, opuseram-se a tal anexação e, como já visto na Aula 3, implementaram uma versão do Plano Allon. No entanto, quando, em 1977, Begin chegou ao poder, através do Partido Likud, a situação da Cisjordânia mudou drasticamente.

A partir de 1980, o governo israelense, com vistas a consolidar a ideia da Grande Israel, atraiu colonos para a região através de incentivos habitacionais e econômicos. Assim, dezenas de assentamentos foram construídos – com residências mais baratas e confortáveis do que as de Israel, ampla infraestrutura de lazer e segurança, e malhas rodoviárias de boa qualidade. Um cidadão israelense poderia, assim, morar nos Territórios Ocupados e trabalhar em Tel Aviv.

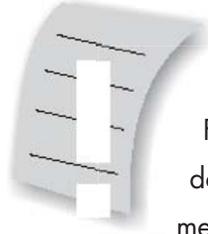


Figura 5.7: Assentamento de Ma'ale Adumim, onde vivem cerca de 40 mil israelenses.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Ma%27ale_Adumim

Mas o problema se tornou ainda mais complexo por conta dos colonos fundamentalistas religiosos.

O fundamentalismo religioso judaico surgiu como fenômeno politicamente importante depois da Guerra dos Seis Dias. Com a conquista da Cisjordânia, gestou-se, em algumas *yeshivot* (escolas rabínicas), uma nova ideia messiânica, segundo a qual a guerra havia reunido, pela primeira vez desde os tempos da narrativa bíblica, a trindade entre Eretz Yisrael (a Terra de Israel), o povo de Israel e a Torah, dando início à Era Messiânica. Portanto, a guerra havia proporcionado as condições materiais para o advento da vinda do Messias, cabendo aos defensores do novo messianismo lutar pela incorporação definitiva dos territórios bíblicos ao Estado de Israel, que dessa forma sacralizava-se (os locais bíblicos mais importantes para o judaísmo, como a Cidade Velha de Jerusalém, Hebron e Jericó haviam permanecido sob jurisdição jordaniana entre 1949 e 1967).



O fundamentalismo judaico

Fenômeno político-religioso que considera o Estado de Israel como parte do processo de redenção messiânica. Segundo a visão teológica de um de seus principais formuladores, o rabino Zvi Yehuda Kook, a redenção messiânica deveria seguir duas etapas: a primeira seria a da consolidação territorial da Terra de Israel – com a anexação da Cisjordânia – e, a segunda, a vinda definitiva do Messias.

A partir dessa visão, vários grupos militantes foram organizados, como o Gush Emunim (Bloco dos Fiéis), dedicados à colonização de Judeia e Samaria (nomes bíblicos da Cisjordânia).

É importante salientar que a articulação entre nacionalismo e religião não é exclusividade do fundamentalismo judaico – ou do palestino, no caso do Hamas. Os nacionalismos polonês e irlandês, por exemplo, construídos em oposição à Rússia ortodoxa e à Inglaterra anglicana, respectivamente, são fortemente associados ao catolicismo.

De certa forma, o surpreendente é que setores do nacionalismo israelense tenham incorporado tardiamente a dimensão religiosa. No entanto, ao fazê-lo, trouxeram para o campo nacional uma versão da tradição religiosa judaica que atribui papel fundamental à conquista de terras bíblicas pelo moderno Estado de Israel no processo de redenção messiânica.

A partir do governo Begin, em 1977, organizações de judeus fundamentalistas, como o Gush Emunim, organizaram dezenas de assentamentos na Cisjordânia, criaram redes educacionais e estabeleceram uma importante burocracia ligada

a partidos como o Likud e o Partido Nacional Religioso, exercendo uma influência política muito superior ao seu contingente eleitoral.



Figura 5.8: Colonos religiosos de Beitar Illit, assentamento e cidade israelense na Cisjordânia, 10 km ao sul de Jerusalém.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Betar_Illit

Os críticos israelenses à política de colonização promovida a partir de 1977, que resultou em cerca de 340 mil israelenses vivendo na Cisjordânia em 2011, tanto religiosos quanto laicos, afirmam que o adensamento populacional judaico na região implica na perda da sua validade estratégica como escudo territorial; na aplicação de recursos públicos em áreas não reconhecidas internacionalmente como israelenses; na transformação das FDI em força policial; e na inviabilização de um acordo com os palestinos que envolva a troca de terras por um acordo de paz.

Nenhuma dessas críticas é considerada relevante pelos fundamentalistas religiosos. Mas a questão demográfica já começa a incomodar alguns revisionistas.

Em 2000, as populações do Estado de Israel e dos Territórios Ocupados somadas resultavam em uma pequena maioria judaica de 53%. No entanto, de acordo com projeções moderadas, em 2020, os judeus serão 44% do total e, em 2050, 35%.

Em tal cenário, mantidos os colonos em suas casas e assentamentos, Israel se verá diante de duas alternativas: institucionalizar uma política de **apartheid** – com altos custos políticos e morais –, ou incorporar os palestinos à cidadania plena israelense, deixando de ser um país dos judeus para se transformar em um país binacional.

É justamente a possibilidade de Israel se transformar em um país binacional que mais assusta os revisionistas.

Ninguém, nem mesmo os revisionistas preocupados com a questão demográfica, sabe ao certo como lidar com os fundamentalistas religiosos. Mas um ponto não pode ser subestimado: o fundamentalismo judaico não é menos violento do que o islâmico, ainda que possivelmente seja menos organizado sob o ponto de vista militar. Se atos violentos de fundamentalistas judeus têm sido relativamente esporádicos, isso se deve largamente ao fato de que o Estado de Israel, através das FDI, tem agido com bastante firmeza para defender seus interesses, ou seja, a permanência na Cisjordânia. No entanto, nos momentos em que se sentiram desamparados pelo Estado, judeus fundamentalistas assassinaram palestinos indefesos e, até mesmo, um primeiro-ministro israelense.

Apartheid

Política de segregação racial implantada na África do Sul até 1994, quando o Congresso Nacional Africano, liderado por Nelson Mandela, passou a governar o país. Por conta do *apartheid*, a África do Sul passou muitos anos isolada no cenário internacional.



Mesmo que você não entenda hebraico...

...vai entender perfeitamente o sentido do filme encontrado no seguinte site: <http://www.youtube.com/watch?v=25SyBpU0Tug&feature=related>.

O filme é uma peça de campanha eleitoral do rabino Levinger – um dos líderes do Gush Emunim – ao parlamento israelense em 1992. Levinger já foi preso

inúmeras vezes por se envolver em conflitos com palestinos, e não foi eleito, mas é uma importante liderança dos fundamentalistas da Cisjordânia.

Logo após os Acordos de Oslo, fundamentalistas começaram sua reação violenta contra Itzhak Rabin.

Você ainda deve se lembrar do que estudamos na Aula 3: em julho de 1994, o colono Baruch Goldstein, nascido nos Estados Unidos, matou 29 muçulmanos que rezavam na Tumba dos Patriarcas, local sagrado para ambas as religiões. Em 4 de novembro de 1995, seria a vez do próprio primeiro-ministro israelense, Itzhak Rabin, ser assassinado. O assassino, Ygal Amir, filho de imigrantes iemenitas e militante de um minúsculo grupo fundamentalista chamado Eyal, justificou seu ato afirmando que, ao assassinar Rabin, estaria garantindo a continuação do processo de redenção messiânica.

Nos dias de hoje, alguns milhares de fundamentalistas vivem em assentamentos legais, e outros tantos em contêineres no deserto da Judeia, em condições materiais extremamente adversas, com um livro de rezas sob um braço e uma metralhadora sob o outro. Com a certeza de estarem inspirados pela luz divina, dificilmente hesitarão em atirar, mesmo contra as FDI, caso se vejam obrigados a sair da Cisjordânia.

Em suma, uma área de cerca de 5.600 km² (algo como cinco vezes o município do Rio de Janeiro) é percebida como ideológica – por israelenses politicamente ligados à tradição revisionista – ou religiosamente – por fundamentalistas religiosos – indissociável de Israel. Combatê-los tem sido tarefa árdua para os israelenses favoráveis ao processo de paz com os palestinos.



Os colonos resistem

No filme encontrado em <http://www.youtube.com/watch?v=q0zw72XTUpo>, você verá como os colonos enfrentam, inclusive fisicamente, os militantes do movimento israelense Paz Agora, que combate os assentamentos na Cisjordânia e defende o processo de paz com os palestinos.

E não apenas os colonos. No filme encontrado em <http://www.youtube.com/watch?v=m1Pm8PYPb9w>, você verá como eles enfrentam algumas vezes o próprio exército israelense.



Figura 5.9: Colonos religiosos e soldados israelenses guardando um assentamento.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Israeli_settlement



Atende ao Objetivo 1

1. Converse com uma pessoa profundamente religiosa sobre o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e peça a sua opinião. Depois, escreva um texto registrando a sua reflexão, articulando política, direito civil e a questão religiosa.

Resposta Comentada

É possível que a pessoa entrevistada responda que o casamento de pessoas do mesmo sexo não deve ser legalizado. Claro que esse caso é muito diferente do caso dos fundamentalistas judaicos da Cisjordânia, mas ambos guardam um núcleo em comum: a inserção da religião na política. Se a política é a arte do diálogo e da construção de consensos, ainda que parciais, quando um dos interlocutores fala – ou pensa falar – em nome de Deus e de sua verdade revelada, qualquer compromisso torna-se complexo.

Para uma pessoa profundamente religiosa, como a entrevistada, não há compromisso possível: casamento, sexo e procriação são indissociáveis e, portanto, o casamento reconhecido pelo Estado só deve ser realizado entre um homem e uma mulher.

No caso dos fundamentalistas judaicos, o compromisso é menos possível ainda, porque, caso o Estado de Israel se retire da Cisjordânia, estará colocando em risco o advento da Era Messiânica.

Jerusalém

Muito embora os israelenses insistam que Jerusalém é a cidade mais sagrada do judaísmo e que ocupa apenas o terceiro lugar no ranking da sacralidade territorial muçulmana – desconsiderando o fato de que o nacionalismo palestino é também cristão –, a cidade possui significados muito importantes para os nacionalismos israelense e palestino.

Ainda que o sionismo carregue em seu nome uma referência explícita a Jerusalém (Sion é uma das colinas da cidade), as propostas sionistas para a partilha da Palestina anteriores a 1947 colocavam-na sob controle internacional. Nas primeiras décadas do século XX, era Tel Aviv, banhada pelo sol do Mediterrâneo, com seus cafés à beira-mar e arquitetura **bauhaus**, a capital por excelência do sionismo laico e modernizante. Jerusalém, pelo contrário, era a cidade dos religiosos vestidos de preto e das ruas frias, estreitas e escuras.

Bauhaus

Escola de arquitetura e design modernos fundada na Alemanha na década de 1910 e que tinha como princípios básicos a funcionalidade e a simplicidade das formas. Walter Gropius, Mies van der Rohe, Wassily Kandinsky e Paul Klee foram alguns dos nomes importantes ligados à escola. A cidade de Tel Aviv concentra o maior conjunto bauhaus do mundo, graças aos arquitetos judeus influenciados pela escola que fugiram do nazismo na década de 1930.



Figura 5.10: Tel Aviv, cidade bauhaus.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:House_in_piness_street.jpg



Figura 5.11: Jerusalém, cidade de religiosos.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Mea_Shearim

A Guerra de 1948, no entanto, seria um divisor de águas nas atitudes sionistas frente a Jerusalém.

Você deve se lembrar como a família hachemita foi desalojada de seu papel de guardião de Meca e Medina pela família Saud, sendo instalada na Jordânia pela Grã-Bretanha.

Para os hachemitas, ocupar Jerusalém tinha profunda importância simbólica como sinal de prestígio dinástico. Portanto, os jordanianos transformaram a conquista da cidade em um dos seus principais objetivos de guerra. A batalha por levantar o cerco jordaniano a Jerusalém ocidental, de maioria judaica, foi uma das mais ferozes da Guerra de 1948, e foi justamente em seu contexto que evacuações de palestinos foram realizadas em Lydda e Ramle.

No armistício assinado entre Israel e Jordânia, em 1949, Jerusalém ocidental permaneceu sob controle israelense, Jerusalém oriental sob controle jordaniano, assim como a Cidade Velha – cujos moradores judeus foram expulsos.

A partir de então, conquistar a Cidade Velha e unificar as partes ocidental e oriental da cidade passou a ter importância

crescente para o nacionalismo israelense. Na Guerra dos Seis Dias, Israel ocupou a Cidade Velha e Jerusalém oriental e, em 1980, o governo Begin anexou-as a Israel.



Figura 5.12: O Muro das Lamentações, na Cidade Velha de Jerusalém, é um dos locais mais sagrados do judaísmo. No canto esquerdo, vê-se a cúpula dourada do Domo da Rocha, local sagrado do Islã.

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/Old_City_\(Jerusalem\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Old_City_(Jerusalem))

Assim como para os israelenses, Jerusalém ocupa para os palestinos lugar fundamental em sua identidade nacional. Principal cidade da Palestina, Jerusalém foi sendo perdida aos poucos pelos palestinos: primeiro, como sede do poder imperial britânico – após o fim do Império Otomano; a partir de 1949, como cidade controlada em sua porção oriental pela Jordânia e, ocidental, por Israel; a partir de 1967, como cidade controlada pelos israelenses; e finalmente, em 1980, como cidade anexada por estes. Portanto, para os palestinos, ter Jerusalém como sua capital simboliza a afirmação de sua autodeterminação nacional através da transformação de sua principal cidade na capital do seu estado.

Na disputa por Jerusalém, não há qualquer consideração de segurança ou interesse econômico significativo envolvido, mas o embate simbólico de dois projetos nacionais, o que a torna, em certa medida, de muito mais difícil resolução.

O principal obstáculo a um acordo entre as partes no que se refere a Jerusalém é a recusa israelense em partilhar a cidade com os palestinos, insistindo em afirmá-la como a capital eterna e indivisível do povo judeu. A Fatah, por seu lado, aceita compartilhar a cidade, ficando Jerusalém oriental como sua capital, Jerusalém ocidental como capital de Israel e a Cidade Velha sob um regime especial. O Hamas, por fim, dado que deseja a destruição de Israel, deseja ter Jerusalém como capital unificada dos palestinos.

A dificuldade de construir consensos políticos

Você já viu, na Aula 4, como diversas opiniões e projetos de estado e sociedade disputam os corações e mentes nas sociedades palestina e israelense. Se isso mostra a vitalidade de ambas, acaba por dificultar, também, a formação de consensos a respeito do processo de paz.

Do lado palestino, o partido al-Fatah, fiador dos Acordos de Oslo, continua a defender um compromisso com os israelenses que envolva a retirada destes dos Territórios Ocupados e a construção de um Estado palestino laico convivendo lado a lado com Israel. Pragmático, o al-Fatah aceita discutir concessões em relação aos refugiados palestinos, compreende que Jerusalém pode ser compartilhada com Israel e entende as necessidades de segurança israelenses. O partido, no entanto, encontra-se desgastado por anos de impasses com Israel e pela corrupção que acabou por minar sua credibilidade junto aos palestinos.

Já o movimento islâmico Hamas defende a destruição de Israel e o estabelecimento de um estado palestino teocrático em todo o território do antigo Mandato Britânico. Possuindo forte organização

militar, ao longo do tempo o Hamas organizou diversos atentados suicidas contra israelenses, assim como com frequência dispara foguetes da Faixa de Gaza rumo ao território israelense.



Figura 5.13: Atentado à bomba em 1996 em Jerusalém no qual morreram 26 pessoas.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Hamas>



Homem-bomba

Se você ficou chocado com o rabino Levinger, ficará chocado, também, com as palavras de um homem-bomba do Hamas explicando as razões de sua ação. No filme, o homem-bomba afirma que o povo palestino está sedento do sangue dos judeus, a quem chama de porcos, e, para consolar sua mãe, afirma que vai encontrar virgens no Paraíso, após seu autossacrifício. Veja o filme em <http://www.youtube.com/watch?v=Hc-CQxzZJ4>.

No filme encontrado em <http://www.youtube.com/watch?v=cqjMpBPdoc4&feature=related>, você verá imagens de um atentado terrorista contra um ônibus em Jerusalém.

Em 2006, o al-Fatah e o Hamas chegaram a entrar em guerra civil na Faixa de Gaza. Mas em 2011, acertaram um acordo para a realização de eleições gerais em 2012. No momento em que esta aula está sendo escrita, o resultado de tais eleições é indeterminado e é difícil projetar como elas podem influenciar o processo de paz entre israelenses e palestinos.



Hamas x Al Fatah

Você pode ver imagens da guerra civil entre o Hamas e o al-Fatah em <http://www.youtube.com/watch?v=akRU56DhwGo&feature=related>.

A situação em Israel não é menos complicada. De um lado, partidos da tradição revisionista, como o Likud e o Yisrael Beiteinu, assim como os partidos religiosos, como o Judaísmo Unido da Torah, mostram-se contrários à retirada dos Territórios Ocupados, seja por razões de segurança, seja por razões de natureza ideológica ou religiosa. Por outro, partidos como o Kadima, o Trabalhista e o Meretz, assim como movimentos sociais como o Paz Agora, apoiam as negociações com os palestinos e o estabelecimento de dois estados convivendo lado a lado, com as restrições colocadas nos tópicos anteriores.

Se as opiniões em Israel são divididas, o sistema político israelense complica ainda mais a situação, pois ele é extremamente instável. Em 63 anos de existência, o Estado de Israel teve 32 governos, o que dá uma média de um governo a cada 1,9 ano. O Likud, partido do governo em 2011, possuía apenas 27 cadeiras das 120 do Parlamento, repetindo um padrão histórico: a necessidade de construção de uma ampla coalizão político-partidária, o que acaba por dificultar ainda mais a tomada de decisões.

A fragilidade da capacidade israelense em formar governos se agrava pelo fato de que o país não tem uma constituição que expresse um consenso mínimo acerca da natureza do Estado (tem apenas as chamadas Leis Básicas, que regulam o funcionamento do sistema político). Os problemas enfrentados com os palestinos, portanto, são agravados pela dificuldade da própria sociedade israelense em definir seu projeto de futuro.

CONCLUSÃO

No cenário descrito, será que é possível construir dois Estados Nacionais lado a lado, garantindo a ambos segurança, soberania, exclusivismo jurídico-político, monopólio legítimo da força e maiorias demográficas estáveis? Em suma, é possível o estabelecimento de dois estados em um território tão exíguo e com populações que se interpenetram, e ainda por cima com escassez de água?

Em 2003, um grupo de intelectuais, militares, políticos e acadêmicos israelenses e palestinos reuniu-se na chamada Iniciativa de Genebra. A Iniciativa, que conciliava visões até então antagônicas, evidenciava que havia, e há, israelenses e palestinos dispostos a um diálogo franco, aberto e corajoso.

O desafio que se coloca é o de ampliar o número de israelenses e palestinos dispostos a tal diálogo. Se as sociedades israelense e palestina forem capazes de ampliar tal número, possibilitando a construção da confiança mútua, o abrandamento das posições e o isolamento de fundamentalistas e radicais de todos os tipos – que abundam em ambos os lados –, elas podem surpreender o mundo, superando, com criatividade histórica e conceitual, um conflito que parece condenado a perpetuar-se indefinidamente.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 1

Realize esta atividade em seu polo, reunindo colegas que estejam cursando esta mesma matéria com você. Vocês farão um debate sobre o conflito entre israelenses e palestinos. Esta atividade talvez necessite de alguma pesquisa prévia, como em sites da internet.

Cada um dos membros do fórum deve assumir a posição de um dos atores envolvidos no conflito. Os seguintes atores devem necessariamente estar incluídos, mas vocês podem decidir incluir mais:

- o representante de algum partido israelense *contrário* ao processo de paz;
- o representante de algum partido israelense *favorável* ao processo de paz;
- o representante da al-Fatah;
- o representante do Hamas.

Resposta Comentada

Ao final desta atividade, você terá mais clareza das questões envolvidas no conflito, pois a argumentação e a contra-argumentação são importantes instrumentos para a construção do conhecimento. Adicionalmente, você notará que, possivelmente, os representantes dos partidos israelenses e dos partidos palestinos discutirão entre si, talvez até mais do que com os partidos do outro campo. Isso evidenciará como é difícil, para as duas sociedades, construir consensos internos que possibilitem um avanço mais rápido do processo de paz.

RESUMO

A paz entre israelenses e palestinos tem sido obstaculizada por uma série de dificuldades. Nesta aula, você entrou em contato com algumas delas.

- **Refugiados palestinos:** o problema dos refugiados é que os palestinos exigem que Israel os aceite de volta, ao passo que para Israel aceitá-los de volta implica comprometimento demográfico do país como nação judaica.
- **Segurança israelense e soberania:** dada a configuração territorial de Israel (exiguidade e “cintura fina”), os israelenses exigem que um estado palestino na Cisjordânia seja desmilitarizado e não possa fazer acordos militares com outros países árabes. Para os palestinos, tais exigências feririam sua soberania nacional.
- **Colonização da Cisjordânia:** os revisionistas e seus aliados fundamentalistas religiosos, que colonizam a região com mais de 300 mil pessoas, não aceitam, sob hipótese alguma, a retirada da Cisjordânia e o estabelecimento na região de um estado palestino.
- **Jerusalém:** as duas nações reivindicam a cidade como sua capital, mas a posição oficial de Israel é que Jerusalém é a capital única e indivisível de Israel.
- **Dificuldade de construir consensos políticos:** as duas nações encontram-se profundamente divididas em relação ao futuro. No lado palestino, o partido al-Fatah aceita compromissos com Israel, ao passo que o Hamas quer a destruição do país. Do lado de Israel, partidos como Yisrael Beitenu, Likud e Judaísmo Unido da Torá são contra o estabelecimento do estado palestino, ao passo que Meretz, Kadima e os trabalhistas são a favor. No caso de Israel, a coisa se complica pela instabilidade do sistema político-partidário.

Informação sobre a próxima aula

Com esta aula, encerram-se as discussões sobre os conflitos do Oriente Médio. Na próxima aula, você vai começar a estudar a China.

Aula 6

O “Império do Meio” e sua abertura forçada: a China demovida do próprio centro pela imposição de tratados desiguais

Ana Carolina Huguenin

Meta da aula

Apresentar uma visão do processo histórico que conduziu a China ao fim do isolamento autoimposto e ao contato intensificado com as potências ocidentais.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar o entrelaçamento histórico, ambíguo e problemático, de dois contextos diferenciados: o contexto multimilênar chinês, em suas ricas tradições, e a modernidade europeia;
2. avaliar a intensidade das pressões ocidentais sobre a China no contexto histórico de expansão europeia no Oriente, que envolveu processos de múltiplos “encontros” com sociedades específicas e suas tradições diversificadas, ricas e multifacetadas.

INTRODUÇÃO

Para nós, sujeitos históricos do século XXI (e, de maneira mais específica, brasileiros) a China atual é um ponto de referência e, em certa medida, um “assombro”. Infelizmente, em geral, ainda é pouco o que conhecemos a respeito do país de dimensões continentais, que abriga a maior população mundial (mais de 1 bilhão e 300 milhões de pessoas), e que ao longo das últimas duas décadas atravessou vertiginoso processo de expansão econômica, ocupando, hoje, seu lugar como segunda maior economia mundial, à frente de potências tradicionais, como: Alemanha, Inglaterra e Japão.

Ouvimos com frequência o nome da China associado ao do Brasil, no âmbito de uma sigla conhecida e repetida mundo afora: BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). Este seria uma espécie de conjunto informal e crescentemente importante de países denominados, pelo jargão internacional, “em desenvolvimento”. Não nos cabe aqui discutir os conceitos e as alternativas do que se pode entender por “desenvolvimento” – a discussão é certamente interessante e proveitosa, mas o objetivo principal desta aula é percorrer parte da multimilenar história chinesa.

A visibilidade e a importância mundiais da China são crescentes e, já há algum tempo, arrebatadoras. Em relação ao Brasil, quantidade extensiva de nossos trabalhadores qualificados – notadamente engenheiros e prestadores de serviços ligados, por exemplo, à atividade mineradora – tem sua inteligência e capacidade de trabalho voltadas aos “negócios da China”. Uma de nossas maiores e mais prósperas empresas, a Vale S.A., estabeleceu com o país (um comprador de peso, atualmente inigualável) parceria de grande importância e nossos cafeicultores, por exemplo, entre polêmicas internas, envolvendo o Código Florestal, sonham com os lucros exorbitantes que poderiam advir, se ao menos uma pequena parcela da população chinesa aderisse ao hábito de consumir o tradicional produto de exportação brasileiro.

O mundo atual vê-se diante de um gigante renovado, um importador e exportador de imensas proporções, um parceiro indispensável para as economias capitalistas (como, fundamentalmente, a dos Estados Unidos) e um concorrente potencialmente temível.

Em suma, a importância, o impacto e a influência da China no (e para o) mundo contemporâneo é já imensa e demonstra fôlego crescente. No âmbito de um sistema econômico universal, globalizado, a China, tradicional potência isolacionista, ocupa posição central e progressivamente decisiva. O Brasil, em seu destaque crescente no cenário internacional, está, em muitos sentidos, enredado ao, e codepende do, crescimento e renovação chineses – e não está só.

Por todas estas razões, propomos na presente e nas próximas aulas expor, informar e discutir a respeito da história chinesa. Esperamos assim que você entre em contato e adquira um conhecimento mais amplo em relação ao país cuja trajetória é imensamente rica e, de maneira geral, pouco conhecida no Brasil.

A história da China entrelaçou-se de diversas formas (não raro conflituosas), ao longo do tempo, com aquela de outra potência asiática moderna: o Japão. Assim, você também entrará em contato, nas próximas aulas, com parte da trajetória deste país, que combinou, à sua maneira, as próprias tradições com as inovações tecnológicas e reelaborações culturais, vindas do, e impostas direta ou indiretamente pelo Ocidente, ao longo dos séculos XIX e XX. Vale ressaltarmos que tanto China quanto Japão, conforme veremos, combinaram modernidade e tradição, aspectos vinculados a culturas orientais e ocidentais, de formas múltiplas, diante de desafios, ameaças à ordem tradicional e renovações, atravessadas ao longo da história contemporânea.

O “Império do Meio”

A história chinesa foi marcada por grandes dinastias, extremamente sofisticadas do ponto de vista administrativo e cultural, as quais centralizaram quantidade maciça de poder, exercida sobre um território de dimensões continentais. Tais dinastias sucederam-se ao longo de milênios, marcados por ciclos dinásticos de ascensão, unificação, prosperidade, decadência e queda. A primeira dinastia a reunir o país sob um mesmo centro de poder foi a Qin, que remonta a 221 a.C.

O imperador exerceria, segundo a tradição, o mandato do Céu, sobre um império que ocuparia, segundo acreditavam os chineses, posição de centralidade geográfica e cultural no mundo. Os “Filhos do Céu”, os imperadores chineses, reinariam sobre o “centro da terra” – sobre o Império central, ou o “Império do Meio”, a China. O que estivesse fora das fronteiras da civilização chinesa, supunham as autoridades do Império Celestial, estaria, a princípio, à margem da civilização propriamente dita, na periferia, ou na “barbárie”.

O país, no que concerne a aspectos culturais, políticos, governamentais e mesmo administrativos, foi profundamente influenciado pelo sistema ético confuciano.

Mas o que vem a ser, em linhas gerais, o confucionismo, que exerceria importância duradoura e pronunciada em países, como: China, Japão e Coreia?

Começemos pela figura seminal, o idealizador que empresta o próprio nome ao sistema – Confúcio (551- 479 a.C.), intelectual que elaborou, por volta de quinhentos anos antes de Cristo, um corpo de pensamento desenvolvido e disseminado, ao longo dos anos, por diversos seguidores (entre eles, destaca-se o filósofo Mêncio). O sistema ético confuciano procura ser uma resposta eficaz e elaborada a um entre outros desafios sociais de grande importância: a questão da estabilidade, da harmonia social.

Como assegurar, numa sociedade tão vasta, níveis satisfatórios de estabilidade na vida pública e privada, evitando, tanto quanto possível, a desintegração e o caos? Ao estabelecer valores éticos para a vida social e privada, o confucionismo aposta na educabilidade intelectual e moral do ser humano, assim como em sua capacidade de autoaperfeiçoar-se, aprendendo e desenvolvendo, ao longo da vida, um comportamento apropriado, adequado aos preceitos morais e à ética social, defendidos por Confúcio e seus seguidores. Neste contexto, a educação é extremamente valorizada, como meio de transmissão e recepção de valores essenciais a uma existência assim considerada honrosa e equilibrada.

A sociedade deveria refletir a relação harmoniosa existente entre o Céu e a Terra, nos quadros de uma visão de mundo profundamente marcada por noções de ordem e hierarquia.

No alto da escala hierárquica, estariam os governantes, aos quais os governados deviam submissão e respeito. Os primeiros teriam obrigação de, seguindo os preceitos confucianos, adotar um comportamento exemplar, adequado ao seu *status*. Para termos uma ideia aproximada de quanto tais preceitos eram difundidos e considerados determinantes, nos concursos públicos realizados para selecionar a alta burocracia do Estado – os mandarins – indispensável à aprovação dos candidatos era a demonstração do bom conhecimento da tradição, inaugurada por Confúcio. Esta, se por um lado regulava as relações entre governantes e governados, isto é, entre as altas esferas de poder e as camadas hierarquicamente inferiores; por outro lado também estendia suas regulamentações e influências sobre as relações interpessoais, familiares.

Na vida privada, os filhos deviam obediência e dedicação aos pais, como na vida pública os súditos deviam lealdade ao soberano. Isto se dava dentro dos quadros de um pronunciado senso de dever e lealdade, sendo o culto aos ancestrais imensamente valorizado na China. A esposa devia obediência ao marido, assim como o irmão mais moço ao mais velho. Valores como deferência, respeito e dedicação eram reconhecidos como virtudes das mais

importantes. Transgredir a ética tradicional e desonrar a família – contrariando, por exemplo, suas expectativas – ou a ordem estabelecida bastante hierarquizada, e demonstrando insubmissão ou inadequação, poderia remeter à vergonha e à desonra, a serem evitadas. Pregava-se e transmitia-se, assim, considerável respeito por tradições e padrões de conduta, estabelecidos e conservados ao longo do tempo.



Figura 6.1: Representação de Confúcio.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Confucius_Tang_Dynasty.jpg

Em uma sociedade fortemente embasada em valores confucianos, como você deve ter percebido, os papéis sociais e os comportamentos tidos como socialmente aceitáveis são razoavelmente bem delimitados, definidos, solidificados pela tradição. Algo bem diferente, conforme ainda teremos oportunidade de discutir, da visão de mundo chamada “moderna”. Nos Estados democráticos contemporâneos, os indivíduos, desde que não transgridam as leis do Estado laico, podem adotar, a princípio, diferentes identidades e comportamentos ao longo da vida. A vida privada e familiar está envolta de flexibilidade comportamental e organizacional maior, nos quadros do que se convencionou chamar liberdades individuais.

Muitas vezes, no mundo de hoje, valorizamos a ruptura, a transgressão e o constante inovar (nas esferas culturais, econômica e muito acentuadamente tecnológica) em relação à continuidade.

Ora, ao discutir a China imperial, devemos ter presente em nossas mentes o fato de que estamos tratando de uma organização social bastante específica, com uma visão de mundo, padrões organizacionais e comportamentais próprios, eficazes, complexos e sofisticados em seus próprios termos. Quando mencionamos tal sofisticação é possível pensar em termos intelectuais e civilizacionais, e também lembrar de alguns dos marcos notáveis de desenvolvimento e inventividade técnicos que o país conseguiu atingir de forma pioneira. Como você já deve saber, são atribuídos aos chineses invenções das mais marcantes, como a pólvora, a bússola e o papel impresso.

Segundo o sinólogo John K. Fairbank, o sistema confuciano, conservador no sentido de prezar pela (e buscar a reafirmação da) ordem estabelecida, foi uma resposta eficaz e duradoura à questão da estabilidade social. Ainda de acordo com o pesquisador, dentro de uma mentalidade que valoriza a ordem e a estabilidade em detrimento da ruptura inovadora, os intelectuais chineses, as camadas governantes, bastante intelectualizadas, tendiam a cultivar uma visão relativamente negativa e desconfiada em relação ao comércio. A atividade, como sabemos, não produz de maneira direta, tampouco se confunde a formas mais tradicionais de atividade econômica ou produção de riqueza – como a agricultura – e, no que tange ao comércio exterior, poderia trazer ao país grande quantidade de estrangeiros, entre eles piratas ou contrabandistas, potenciais perturbadores da ordem estabelecida. A China, de maneira geral, como ainda veremos mais detidamente, era cuidadosa e protetora em relação às suas fronteiras, apostando em sua autossuficiência civilizacional. E de fato, tratava-se o “Império do Meio” de uma das maiores e mais grandiosas civilizações.



A “expansão marítima” chinesa

Entre 1405 e 1433, sob a dinastia Ming (1368-1644), foram construídas na China embarcações bastante sofisticadas para os padrões da época. Neste contexto, sob comando do eunuco Zheng He, realizaram-se grandes expedições pelo Sudeste Asiático, pela Índia e pelo Oriente Médio, até a África. Você deve ter notado que a Europa demoraria por volta de cinquenta anos até criar condições de navegar por espaços tão extensos. Assim, a China poderia ter estado na vanguarda da “expansão marítima” prestes a vir à tona, mas os investimentos em navegação e nas viagens ultramarinas foram abandonados pelas autoridades. As expedições de Zheng He possuíam caráter essencialmente diplomático, não estando envoltas em maiores objetivos comerciais, quanto menos coloniais ou exploratórios.

A posição relativamente controladora e reticente em relação ao comércio internacional traria, no entanto, impasses e pontos de atrito para o país à época da chegada e da imposição crescente da presença europeia (ou dos “bárbaros” ocidentais, como eram chamados pelos chineses), interessados em comerciar livremente, lucrando com os “negócios da China”.

Esta questão é o que discutiremos a seguir.

Os “bárbaros” ocidentais

Ao narrar a história do império marítimo português, Charles R. Boxer abre sua pesquisa com uma afirmação de Adam Smith, segundo quem “a descoberta da América e da passagem para as

Índias [...] são dois dos maiores e mais importantes acontecimentos que se tem registro na história da humanidade”. É a partir deste marco histórico que povos até então relativa ou inteiramente isolados teriam contato – progressivo, permanente e não raro involuntário – com outros povos, vindos de todos os continentes. Os portugueses se estabeleceriam, por exemplo, na China, para fins comerciais (mais precisamente em Macau, em 1557, sob sanção relutante das autoridades chinesas da então dinastia Ming). Os séculos XVII e XVIII foram marcados pelo despontar de novas potências marítimas europeias, como: Holanda, França e Inglaterra, que logo ofuscariam a presença ibérica no continente asiático, reconfigurando, numa escala ainda mais ampla, o comércio internacional.

Procuremos visualizar a Ásia, um continente de proporções gigantescas, abrigando a maioria absoluta da população mundial – difícil é conceber a diversidade cultural, extremamente rica e profícua em tradições, com a qual povos europeus estabeleceriam contato renovado e duradouro. Neste contexto, como vimos, a China ocupava posição muito específica, com suas tradições, história e cultura milenares, de imensa sofisticação.

O contato do “Império Celestial” com os povos estrangeiros era em geral relativamente limitado e bastante altivo, marcado pela noção de superioridade civilizacional. Tratava-se a China, podemos considerar – principalmente quando vivemos em um mundo globalizado e convivemos com padrões que pressupõem constantes contatos entre diferentes povos – de uma potência isolacionista. O país não possuía, por exemplo, um governo que assumisse o comércio internacional, como prioridade, e, marcadamente, não possuía maiores tradições de expansão ou exploração coloniais.

À época da expansão – marítima, comercial e colonial – do Ocidente, a China mantinha duradouro contato com países fronteiriços, tais como a Coreia e o atual Vietnã, exigindo que seus representantes, respeitosos emissários, reconhecessem formalmente a grandeza política e cultural chinesas, através, por exemplo, de prostrações rituais e de oferenda de presentes – tributos – ao

imperador. Só assim, em períodos previamente estipulados, tais “nações tributárias” recebiam o direito de comerciar dentro das fronteiras chinesas.

Não é difícil para nós imaginar que os portugueses, holandeses e ingleses esbarraram em não pouca resistência, por parte das autoridades centrais, quando em busca de expandir seus privilégios comerciais e diplomáticos. Ora, como você sabe, a China, um colosso asiático então relativamente isolado, entraria na rota de expansão das potências ocidentais, marcadamente da Inglaterra. Com o passar do tempo, conforme veremos, à medida que as tensões foram acumulando-se e os interesses entrando em conflito, a China seria “aberta à força”, ou arrancada, sob pressão dos canhões, de sua posição comparativamente isolacionista – se tivermos em conta o fato de que as potências europeias estavam engajadas na constituição de impérios internacionais, ultramarinhos – em relação à Europa. Tal abertura seria levada a cabo pela maior potência mundial do século XIX, através de confrontos conhecidos como “guerras do ópio”.

Mas, antes de discutirmos o desenrolar de tais confrontos, devemos entender as questões que estiveram em suas bases. De uma forma bastante resumida, podemos dizer que o “Império do Meio” resistiu ao, e foi derrotado pelo, maior império marítimo dos oitocentos; uma potência de ambições, dimensões e extensões internacionais, que passara a cultivar grandes interesses pela autocentrada China.

Os ingleses incursionavam pelo país desde o século XVII e conseguiram permissão para estabelecer seu comércio em Cantão (ou Guangzhou). Isto não queria dizer, no entanto, que os “bárbaros” gozassem de grandes prerrogativas dentro do país, bem ao contrário. Por exemplo, era-lhes negado o direito de lá estabelecer representação diplomática, ou de usufruir de maiores liberdades, envolvendo a atividade comercial – as autoridades procurariam controlar o volume de mercadorias, a localização, a frequência, e mesmo o pessoal envolvido na atividade.



Dinastia Manchu

Desde meados do século XVII até 1911, por quase 300 anos, o governo da China, ou o “mandato do Céu”, foi exercido por uma série de imperadores, pertencentes a uma dinastia de origem estrangeira, Manchu – tratava-se da dinastia Qing. Os Manchus eram um povo de origens nômade, vindo de fronteiras situadas além do Norte da China; eles desenvolveram língua e costumes próprios e conseguiram, após impor derrota aos Ming, a conquista do “Império Celestial”. No exercício de governar um país de dimensões e população imensas, os Manchus adotaram muito da estrutura administrativa preexistente, no que concerne, por exemplo, ao recrutamento de funcionários; e além disso mantiveram importantes estruturas sociais e culturais chinesas, como a valorização dos clássicos confucianos.

Conforme destaca o sinólogo Jonathan D. Spence, a China sob a dinastia Qing (1644-1911) basicamente não sustentava maiores interesses pela atividade comercial exterior e pelas perspectivas de lucro que dela poderiam germinar; antes, as autoridades demonstravam desconfiança em relação aos comerciantes estrangeiros e procuravam reservar a si o direito de controlar de perto, como mencionamos, seus passos e liberdade de ação. À medida que mais comerciantes estrangeiros chegavam – e, com o desenvolvimento da navegação, da indústria e do comércio europeus eles não cessariam de chegar – mais duras tendiam se tornar as restrições e controles impostos pelo Estado chinês.

Em Cantão, por exemplo, onde os ingleses estabeleceram lucrativa atividade comercial (a qual pretendiam expandir) havia

uma série de restrições, envolvendo inclusive, no século XVIII, a proibição imposta aos estrangeiros de fixar residência na cidade. O peso da autoridade central, no âmbito de um Estado soberano, próspero e unificado, fazia-se sentir, por exemplo, através das intermediações do chamado Cohong, uma guilda monopolista de mercadores chineses; só com mercadores licenciados os “bárbaros” ocidentais poderiam comerciar. Para encaminhar reclamações ou solicitações às autoridades, os estrangeiros tinham de fazê-lo por vias indiretas, através dos comerciantes com os quais tinham permissão de estabelecer relações. Como você pode imaginar, nada garantia que seus pedidos e queixas seriam encaminhados e, quanto menos, contemplados.



Figura 6.2: Mapa da região de Guandong, no Sudeste da China, onde está situada a cidade de Cantão (Guangzhou). Pode-se também observar a localização de Macau e de Hong Kong.

Fonte: Adaptado de <http://www.chinahighlights.com/guangzhou/map/map-of-the-region.htm>

Diante do cenário restritivo, os ingleses esboçaram tentativas de apelar para as autoridades chinesas sem o emprego da violência ou da ilegalidade. A Companhia das Índias Orientais, sob os auspícios do rei da Inglaterra, Jorge III, enviou à China, ao final do século XVIII, missão diplomática comandada por Lord George Macartney. Nesse contexto, os ingleses levaram ao imperador Qianlong (1736-1799), como ditavam a tradição e o protocolo chineses, uma série de caros presentes. Entre eles, estrategicamente escolhidos, estavam amostras de manufaturas inglesas e das “maravilhas” tecnológicas que os “bárbaros” ocidentais eram capazes de produzir e oferecer – como um telescópio e outros instrumentos científicos. Esperava-se com isso impressionar o imperador (que, lembramos, era tido nada menos que como “Filho do Céu”), mas foi em vão.

Qianlong foi afável o bastante para receber Macartney e ouvir suas demandas pelo direito de estabelecer representação diplomática na capital Pequim (ou Beijin), pelo fim das restrições impostas ao comércio em Cantão e pela abertura de novos postos ao comércio internacional. Porém, além de não atender a nenhuma das demandas, o imperador enviou um édito ao rei da Inglaterra, esclarecendo, sem rodeios, o posicionamento chinês em relação às questões levantadas. Conforme cita Jonathan Spence, na obra *Em busca da China moderna*, o imperador afirmou que “nunca [nós, os chineses] demos valor a artigos engenhosos, nem temos a menor necessidade das manufaturas de seu país. Portanto, ó rei, no tocante à sua solicitação de permanecer na capital, ao mesmo tempo em que não está em harmonia com os regulamentos do Império Celestial, sentimos que isso não trará nenhuma vantagem a seu país”.

Ora, podemos perceber, nas palavras da máxima autoridade do país, a tendência tenaz em considerar que o grandioso “Império Celestial” poderia prescindir de contatos com estrangeiros, vindos do Oeste. Afinal, estes estariam envoltos, supostamente, nas trevas da “barbárie” e distanciados do “centro” da civilização. Quando Qianlong denomina as manufaturas inglesas, trazidas do maior centro industrial do mundo, como totalmente desnecessárias; quando

chama de “artigos engenhosos” as inovações tecnológicas que os britânicos procuravam exibir, isto, como você pode concordar, diminui o valor e o orgulho ingleses, sugerindo que a Inglaterra nada de importante teria a oferecer à China. Longe de reconhecer o *status* inglês como potência internacional, Qianlong dirige-se a Jorge III como soberano de um reino sem maior importância (ou de importância diminuída em relação à grandeza civilizacional chinesa) em relação ao qual o Império não precisaria tomar maior conhecimento ou engajar-se em maiores relações.

Afirma-se, além disso, através das palavras do imperador, a noção ou a autopercepção da China enquanto um império magnânimo e autossuficiente, capaz de prescindir das manufaturas e “engenhocas” ocidentais, e de rejeitar a própria presença estrangeira na capital do país, o que não estaria de acordo, ou “em harmonia”, segundo o soberano, com os regulamentos do “Céu”. Os ingleses teriam então de se contentar em permanecer apenas em Cantão, com todas as restrições e interferências impostas à sua presença e atividades. Mas por quanto tempo a situação seria mantida?

Uma nova expedição, sob Lord Amherst, em 1816, não teria maior sucesso. O então imperador Jiaqing (1799 a 1820), escreveu a Jorge III carta que reafirma a posições altivas da China em relação ao contato com os “bárbaros” ocidentais. Este documento encontra-se publicado na obra *La Chine (1840/1885)*, de Jean Chesneaux, e traz importantes contribuições para que possamos contrastar o isolacionismo chinês com o expansionismo econômico – comercial, industrial, mercadológico – moderno, encabeçado, então, pelas potências ocidentais. Por isso, vale a pena voltarmos ao, e refletirmos sobre, o mesmo.

O imperador afirma que emissários do “reino longínquo” de Jorge III foram enviados à sua corte, mas não souberam comportar-se devidamente, de acordo com os rituais ou o meticuloso protocolo estabelecido pelas autoridades. O soberano, confiante em sua grandeza diante dos “bárbaros”, teria, diante disso, assumido postura condescendente:

“Eu ponderei que, se pequenos ministros de um reino longínquo ignoram as formas e as regras do costume, eu podia os perdoar.”

Você deve ter atentado para o emprego das expressões “pequenos ministros” e “reino longínquo”, como se se tratasse a Inglaterra oitocentista de um potentado sem maior relevância, perdido ao longe, na “periferia” desgarrada do suposto “centro” da Terra, cujos “pequenos ministros” não saberiam, sequer, comportar-se adequadamente – afinal, pobres homens, estariam reproduzindo os (maus) costumes “bárbaros”. O condescendente imperador, não obstante, resolvera ser generoso e “perdoá-los”. Percebemos também, através das afirmações de Jiaqing, que os chineses estavam convictos e decididos quanto ao exercício de soberania inconteste no próprio território.

A “falta de maneiras” apontada no comportamento dos ingleses refere-se à recusa, por parte de Lord Amherst, em submeter-se à cerimônia de prostrações rituais, recomendada pelos mandarins e exigida dos emissários estrangeiros que vinham oferecer tributos ao “mandatário do Céu”. Pelo “mau comportamento”, o imperador recusou-se a recebê-lo e a permitir sua permanência na capital. Perceba: um lorde inglês, em 1816, pouco após a vitória da Inglaterra sobre Napoleão e o estabelecimento de uma incontestável hegemonia, fora enviado à China pela maior potência capitalista do mundo, porém tratado como uma espécie de menino mal-educado.

Estamos com isso sugerindo que o imperador teria qualquer obrigação de dispensar um tratamento melhor ao lorde, conferindo-lhe maior importância, ou de atender prontamente às demandas inglesas? Absolutamente não. Mas é interessante que você perceba o descompasso entre as percepções que os chineses e ingleses, à época, cultivavam em relação a si e aos demais povos. A Inglaterra, como a China, estava convencida da própria grandeza, diminuída, neste caso, pelo imperador. Você sabe que, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, percepções e práticas racistas e expansionistas seriam difundidas por povos do ocidente europeu. Os ingleses, por exemplo, diziam-se encarregados de “carregar” ao restante do mundo, o que convencionaram chamar de “fardo do homem branco”

(a expressão é retirada de um poema escrito em finais do século XIX pelo inglês R. Kipling). Ora, tratar-se-ia de “civilizar” raças e culturas supostamente inferiores e, no processo, é claro, engrandecer em termos econômicos e territoriais o país, construindo um império ultramarinho ao qual seria anexado, a Leste, nada menos que a colossal Índia. Para os ingleses, os “bárbaros” de “raça” e cultura “atrasados” ou “inferiores” eram os orientais. “Inferiores”, mas imprescindíveis, nos quadros de um sistema internacionalista e expansionista. Para a China, os ingleses, com sua alta opinião a respeito de si próprios, é que eram os “bárbaros”; no caso, altamente dispensáveis. Se por seu lado, o Estado chinês cultivava tendências de sustentar a noção da própria superioridade civilizacional, não estavam os chineses embrenhados em nenhuma (suposta) “missão civilizadora”, ou em carregar nenhum suposto “fardo” civilizacional, interferindo em, ou buscando dominar/colonizar outros países. Tratava-se, mais uma vez, de um Império convencido de sua grandeza cultural, porém mais voltado para si mesmo e não para empreitadas colonialistas.

No que diz respeito à demanda e aos interesses chineses por produtos estrangeiros, Jiaqing é tão peremptório quanto o antecessor Qianlong:

A Corte Celeste não tem por preciosos os objetos, vindos de longe, e todas as coisas curiosas e engenhosas de seu reino não podem tampouco ser consideradas como tendo um raro valor. Você mantenha a concórdia entre seu povo, vele pela segurança de seu território [...].

Basicamente, o imperador recomenda ao rei cuidar dos próprios assuntos e deixar de lado a insistência inútil em importunar a China com suas demandas. Podemos entrever uma lógica cultural, civilizacional e econômica de todo diferente da inglesa. Para Jiaqing, governar era cuidar das próprias fronteiras, numa perspectiva autocentrada. Nada mais diferente da lógica (e mesmo das necessidades) expansionistas e internacionalistas do moderno sistema capitalista, do mercado internacional em afirmação e expansão ao longo do século XIX.

A carta é concluída com imensa altivez:

Daqui por diante, não será necessário enviar representantes para virem de tão longe e fazerem o esforço inútil de viajar por terra e mar. Saiba somente mostrar o fundo do seu coração [...] e poderemos dizer então, sem que seja necessário que você envie representantes à minha Corte, que você caminha em direção à transformação civilizadora. É a fim de que você a obedeça que eu te dirijo essa Ordem Imperial.

Vemos que o imperador considera-se em condições de dirigir uma ordem ao rei inglês e ainda sugere que o soberano deveria caminhar em direção à “transformação civilizadora”, como se realmente “civilizado”, entre ambas as autoridades, fosse somente Jiaqing. Além do comando, segue um conselho: deixem de importunar as autoridades chinesas e procurem civilizar-se. Certamente, o “Império do Meio” apostava em sua soberania, superioridade civilizacional e na possibilidade, por assim dizer, de ficar “de fora”, distanciado, basicamente indiferente e intocado pela nova ordem internacional que se fortalecia, comandada pelos “bárbaros”. Como sabemos, neste ponto, Jiaqing enganara-se. Aproximadamente vinte anos após a escrita do documento, a soberania chinesa seria aviltada de forma violenta e duradoura pelos estrangeiros dos mares ocidentais.



Figura 6.3: O imperador Jiaqing, da dinastia Qing.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:004->

Imaginemos o contraste entre dois contextos: de um lado, o anticomercialismo e o isolacionismo chinês; de outro, uma nova ordem internacional em expansão, no âmbito da qual se pregava o livre comércio e em cuja dianteira estavam as potências ocidentais, com grande destaque à Inglaterra. O país, na primeira metade do século XIX, após as guerras napoleônicas, despontava como a maior potência naval e industrial de todo o mundo, à frente de um sistema de alcances mundiais – capitalista. O que temos, resumidamente, é a sustentação, por parte da China, de uma posição cada vez mais insustentável, dada as circunstâncias históricas: a busca de manter sob controle e à distância “segura” as atividades e presenças estrangeiras em suas fronteiras, em um mundo que, já então, começara a “globalizar-se”. Com o passar do tempo, o “Império do Meio” enfrentaria a maior potência capitalista internacional e seria derrotado, num conflito em cujas bases encontram-se oposições culturais e econômicas.

No âmbito da formação e da expansão de um mercado internacional, a China era uma das paragens mais atraentes e mesmo indispensáveis do Oriente, no que concerne aos interesses ocidentais. Mas por quê, em que sentido(s)? Ora, um fator era seu território e população imensos (os ingleses, por exemplo, apenas podiam sonhar com os lucros que obteriam caso os chineses passassem a consumir em escala mais ampla seus produtos industriais), além das mercadorias lucrativas, de grande demanda junto aos mercados europeus, que a China tinha a oferecer. Mercadorias estas cada vez mais consumidas no Ocidente, como, destacadamente, o chá.



Atende ao Objetivo 1

1. Com base nos documentos em destaque, ou seja, nas correspondências escritas pelos imperadores Qianlong e Jiaqing, analise a autopercepção e as atitudes assumidas pelas autoridades em relação ao posicionamento internacional da China (em termos políticos, diplomáticos e comerciais). Procure então discutir como tais posturas chocavam-se com as noções e os interesses defendidos pelos britânicos.

Resposta Comentada

Você deve atentar para a problemática envolvendo a autopercepção chinesa como "Império do Meio"; a crença na própria centralidade cultural e, em linhas gerais, na possibilidade de manter-se relativamente isolada e distanciada do que se passava fora de suas fronteiras. Outro fator de grande importância é o posicionamento controlador das autoridades do país no que concernia à presença e às atividades estrangeiras, em termos comerciais e diplomáticos. Abordando tais questões, você terá elementos suficientes para contrastar crenças e práticas, ligadas a ingleses e chineses, no que se refere à defesa, pelos primeiros, da liberdade comercial e da igualdade diplomática, por exemplo; ainda podemos perceber que temos, de um lado uma potência em expansão, nos quadros de um sistema econômico internacional, e,

de outro, o posicionamento comparativamente isolado e autocentrado da China. Basicamente, a atividade proposta solicita um resumo amplo das questões desenvolvidas e exemplificadas diretamente no texto.

Um comércio problemático: o chá chinês e o ópio inglês

Estamos habituados a imaginar o chá como sendo, tradicionalmente, a bebida nacional inglesa. Mas devemos nos lembrar que quantidades maciças, toneladas do produto passaram a ser importadas da China pela Inglaterra, justamente em decorrência do advento da expansão comercial europeia. Isto quer dizer que os chineses eram consumidores cotidianos do produto muitíssimo antes dos ingleses. No decorrer do tempo, a demanda da Inglaterra passou a ser tamanha, que a bebida foi incorporada à rotina e aos hábitos dos habitantes do país. Além do chá, havia mercado, na Europa e nos Estados Unidos, para seda e porcelanas chinesas. Em contraste, a China não demonstrava maiores interesses pelos produtos ocidentais; não havia, por parte do país, demanda ou consumo em escalas remotamente comparáveis no que diz respeito aos importados que os “bárbaros” ocidentais eram capazes de disponibilizar. E isto a ponto de causar inquietação aos ingleses, que percebiam na situação um desconfortável desequilíbrio, uma sangria de divisas ou déficit comercial.

Mas um produto alternativo encontraria demanda entre não poucos consumidores chineses, sendo com isso exportado, em volumes progressivos, por mercadores da Inglaterra: o ópio. A droga, por deixar enfermos e altamente viciados os usuários, conquistaria, como sabemos, consumidores assíduos, nos quadros de um triste e lucrativo mercado que não demoraria a se expandir. A conquista

da Índia permitia aos ingleses produzir e comercializar o produto, extraído das plantações de papoula, em crescentes quantidades. Ora, você pode antecipar que altas somas de dinheiro passaram a circular pela região de Cantão, envolvendo o comércio de ópio, seda, chá. Com o aumento do volume de negócios, lucros e interesses, viria o aumento do contrabando, da corrupção, do comércio paralelo e da pirataria – para não mencionarmos o aumento da quantidade de chineses viciados em ópio, tanto entre as classes mais altas e ociosas, quanto entre os próprios *coolies* (carregadores), que sentiam menos dor ao realizar seus penosos esforços sob os efeitos entorpecentes do narcótico. Grande quantidade de prata passou a ser utilizada para pagar pelo ópio, a ponto de prejudicar a economia do país. Os impostos eram cobrados em prata, mas as moedas correntes, utilizadas pelos camponeses, eram de cobre. Pois bem: se temos uma diminuição da quantidade de prata disponível, temos a sua valorização, o que queria dizer, automaticamente, o aumento da carga tributária, o que poderia dar origem a insatisfações, depauperação ou tensões sociais.



A escalada do comércio de ópio

Em 1729, a Inglaterra vendia em torno de 200 caixas de ópio à China; em 1773, mil caixas; em 1816 o número já saltara para mais de cinco mil, atingindo o aumento impressionante de 23.570 caixas em 1832. Em 1838, um ano antes da eclosão da Guerra do Ópio, a cifra atingida foi de 40 mil caixas (dados apurados por Jonathan Spence. Em: SPENCE, 1996, p. 140).

A Inglaterra nomeara como superintendente de comércio na China, em 1834, lorde Napier. Recusando-se a respeitar as intermediações impostas pelas autoridades chinesas – lembramos

que os estrangeiros, a princípio, só tinham acesso às autoridades de forma muito indireta, pálida e insatisfatória, através do Cohong e seus mercadores licenciados – o representante inglês insistiu em tratar diretamente com altos funcionários; apenas para ser informado pelo governador da região, conforme cita Jonathan Spence, que aos “grandes ministros da Corte Celestial” não era permitido “manter relações privadas com os bárbaros de fora”.

Você pode perceber que, enquanto as vendas de ópio cresciam e os lucros aumentavam (junto com a quantidade de viciados), também se intensificavam as pressões inglesas e as resistências chinesas. Estas atingiriam um de seus pontos mais altos quando da nomeação, pelo imperador Daoguang (1821-1850), de um enérgico mandarim, para cumprir importante missão – Lin Zexu, o “Comissário Lin”, como a ele se referiam os ocidentais, deveria acabar com o comércio de ópio em Cantão.

Além de reprimir o consumo da droga, o comissário, incorruptível e consciencioso de seu dever, intelectual formado dentro dos quadros éticos confucianos, passou a reprimir o tráfico. Seguindo a tradição, inaugurada por Confúcio, Lin Zexu apelava para a consciência moral dos “bárbaros” – de uma maneira que pode nos parecer terrivelmente ingênua, tendo em vista a lógica econômica do lucro como grande objetivo – insistia Lin para que os estrangeiros detivessem-se ao comércio legal do chá e deixassem de prejudicar o povo chinês. Em carta à rainha Vitória, escrita em 1839 e transcrita na obra *La Chine (1840/1885)*, de Jean Chesneau, o funcionário confuciano denuncia, como se a soberana não estivesse a par, as circunstâncias temerosas que o comércio da droga ocasionava na China. Diz ele:

(...) há uma categoria de estrangeiros malfeitores que cultivam ópio e que o trazem para a venda, visando com isso simplesmente à obtenção de lucro.

Ora, para Lin, a “obtenção de lucro” parecia um objetivo “simples”, amesquinhado diante do prejuízo causado à vida e à

saúde das pessoas pela venda do que ele descreve como “veneno”. O comissário não parece compreender que este, o lucro, era o motor mesmo que movia boa parte da ação inglesa no ultramar. Assim, apostava o funcionário no apelo, na denúncia e na condenação de caráter moral, encaminhados à rainha, como se a moral fosse maior e mais apelativa que o lucro. Isto pode nos parecer ingênuo, dadas as circunstâncias, mas não devemos perder de vista que estamos lidando com o “diálogo”, problemático, entre duas civilizações, com suas próprias práticas e padrões. Para Lin, a ética confuciana era maior que a lógica comercial do lucro como principal objetivo. Para os homens de negócio ingleses, em se tratando da China, um ponto essencial onde incidiam seus interesses econômicos, a perspectiva era outra.



Atende aos Objetivos 1 e 2

2. Baseado nos dizeres de Lin Zexu à rainha da Inglaterra, os quais expressam indignação moral diante do comércio de ópio com vistas “simplesmente à obtenção de lucro”, você deve considerar os contrastes existentes entre a mentalidade socioeconômica chinesa tradicional e noções mais diretamente ligadas à modernidade capitalista, representadas pelos ingleses.

Resposta Comentada

Aqui você deve retomar o contraste entre a mentalidade tradicional chinesa, restritiva e conservadora, em relação à atividade comercial (a qual não figurava enquanto prioridade do Estado ou da sociedade) e os crescentes interesses europeus no lucrativo comércio chinês, envolvendo produtos legais e contrabandeados.

As guerras do ópio

Os apelos à moral e à negociação não foram, como você pode imaginar, muito frutíferos. Lin Zexu partiu assim para a repressão mais direta, chegando a proibir todo o comércio estrangeiro em Cantão e isolando os “bárbaros” que lá se encontravam. Sob tal pressão, mais de mil toneladas de ópio foram entregues às autoridades chinesas, que trataram de destruí-las.

Quando as notícias chegaram a Londres, os homens de negócio da potência capitalista pressionaram o Parlamento inglês. A Primeira Guerra do Ópio (1839-1842) teria assim início. As hostilidades culminaram com o envio de uma força expedicionária britânica em 1840, à China. Os Qing não puderam prevalecer sobre o moderno aparato militar britânico, que incluía, por exemplo, um navio movido a vapor – importante inovação tecnológica, à época. Derrotada, a China assinou o primeiro de uma série de “tratados” – ou, podemos considerar “ditados” – desiguais: o Tratado de Nanquim, de 1842.



Figura 6.4: O navio a vapor *Nemesis*, da Inglaterra, destruindo embarcações chinesas, durante a Primeira Guerra do Ópio.

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/File:Destroying_Chinese_war_junks,_byE._Duncan_\(1843\).jpg](http://en.wikipedia.org/wiki/File:Destroying_Chinese_war_junks,_byE._Duncan_(1843).jpg)

Os termos do tratado incluíam a abertura de cinco cidades chinesas, entre elas Xangai e Cantão, onde os estrangeiros garantiram direitos de residir, abrir consulados e comerciar livremente, sem as antigas restrições – o monopólio do Cohong em Cantão, por exemplo, teve de ser abolido. A ilha de Hong Kong foi cedida eternamente à Inglaterra (que a devolveria apenas em 1997). Os chineses teriam ainda de pagar pesada indenização de guerra aos britânicos e permitir, nas cidades de portos abertos, o reajuste – ou a diminuição – das taxas de circulação das mercadorias.

Outras potências impuseram, em seguida, os próprios “tratados desiguais” à derrotada China. Os Estados Unidos agiram rapidamente e estabeleceram em seu tratado artigo prevendo que, caso seus cidadãos cometessem crime em território chinês, não ficariam sob jurisdição das autoridades do país. Trata-se do princípio da extraterritorialidade e de mais uma afronta à soberania chinesa. A extraterritorialidade seria logo incorporada pelos ingleses em sua nova relação com a China; os franceses, ao impor, também eles, seu tratado desigual, incluíam o mesmo princípio.

Entre 1856 e 1860, haveria ainda uma segunda guerra do ópio. O conflito é assim chamado porque guarda sensíveis relações com aquele que o antecedeu, podendo ser considerado uma espécie de continuação, ou, em certa medida, um “aprofundamento” do contexto de abertura da China, de imposição de tratados desiguais e de interesses das potências ocidentais.

Os ingleses permaneceram frustrados em suas expectativas, quanto ao crescimento das cifras de exportação para a China. Mesmo impondo presença comercial livre, os “bárbaros” esbarrariam em resistências. Enquanto em Xangai a atividade comercial prosperou, em Cantão, o ressentimento que os habitantes da cidade passaram a nutrir pelos estrangeiros motivou episódios frequentes de tumultos e sabotagens contra sua presença e atividades. De maneira geral, os chineses não passaram a consumir manufaturas inglesas dentro dos níveis ansiados pelos industriais da potência capitalista. Doze anos se passaram desde a assinatura do Tratado de Nanquim e a Inglaterra começou a exigir sua renegociação, em busca de maiores concessões. Entre elas, a livre navegação pelo rio Yangzi (ou Yangtze), que percorre o interior da China; o fim das taxas de circulação sobre os produtos importados e o estabelecimento de representação diplomática na própria capital do império. Como você pode ver, as demandas não eram de pouca monta, e, para pressionar as autoridades, os ingleses contariam com apoio francês e norte-americano.

Usando como pretexto uma busca, assim dita ilegítima, realizada pelas autoridades chinesas no navio inglês *Arrow*, os britânicos atacaram o país em 1856. Em 1860, sob ordens de Lord Elgin, o palácio imperial de verão foi incendiado, nos quadros de uma brutal intimidação, enquanto tropas estrangeiras marcharam sobre Pequim. Pressionadas ao extremo, as autoridades do país reconheceram os termos (impostos) de um novo tratado – o Tratado de Tianjin. Entre as novas imposições figuravam o livre comércio pelo rio Yangzi (o que equivalia à abertura do interior da China), a concessão de novos portos (a própria Tianjin, cidade ao norte da China, próxima a Pequim, se tornaria uma região de porto

livre), a proteção às atividades missionárias cristãs e o fim das taxas de circulação interna sobre as mercadorias estrangeiras. Finalmente, também foi garantida (ou “extorquida”) autorização para estabelecimento de representação diplomática em Pequim, na própria capital do “Império Celeste” – algo, como você deve se lembrar, gentilmente suplicado por Lord Macartney, entre presentes e homenagens, no final do século XVIII, e soberanamente recusado pelo imperador Qianlong – o mesmo imperador concluíra a construção do palácio que os ingleses acabavam de incendiar.

De maneira significativa, o tratado trazia ainda uma exigência quanto à supressão do ideograma correspondente à expressão “bárbaro” dos documentos chineses que se referissem aos ingleses. Um novo contexto histórico, com ampla gama de desafios e reajustes, se iniciara para a China. Novas relações teriam de ser entabuladas com os “bárbaros”. No processo, diversos conflitos e duas revoluções teriam lugar.



Figura 6.5: Localização da cidade de Tianjin, fronteiriça à capital Pequim (a noroeste).

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:China_Tianjin.svg

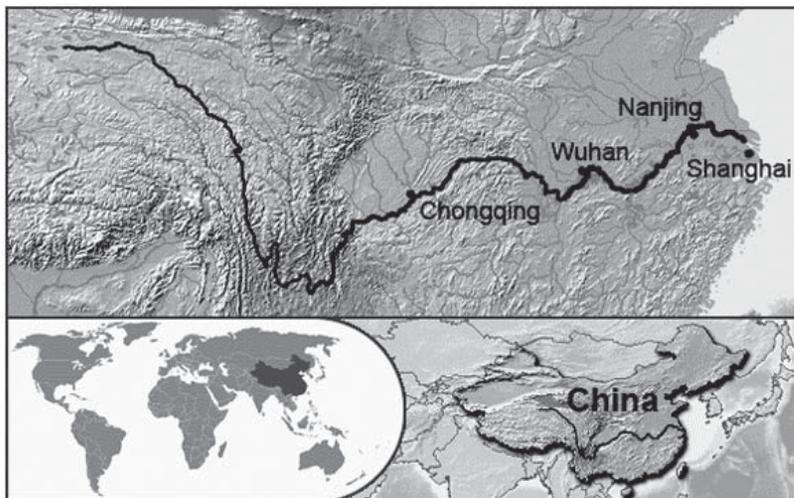


Figura 6.6: Percurso do rio Yangtze, que banha importantes cidades chinesas, como Chongqing, Nanjing (ou Nanquim) e Xangai.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Yangtze_River_Map.png

CONCLUSÃO

Podemos considerar que a China oitocentista perdeu, em decorrência das investidas expansionistas ocidentais, condições de exercer o rígido controle de outrora sobre sua política comercial e externa. Os “bárbaros” ocidentais, através da extraterritorialidade, conseguiram, inclusive, restringir o exercício jurisdicional das autoridades, no que concernia aos crimes cometidos por ocidentais dentro das fronteiras do país. Percebamos que não houve, neste contexto, negociação, mas imposição e intimidação, nos quadros de um ultraje marcante à soberania nacional. Era o fim forçado do isolacionismo chinês e uma nova fase, crítica, que se iniciava para o “Império do Meio” – este passaria a conviver, progressivamente, com os investimentos, a cultura, a presença e os desafios ocidentais.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

[O Tratado de Nanquim] foi o mais importante tratado da história moderna da China. Continha doze artigos que, cumulativamente, tinham ramificações significativas para as ideias chinesas de comércio e sociedade:

[...]

Artigo 5º: Abolição do sistema de monopólio do Cohong em Cantão e permissão nos cinco portos citados acima [Cantão, Fuzhou, Xiamen (Amóy), Ningbo e Xangai] para que os mercadores ingleses conduzissem “suas transações mercantis com quem lhes aprouver” (SPENCE, 1996, p. 169-170).

Após ler o texto, e considerando o contexto da investida ocidental sobre a China, explique:

a) Os interesses ocidentais em relação a esta nação e as barreiras que a China impunha aos mesmos (ou, nas palavras de Spence: “as ideias chinesas de comércio e sociedade”, violentamente atingidas a partir das guerras do ópio).

b) Em linhas gerais, como a guerra e o Tratado de Nanquim foram instrumentalizados, pela Inglaterra e por outras potências ocidentais, no sentido de fazer valer (ou impor) seus interesses diante da China?

Resposta Comentada

a) Aqui você deve retomar, em linhas gerais, as questões envolvendo controles e restrições chineses ao comércio estrangeiro – o fato de que só Cantão estava aberta ao comércio com os ingleses; de que os mesmos só poderiam estabelecer negócios (oficialmente) com comerciantes licenciados do Cohong, não podendo estabelecer residência fixa ou representação diplomática no país. Tais restrições entram em choque com altas perspectivas de lucro e os interesses comerciais da Inglaterra, envolvendo negociações legais e ilegais de produtos como o chá, seda e ópio. O conjunto de “ideias chinesas sobre comércio e sociedade”, ou de crenças (tradicionalismos como a desconfiança em relação ao comércio, percepção autocentrada, menosprezo em relação aos estrangeiros) e práticas (restrições ao livre comércio) adotadas pela China, levariam ao choque direto com a maior potência capitalista de então.

b) A partir da Primeira Guerra do Ópio (1839-42) e do Tratado de Nanquim, surgiram uma série de tratados desiguais, forçando a abertura de cidades chinesas ao comércio estrangeiro. A China perderia controle sobre sua política comercial externa e, com a introdução – ou imposição – do princípio de extraterritorialidade no sistema de tratados, as autoridades perderiam jurisdição, em se tratando de atos criminosos praticados por estrangeiros dentro das fronteiras do Império. Isto representa uma grande afronta ao exercício da soberania chinesa, um impacto sobre como se relacionar com os “bárbaros” – já não era possível evitá-los ou controlá-los – e uma grande reviravolta dentro da história do país.

RESUMO

Nesta aula, você entrou em contato com o processo histórico a partir do qual a China passou a estabelecer novas interlocuções – conflituosas e variadas – com as nações modernas ocidentais. Vimos que a postura contida em relação ao comércio externo e protetora no que diz respeito às fronteiras internas foi violentamente exposta a reajustes e revisões. Acompanhamos, enfim, o processo de abertura forçado do “Império do Meio”, através de guerras e do sistema de tratados desiguais.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você acompanhará as reações da sociedade chinesa diante da nova convivência com, e dos novos desafios e parâmetros lançados pelos ocidentais. Um conjunto de rebeliões populares, como a dos Taipings e a dos Boxers, marcariam a história do país. Ao longo das últimas décadas do século XIX e das primeiras décadas do século XX, a China seria submetida a crescentes pressões por parte das potências capitalistas, entre elas, uma nova potência emergente derrotaria o Império e lhe imporá tratado desigual em 1895: tratava-se do Japão Meiji. Diante do renovado contato com novos parâmetros políticos e culturais, no âmbito de significativas ameaças de desintegração territorial, milênios de história dinástica seriam abalados por uma revolução – a revolução republicana. Um partido revolucionário comunista chinês também seria estabelecido. A China, assim, reagiria ao contato com os estrangeiros, renovando-se e começando uma nova etapa de sua trajetória.

Aula 7

China e Japão
perante os desafios
da modernidade:
as reformas Meiji,
as investidas
imperialistas sobre
o território chinês
e a guerra sino-
japonesa

Ana Carolina Huguenin Pereira

Meta da Aula

Apresentar um panorama histórico do processo que marcou a ação imperialista ocidental sobre a China e o Japão, assim como os diferentes desdobramentos verificados nesses países.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar o nível de dominação, profundo e acelerado, ao qual a China foi submetida entre finais do século XIX e inícios do XX;
2. avaliar a importância, as origens e os desdobramentos das reformas Meiji, no Japão, identificando o entrelaçamento entre as tradições japonesas e a modernidade ocidental;
3. identificar as origens da ação imperialista japonesa sobre a China, avaliando algumas reações chinesas diante do assédio estrangeiro.

INTRODUÇÃO

Você acompanhou, ao longo da Aula 6, o violento processo de abertura da China à presença e aos interesses econômicos internacionais. Originou-se, a partir de então, um sistema de tratados desiguais, que aprisionou o país a uma subordinação mais ou menos direta em relação às potências ocidentais. Isso não significou a instauração de um regime colonial propriamente dito, a exemplo do que ocorreria na Índia oitocentista sob administração britânica. Na China, a dinastia Qing continuaria a governar até 1911, quando de sua queda em decorrência do processo revolucionário republicano. No entanto, mesmo com autoridades nacionais ainda incumbidas da administração do país, podemos considerar que a China sofreu um sensível e marcante aviltamento, no que tange ao exercício da soberania e da autonomia nacionais, sendo reduzida, ainda sob os Qing, entre finais do século XIX e inícios do século XX, a um estado semicolonial.

As pressões, atividades e interesses das potências estrangeiras se intensificariam, diversificando-se ao longo das últimas décadas do século XIX e das primeiras décadas dos novecentos. Como sabemos, esse período foi marcado pelo processo histórico genericamente denominado imperialismo moderno. O poderio ocidental adquirira fôlego renovado, potencializado pelas importantes inovações/modernizações técnicas da segunda revolução industrial. Houve expansão acelerada das atividades financeiras, industriais e mercadológicas europeias, no âmbito de um mercado internacional, ou global, que já então se constituía aceleradamente – você deve notar que o processo de expansão mercadológica não se detém necessariamente diante de delimitações territoriais ou fronteiriças, estando a universalização entre suas características mais marcantes.

Novas potências emergiriam, de forma bastante destacada, ativa e acelerada, no contexto internacional de finais dos oitocentos: Alemanha e Japão. Tratava-se esta última de uma novíssima potência asiática, participe bem-sucedida do sistema capitalista internacional. A ascensão do Japão, conforme veremos, é vertiginosa

e surpreendente. Um país ao qual, a exemplo e em seguida ao ocorrido na China, foi imposto um humilhante sistema de tratados desiguais, porém que, em apenas algumas décadas, não apenas conseguiria livrar-se dos velhos tratados, como tornar-se uma das potências modernas em condições de os impor. Logo, a China passaria a sofrer com o imperialismo ocidental e também o japonês.

Como teria sido possível tamanha reviravolta, e a que devemos atribuí-la? É o que nos propomos discutir ao longo desta aula, sempre atentos ao fato de que as pressões e desafios lançados pelo Ocidente à China e ao Japão irão suscitar um número bastante variado de respostas, propostas, reações e alternativas. De rebeliões populares à tomada do aparato estatal; de propostas revolucionárias a medidas reformistas, ambos os países, como veremos, reagiram, cada qual a seu modo, ao contato renovado com mercadores, industriais, autoridades, influências culturais, econômicas e técnicas oriundas do Oeste.

Expandindo os “negócios da China”

As guerras do ópio, conforme discutimos, produziram profundos impactos sobre a sociedade chinesa. A um novo contexto internacional o milenar “Império do Meio” seria incorporado. A modernidade viria lançar novos desafios, ameaças e alternativas, e o país passaria por um acelerado processo de transformações.

Ao final do século XIX, as potências europeias também, em seus próprios termos, sofreram grandes mutações – de forma acelerada, foram desenvolvidos o poderio econômico e o potencial tecnológico, acompanhados de uma expansão em termos territoriais e mercadológicos. Tudo isso no contexto da segunda revolução industrial e da constituição de modernos impérios intercontinentais, como o britânico. Os continentes asiático e africano sofreriam de formas diversas e bastante diretas as consequências do processo que se convencionou chamar Imperialismo (moderno). A China, como tantos outros países, seria sensivelmente atingida e incorporada à ordem revolucionada do capital internacional e do imperialismo europeu.

Nesse contexto, conforme nos alerta o sinólogo Jonathan Spence, as potências aumentaram seus abusos e investimentos sobre o país, como “parte da onda geral de expansão imperialista”. Ora, como podemos entender e contextualizar tal afirmação? Com a consolidação da presença ocidental na China, garantida pelo sistema de tratados, os investimentos e atividades econômicos ligados às potências estrangeiras se diversificaram, ganhando novas e maiores dimensões. Além da atividade estritamente comercial, abrir-se-iam grandes possibilidades de lucro referentes à exploração de minas, a atividades financeiras e industriais, a investimentos em infraestrutura (como a construção de linhas ferroviárias pelo vasto território chinês). De acordo com o que você pode verificar, não se tratava meramente, como no passado, de importar artigos tais quais chá e seda; agora tratava-se também – e de forma grandemente importante – da exportação de capitais, de investimentos financeiros e da expansão mercadológica.

As atividades ocidentais e seus desdobramentos se faziam mais presentes e visíveis nas áreas de portos livres. Podemos citar como exemplo contundente a cidade de Xangai, aberta ao comércio internacional desde o Tratado de Nanquim. Aceleradamente convertida em grande centro comercial e financeiro, Xangai sofreria alto crescimento econômico, abrigando considerável população estrangeira. Os residentes ocidentais mantinham formas de sociabilidade e locais de encontro semelhantes àqueles que deixavam em seus países – tais como clubes luxuosos, hipódromo, campos de golfe, nos quais, de acordo com o que você pode imaginar, os chineses não eram propriamente incluídos. A independência e os privilégios das comunidades estrangeiras eram tamanhos que, em cidades como Xangai e Tianjin, foram estruturados verdadeiros bairros de gestão praticamente autônoma. São as chamadas “áreas de concessão” – áreas, dentro de cidades de portos livres, onde as comunidades internacionais estabeleciam seus consulados, firmas comerciais, industriais e financeiras, não estando submetidas, como você deve se lembrar, à jurisdição das autoridades chinesas, de

acordo com o princípio da extraterritorialidade. Ora, conforme sustenta K.M. Panikkar, essa é uma das concretizações mais evidentes da situação de dependência na qual a China fora temporariamente lançada – em cidades importantes do “Império do Meio” formam-se autênticos enclaves ocidentais.

Se os homens de negócio do Ocidente intensificaram sua presença e atividades em território chinês, assim também o fariam homens e mulheres da religião cristã. Missionários católicos e protestantes tiveram suas atividades favorecidas pela abertura do território chinês, adquirindo, sob os sistema de tratados – ou, em outras palavras, à revelia das autoridades e do povo chineses – novas e consideráveis possibilidades de professar sua fé, sem maiores restrições. Templos, igrejas, orfanatos, escolas e hospitais cristãos seriam construídos na China, onde o número de convertidos à religião estrangeira, estranha às tradições culturais e às práticas espirituais do país, aumentaria de forma sensível. Os missionários envolvidos, evidentemente, eram, a exemplo dos demais ocidentais, protegidos pela extraterritorialidade, permanecendo, em amplo sentido, fora do “alcance” das autoridades do país.



O “Cristo chinês” e a rebelião Taiping

Em meados do século XIX, a China foi abalada por uma série de movimentos populares. As convulsões internas foram agravadas pela crise externa referente à abertura do país pela imposição de tratados desiguais. Em Guangxi, região próxima a Cantão (onde, como você já estudou, a presença estrangeira se fez sentir com bastante intensidade), um grande movimento anti-Qing surgiu, sob liderança de Hong Xiuquan. Hong, chinês de origens humildes, entrara em contato com o cristianismo através da pregação de missionários protestantes. Em um momento de (suposta) iluminação, o chinês ter-se-ia descoberto o “irmão mais

moço” de Jesus Cristo, tornando-se líder da Sociedade dos Adoradores de Deus (1847). Esta reunia forças sociais diversas, ligadas a setores descontentes e desprestigiados no contexto hierarquizado da sociedade confuciana – mineiros, carregadores, camponeses, barqueiros –, e pregava um messianismo igualitário, misto de tradições coletivistas camponesas, influências religiosas recentes (cristãs) e tradicionais. A Sociedade defendia ainda a emergência de uma nova dinastia – A Dinastia Celeste da Grande Paz (Taiping Tiango), tendo Hong Xiuquan como “Rei Celeste”. Formou-se assim uma doutrina política e religiosa, que logo se traduziria em ações práticas, inclusive de cunho militar. O movimento Taiping deu origem a uma longa rebelião entre 1850 e 1864. Os rebelados chegaram a capturar Nanquim (1853), antiga capital Ming, e decretá-la capital da nova dinastia, comandada por Hong Xiuquan. Porém, o Estado Qing conseguiria derrotar, não sem dificuldades, o movimento. Se a atividade missionária influenciou um movimento anti-Qing entre 1850 e 1864, no início do século XX essa atividade, que se intensificaria junto à presença do poder ocidental na China, inspiraria uma grande rebelião contra os estrangeiros e a favor do Estado manchú. Trata-se da rebelião Boxer, sobre a qual falaremos adiante.

Entre 1884 e 1885, após atrito com o Império Chinês, a França garantiria a anexação da Indochina, área que compreende, entre outros territórios, o atual Vietnã. O país figurava entre os mais antigos tributários da China. Dessa forma, você pode compreender que a expansão colonial francesa na região representou mais uma afronta ao prestígio da tradicional e influente civilização chinesa, e uma contundente demonstração do poderio ocidental sobre a Ásia.

Em 1898, por ocasião do assassinato de dois missionários alemães, a nova potência europeia passou a exercer seu poderio, de forma acentuada, sobre a região de Shandong. A Alemanha

lá estabeleceu uma “esfera de influência”. Mas o que significa essa expressão? Trata-se da obtenção de privilégios exclusivos de exploração econômica sobre toda uma “esfera” territorial; no caso, sobre vasto território da província de Shandong. Evidentemente, tal obtenção estava inscrita no contexto da força de imposição estrangeira, da perda relativa (porém muito considerável) de soberania nacional, e do que parecia ser as origens de uma desintegração territorial. Imaginemos o outrora altivo “Império do Meio” sendo dividido, em poucas décadas, em esferas de influência ligadas a diferentes potências estrangeiras, num processo que ficou conhecido como o “Break up” da China. Tal processo marcaria enfaticamente a derrocada de prestígio e a apreensão chineses em relação ao presente e ao futuro. A Rússia estabeleceria uma esfera de influência ao sul da Manchúria, região que, após derrota das forças do tsar frente ao Japão, em 1905, passaria a receber investimentos crescentes da nova potência asiática. A Manchúria ficaria sob “influência” (e mais tarde domínio, no contexto de uma brutal invasão) japonesa até fins da Segunda Guerra Mundial.



Figura 7.1: Região de Shandong.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:China_Shandong.svg



Figura 7.2: A região da Manchúria.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Manchuria.png>

Podemos considerar que a China, nesse período histórico, encontrava-se bastante impotente e tremendamente desafiada por novas ameaças às quais não conseguia fazer frente de maneira eficaz. Para você ter uma ideia da altivez ocidental (logo seguida pelo Japão) em relação à China, eis o pronunciamento do imperador alemão, citado por K.M. Panikkar, quando do estabelecimento da esfera de influência sobre Shandong:

“O arcanjo germânico plantara firmemente seu escudo em solo chinês e para sempre estenderia suas asas de águia sobre todos aqueles que viessem até ele.”

Com o advento da Primeira Guerra Mundial e a derrota da Alemanha, seria o Japão a exigir privilégios e a estender seus interesses econômicos sobre a região de Shandong – a mencionada “águia” germânica teria de recolher suas asas e retirar-se da China. Perceba que, na disputa entre as potências por mercados e regiões onde expandir seus investimentos, a China foi incorporada como elemento certamente mais passivo (objeto de cobiça e rivalidade) que ativo. No que se refere especificamente ao conflito internacional, o país participou do esforço de guerra ao lado da França e da

Inglaterra; assim, chineses foram enviados à Europa e realizaram trabalhos braçais em trincheiras e portos, mas, em termos militares, não teria a China condições de exercer papel decisivo em relação aos desfechos da Primeira Guerra.

Mergulhado em um estado de relativa impotência e acelerado desprestígio, o país, embora não reduzido a um estado colonial propriamente dito, foi sendo como que “esquartejado” ou dividido, no que parecia uma séria ameaça de desmembramento, entre potências concorrentes.

Um profundo golpe no sentimento de superioridade civilizacional chinês e, de maneira geral, na autoestima da nação foram não apenas as repetidas derrotas diante dos “bárbaros” ocidentais, mas a derrota diante do Japão em 1895.



Figura 7.3: Cartoon de 1898, mostrando a China sendo repartida, a despeito de seus interesses e autoridades, entre potências modernas. Estão representados, da esquerda para a direita, a rainha Vitória, William II (Alemanha), o tsar Nicolau II, a “Marianne”, símbolo nacional francês, e o imperador Meiji. No fundo da gravura, uma autoridade chinesa, alarmada e impotente, procura detê-los.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:China_imperialism_cartoon.jpg



Atende ao Objetivo 1

1.

(...) durante os três anos que se seguiram ao tratado de Shimonoseki (1895), a China foi como que espartilhada pelos interesses econômicos, políticos e, se possível dizer, ferroviários das diversas potências (PANNIKAR, 1979, p. 194).

Outrora um centro civilizador refulgente de toda a Ásia Oriental, a China atravessa uma crise profunda a partir do fim do século XVIII e parece ameaçada de desmembramento no final do século XIX (ROUX, 2006, p. 29).

Sobre a ação das potências imperialistas na China, entre o final do século XIX e inícios do século XX, analise: o contexto geral em que se situa, seus objetivos e métodos de afirmação.

Resposta Comentada

De acordo com o que foi apresentado ao longo do texto, você deve contextualizar a ação das potências modernas (ou a imposição de seus interesses) sobre a China como parte de um quadro histórico maior, envolvendo o desenvolvimento do capitalismo internacional – a expansão de um mercado transnacional, o desenvolvimento tecnológico sofisticando meios de transporte e comunicação, assim como o aparato naval e militar, no bojo da segunda revolução industrial.

Nesse contexto, as potências intensificaram e diversificaram seus investimentos e interesses sobre a China para além de atividades estritamente comerciais. Os estrangeiros passaram a dedicar-se a outras formas de obtenção de lucro, investindo capitais na construção de ferrovias, na exploração de minas e em atividades industriais. Gozando de autonomia e privilégios garantidos pelo sistema de tratados desiguais, os “bárbaros ocidentais” agiam de um modo que parecia prenunciar fragmentação territorial do país: o “Império do Meio” seria parcialmente dividido em esferas de influências – extensas áreas do território nacional onde as potências buscavam garantir para si privilégios exclusivos de exploração econômica. Em cidades de portos abertos, onde os estrangeiros se instalaram em grande número, como Xangai ou Tianjin, bairros inteiros seriam ocupados, (re)decorados e habitados por forasteiros, cuja presença e privilégios a China fora forçada a acatar. Entre as potências industriais, uma emergente europeia, a Alemanha, logo passaria a exercer seu imperialismo sobre território chinês, estabelecendo uma esfera de influência na região de Shandong. Haveria ainda uma potência emergente no próprio continente asiático, que não demoraria a impor derrota e desprestígio ao outrora “centro civilizador refulgente de toda a Ásia Oriental”: Japão.

Uma nova potência asiática: a Guerra Sino-Japonesa (1894-1895)

O Japão, modernizado sob as reformas Meiji (que ainda discutiremos) logo se tornaria econômica e militarmente mais poderoso que a China. Demoraria aproximadamente três décadas apenas, até que a nova potência passasse a nutrir ambições territoriais e mercadológicas sobre o continente asiático, chegando mesmo, na primeira metade do século XX, a afirmar-se como concorrente de peso e ameaça ao imperialismo europeu na região.

O conflito sino-japonês de fins do século XIX marcou, ao mesmo tempo, a “estreia” do Japão como ator internacional capaz de impor pretensões imperiais, e, por outro lado, uma espécie de culminação no processo de humilhação ou de derrocada do prestígio

chinês. Veja bem: além das derrotas diante do Ocidente, agora seria uma nação vista tradicionalmente pela China como uma espécie de satélite cultural – quase um subproduto da dinastia Tang –, que, ao adotar táticas e adaptar conhecimentos dos “bárbaros” ocidentais, impunha-lhe mais uma humilhante derrota.

O conflito se estruturou em torno da Coreia, região que, a exemplo do Vietnã, era ligada à China por tradicionais laços diplomáticos e tributários, e que reconhecia formalmente sua superioridade civilizacional. Ao desenvolver pretensões territoriais sobre a Coreia, os japoneses ameaçaram a relação de suserania exercida pela China sobre a região, mas não sem a resistência do Império Qing. No conflito armado que se seguiu, os Qing foram derrotados, sem maiores dificuldades, pelo modernizante Império Meiji.

Os vencedores impuseram aos chineses um tratado desigual nos moldes ocidentais. Trata-se do Tratado de Shimonoseki, cujos duros e importantes termos repercutiram amargamente sobre a autoestima e os destinos imediatos (e também os de médio prazo) da nação. Entre tais termos, devemos destacar: o reconhecimento chinês da autonomia da Coreia – o que equivaleria, na prática, a aceitar o estabelecimento de um protetorado japonês sobre o país; a perda de Taiwan e da península de Liaodong, no sul da Manchúria, cedidas ao vencedor do conflito; a abertura de portos ao Japão, que obteve privilégios semelhantes aos das potências ocidentais, inclusive no que se refere ao princípio de extraterritorialidade; o pagamento de uma pesada indenização de guerra.

Em relação ao sul da Manchúria, não obstante, os japoneses, pressionados por russos e franceses, teriam de abrir mão de suas demandas. Em pouco tempo, seria a Rússia a explorar economicamente a região, lá estabelecendo sua esfera de influência – situação alterada, no entanto, a partir da guerra russo-japonesa de 1905.



Figura 7.4: A península de Liaodong, ao sul da Manchúria. Na fronteira, à direita, está a Coreia.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Location-of-Liaodong-Peninsula.png>



Figura 7.5: Tropas japonesas, modernizadas sob as reformas Meiji, durante o conflito com a China (1894).

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Sino_Japanese_war_1894.jpg

Neste momento, cabe-nos perguntar: o que permitiu a ascensão japonesa à condição de potência industrial e militar? Como o país conseguiu reorganizar-se nesse sentido, e através de que meios?

Finalmente, dissemos que o Japão passaria a usufruir de status internacional (no que concerne a aspectos econômicos, tecnológicos e bélicos) semelhante ao das potências modernas ocidentais. Quer isso dizer que o país tenha simplesmente se ocidentalizado, à exata

imagem e semelhança (como uma espécie de decalque) dos países mais poderosos do Oeste? Teriam os japoneses abandonado ou menosprezado suas ricas e características tradições?

Enfrentando novos desafios: rumo à Era Meiji

A partir de meados do século XIX, assim como a China, o Japão ingressaria numa relação de contato mais direta e permanente com o Ocidente, dando origem a uma multifacetada convivência (que assume feições características a cada país) entre a tradição nacional (oriental) e a modernidade ocidental.

Vimos que a Primeira Guerra do Ópio ocasionou na China uma série de tratados desiguais. Sob forte impressão, os japoneses tomaram conhecimento da relativa decadência e das derrotas do país de Confúcio, centro civilizacional do Extremo Oriente, perante os “bárbaros” europeus. Não demoraria até que o Japão sofresse o mesmo tipo de investida por parte das modernas potências.

Em 1853, os Estados Unidos haviam completado a expansão para o Oeste e atingido o Pacífico, quando uma esquadra moderna, de navios a vapor, oriunda da nova potência americana, chegou até a baía de Edo. As embarcações eram assombrosas aos olhos japoneses, que não eram capazes de fabricar navios semelhantes e sequer os conheciam.

Desde a primeira metade do século XVII, após um levante cristão na região de Shimabara em 1637 (a religião cristã fora disseminada no país pela ação dos portugueses no século XVI), o Japão estivera isolado quase por completo, fechado ao contato com o mundo exterior em geral e com o Ocidente em particular. À exceção dos holandeses, cuja presença e atividades eram restringidas – além de controladas – a uma ínfima parcela do território, povos ocidentais foram mantidos a distância por mais de duas centenas de anos. Tratava-se do Japão sob o *bakufu* (governo militar) Tokugawa (1603-1867). De sua fortaleza em Edo, pequeno vilarejo que logo

se tornaria uma grande cidade, os *shoguns* Tokugawa exerciam sua autoridade.



Shogun, Daymio e Samurai

Shogun significa generalíssimo, figura militar à qual se submetiam grandes proprietários de terra (*Daimyos*). Os *Daimyos* eram senhores hereditários de vastas propriedades e de exércitos compostos por samurais, a elite guerreira da sociedade hierarquizada japonesa. O período Tokugawa trouxe a pacificação do país, na medida em que os *daimyos* se submetiam ao duro controle e vigília exercidos a partir de Edo, cidade fortificada, espécie de “quartel general” da família xogunal Tokugawa. Nos quadros de tal submissão, as constantes contendas pelo poder desapareceriam, o caos provocado por enfrentamentos constantes entre diferentes senhores amainaria diante da ordem imposta pelo *bakufu* Tokugawa. Com a pacificação do país, Edo e outras cidades, como Osaka, conheceriam um período de desenvolvimento econômico e crescimento urbano, e os samurais tornar-se-iam, aos poucos, uma casta guerreira cada vez mais ociosa, embora prestigiada.

Em Kioto, o imperador, figura cuja aura mística era conferida pela religião xintoísta, não exercia, nesse período, o poder de fato. É interessante notarmos que a dinastia não foi vítima de usurpação ou dizimação ao longo do período Tokugawa, embora o poder shogunal, ao menos em termos militares, tivesse condições de fazê-lo. Sem exercer o poder de fato, os representantes dinásticos seguiam, nesse período, segundo nos aponta B.W. Beasley, como que numa

de “gaiola dourada” – segura, em meio a luxo e algum prestígio –, enquanto o centro pulsante de exercício do poder e desenvolvimento urbano situava-se, de fato, em Edo. Ora, foi justamente nas proximidades da capital Tokugawa que os estrangeiros indesejados, e há tanto tempo mantidos a distância, desembarcaram.

E o que fazer a respeito dos recém-chegados? Como expulsá-los, quando sua tecnologia, seu poderio militar e naval – e isso a experiência recente da vizinha China comprovava – era tão superior? Os Estados Unidos apresentaram exigências referentes à abertura de portos e ao estabelecimento de representação diplomática no país, as quais seriam acatadas pelo shogun, que não contava com meios eficazes de resistência.

Ao fim dos anos 1850 e ao longo da década de 1860, uma série de tratados semelhantes aos impostos à China seriam assinados entre Japão e potências como Estados Unidos, França, Inglaterra e Rússia. Os tratados passariam a estabelecer, inclusive, o princípio da extraterritorialidade, ao qual nos referimos com tanta insistência, por representar, da maneira como fora imposto à China e ao Japão, uma afronta ao exercício da soberania nacional.

Diante do acelerado assédio e das renovadas ameaças, verificou-se o desprestígio dos Tokugawa, que não conseguiram fazer frente, como você pode imaginar, às imposições ocidentais. Nesse contexto, o *bakufu* ficaria crescentemente desacreditado e enfraquecido, até sua queda final em 1867.

Em um país dividido em vários e vastos domínios de terra (*han*), a imposição de tratados alimentou a consciência de que havia algo maior sob ameaça, ou seja, que a nação como um todo estava sob afronta e desafio de estrangeiros, cuja presença e imposições não se podia, ao menos temporariamente, evitar.

Insatisfeitos, senhores de terra e samurais dissidentes, sobretudo a oeste do país, nos domínios de Choshu e Satsuma – regiões de tradicional (porém durante muito tempo impotente) oposição ao poderio Tokugawa –, passaram a exigir reformas. Enquanto a figura

do shogun perdia prestígio, o imperador passaria a ser aclamado como esperança e símbolo de unidade nacional. Como decorrência, um movimento de restauração imperial ganharia fôlego.

Houve o despertar de paixões xenófobas e reações emocionais. As perspectivas de confronto imediato com os estrangeiros – alardeadas por vozes exasperadas (mas pouco realistas) sobretudo entre as elites guerreiras – exigiram, então, sua expulsão imediata. Porém, de modo geral, e em relativamente pouco tempo, a superioridade técnica dos ocidentais se tornaria evidente, mesmo incontestável, para a boa parte da elite política e intelectual ainda sensível à necessidade de desenvolver conhecimento militar e naval como uma forma de fortalecer o país e criar condições para livrá-lo do sistema de tratados. Assim, a modernização foi aceita como uma estratégia mais eficaz e realista de fazer frente às imposições ocidentais que o enfrentamento imediato. Seria preciso esperar e reformar o país. Havia a alternativa de adquirir junto aos estrangeiros conhecimentos técnicos, úteis ao autofortalecimento – por exemplo, através do envio de estudantes japoneses a instituições de ensino europeias. De maneira geral, pode-se afirmar ainda que ficou clara a impossibilidade de manutenção (ou resgate) da tradicional política isolacionista e a necessidade de desenvolver tecnologia. Nesse sentido, podemos considerar que os japoneses fariam todo um esforço de “aprender os segredos” do poderio ocidental para melhor fazer frente ao mesmo.

Estava delineado o contexto no qual o último *shogun* (confrontado não apenas com o assédio ocidental e as dissidências nacionais, mas também com uma crise sucessória) renunciaria, em 1867. Era o começo da Era Meiji.



Figura 7.6: O último *shogun* Tokugawa: Tokugawa Yoshinobu.
Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Tokugawa_yoshinobu.jpg

O Japão sob as reformas Meiji (1868-1912): modernidade e tradição

Após a renúncia do shogun, o imperador recuperaria o poder de fato, há séculos perdido, sob o apoio de uma elite modernizadora, disposta a enfrentar os desafios lançados pelo Ocidente através de reformas políticas, militares e técnicas. Uma nova capital imperial seria fundada na antiga sede de poder Tokugawa – Edo, que passou a se chamar Tóquio.

Notemos que não ocorrera uma revolução popular, tampouco uma tomada de poder por métodos, ou em nome da concretização de ideais, revolucionários. Ao contrário do que verificaremos na China, onde duas revoluções se concretizaram no século XX – respectivamente, as revoluções republicana e comunista –, no Japão, as reformas aconteceriam “de cima para baixo” através do próprio Estado dinástico.

O imperador, representante e sucessor de uma dinastia milenar, seria a autoridade praticamente incontestável através da qual se desenvolveriam as reformas. A sacralidade dinástica era estabelecida pela religião japonesa tradicional – o xintoísmo, uma crença politeísta e animista que possuía entre suas principais

divindades a deusa Amaterasu, filha do Sol. Segundo a tradição, os herdeiros do poder imperial descendiam de Amaterasu e deveriam governar para sempre sob desígnios divinos. Por razões óbvias, na Era Meiji, a religião xintoísta seria valorizada, resgatada, ensinada nas escolas (como parte da educação cívica) e mesmo incorporada ao texto constitucional de 1889, sendo considerada a religião estatal. E isso num país que durante aproximadamente mil anos havia sofrido forte penetração e influências budistas. Ora, em se tratando de fortalecer o poder e a figura do imperador, e utilizá-la para promover reformas estratégicas, era interessante valorizar o xintoísmo em detrimento do budismo, uma vez que a primeira religião guarda importante ligação ideológica com o poder dinástico.

Aqui você já pode entrever a ambivalência entre modernidade e tradição que marcara o período Meiji: temos um esforço modernizador, que propõe reformar o país através de uma série de inovações (sobre as quais falaremos), e que, ao mesmo tempo, vem resgatar e refortalecer um discurso religioso milenar. Assim, tradição religiosa e modernidade tecnológica se entrelaçariam nesse decisivo período histórico.



Figura 7.7: O imperador Meiji em uniforme militar.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/>

File:Meiji_Emperor.jpg

O respeito, o senso de dever e lealdade, a obediência às hierarquias, às autoridades públicas e familiares eram valores confucianos herdados da China. Tais valores não desapareceriam, mas seriam incorporados à noção de dever cívico diante da nação, comandada por um Estado forte – o qual, não obstante modernizador e constitucional, era bastante autoritário. Junto à religião xintoísta, a devoção ao estado e ao imperador era estimulada, como por exemplo nas escolas, entre os estudantes, num contexto em que muito se investiu na disseminação da educação como meio de formar quadros capacitados para a construção de uma nação modernizada e fortalecida. A lealdade e a veneração ao imperador chegariam a atingir, ao longo dos anos 1930 e até o final da Segunda Guerra Mundial, dimensões de um quase fanatismo.

Foram realizados importantes investimentos no sentido de desenvolver as potencialidades técnico-militares do país. Nesse contexto, estruturou-se um exército nacional, treinado, organizado e progressivamente equipado de acordo com moldes ocidentais. Sob os shoguns, havia uma profusão de exércitos particulares, reunindo samurais leais a grandes proprietários de terra, seus senhores. Sob as reformas Meiji, um exército centralizado (ou nacionalizado) e ocidentalizado se formou, e mesmo a indumentária de guerra – para não mencionar os armamentos e o treinamento – sofreram profundas modificações: em vez das roupas, armaduras e mesmo penteados samurais tradicionais, uniformes ocidentalizados e cabelos curtos passaram a predominar. É o fim dos exércitos samurais. A casta guerreira deixaria de existir como tal, e muitos de seus antigos membros seriam incorporados à burocracia do Estado ou ao exército moderno; outros tantos a atividades industriais, a negócios financeiros, ou, enfim, a novas atividades vinculadas ao capitalismo; e ainda havia aqueles que caíam em decadência e desprestígio, incapazes de se adaptar adequadamente aos novos tempos.

Contando com o apoio e incentivos do Estado centralizador, houve ainda uma importante expansão industrial. Nesse sentido, o Estado forneceria subsídios e arcaria com

investimentos em setores nos quais a iniciativa privada ainda não estava suficientemente fortalecida para fazê-lo. Foram instituídas empresas estatais (ligadas a setores como mineração ou navegação), construídas estradas de ferro, contratados especialistas estrangeiros, havendo uma rápida assimilação das novas técnicas ocidentais (algo facilitado, evidentemente, pelo investimento em educação). Com o passar do tempo, sobretudo a partir da década de 1880, muitos empreendimentos estatais passariam à iniciativa privada – fábricas, minas e estaleiros foram oferecidos a preços vantajosos e alguns grandes grupos, conglomerados industriais e financeiros, seriam formados. São os chamados zaibatsus, imensos trustes ligados a famílias, que tornam a livre concorrência virtualmente impraticável. A empresa Mitsubishi, por exemplo, tem suas origens ligadas ao Japão modernizante do século XIX.

Haveria ainda uma reformulação de instituições políticas, num contexto marcado pela busca de instituições apropriadas, ou legitimadoras, do Estado moderno. Tratava-se, além disso, de buscar afirmação no contexto internacional, adotando medidas políticas consideradas compatíveis com os novos modelos civilizacionais em voga. Nesse sentido, o Império adotaria uma Constituição.

A carta magna de 1889 foi marcada pelo viés autoritário. Ito Hirobumi, antigo samurai que esteve entre os principais elaboradores do projeto, se inspirou na Constituição prussiana, mais autoritária ou distanciada do modelo liberal estadunidense e inglês.



Figura 7.8: Ito Hirobumi, figura de grande destaque no contexto modernizante Meiji, exerceu o cargo de primeiro-ministro e participou ativamente da elaboração do texto constitucional.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Ito%3%B4_Hirobumi.jpg

O texto constitucional preservava a inviolabilidade do imperador, assim como as ideias referentes às suas supostas origens divinas. Por isso, apesar de haver divisão de poderes, o executivo concentraria, na prática, imensa autoridade política. Entre seus poderes, incluíam-se possibilidades de vetar ou propor modificações na Constituição, sendo-lhe ainda atribuído o supremo comando das forças armadas. Foram instituídas duas câmaras legislativas, apenas uma delas eleita por voto popular (restrito, não obstante, ao sexo masculino e à renda).

O primeiro artigo da Constituição de 1889 estabelecia, conforme cita K.M. Panikkar, que “uma linhagem de imperadores que remonta a tempos imemoriais reinará sobre o Império e governará”; o terceiro artigo acrescentava que o imperador “é

sagrado e inviolável". Um comentário de Ito Hirobumi, também citado por Panikkar, nos dá dimensão do quão fortemente deveriam estar consolidadas a sacralidade e a inviolabilidade imperiais: "o trono sagrado foi estabelecido no momento em que o Céu e a Terra se separaram. O imperador desceu do céu divino e sagrado. Ele pertence a uma essência infinitamente superior à de seus súditos."

Você pode notar que temos aí, ao mesmo tempo, o constitucionalismo, ligado à modernidade ocidental, e a sacralidade imperial, reforçada e amparada na tradição milenar xintoísta. Mais uma vez, é possível perceber que o Japão se modernizaria preservando determinadas tradições, e até mesmo resgatando-as sob novos contextos, alternativas, necessidades e desafios.

O conjunto de reformas políticas e econômicas pode ser compreendido como um amplo esforço no sentido de modernizar o país, libertando-o do sistema de tratados desiguais, do jugo, ou da dependência frente ao Ocidente. O próprio fato de que o Japão adotava técnicas e instituições à maneira ocidental (sem perder, no entanto, suas próprias características) estimulou a criação de uma imagem internacional favorável, isto é, suscitou maior respeito e reconhecimento por parte das potências. O esforço foi bem-sucedido, e logo produziria tremendos resultados. Na última década do século XIX, aproximadamente vinte anos após o início da Era Meiji, a Inglaterra negociou com autoridades japonesas o fim da extraterritorialidade e outros termos aviltantes impostos pelos tratados. Acordos similares seriam conseguidos com países como Estados Unidos e França.

Cumprido o desafio de livrar-se dos tratados desiguais, que exasperavam a opinião pública, o Japão enviesaria por novos caminhos e batalhas (desta vez no sentido literal da palavra), que incluíam a expansão imperialista. Para tanto, o país lançaria mão de armas e métodos semelhantes àqueles das potências ocidentais.

Lembremos agora, ainda uma vez, da Guerra Sino-Japonesa (1894-5) e do Tratado de Shimonoseki dela resultante. Ora, podemos

considerar que o Japão fizera a transição de vítima para agente do imperialismo. Um país que sofrera a imposição de tratados desiguais transitara para uma nova realidade em que, após menos de três décadas de reformas, adquiriu condições de impor a outro país o mesmo tipo de tratado. Compare bem como são destoantes os contextos que se alternaram em pouco mais de vinte anos: primeiro, o acato forçado de tratados nos moldes impostos pelo Ocidente à China; depois, a imposição, pela força militar, de um tratado desigual ao país de Confúcio. Surgia uma nova potência imperialista na Ásia, a qual se desenvolveria a ponto de tornar-se, como veremos nas próximas aulas, forte concorrente e ameaça ao imperialismo ocidental na região.



Atende ao Objetivo 2

Portar roupas de estilo estrangeiro e sapatos de couro era agora apropriado e *up to date*, e não ridículo como havia sido até período tão recente quanto 1859, quando um inglês reportou que os japoneses de Edo [capital Tokugawa, futura Tóquio] achavam engraçadíssimo [*ludicrous*, no original] o traje europeu (...). Menos de vinte anos depois, os jornais de Tóquio reportavam que os mais prósperos comerciantes da cidade eram os alfaiates de vestuários estrangeiros, e que os sapateiros faziam bem-sucedidos negócios. Naturalmente, poucos japoneses, por volta de 1875, tinham condições de possuir um guarda-roupa ocidental completo, mas era comum trazer uma ou duas peças do vestuário estrangeiro. Combinações interessantes portanto surgiram, como um quimono sobre calças, ou uma sobrecasaca por cima de um saiote de seda de duas abas, com dois sabres passados num cinturão, e isso obviamente foi um prato cheio para os humoristas japoneses (SANSOM apud PANNIKAR, 1979, p. 343).

2. Descrevendo os novos – e antigos – costumes indumentários japoneses, o autor nos mostra, no âmbito cotidiano, como conviviam e sobrepunham-se, em “combinações interessantes”, a modernidade ocidental e a tradição oriental no Japão Meiji. No âmbito mais geral das relações sociais, políticas, educacionais e mentais, tais “combinações” também foram marcantes. Exemplifique, analisando de maneira geral, a convivência entre o(s) elementos europeu(s) (então recém-adotados) e a tradição multimilenar japonesa.

Resposta Comentada

Aqui você deve, de acordo com a exposição e os argumentos apresentados no texto, dar exemplos que demonstrem o entrelaçamento entre modernidade ocidental e tradição nacional no Japão Meiji. É importante citar a revalorização e o resgate de uma religião nacional milenar, o xintoísmo, para fortalecer o poder imperial. Assim, as reformas modernizantes – tecnológicas, militares, industriais – seriam realizadas sob resguardo de uma figura (supostamente) semidivina. A lealdade ao Estado assim como a religião xintoísta eram ensinadas nas escolas como parte da educação cívica, em um emaranhado de argumentos religiosos (tradicionalistas) e nacionalistas (no sentido moderno). Certas instituições políticas também seriam reformuladas, ou ocidentalizadas, ao longo da Era Meiji, como ilustra a elaboração do primeiro texto constitucional japonês. Este, não obstante representar a modernização do país, confirma e enfatiza a divindade do imperador, consolidando uma monarquia constitucional, porém de direito divino. A divisão de poderes, o estabelecimento de eleições e de instituições representativas esbarravam e conviviam, na prática, com a sacralidade e a centralização de poder em torno da figura imperial.

China: a Reforma dos Cem Dias

Conforme discutimos, a derrota perante os japoneses representou para a China uma grande humilhação, mas também um alerta. Diante de sucessivas derrotas, o império precisava tomar providências, adotar medidas reestruturantes, modificar-se, modernizar-se, ao menos em termos tecnológicos. Mesmo antes da guerra, foi aberta, ainda nos anos 1860, a escola de intérpretes de Pequim, que ensinava línguas e ciências estrangeiras; estudantes chineses seriam enviados ao exterior; e professores estrangeiros levados à China para lecionar. Não se tratava de abandonar os valores confucianos ou menosprezar a tradição civilizacional do país, mas do esforço de melhor preparar a nação, por exemplo, em termos militares, para fazer frente aos avanços ocidentais. Tratava-se de um esforço que ficou conhecido como “autofortalecimento”, que se encaminharia para um desfecho malogrado – era o que a derrota diante do Japão parecia demonstrar. Se houve esforços modernizadores na China oitocentista, a mentalidade conservadora de certos burocratas e políticos não desapareceria. Segundo Jonathan Spence, havia mandarins conservadores que consideravam um absurdo adotar “bárbaros” como professores, mantendo-se refratários à noção de que o “Império do Meio” teria qualquer coisa a aprender com o Ocidente.

Segundo avalia J.K. Fairbank, ao contrário do que ocorrera no Japão Meiji, faltou ao movimento modernizante chinês um apoio mais firme e consistente por parte das autoridades imperiais.

Na Cidade Proibida, a imperatriz regente Cixi controlava o poder de fato desde o falecimento de seu filho, o imperador Tongzhi (1861-1875), uma vez que Guanxu (1875-1908), seu sobrinho, herdara o trono ainda criança, ficando sob sua poderosa influência. Nos anos que se seguiram ao Tratado de Shimonoseki, no entanto, o jovem Guanxu empreenderia um autêntico esforço no sentido de assumir o poder de fato, cercando-se de forças reformadoras.



Figura 7.9: O imperador Guanxu.
Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/
File:Guangxu-Emperor.jpg](http://en.wikipedia.org/wiki/File:Guangxu-Emperor.jpg)

Durante o período de crise e alarme que a China atravessava, o “Filho do Céu” depositaria grande confiança em intelectuais adeptos de reformas modernizantes, como Kang Youwei. À época, entre os intelectuais preocupados em modernizar o país para fortalecê-lo, a seguinte formulação, citada por J. Spence em *Em busca da China moderna*, foi disseminada: “o conhecimento chinês deveria continuar sendo a essência, mas o conhecimento ocidental devia ser usado para uso prático”. Disso derivava a abreviatura *ti-yong* – a primeira expressão (*ti*) significando essência, e a segunda, (*yong*) prática. Tratava-se, portanto, não de romper ou renegar valores e cultura próprios, mas de adquirir novos conhecimentos técnicos. Modernizar o país sem descaracterizá-lo, portanto; sem que sua “essência”, suas características próprias e tradições específicas fossem perdidas, descartadas ou desenraizadas por completo. Algo semelhante ao que o Japão implementara com sucesso. Para os intelectuais modernizadores adeptos do *ti-yong*, também à semelhança do que se passara no Japão, a modernização poderia ser conduzida e fomentada através do próprio Estado imperial, de “cima para baixo”, como o que se verificou durante a Era Meiji.

Durante um breve período de tempo, no ano de 1898, o imperador Guangxu, cercado de entusiastas da alternativa de modernizar o Estado, conduziu um esforço modernizante sem precedentes na história dinástica chinesa. Foram propostas, por exemplo, modificações no sistema de exames e planos para fortalecer as forças armadas (inclusive através da adoção de treinamento ocidental padronizado). Poderia ter havido, na China de finais do século XIX, uma versão – específica, é claro – da reforma Meiji, conduzida pelo Estado e pelas elites intelectuais. Mas o próprio nome pelo qual ficou conhecido o processo – “Reforma dos Cem Dias” – sugere que o mesmo não teria continuidade. Mandarins conservadores viram os esforços modernizantes com maus olhos, como uma possível afronta aos verdadeiros valores da China e, finalmente, como uma ameaça em potencial a posições estabelecidas no jogo de influência e poder político. Aos opositores juntou-se a imperatriz Cixi, contribuindo para a ocorrência de uma grande reviravolta. Seguida a um golpe, Guangxu ficou confinado como uma espécie de prisioneiro palaciano, sem exercer autoridade de fato, enquanto seus assessores, intelectuais idealizadores das reformas, tiveram de enfrentar o exílio ou a morte.



Figura 7.10: A imperatriz regente Cixi.

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/File:The_Cixi_Imperial_Dowager_Empress_of_China_\(1\).PNG](http://en.wikipedia.org/wiki/File:The_Cixi_Imperial_Dowager_Empress_of_China_(1).PNG)

No Estado Qing, portanto, uma atitude conservadora, ou reticente, em relação a propostas e esforços modernizantes, acabaria por prevalecer. Assim, podemos considerar que China e Japão, diante de desafios semelhantes, encontrariam respostas e trilhariam caminhos bastante diferentes. Na China, se o Estado dinástico não foi capaz de livrar o país do jugo ocidental, outras alternativas viriam à tona. Entre elas, duas alternativas revolucionárias que, ao invés de propor reformar a China através do próprio Estado Qing, propunham fazê-lo sem ele – isto é, eram favoráveis à sua derrubada. Duas correntes e dois movimentos revolucionários despontariam na China do século XX, de acordo com o que veremos na próxima aula: os movimentos republicano e comunista.

CONCLUSÃO

Podemos pensar que tanto a China quanto o Japão, a partir de meados dos oitocentos, foram expostos a conjunturas históricas semelhantes no que diz respeito à imposição, por potências estrangeiras, de sistemas de tratados desiguais. Tais tratados abriram ambos os países ao comércio internacional e redefiniram suas relações com o Ocidente. Diante disso, as nações sofreriam impactos de cunho social, cultural, político e econômico, esboçando diferentes reações.

No Japão, um movimento modernizante conduzido pelo Estado Imperial transformaria a nação, no espaço de algumas décadas, em potência militar e imperialista, nos moldes ocidentais – isso não quer dizer, contudo, que valores, tradições e características culturais próprios tenham se perdido por completo, ou sido simplesmente renegados pelos japoneses. Antes, elementos modernos e tradicionais recombinaíram-se de formas complexas, no âmbito de um decisivo período de reformas.

A China passaria a sofrer não apenas com as investidas do imperialismo ocidental, mas também, a partir de finais do século XIX, com as atividades imperialistas da nova potência asiática. A corte

Qing não se mostrou apta a promover uma reestruturação nacional capaz de impor limites às atividades e pressões estrangeiras no país. Em 1911, o regime dinástico, crescentemente desacreditado, seria derrubado por uma revolução – a revolução republicana.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Com base no conteúdo estudado a respeito das histórias japonesa e chinesa, elabore sínteses de acordo com as instruções abaixo.

a) Discorra a respeito das Reformas Meiji, no que concerne ao impacto que produziram não apenas no Japão, mas na própria China, marcando uma nova etapa nas relações entre os dois países;

b) Compare, em linhas gerais, as diferentes reações elaboradas pelos impérios chinês e japonês diante do imperialismo ocidental.

Resposta Comentada

a) As reformas Meiji, empreendidas a partir do Estado, cumpriram rápida e eficientemente objetivos referentes ao fortalecimento industrial, militar e naval do Japão. Em pouco tempo (cerca de 25 anos após o início das reformas, em 1868), o país conseguiria não apenas livrar-se do sistema de tratados desiguais ao qual fora submetido, mas afirmar-se como potência industrial e militar. Ainda na Era Meiji, o Japão passou a desenvolver pretensões, e partiu para ações de natureza imperialista. Um forte marco do exercício e da afirmação desse imperialismo – o único encabeçado por um país asiático no período em questão – foi a guerra sino-japonesa. Ao confronto seguiu-se a derrota da China e a imposição do tratado de Shimonoseki, nos moldes dos tratados desiguais impostos pelo Ocidente à China e ao próprio Japão há apenas algumas décadas. O país garantiu privilégios semelhantes aos já obtidos (ou extorquidos) por nações não asiáticas, como a extraterritorialidade e a abertura de portos, passando da condição de submetido à de impositor de tratados desiguais. No que se refere à China, a nação sentiria o impacto dos acontecimentos, num contexto já bastante marcado por agressões e imposições externas. A China percebia-se tradicionalmente como centro civilizatório, tendendo a enxergar o Japão como uma espécie de apêndice cultural do grande “Império do Meio”. Sofrer derrota acachapante frente aos japoneses, que haviam se fortalecido ao desenvolver conhecimentos ocidentais (vindo dos “bárbaros” ou “demônios brancos”), representou um fator de desprestígio e alerta.

b) Aqui você deve apontar, de acordo com o texto, o fato de que, no Japão, as reformas modernizantes empreendidas pelo Estado imperial seriam bem-sucedidas em atender seus propósitos: fortalecer a nação e desembaraçá-la do jugo estrangeiro, encarnado em um sistema de tratados desiguais, ao qual a China também fora submetida. No que diz respeito ao Estado Qing, por sua vez, correntes modernizantes propuseram, de acordo com o que fora feito no Japão, empreender reformas a partir do poder dinástico. Isso não significaria renegar a cultura chinesa, ou rejeitar seus valores, mas aprender com os “bárbaros” sua ciência, suas técnicas mais eficazes de guerra e navegação. No entanto, conforme demonstra a interrupção prematura da chamada “Reforma dos Cem Dias”, o Estado imperial chinês não se firmaria como força de apoio firme ou consistente às forças reformadoras.

RESUMO

Nesta aula você entrou em contato com os processos históricos a partir dos quais a China e o Japão se viram diante da expansão das potências modernas. Tais processos implicaram desafios, choques e reformulações específicas a cada país. A respeito do Japão, nós buscamos apontar, ao longo da aula, as origens e alguns desdobramentos de um amplo contexto de reformulação militar, política e econômica: a Era Meiji. Sob tal era, foi desencadeado um processo de modernização que obteve sucesso em desembaraçar o país do sistema de tratados desiguais, além de transformá-lo em uma emergente potência asiática. No que concerne à China imperial, no entanto, um movimento comparativamente bem-sucedido de modernização não se concretizaria, enquanto o país ficava crescentemente exposto aos interesses de potências estrangeiras.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, estudaremos o levante popular dos Boxers, no norte da China, e sua repressão por tropas estrangeiras. Discutiremos ainda a respeito da Revolução Republicana Chinesa (1911) e suas repercussões. Entre elas, o surgimento do Partido Nacionalista, o Guomintang. Além do Guomintang, formou-se, também na China do século XX, conforme veremos, um partido revolucionário comunista, que vinculou propostas próprias, estabeleceu alianças e rupturas com os nacionalistas e cujos membros protagonizariam o famoso episódio da Longa Marcha.

Aula 8

A China diante de novas propostas, desafios e insurgências: do Levante dos Boxers à Longa Marcha

Ana Carolina Huguenin Pereira

Meta da aula

Apresentar o contexto histórico chinês das primeiras décadas do século XX, analisando episódios, como: o Levante dos Boxers, a Revolução Republicana, o Quatro de Maio, a formação do Guomintang e do Partido Comunista Chinês.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. analisar o contexto histórico chinês do início do século XX, marcado por levantes, por agitações sociais, pela penetração de influências ideológicas democráticas e esquerdistas e pela Revolução Republicana;
2. relacionar tal contexto histórico à atuação das potências imperialistas no país;
3. identificar as origens de novas alternativas políticas, a partir da formação de novos partidos – o Guomintang e o Partido Comunista Chinês–, e a relação de aproximação e conflito entre ambos.

INTRODUÇÃO

Nesta aula, nós analisaremos um período histórico relativamente curto, porém muito intenso, da história chinesa. O período corresponde a mais ou menos 35 anos, situando-se entre 1898, quando do início da Rebelião Boxer, até 1935, quando do fim de um episódio que se transformou numa das sagas mais famosas do comunismo chinês – a Longa Marcha. Num espaço de tempo inferior a quatro décadas, a China passaria por grandes reviravoltas. Entre elas, a revolução republicana, que viria romper com uma tradição milenar de história dinástica; a formação de dois partidos que marcariam, de forma absolutamente decisiva, os rumos políticos do país – o Partido Nacionalista (Guomindang, ou GMD) e o Partido Comunista Chinês (PCC); e uma aliança provisória entre os mesmos, bruscamente rompida e seguida por duro enfrentamento.

O surgimento de diferentes alternativas, debates e disputas (de caráter ideológico, cultural, econômico e político) foram intensos; a ação das potências estrangeiras em território nacional, por sua vez, prosseguia, representando desafios persistentes aos quais os chineses buscariam responder, elaborando vias próprias.

A Rebelião Boxer (1898-1901)

Antes da derrubada da dinastia Qing pela via revolucionária e republicana, houve uma grande explosão de revolta popular em relação à submissão da China diante dos assim chamados “demônios brancos”. O movimento teve início em Shandong – região, conforme estudamos na Aula 7, que passara, a partir de finais da década de 1890, a ser explorada pelos alemães como “esfera de influência”.

Shandong enfrentaria, além da presença estrangeira (lembremos que tal presença incluía aspectos econômicos e também culturais, envolvendo não apenas homens de negócio, mas missionários), um período de rigores climáticos, de secas e inundações, prejudiciais

à subsistência de muitos aldeões humildes. Os descontentamentos e frustrações daí advindos afloraram em distúrbios que incluíram, em geral, camponeses jovens, desconfiados e ressentidos diante da presença estrangeira em geral e da ação missionária em particular. Neste contexto, missionários cristãos e chineses, convertidos à nova religião, foram perseguidos pelos revoltosos; entre os perseguidos, houve vítimas fatais de atos de violência.

Podemos considerar que o levante representou, em muitos sentidos, uma reação contra a penetração estrangeira no país. Esta "invasão" ou expansão ocidental sobre território chinês incluía, além de aspectos materiais e econômicos, aspectos *culturais* ou, se quisermos, "espirituais". Isto é: rituais e valores estranhos àqueles ligados ao confucionismo e ao budismo (este último figurando enquanto religião milenar, adotada por grande parte dos chineses) estavam sendo pregados entre o povo, por missionários cujas atividades relacionavam-se à recente abertura forçada da China. Tal situação ocorria e sustentava-se, como você sabe, graças à conjuntura de submissão e ao estado semicolonial ao qual o país fora reduzido por imposição da força, consolidada no sistema de tratados desiguais. A partir dos tratados e à medida que a influência e a dominação ocidentais expandiam-se pelo Império, igrejas, escolas, hospitais e orfanatos cristãos foram sendo construídos. Ora, como vimos estudando, é difícil imaginar que missionários cristãos gozariam de autorização para movimentar-se sem maiores restrições, pregar, construir templos, escolas e orfanatos pela China, não fosse o sistema de tratados e os privilégios deles advindos.

O levante iniciado em Shandong logo se espalhou pelo norte do Império, espelhando um descontentamento e uma desconfiança bastante amplos em relação à presença dos "bárbaros ocidentais". Seu lema era "fortalecer os Qing, destruir os estrangeiros". Podemos considerar, assim, que se tratava de uma demanda pelo fortalecimento do poder nacional, tradicionalmente instituído (dinástico) e de uma repulsa à intervenção externa.

Grupos de jovens rebelados, a maior parte dos quais camponeses, oravam e praticavam golpes de arte marcial – supostamente possuídos por espíritos, exercitavam o que era percebido como uma espécie de “pugilismo” sagrado e daí a denominação “boxers”. Como alvo de seus ataques, não apenas missionários estrangeiros e convertidos chineses, mas até mesmo certos símbolos que remetiam à presença e à influência externas – desta forma, trilhos de estradas de ferro foram destruídos, estações foram incendiadas, linhas de telégrafo cortadas.

O movimento, apesar de não contar com liderança ou coordenação muito específicas, avolumou-se e tornou-se explosivo a ponto de, em 1900, promover um grande cerco ao corpo diplomático estrangeiro, instalado em Pequim. Durante o episódio, não apenas autoridades diplomáticas, mas suas famílias e outros civis (mais de 400) viram-se cercados, sendo resgatados apenas através de uma expedição militar internacional (composta por soldados japoneses, americanos, franceses, ingleses e russos).

O lema boxer “fortalecer os Qing, destruir os estrangeiros” expressava a exasperação popular diante de imposições estrangeiras à China, assim como a reivindicação pelo fortalecimento do governo ou do poder tradicional instituído, nacional. A própria imperatriz (Cixi) chegaria a elogiar o movimento, declarando, conforme cita Jonathan Spence:

Os estrangeiros foram agressivos conosco, infringiram nossa integridade territorial e pisotearam nosso povo [...]. Eles oprimem nosso povo e blasfemam contra nossos deuses. A gente comum sofre nas mãos deles e deseja vingança. Sendo assim, os bravos seguidores dos boxers vêm queimando igrejas e matando cristãos.

Se o levante foi marcado por episódios de violência, a repressão e as retaliações estrangeiras em relação ao mesmo seriam, também, bastante duras. Do ponto de vista dos chineses, eles estavam reagindo a um ultraje inadmissível contra o “Império do Meio” e sua civilização, vista enquanto superior; do ponto de

vista estrangeiro, por sua vez, a rebelião era inadmissível, tratando-se o movimento, basicamente, da reunião violenta de um grupo de populares “atrasados” ou “ignorantes”, decididos a atacar forasteiros inocentes e “civilizados”.

O preço cobrado pelas potências tomaria forma através de um conjunto de imposições, conhecido como “Protocolo dos Boxers” – um tratado de paz assinado em 1901, após a força expedicionária internacional ter sido enviada à Pequim, ocasionando a fuga de Cixi. A imperatriz só voltaria à Cidade Proibida no ano seguinte.

Através do documento, os Qing assumiram, entre outros compromissos, o dever de erguer monumentos em homenagens às vítimas ocidentais (por volta de 200 mortos), o pagamento de uma pesada indenização, a execução de lideranças boxers mais destacadas, além da permissão para que guardas estrangeiros permanecessem na própria capital do Império, com o fim de proteger as embaixadas estrangeiras.

Se você rememorar a Aula 6, verá que por volta de 60 anos antes da Rebelião Boxer, a possibilidade de instalação de representantes estrangeiros na capital Qing era insistentemente recusada pelas autoridades como algo absurdo – como poderiam e por que deveriam, representantes “bárbaros” instalarem-se na capital do “Império Celestial”? No início do século XX, entretanto, tais representantes estariam não apenas instalados, mas armados, isto é, protegidos pelos próprios guardas, pelas próprias forças. Como você pode perceber, a situação de desprestígio e dependência da China afirmava-se de forma contínua e muito acelerada. Os Qing não seriam capazes de reformar o Império e fazer frente aos novos desafios da modernidade – como os japoneses o conseguiram, através do Estado imperial na Era Meiji. A rebelião popular dos boxers, em seu enfrentamento direto e xenófobo com os “demônios brancos”, também fracassaria.

Com o levante popular debelado e o trono sofrendo mais uma afronta por parte das potências (o “Protocolo dos Boxers” veio consolidar, ainda uma vez, a demonstração do poderio estrangeiro e suas imposições sobre a China imperial), seria ainda no começo

do século XX que um movimento novo viria abalar as estruturas políticas do país. Tratava-se de um movimento revolucionário de caráter republicano.



Figura 8.1: Rebelados boxers.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:BoxersDrawingByKoekkoek1900.jpg>

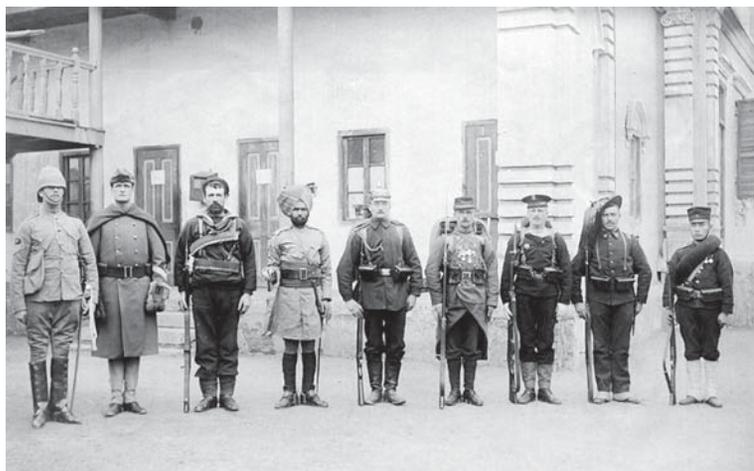


Figura 8.2: Tropas internacionais no contexto da repressão à Rebelião Boxer, em 1900. Soldados da Inglaterra, da Índia britânica, da Alemanha, da França e do Japão.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Troops_of_the_Eight_nations_alliance_1900.jpg



Atende aos Objetivos 1 e 2

1.

Desde o reino de Xianfeng [Imperador da China entre 1851 e 1861], a Igreja Católica e os ocidentais tramaram juntos para deixar a China furiosa. Eles dilapidaram as riquezas de nosso país, demoliram nossos templos, quebraram as imagens de Buda, usurparam as terras onde o povo conservava suas tumbas; milhões de pessoas odeiam-no. A cada ano os cultivos do povo sofreram flagelos: insetos ou secas. Também o país estava perturbado, o povo inquieto e a cólera chegou até o Céu.

Hoje em dia, pela Graça do Grande Senhor dos Céus, os deuses desceram até nossos altares e transmitiram instruções divinas a nossos filhos e irmãos: “Apoio aos Qing, morte aos estrangeiros.” [...]. E nós nos devotamos à pátria, nós consolidamos nossa comunidade; ajudando o povo personificado pelos camponeses, nós protegeremos nossas aldeias. [...]

Irritado de ver uma religião estrangeira e a bruxaria desviar os homens, o Céu envia santos sobre a terra para ensinar a nossos filhos e irmãos a se tornarem *Yihetuan*. *Yi* significa justiça e *he* concórdia. Com a justiça e a concórdia, a paz e a harmonia reinarão nas aldeias. A virtude é nosso princípio, a agricultura nosso ofício; nós obedecemos ao budismo.

(Proclamação de um grupo boxer em uma vila próxima a Pequim, em 1900. In: CHESNEAUX, J. *La Chine 2: L'illusoire modernité (1885-1921)*. Paris: Haitier Université, 1972, p. 90 e 91.)

[...] [os boxers] tinham em torno dos rins um cinturão vermelho, seus turbantes eram forrados de vermelho; havia também os que portavam um cinturão amarelo e turbante amarelo.

[...] Após saudar as divindades e colocarem-se respeitosamente dos dois lados do altar, os jovens meninos ganhavam um aspecto doentio, o rosto vermelho, o olhar fixo, espuma branca saía de suas bocas, eles se punham a gritar e a rir e aplicavam-se

golpes com os punhos e os pés; mesmo aqueles de sete ou oito anos saltavam a uma altura de muitos pés. Eles avançavam e recuavam, levantavam-se e deitavam-se como se fossem dirigidos por um só homem. Os velhos da região perguntavam-me se havia algo parecido no Sul. Eu os perguntei: “Por que sorte de gente o boxe é ensinado?” Eles responderam: “Não há mestre de boxe, só há deuses que se fixam nos corpos dos meninos e então estes são capazes de se exercitar. Nós chamamos isso de boxe divino. Depois de dezoito dias de exercício, eles alcançam a perfeição.”

Uma descrição dos boxers: carta de um sub prefeito chinês em viagem (1900). (In: CHESNEAUX, J. Id., *ibid.*)

Após a leitura dos documentos citados, analise o contexto histórico em que se situa a rebelião Boxer, relacionando o movimento à ação das potências imperialistas em território chinês.

Resposta Comentada

De acordo com o que foi apresentado ao longo do texto, a resposta deve apontar características e motivações implicadas no levante popular dos boxers. Tal levante deve ser compreendido dentro de um contexto histórico que abrange a ação das potências internacionais sobre a China, reduzida, à época, a um estado semicolonial. Com a imposição do sistema de tratados desiguais, privilégios comerciais e diplomáticos foram “extorquidos” do Império, e isto abriu caminho para a presença atuante não apenas dos homens de negócio – banqueiros, industriais, comerciantes – mas para a pregação de missionários cristãos. A abertura forçada do território chinês garantiu aos missionários a extraterritorialidade, a possibilidade de circular, pregar, converter e mesmo de instalar templos, escolas e orfanatos cristãos no país, marcado pela tradição budista. Princípios culturais estranhos à tradição chinesa passaram assim a ser disseminados entre o povo, que manifestou indignação e mal-estar através do levante. Tal mal-estar não diz respeito somente a questões espirituais (embora os boxers defendessem o budismo e manifestassem

um forte misticismo e uma religiosidade de caráter popular, conforme os documentos citados demonstram), mas a questões mais amplas de natureza política, nacional e cultural. Assim, o movimento, que tivera origem em Shandong, região convertida em “esfera de influência” alemã, não se limitou a esta região, ou a questões puramente religiosas. A China encontrava-se em um período crítico, de considerável instabilidade e relativa impotência diante da expansão ocidental; os Qing haviam perdido parte do controle sobre o próprio território e sobre a política externa. Os boxers defendiam a reestruturação ou o refortalecimento do poder nacional contra a influência internacional crescente, apoiando, assim, a dinastia instaurada, o poder nacional tradicionalmente instituído (dinástico) e demonstrando ampla repulsa à dominação estrangeira.

Sun Yat Sen e a Revolução Republicana

Entre os reformadores chineses de finais do século XIX e inícios do século XX, isto é, entre aqueles que se dedicavam a pensar e propor novos caminhos para enfrentar os desafios contemporâneos diante dos quais a China encontrava-se (como, por exemplo, Kang Youwei, que se engajara na Reforma dos Cem Dias, estudada na Aula 7) – surgiria uma figura mais radical, revolucionária e disposta a abolir as estruturas da dinastia Qing. Tratava-se de Sun Yat Sen, a quem Jonathan Spence descreve como “um híbrido cultural profundamente alarmado com o destino da China”.

Sun provinha de família rural e humilde, da região de Cantão. Como muitos chineses mais pobres no século XIX, ele mesmo e alguns de seus parentes, migraram para as Américas. No Havaí, estudou em colégios missionários, entrando em contato não apenas com ideais cristãos, mas com ideais políticos modernos e ocidentais, isto é, com princípios alternativos, no que diz respeito à organização política e social, àqueles tradicionalmente vigentes em seu país de origem. Em Hong Kong, ilha cedida à Inglaterra desde o tratado de Nanquim, Sun continuaria seu percurso enquanto estudante de medicina – não estritamente da medicina tradicional chinesa, mas da vertente

médica em maior conformidade com sua formação educacional ocidentalizada. Aí, na própria formação intelectual de Sun, entre outros aspectos, você pode detectar o “hibridismo cultural” ao qual J. Spence refere-se ao discutir a respeito desta figura histórica.

Temos diante de nós um chinês preocupado com os rumos de seu país, país que atravessava, conforme vimos, um momento de graves crises, ameaças e crescente subordinação diante das potências; alguém que se comprometeria e dedicar-se-ia, sem medir esforços, a uma empreitada nacionalista. Nesta empreitada, porém, o líder revolucionário chinês valer-se-ia de uma quantidade importante de referências externas, oriundas das mesmas potências ocidentais perante as quais desejava ver sua nação mais independente e fortalecida.

No final do século XIX, à época em que a China engajou-se na guerra contra o Japão, sofrendo desconcertante derrota (ver Aula 7), Sun estruturou uma sociedade secreta de nome “Reviver a China”. Este “reviver” incluiria princípios referentes ao republicanismo e à democracia, e uma oposição revolucionária à dinastia manchú. Em sua gama de influências ideológicas ocidentais, Sun também guardava simpatia por noções socialistas, embora não propusesse uma revolução desta natureza. Suas convicções giravam em torno da noção de que os desafios da modernidade pediam respostas renovadas, as quais a milenar tradição dinástica chinesa não teria condições satisfatórias de encaminhar política e socialmente. Notemos não estarmos tratando de um *reformador* dos poderes ou do Estado imperiais, decidido, como Kang Youwei, a modernizá-los; antes, estamos diante de um *revolucionário* decidido a aboli-los.

Por suas concepções, o inimigo dos manchus, que propunha a derrubada da dinastia Qing e do sistema dinástico, teve que se manter durante anos no exílio – em regiões como Hong Kong e Japão. Mas, mesmo distante do país, ele trabalharia incansavelmente pelo que acreditava ser os interesses do mesmo.

Em 1905, Sun afirmara-se, entre os muitos descontentes diante dos rumos da política chinesa, enquanto liderança, e neste contexto fundara a Liga Revolucionária (Tang Menghui), a partir do exílio, em Tóquio.

Por seu turno, o trono realizara, desde o início do século XX, esforços no sentido de reorganizar e modernizar as forças armadas. No seio do assim chamado Exército Novo, equipamentos, uniformes e treinamento diferenciados, mais próximos aos padrões ocidentais (e japoneses), foram adotados. Certos integrantes do Exército Novo, modernizado, eram, como Sun e outros chineses à época, nacionalistas alarmados com os rumos do país e guardavam dúvidas em relação à capacidade dos Qing no que dizia respeito a proteger a nação das investidas ocidentais e japonesas. Neste período, desdobrava-se um debate acalorado a respeito dos direitos de exploração de redes ferroviárias, exploração que as potências procuravam, em nome dos próprios interesses, garantir para si a contragosto, como você pode antecipar, dos nacionalistas chineses, dentre os quais havia membros do novo exército, que demandavam a nacionalização do sistema.

Num clima amplo de instabilidade e descontentamento, a Liga Revolucionária (Tang Menghui) passou a infiltrar membros no Exército Novo, instigando e apoiando uma série de levantes armados. Entre eles, destaca-se o motim de grandes proporções, ocorrido na cidade de Wuchang, em 10 de outubro de 1911. Ao episódio, segue-se o colapso da dinastia Qing.



Figura 8.3: Soldados durante o motim de Wuchang.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Sun_Yat-sen

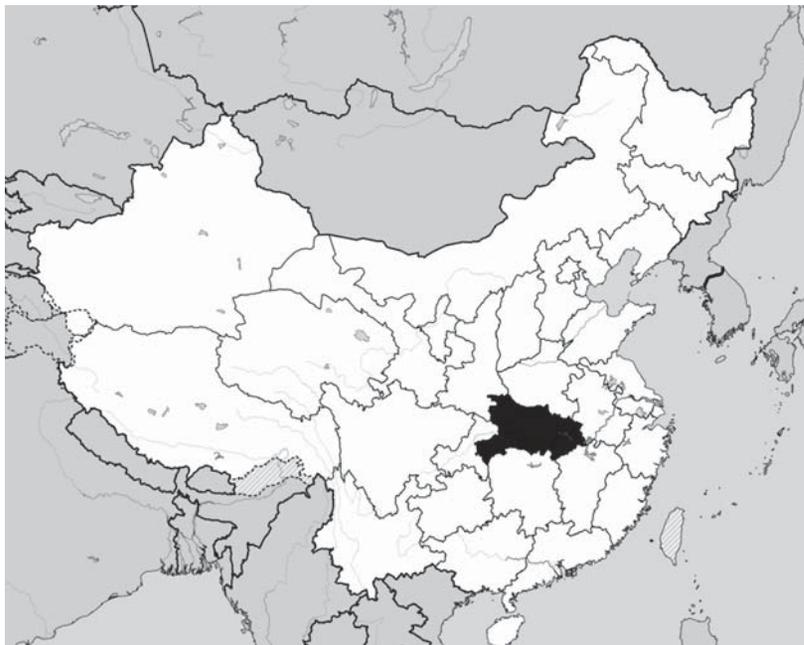


Figura 8.4: Província de Hubei, onde se localiza Wuchang.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Hubei>

Em 1º de janeiro de 1912, em Nanquim, os revolucionários instituíram a República Chinesa. Sun Yat Sen tornou-se presidente provisório, renunciando meses depois, a favor de um líder militar, oriundo das fileiras de comando do Exército Novo e que dispunha de algo que a Liga Revolucionária e o próprio Sun careciam: poder armado unificado, forte o bastante para estabelecer um governo. Tratava-se de Yuan Shikai.

A Liga Revolucionária, por sua vez, seria transformada em um partido: o Partido Nacional do Povo, o Guomindang (GMD).

Assim, aproximadamente dois milênios de tradição imperial sofreram o impacto da ruptura revolucionária, da descontinuidade histórica. Um novo sistema de governo, republicano, fora então proposto, o qual pressupunha novas formas institucionais, novas formas de organização e novos parâmetros ideológicos. Se o Estado imperial baseava-se em parâmetros confucianos, arraigados na cultura e na história nacionais, com o advento da República, propostas ideológicas alternativas, oriundas, em larga medida, da

influência cultural estrangeira, foram encaminhadas – republicanismo, representatividade política, democracia e presidencialismo. Até o calendário chinês, a própria forma como se contava o tempo, mudou: o calendário lunar cederia espaço ao calendário adotado no Ocidente.



O último imperador

O último imperador manchú e também o último imperador da China (ou o último “mandatário do Céu”) era então, à época da revolução republicana, uma criança. Puyi subiu ao trono aos três anos de idade, em 1908, após a morte de Cixi. Assim, em sua primeira década de vida, Puyi ascendeu à posição de imperador e foi obrigado a abdicar dela, mantendo, a princípio, o direito de permanecer na Cidade Proibida, embora não exercendo poder político.

Como você pode antever, o desafio seria imenso. É extremamente difícil, para qualquer sociedade, para qualquer estrutura ou cultura políticas, reformular-se radicalmente em um espaço curto de tempo. A tradição é passível de sofrer rupturas, evidentemente, mas não pode desaparecer como por encanto. O peso de uma cultura e de uma organização milenares continuaria atuando sobre a sociedade chinesa de diversas formas e a readaptação a novos padrões, a instauração de novas instituições republicanas e democráticas seriam problemáticas em muitos níveis.



Atende aos Objetivos 1 e 2

2.

Internamente somos escravos dos manchus e sofremos com a tirania deles, externamente estamos sendo atormentados pelas Potências e estamos duplamente escravizados. A razão por que a nossa sagrada raça Han [...] deveria apoiar a *independência revolucionária* procede precisamente da questão de se nossa raça vai fracassar e ser exterminada. Vocês possuem governo, dirijam-no vocês mesmos; [...] têm leis, mantenham-nas vocês mesmos; [...] possuem forças armadas, comandem-nas vocês mesmos; [...] recursos inexauríveis, explorem-nos vocês mesmos. Vocês estão qualificados de todas as maneiras para a independência revolucionária.

(Citado em: SPENCE, Jonathan. *Em busca da China moderna*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 240, grifos meus.)

O trecho destacado é parte de um panfleto, bastante divulgado à época, chamado *O exército revolucionário* (1903), de Zou Rong. O conteúdo anti-Qing da publicação e a conclamação à revolução nacional conquistaram a simpatia de Sun Yat Sen, que distribuiu vários exemplares entre seus seguidores.

A respeito das agitações revolucionárias na China de inícios do século XX, especialmente no que concerne à revolução republicana:

a) Descreva o contexto geral em que se situa.

b) Compare, em linhas gerais, as características (em seus traços semelhantes e diferenciados) que marcaram o levante dos boxers e a revolução republicana.

Resposta Comentada

a) Trata-se de um contexto marcado pela penetração estrangeira e pelo despertar da preocupação em fortalecer a nação chinesa. Em relação à revolução republicana mais especificamente, Sun Yat Sen e seus partidários acreditavam que o sistema dinástico deveria ser derrubado em prol de um novo regime político, que incluísse princípios democráticos, republicanos, e representativos. É perceptível, no movimento, a influência de ideias e parâmetros políticos em voga no Ocidente. Tratava-se, assim, de adotar parâmetros modernos ocidentais, que diferiam de tradições milenares (dinásticas e confucianas) chinesas, como forma de fortalecer e promover mudanças no país, e torná-lo mais apto a enfrentar os desafios da contemporaneidade. Não se tratava, desta forma, de uma negação ou do desapego em relação à nação (não é isto que a incorporação de parâmetros políticos ocidentais significava), mas do desejo de vê-la fortalecida e mais independente, e, para tanto, transformada em suas próprias instituições.

b) Ambos os movimentos contextualizam-se em um período de instabilidade e crise, no qual a China vira-se reduzida a um estado semicolonial. Ambos são respostas exasperadas a tal situação e demonstram interesses em propor, cada qual à sua maneira, maior independência e afirmação nacionais. O movimento boxer tem fortes raízes populares e místicas (embora, como vimos, não se resume a elas), reivindicando tradições religiosas e dinásticas chinesas, sob o lema “apoiar os Qing, expulsar os estrangeiros”. A rejeição às influências estrangeiras era imensa, concentrando-se de forma mais direta e explícita sobre a expansão e a influência da religião cristã. Por sua vez, o movimento republicano incorporou influências ideológicas estrangeiras – o republicanismo, as instituições democráticas e representativas, estranhas às tradições políticas e ideológicas imperiais da China – entre seus objetivos estavam a derrubada da dinastia Qing e do sistema dinástico de maneira geral, e sua substituição por uma espécie de regime, adotado em certos países do Ocidente, mas nunca, até então, na China.

Resvalando no caos: “senhores guerreiros” e descentralização do poder político

O governo de Yuan Shikai, novo presidente da China, logo assumiria características autoritárias, que o transformariam em uma espécie de ditadura militar. Neste contexto, o Guomindang foi atirado na ilegalidade (sua dissolução foi decretada em 1913) e Sun Yat Sen viu-se obrigado a partir novamente para o exílio.

Sob alegação de que a China precisaria da reestruturação de uma autoridade central forte, acima dos poderes presidenciais, Yuan Shikai procurou, sem sucesso, estabelecer-se enquanto imperador, mas veio a enfrentar a resistência de lideranças locais e a falecer pouco tempo depois. Como você pode ver, a experiência republicana não se estava caracterizando propriamente pelo sucesso, algo que fica nítido na própria tentativa de Yuan de assumir poderes imperiais, supostamente superados pelas propostas revolucionárias republicanas. Após o falecimento de Yuan, em 1916, haveria ainda um golpe fracassado no sentido de restabelecer o poder dinástico, esbarrando na resistência de autoridades provinciais e guerreiras.



Figura 8.5: Yuan Shikai.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Yuan_Shikai

Em 1917, o Parlamento de Pequim, cujo funcionamento era, no mínimo, problemático e descaracterizado em seus objetivos democráticos, foi dissolvido. Neste contexto, Sun Yat Sen, que se exilara no Japão, voltou à China. Em Cantão, sob o título de “grão-marechal”, Sun estabeleceria um efêmero governo, refugiando-se em Xangai, quando de sua queda.

Em linhas gerais, podemos afirmar que se esboçara um contexto no qual a experiência republicana, em suas propostas de reformas políticas democratizantes, falhara. Tal quadro caracterizou-se pela fragmentação do poder central, que passou a ser disputado, sucessiva e incansavelmente, por autoridades locais armadas ou militaristas regionais – os assim chamados “senhores guerreiros”. O que temos, então, é um período caótico, em que a China parecia mais perto que nunca de uma perigosa desintegração – de um lado, o domínio multipolar, violento e fragmentado de diversos “senhores guerreiros”, os quais se enfrentavam, sem que nenhum conseguisse estabelecer seu poder de maneira duradoura e estável, sobrepondo-se aos demais e ocupando o vácuo de poder recentemente formado; de outro lado, as potências estrangeiras, que continuavam exercendo sua influência sobre o país. Entre elas, sem dúvida, o Japão se destacaria no que diz respeito a expandir, de maneira crescente, suas ambições e seu domínio.

Foi ao lado do Japão, da França e da Inglaterra que a China juntou-se ao esforço de guerra (I Guerra Mundial), ainda sob a presidência de Yuan Shikai. Havia a esperança de que, com a derrota dos alemães, a região de Shandong ficaria livre da condição de “esfera de influência” – esperança cuja concretização esbarraria nas ambições imperialistas japonesas. Ao longo da guerra, chineses foram enviados para realizar duros trabalhos braçais em trincheiras e portos, mas, quando veio a paz, o Japão exigiu direitos especiais, anteriormente detido pelos alemães, sobre Shandong. Na China, como você pode antecipar, foram suscitados sentimentos de revolta, além de receio em relação à expansão japonesa em território nacional.

O Quatro de Maio e a formação do Partido Comunista Chinês

A insatisfação chinesa, o receio de que a nação viesse a tornar-se um fítere japonês, eclodiria em manifestações estudantis, iniciadas em Pequim. Em maio de 1919, milhares reuniram-se na Praça da Paz Celestial em protesto contra as ambições japonesas. O movimento, conhecido como “Quatro de maio” representou, segundo J. Spence, uma forte expressão de nacionalismo e de autoanálise cultural por parte dos chineses.

Variados setores da população juntaram-se aos estudantes, havendo greves e manifestações de rua – as agitações não ficaram restritas à Pequim, mas repercutiram em outras importantes cidades, a exemplo de Tianjin e Xangai, como alvos de contestação, a situação internacional e interna do país. Foram levantadas diferentes propostas, alternativas, para a reformulação do presente em nome de um futuro renovado, de fortalecimento e de afirmação nacionais. Na onda de protesto, houve apresentação de diversas críticas políticas e culturais à situação vigente – propostas de caráter feminista, democrático e anticonfuciano fizeram-se presentes num movimento heterogêneo que apontava, de maneira geral, para a necessidade de reformas em diferentes frentes.

Entre os jovens ativistas de então, podemos destacar Zhou Enlai, que mais tarde se estabeleceria como quadro fundamental do Partido Comunista Chinês (PCC). Entre os intelectuais, envolvidos no “Quatro de Maio”, alguns desenvolveriam perspectivas revolucionárias de esquerda, aproximando-se do socialismo. Um dos primeiros chineses a adotar teorias marxistas, Li Dazhao, que era próximo de Mao Zedong, participara ativamente do movimento, como editor da publicação *Nova Juventude*. Li tornar-se-ia, pouco tempo mais tarde, em 1921, um dos fundadores do PCC.

Devemos lembrar que, ainda no contexto da I Grande Guerra, eclodira a Revolução Bolchevique, em outubro-novembro de 1917. O impacto de tal evento histórico, como você sabe, seria grande e

duradouro – não apenas na China, mas ao redor do mundo muitos ativistas políticos passariam a cultivar admiração e acompanhar com interesse o que se passava na Rússia Bolchevique.

Sun Yat Sen guardava simpatia por ideais socialistas e saudara a revolução, quando esta eclodira. Isto não significa, no entanto, que o Guomintang fosse ou viesse a tornar-se, de forma alguma, um partido de caráter marxista.

Mao Zedong contava 23 anos, quando, em 1917, acontecera a Revolução Bolchevique. O jovem, oriundo da província de Hunan, nasceu em meio a um período crítico da história chinesa – em fins do século XIX, ou mais especificamente, em 1893. Por volta dos 20 anos, o jovem afastou-se da família de origens camponesas, que, segundo costumes tradicionais, o constrangera, ainda na adolescência (aos 14 anos) a contrair casamento arranjado, à revelia da decisão ou da vontade dos noivos. Desenvolvendo perspectivas críticas em relação a certos aspectos culturais cultivados e aos rumos seguidos pela China, o jovem aproximou-se de influências políticas de origens estrangeiras – marcadamente, como sabemos, do socialismo. Um dos primeiros filiados ao PCC foi um dos 13 chineses a participar do Primeiro Congresso do Partido, realizado em Xangai; mas, naquele ano de 1921, o revolucionário ainda teria um longo caminho a percorrer até destacar-se como uma das principais lideranças partidárias.

Segundo Wladimir Pomar, com a fundação do PCC, os membros

proclamaram a adesão do Partido à III Internacional Comunista, mostraram-se abertos a uma aliança com o Guomintang e adotaram como modelo a linha geral da Revolução Russa, isto é, revolução operária e aliança operário-camponesa, fundindo a revolução social e a libertação nacional.

O que significaria e como podemos entender tal aliança entre o Partido Comunista recém-formado e o Guomintang?

A frente unida entre PCC e Guomindang

No âmbito da Terceira Internacional, conhecida como Comintern e organizada por V. Lênin em 1919, foi adotada a perspectiva de apoiar países e povos em luta contra o domínio imperialista. Ao longo dos anos 1920, o Comintern esboçou diretrizes, mantidas durante o período stalinista, que previam, para os países agrários sob pressões estrangeiras, como a China, a realização da revolução em etapas: primeiro, a revolução nacional, de caráter assim chamado “democrático burguês.” Nessa etapa, os comunistas deveriam aliar-se à burguesia, para afirmar a independência nacional, isto é, em prol de uma revolução de caráter mais especificamente nacional, visando à independência do país frente à dominação estrangeira. Apenas em uma segunda etapa, a revolução de caráter socialista propriamente dita deveria acontecer.

Conforme mencionamos, o PCC foi fundado em 1921 e para isto contara com o apoio do Comintern. Assim, o novo partido seguiu de perto, em seus primeiros anos de existência, as linhas estabelecidas pela Internacional. Ainda nos anos 1920, de acordo com orientações de estímulo à “etapa” revolucionária de afirmação nacional, frente ao poderio de potências capitalistas, Sun Yat Sen e o Guomindang contariam com o apoio soviético em sua luta pela autodeterminação da China, frente à dominação estrangeira, firmando com o PCC uma aliança estratégica. No âmbito da coalizão, os chamados “três princípios do povo”, elaborados por Sun Yat Sen, funcionariam como uma espécie de amálgama – ao menos numa primeira fase, durante a qual a aliança não se romperia. Os princípios consistiam em nacionalismo, democracia e bem-estar do povo.

Em 1923, Sun Yat Sen restabeleceu seu governo separatista em Cantão. Tal governo contaria com o apoio da União Soviética, não apenas interessada em promover a revolução mundial, mas visando proteger as próprias fronteiras – isto é: também seria interessante, para os russos, criar embaraços à expansão imperialista japonesa, através de um governo nacional chinês fortalecido e aliado, como forma de neutralizar o perigo representado por uma

potência asiática vizinha e hostil, fortemente anticomunista. Neste contexto, o Guomintang reestruturou-se, tendo Sun embarcado na aliança com os socialistas. Fora também nos quadros de tal aliança que, nas proximidades de Cantão, formou-se a academia militar de Whampoa, contando com apoio soviético, no que diz respeito ao treinamento militar, de alto padrão. A academia teria Chiang Kai Shek como primeiro comandante e terminaria por auxiliar, de forma determinante, o Guomintang no sentido de desenvolver seu Exército Nacional.

Entre os cadetes da academia, o futuro general comunista Lin Biao destacar-se-ia, anos depois, na liderança do PCC, e de forma especialmente acentuada ao longo da Revolução Cultural.

No entanto, de forma alguma, convicções ou simpatias comunistas eram unânimes entre os homens da academia e, tanto menos, do GMD – ao contrário, muitos cadetes, assim como o comandante Chiang Kai Chek, nutriam projetos para uma China fortalecida, sendo nacionalistas e anti-imperialistas, mas sem aderir ao, ou simpatizar com, o modelo soviético.

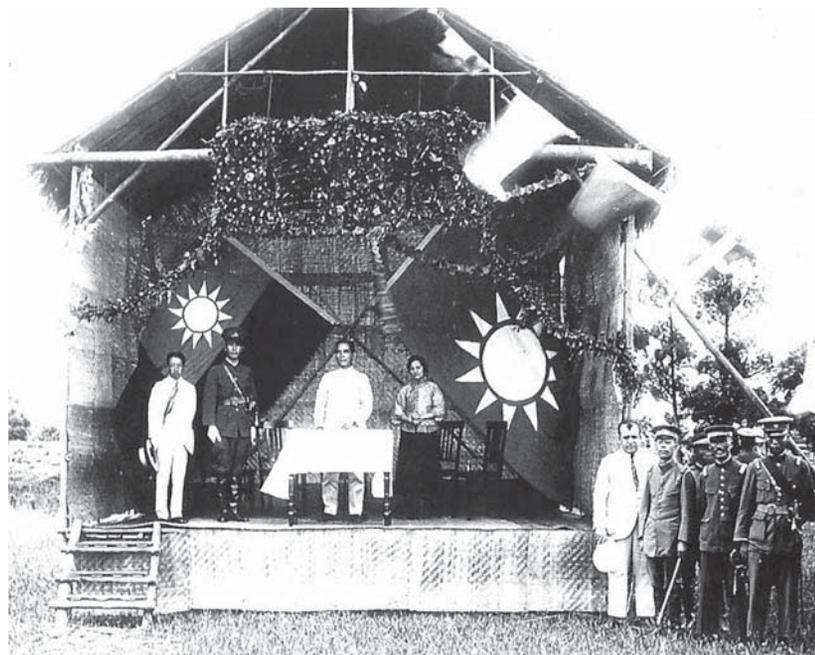


Figura 8.6: Fundação da Academia Militar de Whampoa, em 1924. No centro da foto, atrás da mesa, está Sun Yat Sen e à esquerda, uniformizado, Chiang Kai Chek.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Whampoa3.jpg>

Em 1925, na zona internacional de Xangai, a frustração e a revolta dos chineses, frente à situação de dependência diante dos estrangeiros, emergira ainda uma vez, em formas de protestos, os quais foram violentamente reprimidos pelos britânicos. A coalizção entre PCC e GMD persistia, e tanto comunistas quanto alas esquerdistas, ligadas ao GMD, dedicar-se-iam, nos próximos anos, a organizar movimentos operários na cidade, que representava um dos maiores e mais desenvolvidos centros urbanos, industriais e comerciais da China. Neste contexto, houve greves em Xangai e Cantão; em Hong Kong, ilha próxima a Cantão, cedida aos ingleses através do Tratado de Nanquim, o Guomintang e os socialistas também incentivaram movimentos grevistas e de boicote aos produtos ingleses.

Devemos observar que as grandes cidades a leste do país eram polos de desenvolvimento da economia moderna, de estrutura capitalista, e contavam, assim, com um operariado em expansão. Mas isto não quer dizer, como sabemos, que a realidade da maior parte da China, em sua esmagadora predominância marcada pela agricultura e pelo campesinato, coincidissem com o contexto urbanizado que já se desenvolvia em centros, como Xangai e Cantão. Como veremos, ao contrário do que previra Marx ou a ortodoxia marxista, no caso da China, a classe que protagonizaria a revolução não seria o operariado, mas o campesinato.

Foi também no ano de 1925 que Sun Yat Sen veio a falecer, sendo a liderança do Partido Nacionalista assumida por Chiang Kai Chek – este, conforme mencionamos, cultivava posturas certamente mais reticentes em relação às esquerdas e logo romperia a aliança com o PCC. Antes, porém, da ruptura, ainda no ano de 1926 e sob o comando de Chiang, a chamada “Expedição ao Norte” fora deslançada, a partir de Cantão – tratava-se de uma campanha militar contra o domínio dos “senhores de guerra”. Como objetivo, a reconfiguração de um centro de poder político íntegro (em oposição à desintegração representada pelo domínio fragmentado dos “caudilhos” chineses). Tratava-se, pois, de uma expedição estruturada em torno de objetivos independentistas e nacionalistas – o

Guomindang, em aliança com o PCC, travava uma espécie de guerra, um enfrentamento no âmbito do qual os oponentes estavam definidos: os senhores de guerra e o domínio imperialista. Neutralizando o poder dos primeiros e reconstruindo uma China forte e reintegrada, ter-se-ia melhores condições de enfrentar a dominação externa. E foi a este desafio que a Expedição ao Norte lançou-se, ganhando e perdendo posições em lutas empedernidas.



Figura 8.7: A bandeira do Guomindang.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Naval_Jack_of_the_Republic_of_China.svg

É preciso ressaltar, ainda uma vez, que existiam tendências divergentes no GMD, algumas mais ligadas às esquerdas e outras fortemente anticomunistas. O novo dirigente máximo do partido, Chiang Kai Shek, posicionar-se-ia entre as últimas. Em 1927, enquanto a expedição militar retornava ao sudeste do país, a cidade de Xangai encontrava-se em estado de ebulição social – o PCC atuava entre os trabalhadores, que, mobilizados, deflagraram uma greve geral. A comunidade estrangeira, banqueiros e industriais da cidade (entre eles, chineses enriquecidos com as atividades urbanas), porém, encontravam-se apreensivos, como você pode imaginar. Foi com seu apoio que Chiang Kai Chek optou por uma ruptura inesperada, sangrenta e traiçoeira diante do pacto estabelecido com os comunistas. Usando o Exército Nacional, contando com o apoio de grupos paramilitares e mesmo do crime organizado (a temível

“Gangue Verde”, de Xangai), Chiang atacou os sindicatos e traiu a confiança – e as esperanças – de comunistas que o aguardavam como aliado. As bases urbanas do PCC seriam, a partir de então, basicamente desmanteladas nas cidades do Sudeste, enquanto Chiang estabeleceria um novo governo, com sede em Nanquim, a partir de abril de 1927.

Mencionamos a conjuntura de agitação nas cidades, mas e a situação no campo? O que podemos encontrar, em linhas gerais, voltando nosso olhar para o contexto camponês? Este representava, conforme mencionamos, a maioria demográfica e estava fortemente vinculado à tradição histórica (em termos sociais e econômicos) chinesa.

Mao Zedong e os camponeses

Entre 1926 e 1927, período da Expedição ao Norte, houve consideráveis sinais de agitação entre os camponeses. Em certas áreas, os trabalhadores rurais organizaram associações, chegando a tomar a terra de latifundiários, num contexto marcado pela instabilidade, enfrentamentos e incertezas que solapavam o país.

Mao Zedong, enquanto membro do partido, passou a atuar junto aos camponeses de Hunan, realizando estudo a respeito da realidade em que se encontravam inseridos os homens e mulheres do campo. Em relatório escrito no ano de 1927, após a passagem da Expedição ao Norte pela região, Mao, profundamente entusiasmado com o potencial revolucionário que percebera no campo, observou:

Eles [os camponeses] erguem suas mãos rudes e colocam-nas sobre as cabeças da pequena nobreza. Somente eles são os inimigos mortais dos tiranos e barões malignos e atacam suas fortalezas sem a menor hesitação. [...].

Diante disto, pergunta Mao, que postura deveria o PCC assumir? “Marchar à frente deles e liderá-los? Seguir na retaguarda, gesticulando e criticando? Enfrentá-los como oponentes?”



Figura 8.8: Região de Hunan.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Hunan>

As perguntas, evidentemente, são retóricas. Claramente, o autor já elaborara sua resposta, já fizera sua opção: tratar-se-ia de “marchar à frente deles e liderá-los”; ou seja: não negligenciar o enorme potencial revolucionário, representado por uma classe que, de acordo com a teoria marxista, não seria a classe revolucionária “por excelência”: “os inimigos mortais dos tiranos malignos”, aos quais Mao se refere, não são representantes da classe operária. A força de transformação que o autor buscou valorizar não foi o proletariado, mas o campesinato.

Porém, Stálin arvorou-se em defensor da ortodoxia, segundo a qual “etapas” revolucionárias não deveriam ser suplantadas, em oposição ao adversário Trotski, que advogava a “revolução permanente”. Segundo a visão stalinista, a “etapa democrático-burguesa” deveria ser cumprida, insistindo o Comintern na aliança com o GMD. Ora, o Guomintang arregimentava um amplo espectro de apoiadores, cujas visões e interesses, que percorriam posições

políticas mais ligadas à esquerda ou à direita, não necessariamente coincidiam. Entre tais apoiadores, havia proprietários de terra. Como você pode antever, as agitações camponesas causavam profunda inquietação entre a elite tradicional, composta, de forma geral, por proprietários rurais. A estes não interessava, de forma alguma, antes causava temor e desconforto, a possibilidade de deparar-se com o quadro pelo qual Mao mostrara-se ansioso: o PCC “marchando à frente” de camponeses revoltosos, apoiando suas demandas e insurreições.

Para não comprometer a aliança PCC-GMD, Stalin insistiria no sentido de que as terras de senhores favoráveis ao Guomintang não fossem atacadas. O PCC, seguindo a linha do Comintern, não dera apoio suficientemente forte ou determinado à noção de “marchar à frente” dos camponeses, recomendando moderação.

Na verdade, o relatório de Mao não se enquadrava, como viemos insistindo, na linha então adotada pelo Comintern e pelo PCC. Nesse sentido, a sugestão de aproveitar o campesinato como força motriz da revolução pode ser considerada “herética”, na medida em que não coincidia, em absoluto, com as previsões de Marx e as imposições então ditadas por Stálin. A questão levantada por Mao, em termos gerais, tratava de como os comunistas chineses deveriam posicionar-se diante do potencial revolucionário, vivo e concreto, que se manifestava no campo chinês; potencial cujo aproveitamento não se encaixava nas linhas teóricas então adotadas pela “ortodoxia” do Partido Soviético.

O resultado é-nos narrado por Jonathan Spence:

Aconteceu que os líderes militares locais resolveram esses complexos problemas teóricos para os esquerdistas. Em 18 de maio de 1927, o general aliado do Guomintang que controlava o trecho Changsha-Wuhan da estrada de ferro amotinou-se e marchou sobre Wuhan, liquidando os membros das associações camponesas que encontrava pelo caminho.

Procurando reunir as forças camponesas remanescentes, Mao Zedong foi dirigente do fracassado “Levante da Colheita de Outono”, em Wuhan. Era tarde: os camponeses já se encontravam bastante enfraquecidos. Houve também um levante em Nanchang, dirigido por Zhou Enlai e Lin Biao; o movimento tampouco obteve vitória.

Após a derrota do “Levante da Colheita de Outono”, Mao Zedong foi repreendido pelo Partido, mas isto não o demovera da atuação junto aos camponeses. Reunido aos sobreviventes do levante, realocou-se numa região rural e montanhosa, nos limites da província de Jiangxi. Lá, uma experiência e um regime revolucionários foram implementados: o chamado “soviete de Jiangxi”. Tratava-se de uma base *rural* comunista, sobre a qual foram encaminhadas reformas que atendiam tradicionais demandas camponesas; as mesmas consistiam, basicamente, na distribuição de terras e na abolição do pagamento de pesadas dívidas a proprietários e autoridades locais. Para você ter uma ideia, a situação de endividamento poderia chegar a níveis tão dramáticos que, entre os camponeses mais pobres, havia aqueles que vendiam os próprios filhos para saldar suas dívidas.

Mao realizou, por esta época, um estudo minucioso das condições de vida e de trabalho no campo, atentando para o fato de que, entre os trabalhadores rurais, havia diferenciações econômicas significativas – de camponeses mais desprovidos de meios e mais pressionados pelo endividamento, até aqueles catalogados, enquanto “ricos”, os quais possuíam excedente de grãos e cuja condição permitia-lhes, em alguns casos, tornarem-se credores de outros homens da terra.

Pressionado nas grandes cidades pela obstinada oposição de Chiang Kai Chek ao comunismo, o PCC perdia, então, de forma acelerada, suas bases urbanas. Nos anos 1930, grande número de líderes comunistas, membros do Comitê Central, abandonou o “quartel general” onde o Partido fora fundado – a grande cidade de Xangai – para juntar-se a Mao em Jiangxi.

No âmbito dos enfrentamentos entre GMD e PCC, no que concerne a termos militares, os comunistas encontravam-se em ampla desvantagem. Enfrentando inimigos obstinados e mais bem armados, os revolucionários passaram a desenvolver técnicas de guerrilha, estruturando o Exército Vermelho como uma ágil força guerrilheira. Mao e Zhu De contribuíram na idealização e organização de tal exército, que desenvolveu técnicas de luta alternativas àquelas normalmente adotadas em guerras de posições convencionais, em geral mais diretas, abertas e regulares. O Exército Vermelho desempenharia um papel fundamental para o futuro triunfo comunista (1949).

Antes que tal triunfo fosse alcançado, porém, grandes provações teriam de ser enfrentadas. Entre elas, um episódio dramático, conhecido como a Longa Marcha, ficaria registrado como um dos acontecimentos mais marcantes e rememorados na história do comunismo chinês.



Figura 8.9: Região de Jiangxi.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:China_Jiangxi.svg

A Longa Marcha

Conforme vínhamos discutindo, Chiang Kai Chek, que rompera brusca e traiçoeiramente com a Frente Única, formada entre PCC e GMD, estava determinado a extirpar a influência e as atividades comunistas na China. Nesse contexto, as bases urbanas do PCC em cidades industrializadas do Leste, como Xangai, foram duramente perseguidas e praticamente desmanteladas, mas o partido estabelecera também bases rurais – havia, além do soviete de Jianxi, dirigido por Mao, outras bases comunistas mantidas no campo. Tratava-se, em grande parte, para os comunistas, de resistir e responder, com os recursos disponíveis, às necessidades do presente. Isto é, a ortodoxia marxista previa que a revolução viesse fundamentalmente das cidades e que os partidos comunistas focassem no operariado como a classe revolucionária por definição; porém, diante da ruptura com o GMD, da superioridade militar e da disposição deste último a reprimir e perseguir os marxistas, o Partido Comunista Chinês viu sua situação deteriorar-se sensivelmente nos centros urbanos, procurando reconsolidar-se, ainda que temporariamente (até recuperar forças e capacidade de organização) no interior do país.

Como você sabe, as atividades e reformas estimuladas pelo PCC no interior, entre os camponeses – isto é, redistribuição de terras e abolição de dívidas relativas, por exemplo, a arrendamentos de terra – não agradavam à elite tradicional rural, composta por grandes senhores. Assim, entre os inimigos convictos dos comunistas, estavam, naquele momento, além do GMD, os senhores ligados ou não ao último.

Em sua obstinação em derrotar a resistência, representada pelo PCC, Chiang Kai Chek apertou o cerco contra o Partido e seus membros ao longo da primeira metade dos anos 1930; a guerra civil intensificou-se e abarcou as bases rurais comunistas (como o soviete de Jiangxi) entre seus principais focos. Pressionados por campanhas militares, os esquerdistas protagonizaram uma grande retirada, uma “Longa Marcha”, entre 1934 e 1935.

Foram aproximadamente 10 mil quilômetros percorridos em 370 dias. O percurso tortuoso, marcado por perigos de toda sorte, sob fogo inimigo do GMD e de senhores de terra, incluiu pântanos e cadeia de montanhas, submetendo os retirantes a doenças, fome, exaustão, assassinatos. A direção era o noroeste do país, mais especificamente, a região pobre em recursos rurais, nula em recursos industriais, isolada e periférica de Yan'an. Ao atingirem o destino, entre os 80 mil comunistas que partiram de Jiangxi, havia cerca de oito ou nove mil sobreviventes. E entre os sobreviventes estavam Mao Zedong e Deng Xiaoping, peças de importância decisiva para os desdobramentos futuros do país – isto é, a médio prazo, pois, em 1935, após a heroica provação, encontravam-se eles enfraquecidos (em termos físicos e, a exemplo do Partido do qual faziam parte, em termos políticos e militares).

Parecia altamente improvável que o PCC pudesse fortalecer-se, ganhar terreno e, finalmente, conquistar o poder sobre toda a China a partir de uma base tão precária, depauperada e remota, quanto Yan'an. E isto, após haver enfrentado atrozes perigos, além das perdas mais que substanciais de quadros, bases rurais e urbanas, a custo consolidadas no sudeste do país.

Enfrentando situações adversas, mas fortalecendo-se com o tempo, o PCC passaria por um processo de reestruturação, no qual as táticas de guerrilha e a ação partidária junto aos camponeses cresceriam em importância.

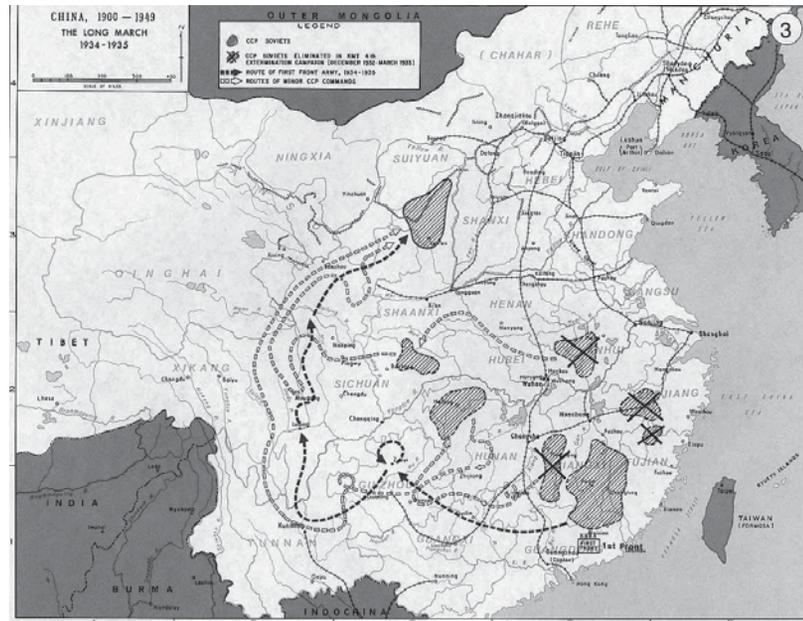


Figura 8.10: A rota percorrida pelos comunistas, que se retiraram do Sudeste e rumaram em direção ao norte do país, reestabelecendo-se em Yan'an, na província de Shaanxi.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Chinese_civil_war_map_03.jpg

CONCLUSÃO

No período que se seguiu à Longa Marcha e à reconsolidação do PCC em Yan'an, a direção e a influência de Mao Zedong dentro do Partido cresceram imensamente. Mao era, desde os anos 1920, conforme discutimos, um defensor do aproveitamento intenso da força revolucionária camponesa; ele havia, além disso, defendido a adoção de táticas guerrilheiras pelo Exército Vermelho, sendo este mais carente de recursos militares que o Exército do GMD – uma visão realista, que seria adotada como a mais estratégica, nos próximos anos, pelo enfraquecido PCC. Importante também é destacarmos que Mao havia acumulado experiência prática, realizado estudos e desenvolvido ideias (que pouco se coadunavam com a “ortodoxia” do Comintern, dominado, à época, por Stálin)

relacionados ao trabalho e ao convívio junto aos trabalhadores rurais. Assim, o deflagrar da Revolução Chinesa, conforme veremos na próxima aula, assumiria vias alternativas, características próprias não previstas por Marx e em desacordo com o “etapismo”, então pregado por Stálin. A Revolução viria do campo e utilizaria os trabalhadores rurais como sua principal força social.

Antes, porém, do triunfo do movimento revolucionário esquerdista, muitos desafios, perigos e provações seriam enfrentados. Entre eles, conforme desenvolveremos na próxima aula, a violenta invasão do Japão à China e o envolvimento do país no contexto da Segunda Guerra Mundial.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Baseado no que você estudou ao longo desta aula, analise o contexto em que se deu na China o aparecimento de novas propostas políticas e de novos projetos em relação ao futuro – sua resposta deve contemplar o surgimento e a importância do GMD e do PCC e a relação que se estabeleceu entre os mesmos.

Resposta Comentada

Você deve apresentar um resumo geral da matéria estudada, incluindo em sua resposta: que o surgimento do GMD, liderado por Sun Yat Sen até 1925, seguiu-se à Revolução Republicana, a qual levantou propostas de remodelação do sistema político do país, buscando incluir princípios republicanos e democráticos, com a pretensão de fortalecer a nação e reafirmar sua independência frente ao domínio estrangeiro; que o PCC, fundado em 1921, representava e apresentava, também ele, propostas alternativas em relação aos caminhos pelos quais o país deveria rumar, numa perspectiva crítica, à esquerda do GMD, a tradições políticas, sociais e culturais da milenar China. Ambos os partidos eram favoráveis a um futuro no qual o país se desembaraçasse da condição semicolonial em que temporariamente se encontrava, opondo-se, assim, ao exercício do poderio imperialista ocidental e japonês, em território chinês. Baseados no anti-imperialismo e com o apoio do Comintern, os partidos firmaram aliança. O PCC previa, de acordo com orientações do Comintern, apoiar a chamada revolução “democrático burguesa”, de caráter nacionalista, unindo-se ao GMD no combate à fragmentação política (representada pelos “senhores guerreiros”) e na promoção da união, do fortalecimento e da independência da nação frente ao poderio estrangeiro. Uma aliança, ou “frente única”, foi firmada e sustentada ao longo dos anos 1920, até que Chiang Kai Chek rompeu-a, em 1927, de forma brusca e passou a perseguir obstinadamente os antigos aliados.

RESUMO

Nesta aula, você entrou em contato com o rico e conturbado contexto histórico da China nas primeiras décadas do século XX. Um período marcado pela emergência de novas propostas políticas, referentes aos destinos da nação. Entre as mesmas, destacamos o advento da revolução republicana, sugerindo parâmetros alternativos àqueles ligados à tradição imperial; a formação do Partido Nacionalista (GMD) e do Partido Comunista Chinês (PCC).

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, estudaremos a invasão japonesa à China e o triunfo da revolução comunista em 1949.

História do Oriente

Referências

Aula 1

- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- BOXER, Charles R. *Race relations in the Portuguese colonial empire, 1415-1825*. Oxford: Clarendon Press, 1963.
- CARVALHO, Clara e Pina Cabral, João (Orgs.). *A persistência da História: passado e contemporaneidade em África*. Lisboa, ICS, 2004,
- COSTA, Sergio. *Dois Atlânticos*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.
- GRIN, Monica. "Mitos de Excepcionalidade: versões do império colonial português e da nação miscigenada brasileira". In: HERMANN e CATROGA. *Memória escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.
- HABERMAS, Jürgen. *The Inclusion of the Other: Studies in Political Theory*, Cambridge. MA: The MIT Press, 1998.
- LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional*. São Paulo: UNESP, 2001.
- PAMUK, Orhan. *Istanbul*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.
- RIBEIRO, Margarida Calafate. *Uma história de regressos, império, guerra colonial e pós-colonialismo*. Porto, Edições Afrontamento, 2004, 464 páginas.
- SAID, Edward. *Orientalismo*. [1978] São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- SAID, Edward. *Império e cultura*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. "Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade." *Novos Estudos Cebrap*, n.66, 2003, p. 25.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- SILVA, Ana Cristina Fonseca Nogueira. "Fotografando o mundo colonial africano: Moçambique, 1929", *Varia historia*. vol.25, nº 41, Belo Horizonte. Jan./June 2009.
- THOMAZ, Omar. *Ecos do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ, 2004.
- WIEVIORKA, Michel. *O racismo*. Lisboa. Fenda Edições, 2002.
- YOUNG, Robert. *Postcolonialism: an Historical Introduction*. Oxford, Blackwell Publishing, 2001.
- ZÜRCHER, Erik. *The Young Turk Legacy and Nation Building: From Ottoman Empire to Atatürk's Turkey*. London: I.B. Tauris, 2010.

Aula 2

AMIGOS brasileiros do paz agora. Disponível em: <<http://www.pazagora.org/impArtigo.cfm?idArtigo=1215>>. Acesso em: 01 ago. 2011.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CENTRAL and eastern Europe. Disponível em: <http://www.ajcarchives.org/AJC_DATA/Files/AJYB721.CV.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2011.

DEUTSCHER, Isaac. *O judeu não judeu e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

SACHAR, Howard. *A history of Israel: from the rise of Zionism to our time*. Nova York: A. Knopf, 1993.

STERN, Fritz. *O mundo alemão de Einstein*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

STERNHELL, Zeev. *Aux origins d'Israel: entre nationalism et socialism*. Paris: Fayard, 1996.

VICENZI, Roberta Aragoni Nogueira. *Nacionalismo árabe: apogeu e declínio*. 2006. Tese (doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

Aula 3

DUPAS, Gilberto; VIGEVANI, Tullo. (Org.). *Israel e Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

OREN, Michel. *Seis dias de guerra: junho de 1967 e a formação do moderno Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SACHAR, Howard. *A history of Israel, from the rise of Zionism to our time*. Nova York: A. Knopf, 1993.

SCALERCIO, Márcio. *Oriente Médio: uma análise reveladora sobre dois povos condenados a viver juntos*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.

SCHATTNER, Marius. *Histoire de la droite israelienne: de Jabotinsky a Shamir*. Bruxelas: Editions Complexe, 1991.

SHLAIM, Avi. *A muralha de ferro: Israel e o mundo árabe*. Rio de Janeiro: Fissus, 2004.

YANIV, Avner. *National security and democracy in Israel*. Londres: Lyenne Rienner Publishers, 1993.

Aula 4

DEMANT , P. R. A colonização israelense nos territórios ocupados, 1967-1977.

DEMANT , P. R. . A colonização israelense nos territorios palestinos ocupados, 1974-1977 (segunda parte). *Entre Passado e Futuro*, v. 4, p. 74-92, 2006.

DOS SANTOS, Norma Breda. *Brasil e Israel – diplomacia e sociedades*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

DUPAS, Gilberto & VIGEVANI, Tullo (Orgs.). *Israel-Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

EISENSTADT. S. N. *Sociedade israelense*. São Paulo: Perspectiva. 1977.

GORDON, Neve. *Israel's Occupation*. California: University of California Press, 2010

GILBERT, Martin. *Israel – uma história*. Lisboa: Edições 70, 2009.

FLINT, Guila. *Miragem de paz: Israel e Palestina – processos e retrocessos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

KHALIDI, Rashid. *Palestinian Identity*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2008.

KIMMERLING, Baruch. *The Invention and Decline of Israeliness*. California: University of California Press, 2008.

SEGEV, Tom. *1949 – The First Israelis*. Nova Iorque: Owl Books, 2008.

PAPPE, Ilan. *A History of Modern Palestine – One Land Two People*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

Aula 5

ACNUR: la agencia de la ONU para los refugiados. Disponível em: <<http://www.acnur.org>>. Acesso em: 01 dez 2011.

DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2004.

DREZON-TEPLER, Marcia. *Interest groups and political change in Israel*. Albany: State University of New York Press, 1990.

DUPAS, Gilberto; VIGEVANI, Tullo (Org.). *Israel e Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global*. São Paulo: Unesp, 2002.

HAMAS vs Fatah. YouTube. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=akRU56DhwGo&feature=related>>. Acesso em: 01 dez. 2011.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

ISRAELI army evicts dozens of Hebron settlers. YouTube. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=m1Pm8PYPb9w>>. Acesso em: 01 dez. 2011.

LEVINGER Election Campaign 1992. YouTube. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=25SyBpU0Tug&feature=related>>. Acesso em: 01 dez. 2011.

LEWIS, Bernard. *O Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MORRIS, Benny. *1948 and after: Israel and the palestinians*. Oxford: Clarendon Press, 1994.

SCHATNER, Marius. *Histoire de la droite israelienne: de Jabotinsky a Shamir*. Bruxelas: Editions Complexe, 1991.

SPRINZAK, Ehud. *The ascendance of Israel's radical right*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *O Oriente Médio e Afeganistão: um século de conflitos*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

UNRWA. Disponível em: <<http://www.unrwa.org>>. Acesso em: 01 dez. 2011.

Aula 6

BOXER, Charles. *O império marítimo português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CHESNEAUX, J. *La Chine I: (1840/1885)*. Paris: Haitier Université, 1969.

FAIRBANK, J. K.; GOLDMAN, M. *China: uma nova história*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

PANIKKAR, K. *A dominação ocidental na Ásia*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.

SCOTT MORTON, W. *China: história e cultura*: Zahar, 1986.

SPENCE, Jonathan. *Em busca da China moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Aula 7

BEASLEY, W. G. *The Japanese experience. a short history of Japan*. Los Angeles: University of California Press, 1999.

CHESNEAUX, Jean. *A Ásia Oriental nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Pioneira, 1976.

ORTIZ, Renato. *Japão e modernidade-mundo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PANIKKAR, K. *A dominação ocidental na Ásia*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.

_____. *A dominação ocidental na Ásia*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979, p. 194.

ROUX, Alain. *A China no século XX*. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

SANSOM, G. B. *The western world and Japan: a study in the interaction of European and Asiatic cultures*. New York: Alfred A. Knopf, 1951.

SPENCE, Jonathan. *Em busca da China moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

YAMASHIRO, J. *Japão: passado e presente*. São Paulo: Aliança Cultural Brasil-Japão, 1997.

Aula 8

CHESNEAUX, Jean. *A Ásia Oriental nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Pioneira, 1976.

FAIRBANK, J.K. e GOLDMAN, M. *China: uma nova história*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

PANIKKAR, K. *A dominação ocidental na Ásia*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977. POMAR, W. *A revolução chinesa*: São Paulo: Unesp, 2003

REIS, Daniel Aarão. *A construção do socialismo na China*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ROUX, Alain. *A China no século XX*. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

SPENCE, Jonathan. *Em busca da China moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Mao*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

ISBN 978-85-7648-859-0



9 788576 488590



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense

uff



UNIRIO



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA